



SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Av. Farquar, 2886 - Pedrinhas.
Edifício Rio Cautário, Curvo 2 - 2º andar
Porto Velho-RO. CEP 76.801-361
Fone: (69) 3216.1069 - 0800-6471150
e-mail: ouvidoria@sedam.ro.go



— SIAFEM2017-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM : 02/08/17 AS 12:08 USUARIO: ADELINA ANDRADE
DATA EMISSAO : 02AGO2017 NUMERO : 2017NL01272
DATA LANCAMENTO : 02AGO2017 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 180011
GESTAO : 18011 PROCESSO : 0028.003467/2017-50
CGC/CPF/UG FAVORECIDA : 180011 EMPENHO :
GESTAO FAVORECIDA : 18011 DOC.REFERENCIA:
PROCESSO :
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO CLASSIFIC NATUREZA FONTE V A L O R
540869 83898719200 332110101 750,00
540869 84248106272 332110101 625,00
540869 01459969219 332110101 625,00
540869 22063994234 332110101 625,00

HISTORICO:

REGISTRA AS PRESTACOES DE CONTAS DE DIARIAS EM ANALISE NO CCI REF. AO PROC 00
28.003467/2017-50. OS SERVIDORES PRESTARAM CONTA EM 28/07/2017 REF. AO PERIOD
O 21/07/17 A 23/07/17.

LANCADA POR ADELINA ANDRADE DE FREIRE

EM : 02AGO2017 AS 07:53

DIVISÃO DE DIARIAS E SUPRIMENTO DE FUNDOS

DESTINO: Coordenadoria de Controle Interno - ACI.

PROCESSO: 0028.003467/2017-50

INTERESSADO: DENISON TRINDADE SILVA E OUTROS

Valor: R\$ 2.625,00

ASSUNTO: Encaminhamos os autos qualificados no cabeçalho do presente,
objetivando a ANALISE pertinente e o respectivo Parecer.

Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2017.

Adelina A. Freire
Adelina Andrade Freire

Asses. de Análise e Inst. Processual II

Natalia das Neves Nascimento
Natalia das Neves Nascimento
Chefe de Div. Diárias e Sup. Fundos
Mat. 300106837

11	Autorização de Pagamento e/ou Ordem Bancária emitida pelo Ordenador? (Art. 58, c/c Art. 60 e Art. 63, LOF 4.320, de 17/03/1964)	x		
12	A prestação de Contas das Diárias foi entregue dentro do prazo? (Art. 17, Caput do Dec. Nº 18.728/2014)	x		
13	Relatório de Comprovação de Diárias atende as normas do anexo III? (Art. 17, Inciso I, Dec. Nº 18.728/2014)	x		
14	Autorização de Viagem emitida pela GTO ou pelo chefe responsável do órgão local nos autos? (Art. 9º, Incisos I a IV e §Único do Dec. 14.698/2009)	x		
15	Cópia de Certificado ou outro documento que comprove a participação do servidor no evento? (Art. 17, Inciso III, Dec. Nº 18.728/2014.)			
16	Bilhetes de viagem e comprovação de embarque estão nos autos? (Art. Art. 17, Inciso II, Dec. Nº 18.728/2014)			x
17	Comprovantes de Abastecimento do Veículo? (Art. 9º, Incisos I a IV e §Único do Dec. 14.698/2009)	x		
18	Autorização para Conduzir Veículo Oficial emitida por órgão competente? (Art. 12º Incisos I a IV do Dec. 14698/2009)	x		
19	Nota de Lançamento referente à baixa pela entrega da comprovação? (Art. 58, c/c Art. 60 e Art. 63, LOF 4.320, de 17/03/1964)	x		

OBSERVAÇÕES:

4. Processo na normalidade.

Os documentos juntados ao processo atendem aos dispositivos do **Decreto nº 18.728/2014 de 27 de março de 2014**, que regulamenta a concessão de diárias.

Ressalta esta Assessoria de Controle Interno, que a veracidade dos documentos contidos nos autos e as informações prestadas, são de inteira responsabilidade do (a) servidor (a) e do seu chefe imediato e, que responderão solidariamente pela omissão de informações, conforme dispõe Artigo 15º, § 3º do Decreto nº. 18.728 de 27/03/2014, que preconiza:

“§ 3º Será solidariamente responsável, a autoridade administrativa que autorizar ou omitir informações sobre recebimento indevido de diárias”.

5- Diante do exposto, compete ao Ordenador deliberar pela aprovação e homologação da Prestação de Contas, com vista à baixa no SIAFEM nos termos do Art. 18, do Decreto nº. 18.728/2014.

Porto Velho, 04 de setembro de 2017.

Jaime Felisberto N. S. Júnior
Gerente de Análise de Despesas e Prestação de Contas
Matrícula: 300128693

A P R O V O:

Maria Lúcia dos Santos Pereira
Coordenadora de Controle Interno/SEDAM
Matrícula: 30006978



Documento assinado eletronicamente por **JAIME FELISBERTO NAZARETH DE SOUZA JUNIOR, Analista**, em 04/09/2017, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

HOMOLOGAÇÃO

De: DDSF

Para: GABINETE DO SECRETARIO

Processo Nº: 0028.003467/2017-50

Assunto: Encaminhamos os autos qualificados no cabeçalho do presente, objetivando a HOMOLOGAÇÃO.

Valor: R\$ 2.625,00

_ SIAFEM2017-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO) _____

CONSULTA EM : 21/11/17 AS 15:11 USUARIO: BENA

DATA EMISSAO : 21NOV2017 NUMERO : 2017NL01944

DATA LANÇAMENTO : 21NOV2017 TELA : 01/01

UNIDADE GESTORA : 180011

GESTAO : 18011 PROCESSO : 0028.003467/2017-50

CGC/CPF/UG FAVORECIDA : 180011 EMPENHO :

GESTAO FAVORECIDA : 18011 DOC.REFERENCIA:

PROCESSO :

EVENTO INSCRICAO DO EVENTO CLASSIFIC NATUREZA FONTE V A L O R

540870 83898719200 897110704 750,00

540870 84248106272 897110704 625,00

540870 01459969219 897110704 625,00

540870 22063994234 897110704 625,00

HISTORICO:

REGISTRA A PRESTAO DE CONTAS DE DIARIAS A HOMOLOGAR REF. PROC.0028.003467/2017.CONF. PARECER N.º 747/CCI/SEDAM/2017

LANCADA POR BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO EM : 21NOV2017 AS 15:44



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MACIEL TAVARES, Chefe de Setor**, em 21/11/2017, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

HOMOLOGAÇÃO

Do: Secretário da SEDAM

Para: Divisão de Diárias e Suprimento de Fundos - DDSF

Assunto: Homologação de Prestação de Contas

Processo Nº 0028.003467/2017-50

1. Processo em ordem, conforme Parecer n.º 47, sob o protocolo n.º 0079187, da Coordenadoria De Controle Interno - CCI/SEDAM;
2. Aprovo e Homologo a prestação de contas referente ao processo n.º 0028.003467/2017-50;
3. Demais medidas legais.

Porto Velho-RO, 29.11.2017.

Vilson de Salles Machado

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



Documento assinado eletronicamente por **Vilson de Salles Machado**, **Secretário de Estado**, em 29/11/2017, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0397665** e o código CRC **2F18CF86**.

Referência: Caso responda esta Homologação indicar expressamente o Processo nº 0028.003467/2017-50

SEI nº 0397665

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

DESPACHO

Da: Divisão de Diárias de Suprimento de Fundos-DDSF

Para: Arquivo Divisão Financeira-ADF

Processo Nº: **0028.003467/2017-50**

Assunto: Arquivamento

Considerando que os registros contábeis foram efetuados em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 artigo 62, 63 e 64 e que os autos foram devidamente analisados conforme **PARECER Nº 47/CCI/SEDAM/2017, sob o protocolo nº 0079187** e autorizado a Baixa de Responsabilidade através do Homologo **sob o protocolo nº 0397665**, consideram-se os autos aptos para ARQUIVAMENTO.



Documento assinado eletronicamente por **Danner Wesley Rueda Penha, Assessor(a)**, em 05/02/2018, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0776925** e o código CRC **60D7BF30**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0028.003467/2017-50

SEI nº 0776925



#23866
#23888

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL



MEMO. Nº: 812/CUC/PORTO VELHO

PORTO VELHO - RO.

28 de julho de 2017

PARA: COPAF

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

Senhor Secretario,

Solicitamos de Vossa Senhoria, autorização e liberação da proposta e concessão de diárias, composta pelos servidores/colaboradores abaixo relacionados:

01 - Objetivo:

A equipe irá participar da reunião que será realizada na Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé – AGUAPÉ, juntamente com a comunidade para apresentar a propostas e intenções da empresa INOVAM BRASIL compradora de castanha, além da proposta de crédito do Banco do Povo que será apresentada aos extrativistas.

02 - Justificativa Fundamentada:

A equipe irá se deslocar para o município de Costa Marques no intuito de participar e colaborar com a reunião que será realizada na Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé – AGUAPÉ, juntamente com a comunidade para apresentar a propostas e intenções da empresa INOVAM BRASIL compradora de castanha, além da proposta de crédito do Banco do Povo que será apresentada aos extrativistas.

03 - Localidade/Percurso da Viagem:

PORTO VELHO / COSTA MARQUES / PORTO VELHO

04 - Período/Diárias Previstas:

10/08/2017 à 13/08/2017, perfazendo um total de 3,5 diárias.

05 - SERVIDOR(ES):

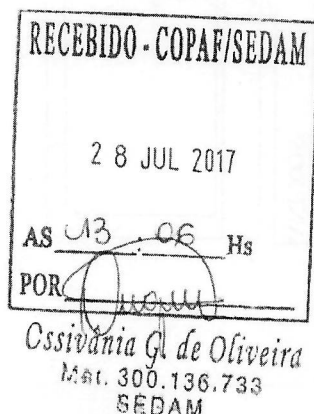
SERVIDOR	CPF	BANCO - AG - C/C	CARGO/CDS	SIT. C/NPC
DENISON TRINDADE SILVA	838.987.192-00	001 2290-X 35950-5	COORDENADOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO / 09	PENDENTE
DARIUS AUGUSTUS VAQUER ARAUJO	220.639.942-34	001 05885- 5930-7 8	TÉC. EM DESENV. AMB./TURISMOLOGO /SemCDS	LIBERADO
JORGE LOURENÇO DA SILVA	533.035.804-30	001 37966 234427	GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL / 06	LIBERADO
ISADORA ARAUJO CHAGAS	014.599.692-19	001 3796-6 30336-4	CHEFE DA RESEX (JACI-PARANÁ) / 03	LIBERADO

AUTORIZO NA FORMA DA LEI
FRANCISCO DE SALES OLIVEIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE EST. DO DESENV. AMBIENTAL

PRH, 28/7/17

Atenciosamente,

DENISON TRINDADE SILVA
COORDENADOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
100.091.860



Estrada do Santo Antônio nº 5323 - Bairro: Triângulo
Fone: (69) 3216-1059 3216-1047 Email: gabinete@sedam.ro.gov.br
76805-810 - Porto Velho / RO.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Estrada de Santo Antônio, 5323 - Bairro Triângulo.

Porto Velho - RO. CEP 76.805-810

Fone: (69) 3216 1083 - E-mail: gpcs@sedam.ro.gov.br



NADA CONSTA E/OU PENDÊNCIA

Nome do Servidor: DARIUS AUGUSTUS VAQUER ARAUJO

CPF: 220.639.942-34

Situação: LIBERADO



___ SIAFEM2017-CONTAB,CONSULTAS,DETAConta (DETALHA CONTA CONTABIL)

CONSULTA EM 28/07/2017 AS 11:08 TELA : 01/0001 USUARIO : NATALIA
UNIDADE GESTORA : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
CONTA : 8.9.7.1.1.07.01 - = CONTROLE CONCESSAO DIARIAS ANTES DA AN
CC : 22063994234 - DARIUS AUGUSTUS VAQUER ARAUJO

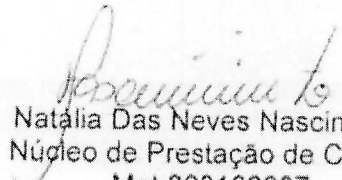
DOCUMENTO

DATA U.G. GESTAO NUMERO EVENTO MOVIMENTO SALDO

SALDO ANTERIOR A 28JUL2017

625,00C

VALOR REFERE SE AO PROCESSO 0028.03467/2017 SERVIDOR NO PRAZO PARA
PRESTAR CONTA


Natália Das Neves Nascimento
Núcleo de Prestação de Contas
Mat.300106837

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Estrada de Santo Antônio, 5323 - Bairro Triângulo.

Porto Velho - RO. CEP 76.805-810

Fone: (69) 3216 1083 - E-mail: gpcs@sedam.ro.gov.br



NADA CONSTA E/OU PENDÊNCIA

Nome do Servidor: ISADORA ARAUJO CHAGAS

CPF: 014.599.692-19

Situação: LIBERADO



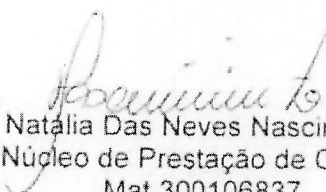
___ SIAFEM2017-CONTAB,CONSULTAS,DETAConta (DETALHA CONTA CONTABIL)

CONSULTA EM 28/07/2017 AS 11:12 TELA : 01/0001 USUARIO : NATALIA
UNIDADE GESTORA : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
CONTA : 8.9.7.1.1.07.01 - = CONTROLE CONCESSAO DIARIAS ANTES DA AN
CC : 01459969219 - ISADORA ARAUJO CHAGAS

DOCUMENTO

DATA U.G. GESTAO NUMERO EVENTO MOVIMENTO SALDO

SALDO ANTERIOR A 28JUL2017 625,00C
VALOR REFERE SE AO PROCESSO 0028.03467/2017NOPRAZO PARA PRESTAR

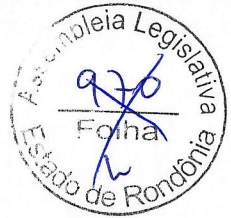

Natália Das Neves Nascimento
Núcleo de Prestação de Contas
Mat.300106837



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



DESPACHO

De: Gabinete do Secretário

Para: Coordenadoria de Patrimônio Administração e Finanças - COPAF

Processo Nº: 0028.004483/2017-60

Assunto: Pagamento de Despesa Modalidade ESTIMATIVA

Senhor Coordenador,

- processo.
1. Estando o processo em ordem, providenciar o pagamento da(s) despesa(s) do referido
 2. Demais medidas Legais.

Atenciosamente,

Francisco de Sales Oliveira dos Santos

Secretario Adjunto de Estado do Desenvolvimento Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Sales Oliveira dos Santos, Secretário-Adjunto**, em 02/08/2017, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0037940** e o código CRC **CB8AA1DF**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0028.004483/2017-60

SEI nº 0037940



RONDÔNIA
Governo do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Av. Farquar nº 2986, Bairro: Pedrinhas, Ed. Rio Cautário
Curvo 2. térreo. CEP: 76801361 - Porto Velho-RO. CEP 76.805-810

Documento: 1801.21258/2017
Origem: 1150122017
Identificação: _____



Memorando nº 855/CUC/SEDAM

Porto Velho, 02 de agosto de 2017.

Da: Coordenadoria de Unidades de Conservação/SEDAM

Para: COPAF/SEDAM



Assunto: Cancelamento de Diárias

Prezada Senhora,

Com os nossos cumprimentos, informamos a Vossa Senhoria que o servidor **Darius Augustus Vaquer Araujo**, lotado nesta Coordenadoria de Unidades de Conservação, não fará mais parte da equipe que irá se deslocar até o Município de Costa Marques com o objetivo de participar da reunião que será realizada na Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé-AGUAPE., no período de 10 a 13/08/2017.

Diante do exposto, solicitamos que seja retirado o nome do servidor acima mencionado do Processo SEI Nº 0028.004483/2017-60.

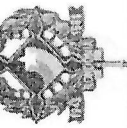
Atenciosamente,

RECEBIDO - COPAF/SEDAM
03 AGO 2017
AS 09:09 Hs
POR Ivama

Denison Trindade Silva

Coordenador de Unidades de Conservação/CUC/SEDAM

Matrícula: 100091860



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FEPRAM	ORGÃO SOLICITANTE: SEDAM	DEPARTAMENTO ATENDIDO: CUC
SOLICITAÇÃO N.º 6850	AUTORIZAÇÃO N.º	LOCAL E DATA: PORTO VELHO, 28/07/2017

Solicitamos autorização de viagem a serviço e posterior concessão de diárias ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), confirme informações a saber:

DADOS GERAIS DA VIAGEM**OBJETIVO DA VIAGEM:**

A equipe irá participar da reunião que será realizada na Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé - AGUAPÉ, juntamente com a comunidade para apresentar a propostas e intenções da empresa INOVAM BRASIL, compradora de castanha, além da proposta de crédito do Banco do Povo que será apresentada aos extrativistas.

FONTE DE CUSTEIO DAS DIÁRIAS

FONTE 0205

ITINERÁRIO: PORTO VELHO / COSTA MARQUES / PORTO VELHO	PERÍODO DE VIAGEM: IDA: 10/08/2017	RETORNO: 13/08/2017	TELEFONES DE CONTATOS: - 011 - 0 - > - -
--	---------------------------------------	---------------------	---

DADOS DO TRANSPORTE

TIPO DE TRANSPORTE: (X) OFICIAL () PARTICULAR () LOCADO	MEIO DE TRANSPORTE: () AÉREO (X) TERRESTRE () OUTROS	DESCRIÇÃO DO MEIO DE TRANSPORTE: MMC/L200 TRITON GLD / NDO3324 / BRANCA
--	---	--

DADOS DO CONDUTOR

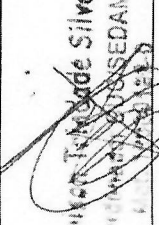
NOME DO SERVIDOR/MOTORISTA:	MATRICULA:	CARGO:	CDS / Vr	CPE:	Vr. Diar.	BANCO:	AG:	C/C:
JORGE LOURENÇO DA SILVA	300.035.393	GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	06 / 250	- 011 - 0 - > - -	875,00	001	37966	234427
SUBTOTAL 1:					875,00			

DADOS DOS DEMAIS PASSAGEIROS

NOME DO SERVIDOR/PASSEIRO:	MATRICULA:	CARGO:	CDS / Vr	CPE:	Vr. Diar.	BANCO:	AG:	C/C:
DENISON TRINDADE SILVA	100.091.860	COORDENADOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	09 / 300	- 011 - 0 - > - -	1050,00	001	2290-X	35950-5
ISADORA ARAUJO CHAGAS	300.140.767	CHEFE DA RESEX (JACI-PARANA)	03 / 250	- 011 - 0 - > - -	875,00	001	3796-6	30336-4
SUBTOTAL 2:					1925,00			

ANEXOS:

TOTAL GERAL (1+2):
2800,00

SOLICITANTE  WILSON DE SALLES MACHADO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SEDAM	AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM: () DEFIRO () INDEFIRO () INSTRUIR	AUTORIZAÇÃO DAS DIÁRIAS () DEFIRO () INDEFIRO () INSTRUIR
--	--	---



SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Estrada de Santo Antônio, 5323 - Bairro Triângulo.
Porto Velho - RO. CEP 76.805-810
Fone: (69) 3216 1083 - E-mail: gpcs@sedam.ro.gov.br



NADA CONSTA E/OU PENDÊNCIA

Nome do Servidor: ISADORA ARAUJO CHAGAS

CPF: [REDACTED] 19

Situação: LIBERADO

___ SIAFEM2017-CONTAB,CONSULTAS,DETAConta (DETALHA CONTA CONTABIL)

CONSULTA EM 28/07/2017 AS 11:12 TELA : 01/0001 USUARIO : NATALIA
UNIDADE GESTORA : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
CONTA : 8.9.7.1.1.07.01 - = CONTROLE CONCESSAO DIARIAS ANTES DA AN
CC : [REDACTED] - ISADORA ARAUJO CHAGAS

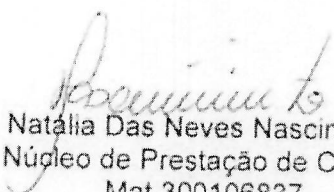
DOCUMENTO

DATA U.G. GESTAO NUMERO EVENTO MOVIMENTO SALDO

SALDO ANTERIOR A 28JUL2017

625,00C

VALOR REFERE SE AO PROCESSO 0028.03467/2017NOPRAZO PARA PRESTAR


Natália Das Neves Nascimento
Núcleo de Prestação de Contas
Mat.300106837

028.0011483/2017-60



RONDÔNIA

Governo do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Coordenadoria de Unidades de Conservação -CUC

Av. Farquar, n.º 2986, Bairro Pedrinhas, Ed. Rio Cautário,

Curvo 2, Térreo, CEP 76801-361 – Porto Velho/RO



Justificativa

Informamos que, no formulário de Solicitação e Autorização de viagem número 57.57.12.24273 houve erro de digitação no número da placa do veículo.

Onde se lê **NDO 3324**, leia-se **NDO 3374**.

Desta forma se faz necessária a correção.

Porto Velho, 08 de julho de 2017.

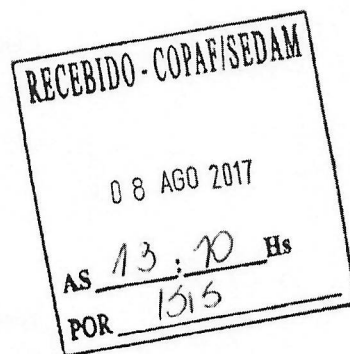
Atenciosamente,

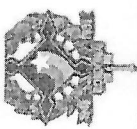
Denilson V. da Silva
Coordenador CUC/SEDAM
2017.07.08

Isis / Copaf

Inserir no SEI,
processo já formalizado.

Isis Michella Mota Cuellar
Assessora Especial de Administração e
Finanças/SEDAM
Mat: 10009246-2

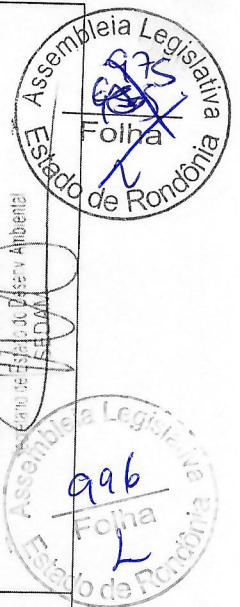


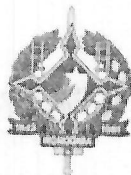


SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM
SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM E DIÁRIAS
DECRETTO Nº 18.728/2014

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FEPRAM		ÓRGÃO SOLICITANTE: SEDAM		DEPARTAMENTO ATENDIDO: CUC	
SOLICITAÇÃO N.º 6850		AUTORIZAÇÃO N.º		LOCAL E DATA: PORTO VELHO, 28/07/2017	
Solicitamos autorização de viagem a serviço e posterior concessão de diárias ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), confirme informações a saber:					
DADOS GERAIS DA VIAGEM					
OBJETIVO DA VIAGEM: A equipe irá participar da reunião que será realizada na Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé – AGUAPÊ, juntamente com a comunidade para apresentar a propostas e intenções da empresa INOVAM BRASIL compradora de castanha, além da proposta de crédito do Banco do Povo que será apresentada aos extrativistas.					
FONTE DE CUSTEIO DAS DIÁRIAS FONTE: 0205					
ITINERÁRIO: PORTO VELHO / COSTA MARQUES / PORTO VELHO		PERÍODO DE VIAGEM: IDA: 10/08/2017		RETORNO: 13/08/2017	
TELEFONES DE CONTATOS: [Redacted]					
DADOS DO TRANSPORTE					
TIPO DE TRANSPORTE: (X) OFICIAL () PARTICULAR () LOCADO		MEIO DE TRANSPORTE: () AÉREO (X) TERRESTRE () OUTROS		DESCRIÇÃO DO MEIO DE TRANSPORTE: MMIC/L200 TRITON GL D / NDO3374 / BRANCA	
DADOS DO CONDUTOR					
NOME DO SERVIDOR/MOTORISTA:	MATRICULA:	CARGO:	CDS / Vr	CPS:	Vr: Diar. BANCO: AG: C/C:
JORGE LOURENÇO DA SILVA	300.035.393	GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	06 / 250	[Redacted]	875,00 001 37966 234427
SUBTOTAL 1:				875,00	
DADOS DOS DE MAIS PASSAGEIROS					
NOME DO SERVIDOR/PASSEIRO:	MATRICULA:	CARGO:	CDS / Vr	CPS:	Vr: Diar. BANCO: AG: C/C:
DENISON TRINDADE SILVA	100.091.860	COORDENADOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	09 / 300	[Redacted]	1050,00 001 2290-X 35950-5
ISADORA ARAUJO CHAGAS	300.140.767	CHEFE DA RESEX (JACI-PARANA)	03 / 250	[Redacted]	875,00 001 3796-6 30336-4
SUBTOTAL 2:				1925,00	
TOTAL GERAL (1+2):				2800,00	
ANEXOS:					

SOLICITANTE		AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM:		AUTORIZAÇÃO DAS DIÁRIAS	
() DEFIRO () INDEFIRO () INSTRUIR		() DEFIRO () INDEFIRO () INSTRUIR		() DEFIRO () INDEFIRO () INSTRUIR	





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



LIQUIDAÇÃO



_ SIAFEM2017-EXEFIN, CONSULTAS, CONDL (CONSULTA DOCUMENTO LIQUIDACAO) _____
CONSULTA EM 14/08/2017 AS 10:48 USUARIO : ELINE FABIANA
DATA EMISSAO : 14AGO2017 NUMERO : 2017DL00844
DATA LANCAMENTO : 14AGO2017 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FEPRAM
CGC/CPF/ FAVORECIDA : PF3349014 - DIARIAS PESS.CIVIL
GESTAO FAVORECIDA : PROCESSO: 1811/00012/2017
DOC.REFERENCIA:
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO CLASSIFIC NATUREZA FONTE V A L O R
510200 2017NE00001 218910200 33901414 0205000000 2.800,00
OBSERVACAO :
REGISTRA LIQUIDACAO DE DESPESA COM CONCESSAO DE 3.5 DIARIAS DE 10 A 13/08/17
E MEMO.812/CUC - OBJ.:PARTICIPAR DE REUNIAO COM OS SERINGUEIROS DO VALE DO
GUAPORE - PROC.0028.004483/2017-60
LANCADA POR : ELINE FABIANA ASSIS NUNES EM : 14AGO2017 AS 10:32HS

Porto Velho, 14 de agosto de 2017.

NOME DO ASSINANTE

Cargo/Função



Documento assinado eletronicamente por **ELINE FABIANA ASSIS NUNES, Assessor(a)**, em 14/08/2017, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0051211** e o código CRC **DA92C8C8**.

Referência: Caso responda esta Liquidação, indicar expressamente o Processo nº 0028.004483/2017-60

SEI nº 0051211

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA

CNPJ do Orgao :

No. do Documento: 2017NE00001

UG Descricao

180011 FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL

Credor: DESPESA DE DIARIAS COM PESSOAL CIVIL

Endereco:

Cidade:

UF: CEP:

Origem Material

NOTA DE EMPENHO - NE

Gestao: 18011

No. Processo

1811/00012/2017

CNPJ/MF PF3349014

Esfera Evento UO Programa de Trabalho Fonte Nat.Desp. UGR PI
1 400091 18011 18542123227090000 0205000000 339014

Ref.Dispensa: LEI 8.666/93

Licitacao : INEXIGIVEL

Empenho Orig.:

Acordo:

Modalidade: 3 ESTIMATIVA

Valor do Empenho: R\$

Saldo Disponivel

*****114.000,00

CENTO E QUATORZE MIL REAIS*****

Janeiro

Fevereiro

Marco

114.000,00

Abril

Mai

Junho

CRONOGRAMA DE

DESEMBOLSO

PREVISTO

Julho

Agosto

Setembro

Outubro

Novembro

Dezembro Exercicio Seguinte

ITEM UNID ESPECIFICACAO

QTDE

PRECO UNITARIO

PRECO TOTAL

1 DIAR VALOR QUE SE EMPENHA PARA

COBRIR DESPESA COM DIARI

AS PESSOAL CIVIL CONF.

2017NC00003.

114.000,00

TOTAL OU A TRANSPORTAR =====> R\$

*****114.000,00

SubItem: 14

Local e Data da Entrega

PORTO VELHO

RESPONSAVEL PELA EMISSAO

01/01/2017

389168942/04 - BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO

ORDENADOR DE DESPESA

111111111/11 -

IMPRESSO PELO SIAFEM

Pag. 1

Vilson de Sales Machado
Secretario de Estado do Desenv. Ambiental
SEDAM

SIAFEM2017-EXEORC, CONSULTAS, CONNC (CONSULTA NOTA DE CREDITO)
CONSULTA EM 09/01/2017 AS 13:35

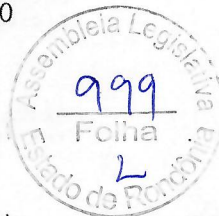
USUARIO : CARLITO

NUMERO : 2017NC00005 EMISSAO: 01JAN2017 LANÇAMENTO: 01JAN2017
UG EMITENTE : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FEPRAM
UG FAVOR : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO FAVOR: 18011 - FEPRAM
EVENTO : 300071 - RESERV ORC P/NC-PARA EMPENHO
FAVORECIDO : PF3349014 - DIARIAS PESS.CIVIL
PROCESSO : 1811/00012/2017 NC ORIGINAL:



ESF	UO	PROG.	DE TRABALHO	FTE	NATUR.	VLR. ORIGINAL	VLR. ATUALIZADO
1	18011	18542123228470000	0205	339014		168.000,00	168000,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, DE ACORDO COM DESPACHO A FOLHA 02, VERSO, DO PROCESSO CITADO ACIMA - CUC



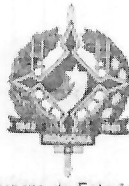
LANCADO POR : CARLITO LUCENA CAVALCANTE

EM 09JAN2017 AS 13:34 H

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPRAM
DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO FINANCEIRA
EXERCÍCIO DE 2017
Processo nº 1811/00012/2017
Valor R\$ 168.000,00
Declaramos para os fins previstos no inciso II do Art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000 que a despesa pública discriminada na Nota de Crédito emitida pelo SIAFEM, nº 2017-00005 corresponde ao processo e valor acima
Porto Velho, 01 de 01 de 2017

Vilson de Sales Machado
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEDAM

NC000003



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



LIQUIDAÇÃO

___ SIAFEM2017-EXEFIN,CONSULTAS,CONDL (CONSULTA DOCUMENTO LIQUIDACAO) _____
CONSULTA EM 14/08/2017 AS 12:54 USUARIO : ELINE FABIANA
DATA EMISSAO : 14AGO2017 NUMERO : 2017DL00851
DATA LANCAMENTO : 14AGO2017 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FEPRAM
CGC/CPF/ FAVORECIDA : PF3349014 - DIARIAS PESS.CIVIL
GESTAO FAVORECIDA : PROCESSO: 1811/00012/2017
DOC.REFERENCIA:
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO CLASSIFIC NATUREZA FONTE V A L O R
510200 2017NE00003 218910200 33901414 0205000000 2.800,00
OBSERVACAO :
REGISTRA LIQUIDACAO DE DESPESA COM CONCESSAO DE 3.5 DIARIAS DE 10 A 13/08/17
E MEMO.812/CUC - OBJ.:PARTICIPAR DE REUNIAO COM OS SERINGUEIROS DO VALE DO
GUAPORE - PROC.0028.004483/2017-60
LANCADA POR : ELINE FABIANA ASSIS NUNES EM : 14AGO2017 AS 12:51HS

Porto Velho, 14 de agosto de 2017.

NOME DO ASSINANTE

Cargo/Função



Documento assinado eletronicamente por **ELINE FABIANA ASSIS NUNES**, Assessor(a), em 14/08/2017, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0051866** e o código CRC **437F1C3E**.

Referência: Caso responda esta Liquidação, indicar expressamente o Processo nº 0028.004483/2017-60

SEI nº 0051866



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO

Copie e cole o texto aqui...

SIAFEM2017-EXEFIN, CONSULTAS, CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 15/08/2017 AS 10:04 USUARIO : BENA
DATA EMISSAO : 14AGO2017 DATA VENCIMENTO : 14AGO2017 NUMERO : 2017PD01772
UG : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FEPRAM

* PAGA * NL REF. : 2017DL00851
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 14AGO2017 OB PAG. : 2017OB01676
UG : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FEPRAM
BANCO : 001 AGENCIA : 2757X CONTA CORRENTE : 24155
SETOR PUBLICO

VORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CGC/CPF/UG : 22063994234 - DARIUS AUGUSTUS VAQUER ARAUJO
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 58858 CONTA CORRENTE : 59307
AV AMAZONAS PVH-RO

PROCESSO : 0028.004483/2017-60 VALOR : 875,00
FINALIDADE : PHGTO DIARIAS MEMO 812/CUC
3700475 2017NE00003 218910200 33901414 0205000000 875,00 3
3700575 PF3349014 218910200 0205000000 875,00 3

LANCADO POR: BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO

EM: 14AGO2017 AS: 14:14 HS

NOME DO ASSINANTE

Cargo/Função



Documento assinado eletronicamente por **BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO DE SOUZA**,
Agente, em 15/08/2017, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III,
art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código
verificador **0052878** e o código CRC **FD17D857**.

Referência: Caso responda esta Programação de Desembolso, indicar expressamente o Processo nº
0028.004483/2017-60

SEI nº 0052878



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO

Copie e cole o texto aqui...

SIAFEM2017-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 15/08/2017 AS 10:06 USUARIO : BENA
DATA EMISSAO : 14AGO2017 DATA VENCIMENTO : 14AGO2017 NUMERO : 2017PD01774
UG : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FEPRAM

PAGADORA : * PAGA * NL REF. : 2017DL00851
UG : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL DATA PAGAMENTO : 14AGO2017 OB PAG. : 2017OB01678
GESTAO : 18011 - FEPRAM
BANCO : 001 AGENCIA : [REDACTED] CONTA CORRENTE : [REDACTED]
SETOR PUBLICO

AVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CGC/CPF/UG : 53303580430 - JORGE LOURENCO DA SILVA
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : [REDACTED] CONTA CORRENTE : [REDACTED]
AV CALAMA

PROCESSO : 0028.004483/2017-60 VALOR : 875,00
FINALIDADE : PGTO DE DIARIAS CONF. MEMO 812/CUC
3700475 2017NE00003 218910200 33901414 0205000000 875,00 3
3700575 PF3349014 218910200 0205000000 875,00 3

LANCADO POR: BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO

EM: 14AGO2017 AS: 14:23 HS

NOME DO ASSINANTE

Cargo/Função



Documento assinado eletronicamente por **BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO DE SOUZA**,
Agente, em 15/08/2017, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III,
art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código
verificador **0052891** e o código CRC **1EDB857C**.

Referência: Caso responda esta Programação de Desembolso, indicar expressamente o Processo nº
0028.004483/2017-60

SEI nº 0052891



RONDÔNIA
Governo do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Av. Farquar nº 2986 - Bairro: Pedrinhas, Ed. Rio Cautário
curvo 2 - térreo - CEP 76.801361 - Porto Velho - RO

Núcleo de Prestação de Contas
Análise 2017 NL 01408
A Homologar
NL Homologado

MEMO Nº 94 CUC/SEDAM

Porto Velho, 21 de agosto de 2017.

Para: Prestação de Contas/COPAF

Da: Coordenadoria de Unidades de Conservação/CUC

Assunto: Prestação de Diárias

Prezado Coordenador,

Com nossos cumprimentos, encaminhamos a Vossa Senhoria o Relatório de Comprovação de Diárias dos servidores **JORGE LOURENÇO DA SILVA** – matrícula nº [^dã].393, **ISADORA ARAÚJO CHAGAS** – matrícula nº [^dã].767 e **DENISON TRINDADE SILVA** – matrícula nº [^dã].860 referente ao período 10/08/2017 a 13/08/2017, para providências cabíveis.

Respeitosamente,

RECEBIDO
21.1.08.1.2017
Núcleo de Prestação de Contas
[Assinatura]

DENISON TRINDADE SILVA
Coordenador de Unidades de Conservação
Mat. 100.091.860 - CUC/SEDAM



Governo do Estado de Rondônia
RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS




PROCESSO:	Nº AUTORIZAÇÃO:	LOTAÇÃO: CUC/SEDAM
BENEFICIÁRIO: JORGE LOURENÇO DA SILVA	CARGO: GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTAVEL	MATRICULA: 300.035.393

DADOS GERAIS DA VIAGEM	
OBJETIVO DA VIAGEM: Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Estadual Rio Cautário	
TIPO DE VIAGEM: () INDIVIDUAL (X) EQUIPE	
PERÍODO DE VIAGEM	

DESTINO: Porto Velho → Costa Marques → Porto Velho	DATA INÍCIO: 10/08/2017	HORA SAÍDA: 8h	RETORNO: 13/08/2017	HORA CHEGADA: 15h
---	----------------------------	-------------------	------------------------	----------------------

DADOS DO TRANSPORTE			
TIPO DE TRANSPORTE: (X) OFICIAL () PARTICULAR () ALUGADO	MEIO DE TRANSPORTE: () AEREO () RODOVIÁRIO () FLUVIAL (anexar bilhete) (X) TERRESTRE	DESCRIÇÃO DO MEIO DE TRANSPORTE LOCALIZADOR/VOO: -- BILHETE: -- EMPRESA: --	
		MODELO: Mitsubishi L200 Triton	PLACA: NDO3324
		HODOMETRO INÍCIO: 5324km	HODOMETRO FINAL: 7.509km
		MOTORISTA: JORGE LOURENÇO DA SILVA	
		MATRICULA: 300.035.393	

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
DESCRIÇÃO RESUMIDA DAS ATIVIDADES: <p>Viajamos de Porto Velho à cidade de Costa Marques no dia 10/08/2017. No qual participaria com a equipe da reunião com os representantes do Conselho Deliberativo da RESEX Estadual Rio Cautário. Na chegada fomos até a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé-AGUAPÉ para uma reunião, que não estava programada com a SEDAM, com a Prefeitura que queria pleitear sobre o Festival de Praia onde o estacionamento está dentro da área de amortecimento da unidade, porém nenhum representante da Prefeitura compareceu, mas o assunto foi pleiteado com os representantes da associação e a Coordenadoria CUC/SEDAM.</p> <p>Acompanhei o coordenador em fiscalização e monitoramento na Reserva na comunidade Curralinho no dia 11/08/2017, onde acontece o Festival de Praia. No mesmo dia realizou-se a 2ª reunião ordinária do ano de 2017 do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário, em Costa Marques no auditório da Câmara de Vereadores, com a pauta: 1) Apresentação de proposta do Banco do Povo para linha de crédito, com o objetivo de formação de estoque para os produtos extrativistas; 2) Apresentação para o Conselho da intenção das Comunidades, da criação da Cooperativa de Extrativistas da Resex Estadual Rio Cautário; 3) Outros..</p> <p>Particpei da reunião com os Extrativistas dentro da Reserva no dia 12/08/2017, onde foram apresentadas as propostas de linha de crédito do Banco do Povo para os Extrativistas e apresentação de propostas da empresa Inovam Brasil referente à safra de castanhas produzidas dentro da comunidade. Logo após a reunião acompanhei o Coordenador no monitoramento do Parque Estadual Serra dos Reis.</p> <p>Voltamos para Porto Velho no dia 13/08/2017.</p>	
LOCAL: PORTO VELHO, COSTA MARQUES, PORTO VELHO.	PERÍODO DE ATIVIDADES: 10/08/2017 a 13/08/2017
OBJETIVO ALCANÇADO ? (X) SIM () NÃO () PARCIALMENTE, EXPLICAR:	

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM E DIÁRIAS SEDAM - SEDAM		SUCESP Superintendência de Gestão dos Gestos Públicos Administrativos							
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA SEDAM		ORGÃO SOLICITANTE SEDAM							
DEPARTAMENTO ATENDIDO CUC									
SOLICITAÇÃO Nº 24273	AUTORIZAÇÃO Nº 57.57.12.24273	LOCAL, DATA E HORA PORTO VELHO, 04/08/2017 13:09:57							
Solicitamos autorização de viagem a serviço e posterior concessão de diárias ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), conforme informações a saber:									
DADOS GERAIS DA VIAGEM									
OBJETIVO DA VIAGEM A EQUIPE IRÁ PARTICIPAR DA REUNIÃO QUE SERÁ REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS DO VALE DO GUAPORÁ		FONTE DE CUSTEIO 0100 RECURSO DO RESSORTE							
ITINERÁRIO Porto Velho / Costa Marques / Porto Velho /		PERÍODO DE VIAGEM Ida 10/08/2017 Retorno 13/08/2017							
TELEFONE DE CONTATO (69) 9248-1323									
TIPO DE TRANSPORTE (X) OFICIAL () PARTICULAR () LOCADO		MEIO DE TRANSPORTE () AÉREO (X) TERRESTRE () OUTRO							
DESCRIÇÃO DO MEIO DE TRANSPORTE NDO3324 - MIT. L-200 TRITON (Capacidade: 5)									
DADOS DO CONDUTOR & FONTE DE CUSTEIO DE SUA DIÁRIA									
NOME DO SERVIDOR / MOTORISTA	MATRÍCULA	CARGO	CPF	CDS	DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR DIÁRIAS	Fonte de Recurso	Unidade
JORGE LOURENÇO DA SILVA	18.041	GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	533.035.804-30	06	3.50	250,00	R\$ 875,00	0205 COTA-PARTE FEPRAM	SEDAM
SUBTOTAL 1						R\$ 875,00			
DADOS DOS DEMAIS PASSAGEIROS & FONTE DE CUSTEIO DE SUAS DIÁRIAS									
NOME DO SERVIDOR / PASSAGEIRO	MATRÍCULA	CARGO	CDS	CPF	DIÁRIAS	VALOR DIÁRIAS	TOTAL DIÁRIAS	Fonte de Recurso	Unidade
DENISON TRINDADE SILVA	18.041	COORDENADOR CODEF	09	18.041	3.50	300,00	R\$ 1.050,00	0205 COTA-PARTE FEPRAM	SEDAM
ISADORA ARAUJO CHAGAS	18.041	CHEFE RESEX JACI PARANA	03	18.041	3.50	250,00	R\$ 875,00	0205 COTA-PARTE FEPRAM	SEDAM
SUBTOTAL 2						R\$ 1.925,00			
OBS:						Total Geral (1 + 2)		R\$ 2.800,00	
SOLICITANTE PAMELA SUELEN LUCINDO DE MELO ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS I 300130616 - CPF: 815.116.832-00		AUTORIZAÇÃO DO VEÍCULO PARA VIAGEM (X) DEFIRO () INDEFIRO () INSTRUIR 300101383 - MARCELO ARAUJO DE QUEIROZ CHEFE DE NÚCLEO				AUTORIZAÇÃO DAS DIÁRIAS			
*OBS: *OBS: Os decretos de autorização de viagens interestaduais "Deferidas", Terão que ser solicitados pelo sistema SEII.									





08/05/2017

Carteira de Motorista



AUTORIZAÇÃO PARA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS

Nome: JORGE LOURENÇO DA SILVA

CPF: 180.430.938-04-30

Validade: 08/05/2018

MATRÍCULA: 180.430.938-04-30

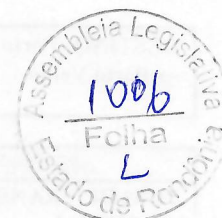
CNH: 018.180.430.938-04-30

Venc. CNH: 27/04/2022

LOTAÇÃO: SEDAM

MICHELE ROBERTA SANTIAGO
COORD. DE GESTÃO ADM. -SUGESP

Fica o funcionário acima citado, provisoriamente, autorizado a conduzir veículos oficiais da frota do Estado, conforme art. 12º, decreto 14698 de 05/11/2009.



Disk-Denúncia

Denúncia o mau uso dos
veículos do Estado

0800-6470732

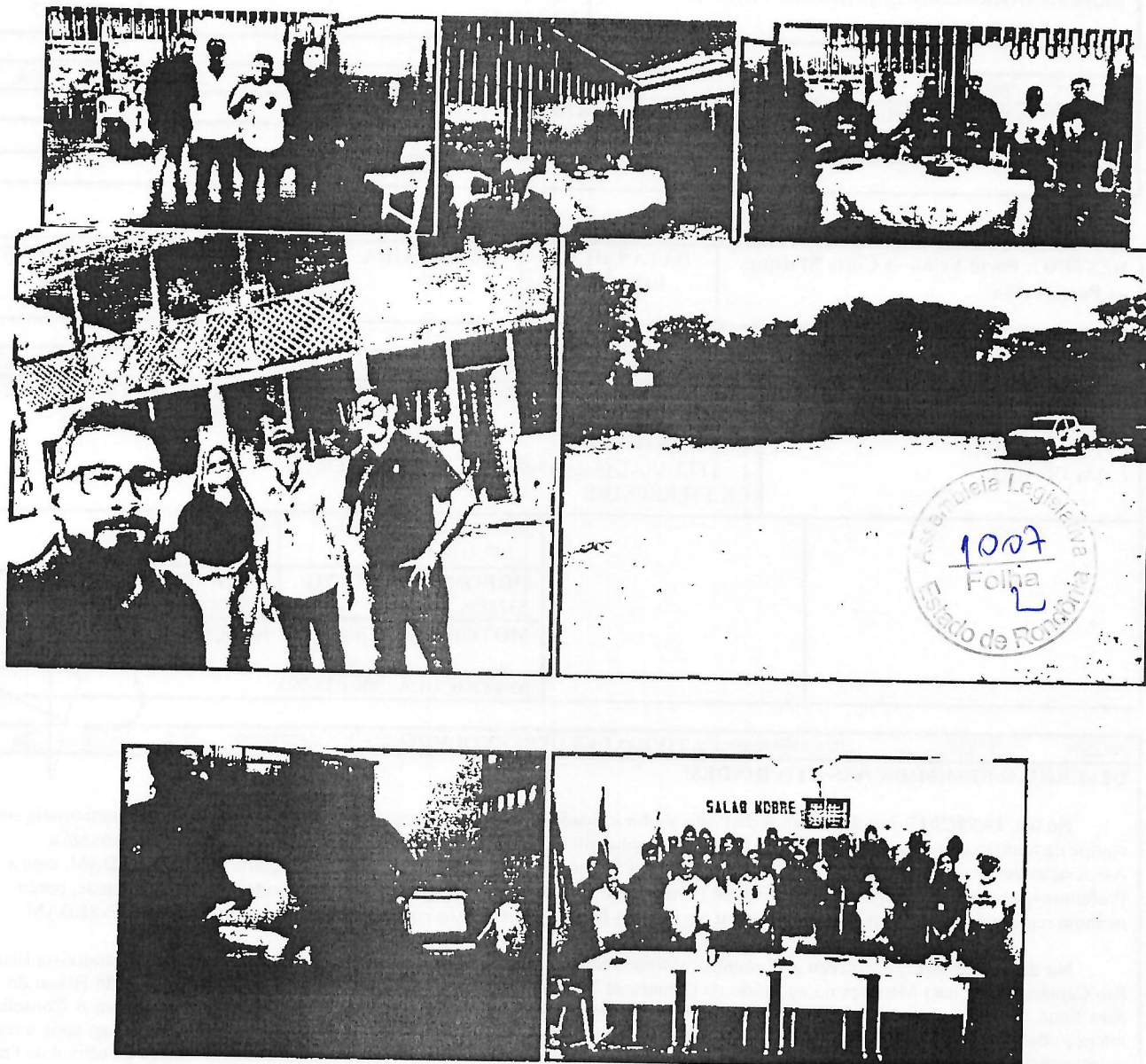


Governo do Estado de Rondônia
RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS



RELATÓRIO DE VIAGEM

ANEXO - FOTOS



LOCAL E DATA: PORTO VELHO-RO, 21/08/2017	TOMADOR DE DIÁRIAS: DENISON TRINDADE SILVA COORDENADOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - CUC	CHEFIA IMEDIATA: Francisco de Sales Oliveira dos Santos Secretário Adjunto de E.M. de Desenv. Ambiental 6596M
---	---	---

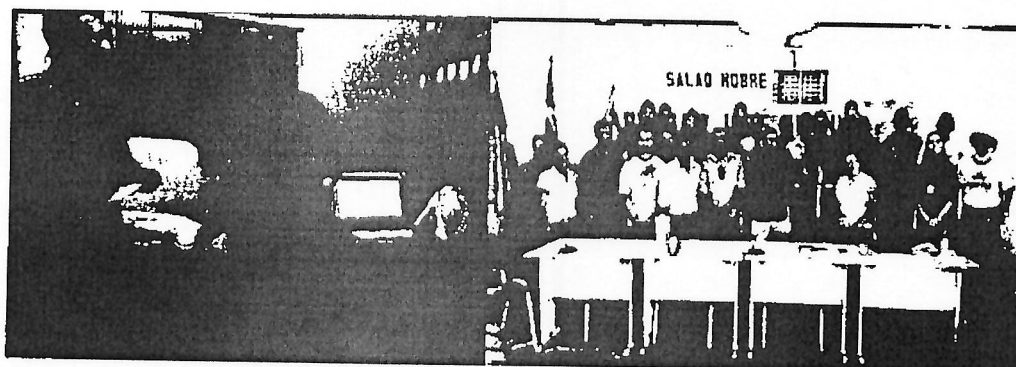
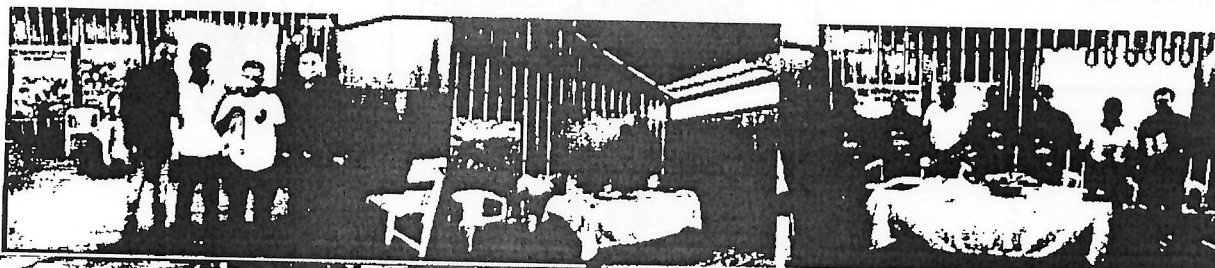


Governo do Estado de Rondônia
RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS



RELATÓRIO DE VIAGEM

ANEXO - FOTO



SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Estrada de Santo Antônio, 5323 - Bairro Triângulo.
Porto Velho - RO. CEP 76.805-810
Fone: (69) 3216 1083 - E-mail: gpcs@sedam.ro.gov.br



NADA CONSTA E/OU PENDÊNCIA

Nome do Servidor: DARIUS AUGUSTUS VAQUER ARAUJO

CPF: 220.639.180-00

Situação: PENDENTE

SIAFEM2017-CONTAB,CONSULTAS,DETAConta (DETALHA CONTA CONTABIL)

CONSULTA EM 11/09/2017 AS 09:30 TELA : 01/0001 USUARIO : ADELINA ANDRADE

UNIDADE GESTORA : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL

GESTAO : 18011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL

CONTA : 8.9.7.1.1.07.01 - = CONTROLE CONCESSAO DIARIAS ANTES DA AN

CC : 2206.180-00 - DARIUS AUGUSTUS VAQUER ARAUJO

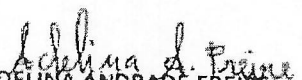
DOCUMENTO

DATA	U.G.	GESTAO	NUMERO	EVENTO	MOVIMENTO	SALDO
------	------	--------	--------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR A 14AGO2017

14AGO2017	180011	18011	2017OB01676	700475	875,00C	875,00C
-----------	--------	-------	-------------	--------	---------	---------

SALDO DO PROC. 0028.004483/2017-60, AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE DIARIA.


ADELINA ANDRADE FREIRE
ASSES. DE ANÁLISE E INST. PROCESSUAL II
Mat. 30.180-00

Cliente - Conta atual

Agência 2757-X

Conta corrente 1404 F ESPECIAL PROTECAO AMB

Período do extrato 09 / 2017



Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
31/08/2017		0000	0000 0	000 Saldo Anterior			0,00 C
01/09/2017		0000	1415 3	721 Repasse	110	8.723,52 C	
01/09/2017		0000	1417 5	976 Demais Arrecadações	129.463	1.568,00 C	
			237 0000 00				
01/09/2017		0000	1417 5	976 Demais Arrecadações	135.511	7.892,74 C	
			756 0000 00				
01/09/2017		0000	1415 3	721 Repasse	1.102.415	8.723,52 C	
01/09/2017		0000	1417 5	976 TED-Crédito em Conta	4.106.988	26.658,61 C	
				104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST			
01/09/2017		0000	1313 8	132 Emissão Ordem Bancária	50.162	90.518,25 D	
01/09/2017		0000	1315 3	277 TRANSF. ARRECADACAO	1.102.415	8.723,52 D	
01/09/2017		0000	0000 0	855 BB CP Admin Supremo	70	45.675,38 C	0,00 C
04/09/2017		8370	7332 2	870 Transferência on line	222.270.000.005.078	2.875,00 C	
				04/09 2270 5078-4 JOSE BEZERRA D			
04/09/2017		0000	1415 3	721 Repasse	110	11.562,63 C	
04/09/2017		0000	1417 5	976 Demais Arrecadações	147.767	130,42 C	
			237 0000 00				
04/09/2017		0000	1417 5	976 Demais Arrecadações	156.665	1.386,60 C	

17	5	Transferência on line	158		
		06/09 4006 12158-4 PREF MUN STA L			
06/09/2017	0000 14153	721 Repasse	110	22.819,52 C	
06/09/2017	0000 14175	976 Demais Arrecadações	118.163	7.825,20 C	
		237 0000 00			
06/09/2017	0000 14175	976 Demais Arrecadações	126.085	12.389,90 C	
		756 0000 00			
06/09/2017	0000 14153	721 Repasse	1.102.415	22.819,52 C	
06/09/2017	0000 14175	976 TED-Crédito em Conta	5.992.624	1.548,36 C	
		104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST			
06/09/2017	0000 13153	277 TRANSF. ARRECADAC AO	1.102.415	22.819,52 D	
06/09/2017	0000 00000	345 BB CP Admin Supremo	70	45.425,82 D	0,00 C
08/09/2017	0000 14153	721 Repasse	110	26.110,65 C	
08/09/2017	0000 14175	976 Demais Arrecadações	180.544	1.565,04 C	
		756 0000 00			
08/09/2017	0000 14175	976 Demais Arrecadações	201.266	195,63 C	
		237 0000 00			
08/09/2017	0000 14153	721 Repasse	1.102.415	26.110,65 C	
08/09/2017	0000 14175	976 TED-Crédito em Conta	8.674.521	19.021,18 C	
		104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST			
08/09/2017	0000 13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.165	13.450,00 D	
08/09/2017	0000 13153	277 TRANSF. ARRECADAC AO	1.102.415	26.110,65 D	
08/09/2017	0000 00000	345 BB CP Admin	70	33.442,50 D	0,00 C





AO					
12/09/2017	0000	0000	345 BB CP Admin Supremo	70	30.694,98 D 0,00 C
13/09/2017	0000	14153	721 Repasse	110	5.216,80 C
13/09/2017	0000	14153	721 Repasse	110	2.526,78 C
13/09/2017	0000	14175	976 Demais Arrecadações	98.246	7.825,20 C
756 0000 00					
13/09/2017	0000	14175	976 Tributo Municipal IPTU	124.536	23.473,71 C
237 0000 00					
13/09/2017	0000	14175	976 Demais Arrecadações	124.539	65,21 C
237 0000 00					
13/09/2017	0000	14153	721 Repasse	1.102.415	5.216,80 C
13/09/2017	0000	14153	721 Repasse	1.102.415	2.526,78 C
13/09/2017	0000	14175	976 TED-Crédito em Conta	9.224.343	13.022,19 C
104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST					
13/09/2017	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.167	430.714,00 D
13/09/2017	0000	13153	277 TRANSF. ARRECADAC AO	1.102.415	5.216,80 D
13/09/2017	0000	13153	277 TRANSF. ARRECADAC AO	1.102.415	2.526,78 D
13/09/2017	0000	0000	855 BB CP Admin Supremo	70	378.584,11 C 0,00 C
14/09/2017	8370	15535	729 Transferência	12.290.000.011.591	1.375,00 C
14/09 2290 11591-0 FRANCISCO CARL					
870					
14/09/2017	4286	74681	Transferência on line	222.290.000.048.827	2.625,00 C

15/09/20 17	0000	1415 3	721 Repasse	1.102.415	27.442,3 4 C	
15/09/20 17	0000	1417 5	976 TED- Crédito em Conta	6.156.998	2.598,29 C	
			104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST			
15/09/20 17	0000	1315 3	277 TRANSF. ARRECADAC AO	1.102.415	27.442,3 4 D	
15/09/20 17	0000	1313 8	132 Emissão Ordem Bancária	50.169	7.000,00 D	
15/09/20 17	0000	0000 0	345 BB CP Admin Supremo	70	23.736,2 3 D	0,00 C
18/09/20 17	8370	1553 5	729 Transferência	12.290.000.010.2 52	1.375,00 C	
			18/09 2290 10252-0 OSCAR PINHEIRO			
18/09/20 17	0000	1415 3	721 Repasse	110	16.125,9 5 C	
18/09/20 17	0000	1417 5	976 Demais Arrecadações	390.703	6.790,45 C	
			756 0000 00			
18/09/20 17	0000	1417 5	976 Demais Arrecadações	392.069	847,73 C	
			237 0000 00			
18/09/20 17	0000	1415 3	721 Repasse	1.102.415	16.125,9 5 C	
18/09/20 17	0000	1417 5	976 TED- Crédito em Conta	8.950.470	4.923,06 C	
			104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST			
18/09/20 17	0000	1315 3	277 TRANSF. ARRECADAC AO	1.102.415	16.125,9 5 D	
18/09/20 17	0000	1313 8	132 Emissão Ordem Bancária	50.170	48.925,0 0 D	
18/09/20 17	0000	0000 0	855 BB CP Admin Supremo	70	18.862,8 1 C	0,00 C
19/09/20 17	1178	7200 2	870 Transferência on line	224.002.000.006. 482	125,00 C	
			19/09 4002 6482-3 IRINEU BRONDAN			



17	8	Ordem Bancária	0 D		
20/09/2017	0000 0000 0	855 BB CP Admin Supremo	70	1.914,65 C	0,00 C
21/09/2017	0000 1415 3	721 Repasse	110	16.831,5 3 C	
21/09/2017	0000 1417 5	976 Demais Arrecadações	105.439	11.737,8 0 C	
		756 0000 00			
21/09/2017	0000 1417 5	976 Tributo Municipal IPTU	121.416	1.565,04 C	
		237 0000 00			
21/09/2017	0000 1417 5	976 Demais Arrecadações	121.417	391,26 C	
		237 0000 00			
21/09/2017	0000 1415 3	721 Repasse	1.102.415	16.831,5 3 C	
21/09/2017	0000 1417 5	976 TED-Crédito em Conta	6.988.550	9.963,32 C	
		104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST			
21/09/2017	0000 1417 5	976 TED-Crédito em Conta	7.603.562	4.004,64 C	
		104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST			
21/09/2017	0000 1315 3	277 TRANSF. ARRECADACAO	1.102.415	16.831,5 3 D	
21/09/2017	0000 1313 8	132 Emissão Ordem Bancária	50.173	4.558,00 D	
21/09/2017	0000 0000 0	345 BB CP Admin Supremo	70	39.935,5 9 D	0,00 C
22/09/2017	1182 9902 0	875 Transferido da poupança	1.182.510.053.74 1	125,00 C	
		22/09 1182 53741-1 MAIARA OLIVEIR			
22/09/2017	0000 1415 3	721 Repasse	110	27.239,9 4 C	
22/09/2017	0000 1417 5	976 Demais Arrecadações	109.620	978,15 C	
		756 0000 00			
22/09/2017	0000 1417	976 Demais	129.902	130,42 C	



17	3			1 C
26/09/20	0000 1417	976 Demais	92.342	1.630,25 C
17	5	Arrecadações		
		756 0000 00		
26/09/20	0000 1417	976 Demais	104.671	521,68 C
17	5	Arrecadações		
		237 0000 00		
26/09/20	0000 1415	721 Repasse	1.102.415	10.118,6 C
17	3			
26/09/20	0000 1417	976 TED- Crédito em Conta	6.344.966	1.483,65 C
17	5			
		104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST		
26/09/20	0000 1315	277 TRANSF. ARRECADAC AO	1.102.415	10.118,6 C
17	3			
26/09/20	0000 1313	132 Emissão Ordem Bancária	50.176	750,00 D
17	8			
26/09/20	0000 0000	345 BB CP Admin Supremo	70	13.004,1 9 D 0,00 C
17	0			
27/09/20	1182 9902	870 Transferência on line	601.182.000.053. 741	125,00 C
17	0			
		27/09 1182 53741-1 MAIARA OLIVEIR		
27/09/20	0000 1415	721 Repasse	110	19.563,0 C
17	3			
27/09/20	0000 1415	721 Repasse	110	41.807,0 C
17	3			
27/09/20	0000 1417	976 Demais Arrecadações	103.018	2.934,45 C
17	5			
		756 0000 00		
27/09/20	0000 1417	976 Demais Arrecadações	115.650	34.945,4 C
17	5			
		237 0000 00		
27/09/20	0000 1415	721 Repasse	1.102.415	19.563,0 C
17	3			
27/09/20	0000 1415	721 Repasse	1.102.415	41.807,0 C
17	3			
27/09/20	0000 1417	976 TED- Crédito em Conta	8.447.851	5.414,15 C
17	5			
		104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST		
27/09/20	0000 1315	277 TRANSF.	1.102.415	19.563,0



29/09/20 17	0000	1417 5	976 TED- Crédito em Conta	6.855.923	3.936,78 C	
104 0632 394585000171 GOVERNO DO EST						
29/09/20 17	0000	1413 8	972 ORDEM BANC CANCELADA	2.017.023.040.00 0	3.625,00 C	89.394, 72 C
28/09/20 17	29/09/20 17	0000	1413 8	972 ORDEM BANC CANCELADA	2.017.023.160.00 0	2.125,00 C
29/09/20 17		0000	1315 3	277 TRANSF. ARRECADAC AO	1.102.415	31.909,5 3 D
28/09/20 17	29/09/20 17	0000	0000 0	248 Estorno Resgate Automático	70	49.890,5 1 D
28/09/20 17	29/09/20 17	0000	0000 0	855 BB CP Admin Supremo	70	47.765,5 1 C
29/09/20 17		0000	0000 0	345 BB CP Admin Supremo	70	57.485,1 9 D
30/09/20 17		0000	0000 0	999 S A L D O		0,00 C

0

Transação efetuada com sucesso por: J1789520 BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO.





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



LIQUIDAÇÃO

SIAFEM2017-EXEFIN,CONSULTAS,CONDL (CONSULTA DOCUMENTO LIQUIDACAO)
CONSULTA EM 05/10/2017 AS 13:06 USUARIO : BENA
DATA EMISSAO : 05OUT2017 NUMERO : 2017DL01222
DATA LANCAMENTO : 05OUT2017 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 180011 - FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
GESTAO : 18011 - FEPRAM
CGC/CPF/ FAVORECIDA : PF3349014 - DIARIAS PESS.CIVIL
GESTAO FAVORECIDA : PROCESSO: 1811/00012/2017
DOC.REFERENCIA: 2017DL00851
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO CLASSIFIC NATUREZA FONTE VALOR
515200 2017NE00003 218910200 33901414 0205000000 875,00

OBSERVACAO :
CANCELAMENTO PARCIAL

LANCADA POR : BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO

EM : 05OUT2017 AS 13:05HS

Porto Velho, 05 de outubro de 2017.

NOME DO ASSINANTE

Cargo/Função



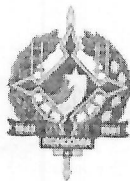
Documento assinado eletronicamente por **BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO DE SOUZA**,
Agente, em 05/10/2017, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III,
art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código
verificador **0141554** e o código CRC **28ED877C**.

Referência: Caso responda esta Liquidação, indicar expressamente o Processo nº 0028.004483/2017-60

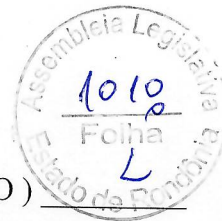
SEI nº 0141554



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



DESPACHO

SIAFEM2017-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)

CONSULTA EM : 06/11/17 AS 10:11

USUARIO: LUCIANA

DATA EMISSAO : 24AGO2017

NUMERO : 2017NL01408

DATA LANÇAMENTO : 24AGO2017

TELA : 01/01

UNIDADE GESTORA : 180011

GESTAO : 18011 PROCESSO : 0028.004483/2017-60

CGC/CPF/UG FAVORECIDA : 180011

EMPENHO :

GESTAO FAVORECIDA : 18011

DOC.REFERENCIA:

PROCESSO :

EVENTO INSCRIÇÃO DO EVENTO	CLASSIFIC	NATUREZA	FONTE	VALOR
540869 83898719200	332110101		1050,00	
540869 53303580430	332110101		875,00	
540869 01459969219	332110101		875,00	

HISTORICO:

REGISTRA PRESTACAO DE CONTAS DE DIARIAS EM ANALISE NO CONTROLE INTERNO REF AO

PROCESSO 0028.004483/2017-60 SERVIDORES PRESTARAM CONTAS EM 21/08/2017 REF AO AO PERIODO DE 10/08/2017 A 13/08/2017.

LANCADA POR AUDINEIA TEIXEIRA DA SILVA QUEIROZ EM : 24AGO2017 AS 11:09

DIVISÃO DE DIARIAS E SUPRIMENTO DE FUNDOS

DESTINO: Coordenadoria de Controle Interno – ACI.

PROCESSO:0028.004483/2017-60

Valor: R\$ 2.800,00

ASSUNTO: Encaminhamos os autos qualificados no cabeçalho do presente, objetivando a ANALISE pertinente e o respectivo Parecer.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MACIEL TAVARES, Gerente**, em 06/11/2017, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM
Coordenadoria de Controle Interno - SEDAM-CCI

Parecer nº 142/2017/SEDAM-CCI

PARECER N.º 891/CCI/SEDAM/2017	
UG:	FEPRAM
ASSUNTO:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS
INTERESSADO:	DENISON TRINDADE SILVA JORGE LOURENÇO DA SILVA ISADORA ARAUJO CHAGAS
PROCESSO N.º	0028.004483/2017-60
VALOR:	R\$: 2.800,00
PERÍODO:	10/08/2017 A 13/08/2017
SOLICITANTE:	CUC
PARA	DDSF

1 – DO OBJETO:

Trata o presente processo sobre Concessão de Diárias, o qual foi encaminhado a este Controle Interno, para análise e emissão de Parecer quanto a Prestação de Contas, conforme documentação juntada aos autos.

2- DA COMPETÊNCIA:

Com base no artigo 3º da Resolução 06/2011, O Controle Interno do Órgão que ordenou a despesa deverá acompanhar e fiscalizar o processamento das despesas dos processos dispensados nos artigos 1º e 2º desta Resolução, mediante análise e vistoria, emitir Parecer Técnico, mediante Decreto 18.728/2014.

3 – DA ANÁLISE:

Item	Descrição	Sim	Não	Dispensado
01	A viagem atende ao Interesse Público? (Art. 1º, Caput do Dec. Nº 18.728/2014)	x		
02	A viagem foi autorizada pela Autoridade Competente? (Art. 1º e § 1º do Dec. Nº 18.728/2014)	x		
03	Decreto com Autorização do Chefe do Poder Executivo? (Art.7º, Inciso II, §2º do Dec. Nº 18.728/2014)			x
04	Ofício ou Memorando de Autorização Viagem e Solicitação de Diárias devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesa? (Art. 7º, Inciso I do Dec. Nº 18.728/2014)	x		
05	Formulário de Solicitação de Diárias e Autorização de Viagem autorizada pelo Ordenador? (Art.7º, Inciso I, Dec. Nº 18.728/2014)	x		
06	Documentos que comprovam a futura ocorrência do evento e pertinência com as atividades do servidor? (Art. 7º, Inciso III, Dec. Nº 18.728/2014)			x
07	Cópia da Nota de Crédito e Declaração de Adequação Financeira? (Art. 16, c/c Art. 17, LRF Nº 101, de 04/05/2000)	x		
08	Cópia da Nota de Empenho da Despesa? (Art. 58, c/c art. 60 e art. 63, LOF 4.320, de 17/03/1964)	x		
09	Nota de Lançamento pela liquidação da parcial do Empenho? (Art. 58, c/c Art. 60 e Art.63, LOF 4.320, de 17/03/1964)	x		



Documento assinado eletronicamente por **JAIME FELISBERTO NAZARETH DE SOUZA JUNIOR, Analista**, em 16/11/2017, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0324662** e o código CRC **4D1E5BB8**.

Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0028.004483/2017-60

SEI nº 0324662





Governo do Estado de Rondônia
RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS



PROCESSO:	Nº AUTORIZAÇÃO:	LOTAÇÃO: CUC/SEDAM
BENEFICIÁRIO: DENISON TRINDADE SILVA	CARGO: COORDENADOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - CUC	MATRICULA: 1000

DADOS GERAIS DA VIAGEM	
OBJETIVO DA VIAGEM: Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Estadual Rio Cautário	
TIPO DE VIAGEM: () INDIVIDUAL (X) EQUIPE	
PERÍODO DE VIAGEM	

DESTINO: Porto Velho → Costa Marques → Porto Velho	DATA INÍCIO: 10/08/2017	HORA SAÍDA: 8h	RETORNO: 13/08/2017	HORA CHEGADA: 15h
---	----------------------------	-------------------	------------------------	----------------------

DADOS DO TRANSPORTE			
TIPO DE TRANSPORTE: (X) OFICIAL () PARTICULAR () ALUGADO	MEIO DE TRANSPORTE: () AEREO () RODOVIÁRIO () FLUVIAL (anexar bilhete) (X) TERRESTRE	DESCRIÇÃO DO MEIO DE TRANSPORTE LOCALIZADOR/VOO: -- BILHETE: -- EMPRESA: --	
		MODELO: Mitsubishi L200 Triton	PLACA: NDO3374
		HODOMETRO INÍCIO: 5324km	HODOMETRO FINAL: 7.509km
		MOTORISTA: JORGE LOURENÇO DA SILVA	
		MATRICULA: 30	

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
DESCRIÇÃO RESUMIDA DAS ATIVIDADES: <p>10/08/2017 viajamos de Porto Velho à cidade de Costa Marques. No qual participaria com a equipe da reunião com os representantes do Conselho Deliberativo da RESEX Estadual Rio Cautário. Na chegada fomos até a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé-AGUAPÉ para uma reunião, que não estava programada com a SEDAM, com a Prefeitura que queria pleitear sobre o Festival de Praia onde o estacionamento dentro da área de amortecimento da unidade, porém nenhum representante da Prefeitura compareceu, mas o assunto foi pleiteado com os representantes da associação e a Coordenadoria CUC/SEDAM.</p> <p>11/08/2017 Direcionei a equipe em fiscalização e monitoramento na Reserva na comunidade Currallinho, onde acontece o Festival de Praia. Realizou-se a 2ª reunião ordinária do ano de 2017 do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário, em Costa Marques no auditório da Câmara de Vereadores, com a pauta: 1) Apresentação de proposta do Banco do Povo para linha de crédito, com o objetivo de formação de estoque para os produtos extrativistas; 2) Apresentação para o Conselho da intenção das Comunidades, da criação da Cooperativa de Extrativistas da Resex Estadual Rio Cautário; 3) Outros.</p> <p>12/08/2017 ocorreu a reunião com os Extrativistas dentro da Reserva, onde foram apresentadas as propostas de linha de crédito do Banco do Povo para os Extrativistas e apresentação de propostas da empresa Inovam Brasil referente a safra de castanhas produzidas dentro da comunidade. Logo após a reunião direcionei a equipe no monitoramento do Parque Estadual Serra dos Reis.</p> <p>13/08/2017 Retornamos para Porto Velho.</p>	
LOCAL: PORTO VELHO, COSTA MARQUES, PORTO VELHO.	PERÍODO DE ATIVIDADES: 10/08/2017 a 13/08/2017
OBJETIVO ALCANÇADO ? (X) SIM () NÃO () PARCIALMENTE, EXPLICAR:	

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

DESPACHO

Da: Divisão de Diárias e Suprimento de Fundos - DDSF.

Para: Coordenadoria de Controle Interno - CCI.

Processo Nº: 0028.004483/2017-60

Assunto: Reanálise Processo.

Valor: 2.800,00

Senhor gerente,

Informo que o item 4 do parecer 142 sob protocolo 0324662 foi atendido informando a placa correta no relatório de comprovação de diárias sob o protocolo 0472754, assim solicitamos a REANALISE.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **DAVID JUNIOR REYES ORTIZ, Técnico(a)**, em 11/12/2017, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0472788** e o código CRC **057534FE**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0028.004483/2017-60

SEI nº 0472788

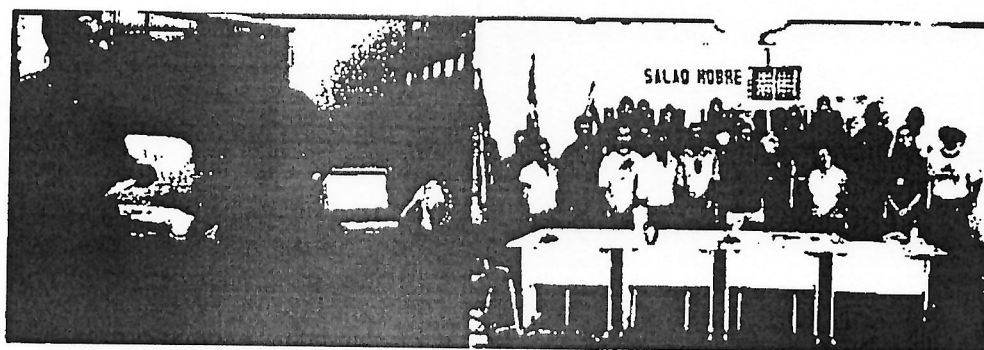
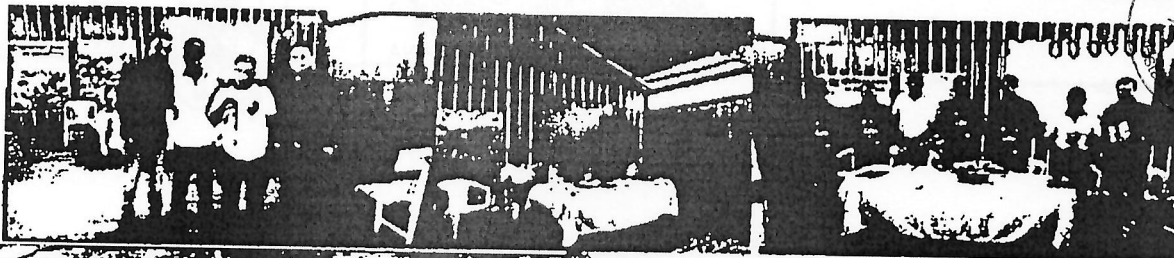


Governo do Estado de Rondônia
RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS



RELATÓRIO DE VIAGEM

ANEXO - FOTO





Governo do Estado de Rondônia
RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS

Asssembleia Leg.
1003
Folha

PROCESSO:	Nº AUTORIZAÇÃO:	LOTAÇÃO: CUC/SEDAM
BENEFICIÁRIO: JORGE LOURENÇO DA SILVA	CARGO: GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTAVEL	MATRICULA: 30118 d a i

DADOS GERAIS DA VIAGEM	
OBJETIVO DA VIAGEM: Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Estadual Rio Cautário	
TIPO DE VIAGEM: () INDIVIDUAL (X) EQUIPE	PERÍODO DE VIAGEM

Asssembleia Legislativa
1024
Folha
Estado de Rondônia

DESTINO: Porto Velho → Costa Marques → Porto Velho	DATA INÍCIO: 10/08/2017	HORA SAÍDA: 8h	RETORNO: 13/08/2017	HORA CHEGADA: 15h
---	----------------------------	-------------------	------------------------	----------------------

DADOS DO TRANSPORTE			
TIPO DE TRANSPORTE: (X) OFICIAL () PARTICULAR () ALUGADO	MEIO DE TRANSPORTE: () AEREO () RODOVIÁRIO () FLUVIAL (anexar bilhete) (X) TERRESTRE	DESCRIÇÃO DO MEIO DE TRANSPORTE LOCALIZADOR/VOO: -- BILHETE: -- EMPRESA: --	
		MODELO: Mitsubishi L200 Triton	PLACA: NDO3374
		HODOMETRO INÍCIO: 5324km	HODOMETRO FINAL: 7.509km
		MOTORISTA: JORGE LOURENÇO DA SILVA	
		MATRICULA: 30118 d a i	

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DESCRIÇÃO RESUMIDA DAS ATIVIDADES:

Viamos de Porto Velho à cidade de Costa Marques no dia 10/08/2017. No qual participaria com a equipe da reunião com os representantes do Conselho Deliberativo da RESEX Estadual Rio Cautário. Na chegada fomos até a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé-AGUAPÉ para uma reunião, que não estava programada com a SEDAM, com a Prefeitura que queria pleitear sobre o Festival de Praia onde o estacionamento está dentro da área de amortecimento da unidade, porém nenhum representante da Prefeitura compareceu, mas o assunto foi pleiteado com os representantes da associação e a Coordenadoria CUC/SEDAM.

Acompanhei o coordenador em fiscalização e monitoramento na Reserva na comunidade Curralinho no dia 11/08/2017, onde acontece o Festival de Praia. No mesmo dia realizou-se a 2ª reunião ordinária do ano de 2017 do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário, em Costa Marques no auditório da Câmara de Vereadores, com a pauta: 1) Apresentação de proposta do Banco do Povo para linha de crédito, com o objetivo de formação de estoque para os produtos extrativistas; 2) Apresentação para o Conselho da intenção das Comunidades, da criação da Cooperativa de Extrativistas da Resex Estadual Rio Cautário; 3) Outros..

Particpei da reunião com os Extrativistas dentro da Reserva no dia 12/08/2017, onde foram apresentadas as propostas de linha de crédito do Banco do Povo para os Extrativistas e apresentação de propostas da empresa Inovam Brasil referente à safra de castanhas produzidas dentro da comunidade. Logo após a reunião acompanhei o Coordenador no monitoramento do Parque Estadual Serra dos Reis.

Voltamos para Porto Velho no dia 13/08/2017.

LOCAL: PORTO VELHO, COSTA MARQUES, PORTO VELHO.	PERÍODO DE ATIVIDADES: 10/08/2017 a 13/08/2017
OBJETIVO ALCANÇADO ? (X) SIM () NÃO () PARCIALMENTE, EXPLICAR:	



Governo do Estado de Rondônia
RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS



PROCESSO:	Nº AUTORIZAÇÃO:	LOTAÇÃO: CUC/SEDAM
BENEFICIÁRIO: DENISON TRINDADE SILVA	CARGO: COORDENADOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - CUC	MATRICULA: 11111111

DADOS GERAIS DA VIAGEM	
OBJETIVO DA VIAGEM: Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Estadual Rio Cautário	
TIPO DE VIAGEM: () INDIVIDUAL (X) EQUIPE	PERÍODO DE VIAGEM



DESTINO: Porto Velho → Costa Marques → Porto Velho	DATA INÍCIO: 10/08/2017	HORA SAÍDA: 8h	RETORNO: 13/08/2017	HORA CHEGADA: 15h
---	----------------------------	-------------------	------------------------	----------------------

DADOS DO TRANSPORTE			
TIPO DE TRANSPORTE: (X) OFICIAL () PARTICULAR () ALUGADO	MEIO DE TRANSPORTE: () AEREO () RODOVIÁRIO () FLUVIAL (anexar bilhete) (X) TERRESTRE	DESCRIÇÃO DO MEIO DE TRANSPORTE LOCALIZADOR/VOO: -- BILHETE: -- EMPRESA: --	
		MODELO: Mitsubishi L200 Triton	PLACA: NDO3374
		HODOMETRO INÍCIO: 5324km	HODOMETRO FINAL: 7.509km
		MOTORISTA: JORGE LOURENÇO DA SILVA	
		MATRICULA: 31111111	

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
DESCRIÇÃO RESUMIDA DAS ATIVIDADES: 10/08/2017 viajamos de Porto Velho à cidade de Costa Marques. No qual participaria com a equipe da reunião com os representantes do Conselho Deliberativo da RESEX Estadual Rio Cautário. Na chegada fomos até a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé-AGUAPÉ para uma reunião, que não estava programada com a SEDAM, com a Prefeitura que queria pleitear sobre o Festival de Praia onde o estacionamento dentro da área de amortecimento da unidade, porém nenhum representante da Prefeitura compareceu, mas o assunto foi pleiteado com os representantes da associação e a Coordenadoria CUC/SEDAM. 11/08/2017 Direcionei a equipe em fiscalização e monitoramento na Reserva na comunidade Curralinho, onde acontece o Festival de Praia. Realizou-se a 2ª reunião ordinária do ano de 2017 do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário, em Costa Marques no auditório da Câmara de Vereadores, com a pauta: 1) Apresentação de proposta do Banco do Povo para linha de crédito, com o objetivo de formação de estoque para os produtos extrativistas; 2) Apresentação para o Conselho da intenção das Comunidades, da criação da Cooperativa de Extrativistas da Resex Estadual Rio Cautário; 3) Outros. 12/08/2017 ocorreu a reunião com os Extrativistas dentro da Reserva, onde foram apresentadas as propostas de linha de crédito do Banco do Povo para os Extrativistas e apresentação de propostas da empresa Inovam Brasil referente a safra de castanhas produzidas dentro da comunidade. Logo após a reunião direcionei a equipe no monitoramento do Parque Estadual Serra dos Reis. 13/08/2017 Retornamos para Porto Velho.	
LOCAL: PORTO VELHO, COSTA MARQUES, PORTO VELHO.	PERÍODO DE ATIVIDADES: 10/08/2017 a 13/08/2017
OBJETIVO ALCANÇADO ? (X) SIM () NÃO () PARCIALMENTE, EXPLICAR:	

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM
Coordenadoria de Controle Interno - SEDAM-CCI

Parecer nº 721/2017/SEDAM-CCI

PARECER Nº 1432/CCI/SEDAM/2017	
UG:	FEPRAM
ASSUNTO:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS
INTERESSADOS:	DENISON TRINDADE SILVA JORGGE LOURENÇO DA SILVA ISADORA ARAUJO CHAGAS
PROCESSO Nº	0028.004483/2017-60
VALOR:	R\$: 2.800,00
PERÍODO:	10/08/2017 A 13/08/2017
SOLICITANTE:	CUC
PARA:	DDSF

1 – DO OBJETO:

Trata o presente processo sobre Concessão de Diárias, o qual foi encaminhado a este Controle Interno, para reanálise e emissão de Parecer quanto a Prestação de Contas, conforme documentação acostada aos autos.

2- DA COMPETÊNCIA:

Com base no artigo 3º da Resolução 06/2011, O Controle Interno do Órgão que ordenou a despesa deverá acompanhar e fiscalizar o processamento das despesas dos processos dispensados nos artigos 1º e 2º desta Resolução, mediante análise e vistoria, emitir Parecer Técnico, mediante Decreto 18.728/2014.

3 – DA REANÁLISE:

3.1 – Após reanálise, constata-se as novas comprovações de diárias (0490649), sanando o item 4 do Parecer, doc. (0324662).

Ressalta esta Assessoria de Controle Interno, que a veracidade dos documentos contidos nos autos e as informações prestadas, são de inteira responsabilidade do (a) servidor (a) e do seu chefe imediato e, que responderão solidariamente pela omissão de informações, conforme dispõe Artigo 15º, § 3º do Decreto nº. 18.728 de 27/03/2014, que preconiza:

“§ 3º Será solidariamente responsável, a autoridade administrativa que autorizar ou omitir informações sobre recebimento indevido de diárias”.

4 - Diante do exposto, compete ao ordenador deliberar pela aprovação e homologação da Prestação de Contas, com vista à baixa no SIAFEM nos termos do Art. 18, do Decreto nº. 18.728/2014.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

NOTA DE LANÇAMENTO

SIAFEM2017-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO) _____
CONSULTA EM : 19/12/17 AS 10:12 USUARIO: CLEIDIMAR
DATA EMISSAO : 19DEZ2017 NUMERO : 2017NL02794
DATA LANÇAMENTO : 19DEZ2017 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 180011
GESTAO : 18011 PROCESSO : 0028.004483/2017-60
CGC/CPF/UG FAVORECIDA : 180011 EMPENHO :
GESTAO FAVORECIDA : 18011 DOC.REFERENCIA:
PROCESSO :
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO CLASSIFIC NATUREZA FONTE V A L O R
540870 83898719200 897110704 1050,00
540870 53303580430 897110704 875,00
540870 01459969219 897110704 875,00
HISTORICO:
REGISTRA PRESTACAO DE CONTAS DE DIARIAS A HOMOLOGAR, REF. PROCESSO N. 0028.00
4483/2017-60, CONF. PARECER N. 721/SEDAM/2017-CCI.
LANCADA POR CLEIDIMAR FERREIRA LIMA EM : 19DEZ2017 AS 10:48



Documento assinado eletronicamente por **ADELINA ANDRADE FREIRE**, Assessor(a), em
19/12/2017, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do
Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código
verificador **0524036** e o código CRC **B3F21454**.

Referência: Caso responda esta Nota de Lançamento, indicar expressamente o Processo nº 0028.004483/2017-60

SEI nº 0524036



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0524063** e o código CRC **58D3E65B**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0028.004483/2017-60

SEI nº 0524063



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

NOTA DE LANÇAMENTO

SIAFEM2017-EXEFIN, CONSULTAS, CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM : 20/12/17 AS 12:12 USUARIO: ADELINA ANDRADE
DATA EMISSAO : 20DEZ2017 NUMERO : 2017NL02884
DATA LANÇAMENTO : 20DEZ2017 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 180011
GESTAO : 18011 PROCESSO : 0028.004483/2017-60
CGC/CPF/UG FAVORECIDA : 180011 EMPENHO :
GESTAO FAVORECIDA : 18011 DOC.REFERENCIA:
PROCESSO :
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO CLASSIFIC NATUREZA FONTE V A L O R
540871 83898719200 897110705 1050,00
540871 53303580430 897110705 875,00
540871 01459969219 897110705 875,00

HISTORICO:

BAIXA DE RESPONSABILIDADE DE PRESTACAO DE CONTAS DE DIARIAS DEVIDAMENTE HOMOL
OGADAS CONF. PARECER N. 721/CCI/SEDAM/2017, SOB O PROTOCOLO N. 0514060 E HOMO
LOGO DO ORDENADOR SOB O PROTOCOLO N 0526370.

LANCADA POR ADELINA ANDRADE DE FREIRE

EM : 20DEZ2017 AS 12:07



Documento assinado eletronicamente por **ADELINA ANDRADE FREIRE**, Assessor(a), em
20/12/2017, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do
Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código
verificador **0535774** e o código CRC **2BB34744**.

Referência: Caso responda esta Nota de Lançamento, indicar expressamente o Processo nº 0028.004483/2017-60

SEI nº 0535774



12731/2017
072754 2017

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

RO Rural Show

MEMO. Nº: 451/CUC/PORTO VELHO

PORTO VELHO - RO.

18 de maio de 2017

PARA: COPAF

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

Senhor Secretário,



Solicitamos de Vossa Senhoria, autorização e liberação da proposta e concessão de diárias, composta pelos servidores/colaboradores abaixo relacionados:

01 - Objetivo:

Participar da 6ª edição RONDÔNIA RURAL SHOW.



02 - Justificativa Fundamentada:

A 6ª edição da Rondônia Rural Show, coordenada pela Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri), teve sua primeira edição em 2017 numa iniciativa do governo estadual, com o objetivo de incentivar a agricultura familiar do estado.

AUTORIZO NA FORMA DA LEI
Wilson de Sales Machado
Secretário de Est. do Desenv. Ambiental - SEDAM
Matrícula: 100060232
Data: 18/05/17

03 - Localidade/Percorso da Viagem:

PORTO VELHO/JI-PARANÁ/PORTO VELHO

04 - Período/Diárias Previstas:

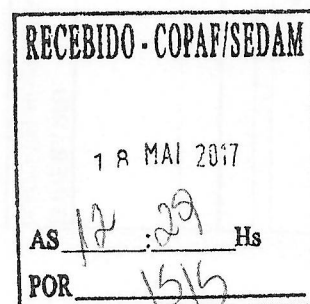
23/05/2017 à 28/05/2017, perfazendo um total de 5,5 diárias.

05 - SERVIDOR(ES):

SERVIDOR	CPF	BANCO - AG - C/C	CARGO/CDS	SIT. C/NPC
JOSE PROFIRIO VIEIRA	191.111.111-11	001 2290-1111	MOTORISTA / 02	LIBERADO
DENISON TRINDADE SILVA	111.111.111-11	001 2290-1111	COORDENADOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO / 09	PENDENTE
THAIS CRISTINA MEDEIROS EGGERS	010.111.111-11	001 2270-1111	GERENTE DE PROTEÇÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO / 06	LIBERADO
RAFAELA ARAUJO CHAGAS	014.111.111-11	001 3796-1111	CHEFE DA RESEX (JACI-PARANÁ) / 03	LIBERADO

Atenciosamente,

JORGE LOURENÇO DA SILVA
GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL
300.035.393



SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Estrada de Santo Antônio, 5323 - Bairro Triângulo.

Porto Velho - RO, CEP 76.805-810

Fone: (69) 3216 1083 - E-mail: gpcs@sedam.ro.gov.br



NADA CONSTA E/OU PENDÊNCIA

Nome do Servidor: ISADORA ARAUJO CHAGAS

CPF: 014.599 [REDACTED]

Situação: LIBERADO

SIAFEM2017-CADBASICO,CONSULTAS,LISCREDOR (LISTA CADASTRO DE CREDORES)

CONSULTA EM: 18/05/2017 AS 11:44

USUARIO: IVANA



CREDOR	BANCO	AGENCIA	CONTA	TIPO

ISADORA ARAUJO CHAGAS				
014599 [REDACTED]	001 BANCO DO BRASIL	37966 AV CALAMA	303364	00



Ivana S. Amorim
IVANA FERREIRA AMORIM
DIVISÃO DE DIÁRIAS E SUP. DE FUNDOS
003.283 [REDACTED]

SIAFEM - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L. 33200.CJ

RELACAO DAS ORDENS BANCARIAS EXTERNAS - NAO CONTA UNICA

DATA REFERENCIA - 22/05/2017
2017RE50095

UNIDADE GESTORA - 180011 FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
BANCO - 001 BANCO DO BRASIL S/A.

GESTAO - 18011 FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL
AGENCIA- 2757X SETOR PUBLICO
CONTA- 24155

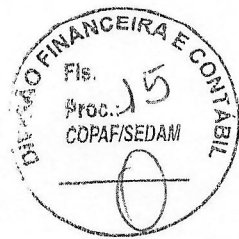
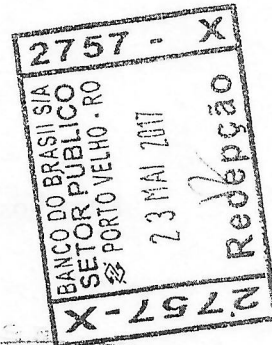
ORDEN	TIPO	F A V O R E C I D O	BANCO AGENCIA CONTA	V A L O R	NUMERO GR DE CANCELAMENTO
BANCARIA	OB CPF/CNPJ				
20170B00796	32 23302666349	JOSE ERIVALDO DE OLIVEIRA	001 22659 52299	1.140,00	
20170B00797	32 59539399220	ELIAS GOMES DE SOUZA	001 11819 67911	1.140,00	
20170B00798	32 31213340268	JOSE CARDOSO DE MENEZES	001 42862 148695	1.140,00	
20170B00799	32 20421710268	ANTONIO OLIVEIRA BRITO	001 11797 60852	1.140,00	
20170B00800	32 29042852291	NEWTON GARCIA GOMES	001 11797 436593	1.140,00	
20170B00801	32 00317769146	KLEBER DEMARCHI	001 11819 39145X	1.140,00	
20170B00802	32 45703906253	LUIZ ANTONIO MOCCELIN	001 03905 125458	1.140,00	
20170B00803	32 39217248991	DJALMA FERREIRA DOS SANTOS	001 21970 197092	1.140,00	
20170B00804	32 83320776215	VINICIUS DE ALMEIDA DOS ANJOS	001 21733 220752	1.140,00	
20170B00805	32 02148648985	PAULO ALVES DE LIMA	001 11827 374288	60,00	
20170B00806	32 62263960244	HILDA APARECIDA RIBAS DOS S. ALMEIDA MUNIZ	001 11819 298379	60,00	
20170B00807	32 00708725201	WENDER VICTOR CALAZAM	001 40053 107190	60,00	
20170B00808	32 00866889280	HELIEL ROMUALDO DE ANDRADE	001 11797 500550	660,00	
20170B00809	32 19176007200	JOSE PROFIRIO VIEIRA	001 2290X 107654	900,00	
20170B00810	32 92031854291	CLEBER DO AMARAL	001 71161 365734	1.380,00	
20170B00811	32 27214168200	WALDIR ROCHA LIMA	001 2290X 89400	2.300,00	
20170B00812	32 28583060282	SIDNEY SERAFIM RODRIGUES	001 3231X 129739	825,00	
20170B00813	32 01040571220	THAIS CRISTINA MEDEIROS EGGERS	001 22705 344788	660,00	
20170B00814	32 01459969219	ISADORA ARAUJO CHAGAS	001 37966 303364	1.100,00	
20170B00815	32 83898719200	DENISON TRINDADE SILVA	001 2290X 359505		
TOTAL R\$	18.895,00	DEZOITO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS			

AUTORIZO O BANCO DO BRASIL A EFETIVAR OS PAGAMENTOS ACIMA RELACIONADOS, EXCETUANDO AQUELAS OBS CANCELADAS E AUTORIZADAS.

DATA 22/05/2017 - LOCAL - PORTO VELHO-RO

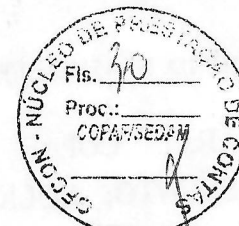
- ORDENADOR E/ ASSINATURA -

- 2A. ASSINATURA -





Governo do Estado de Rondônia
RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS



LOCAL E DATA: PORTO VELHO-RO, 01/06/2017

TOMADOR DE DIÁRIAS:

Isadora A. Chagas
ISADORA ARAÚJO CHAGAS
CHEFE DA RESEX JACI-PARANA

CHEFIA IMEDIATA:

Denise Trindade Silva
Coordenadora CUI/SEDAM
Mat. 18940100-0



SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Av. Farquar, 2886 - Pedrinhas.
Edifício Rio Cautário, Curvo 2 - 2º andar
Porto Velho-RO. CEP 76.801-361
Fone: (69) 3216.1069 - 0800-6471150
e-mail: ouvidoria@sedam.ro.go



SIAFEM2017-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM : 05/06/17 AS 12:06
DATA EMISSAO : 05JUN2017
DATA LANCAMENTO : 05JUN2017
UNIDADE GESTORA : 180011
GESTAO : 18011
CGC/CPF/UG FAVORECIDA : 180011
GESTAO FAVORECIDA : 18011
PROCESSO :
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO CLASSIFIC NATUREZA FONTE V A L O R
540869 19176007200 332110101 660,00
540869 01459969219 332110101 660,00

HISTORICO:

REGISTRA PRESTACAO DE CONTAS DE DIARIAS EM ANALISE NO CONTROLE INTERNO REF. A O PROCESSO 1811.00308/2017. ISADORA ARAUJO E JOSE PROFIRIO PRESTARAM CONTA EM 05/06/2017. REF AO PERIODO 23/05/2017 A 28/05/2017.

LANCADA POR IVANA FERREIRA AMORIM

EM : 05JUN2017 AS 12:40

SIAFEM2017-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM : 05/06/17 AS 12:06
DATA EMISSAO : 02JUN2017
DATA LANCAMENTO : 02JUN2017
UNIDADE GESTORA : 180011
GESTAO : 18011
CGC/CPF/UG FAVORECIDA : 180011
GESTAO FAVORECIDA : 18011
PROCESSO :
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO CLASSIFIC NATUREZA FONTE V A L O R
540869 83898719200 332110101 1100,00
540869 01040571220 332110101 825,00

HISTORICO:

REGISTRA PRESTACAO DE CONTAS DE DIARIAS EM ANALISE NO CONTROLE INTERNO REF. A O PROCESSO 1811.00308/2017. THAIS CRISTINA E DENISON TRINDADE PRESTARAM CONTA EM 02/06/2017. REF AO PERIODO 23/05/2017 A 28/05/2017.

LANCADA POR IVANA FERREIRA AMORIM

EM : 02JUN2017 AS 13:22



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



ATA REUNIÃO DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, BEM COMO DOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.

Às Quinze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e seis de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário da Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Sob a presidência do Senhor Deputado Alex Redano e presenças dos Senhores Deputados: Pedro Fernandes, Dra. Taíssa e Lucas Torres. Participou como convidado o Senhor: João Francisco dos Santos - Assessor Técnico. Estiveram ausentes os Senhores deputados Jean Oliveira, Cirone Deiró. Havendo número regimental o Senhor Presidente deu início a reunião. O senhor presidente solicitou ao Senhor Deputado Delegado Lucas que realizasse a leitura da ata de reunião anterior, que solicitou a dispensa da leitura da ata, sendo aprovada por unanimidade. Os senhores deputados presentes fizeram uso da palavra. Ato contínuo, o senhor presidente solicitou que fosse realizada a leitura do expediente expedido



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



pela comissão no período de recesso legislativo. Ofício GDAR nº 014/2025, que solicita ao CREA/RO informações e cópias de documentos. Ofício GDAR nº 015/2025, que solicita ao INCRA-RO cópias de documentos e a disponibilidade do servidor Antônio Heller dos Santos para que seja ouvido em reunião da comissão parlamentar de inquérito. Ofício GDAR nº 016/2025, que solicita ao CREA/AM informações e cópias de documentos. Ofício GDAR nº 017/2025, que solicita ao Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio -6 informações e cópias de documentos. Ofício GDAR nº 018/2025, que solicita ao CREA/PA informações e cópias de documentos. O senhor presidente colocou em discussão e deliberação os documentos expedidos, sendo aprovados por unanimidade, os mesmos foram juntados aos autos do processo. Ato contínuo, passou-se a leitura do expediente recebido: Ofício nº 361/2025/CASACIVIL-DITELIR, que encaminha resposta ao requerimento CPI nº 02/2024. Processo nº 0028.027766/2024-17, que encaminha resposta ao ofício GDAR nº 100/2024. Após a leitura do expediente recebido, passou-se as oitivas, através de termo de declaração, das seguintes testemunhas: Antônio Heller Dos Santos, CPF [REDACTED].412-91, Servidor do INCRA-RO e Edson Rigoli Gonçalves, CPF [REDACTED].530-68, Presidente do CREA/RO. os depoimentos foram taquigrafados e juntados aos autos do processo. Ato contínuo, o senhor presidente colocou em discussão e deliberação



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



os seguintes requerimentos de autoria do senhor deputado Delegado Lucas, requer que seja encaminhado convite a UCAVER - União de câmara de vereadores RO, para participar da próxima reunião da comissão parlamentar de inquérito. Sendo aprovado por unanimidade. Requer que seja providenciada uma recomendação legislativa ao governo, através da SEDAM, para que façam registro dos profissionais que estão lotados na SEDAM-RO junto ao CREA-RO, mediante termo de convênio. Sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, e para constar o Senhor Presidente determinou a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente. Às dezoito horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, BEM COMO NOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.

PRESENÇA

REUNIÃO: 18º Extraordinário

DATA: 26 / 02 / 2025

HORÁRIO: 15 / 44

DEP. JEAN DE OLIVEIRA _____ **AUSENTE**

DEP. CIRONE DEIRÓ _____ **AUSENTE**

DEP. ALEX REDANO _____

DEP. PEDRO FERNANDES _____

DEP. DELEGADO LUCAS _____

DEP. DRA. TAISSA _____ **REMOTA**

CONVIDADOS:

DEP. _____

DEP. _____

DEP. _____



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO |
CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO ATO P N° 008/2023-LEG/ALE,
DA DECÍMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

Lista de presença convidados:

Data: 26/02/2025

Hora: 18:49

Nome: EDISON ALBOLI GONÇALVES

Órgão/Função: CREA-RO - PRESIDENTE

CPF: [REDACTED] 6530-68

Nome: ANTONIO HELLER DOS SANTOS

Órgão/Função: INCM (RO) - CHEFE DIVISÃO DE GOVERNADORIA E FUNDAÇÃO

CPF: 696.539 412-92

[REDACTED]

Nome: _____

Órgão/Função: _____

CPF: _____

Nome: _____

Órgão/Função: _____

CPF: _____

Nome: _____

Órgão/Função: _____

CPF: _____



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO |
CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO



ANO XIV

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2025

Nº 45

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SEC. DE RECURSOS HUMANOS	1105
SEC. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	1117

TAQUIGRAFIA

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 26.02.2025
INÍCIO: 15h44min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES
MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS
SRA. DRA. TAÍSSA

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica

Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

Quero agradecer a presença da Deputada Taíssa, que está on-line, e está contribuindo grandiosamente com essa CPI; o nosso Deputado Lucas Torres, que também tem contribuído muito. Parabéns pela dedicação; o nosso relator da CPI, o Deputado Pedro Fernandes. Parabéns e obrigado.

Quero agradecer ao nosso jurídico: Doutor Doca, Doutor Franber, e todos os demais técnicos que estão envolvidos na CPI. Nossa gratidão. Muito obrigado a todos.

Também agradeço ao Edson Rígoli, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Crea/RO. Bem-vindo, amigo. Sinta-se em casa. Agradecer também ao nosso amigo Antônio Eller dos Santos, representante do Incra. Vem sempre contribuir conosco. Muito obrigado.

Quero aqui agradecer já à Vereadora Dorinha, nossa representante de Cacaulândia.

Agradecer ao doutor Marcel Reis Fernandes, advogado dos produtores rurais de Cujubim. Nosso muito obrigado.

Muito obrigado ao Senhor Francisco de Andrade, Presidente da Associação Soldado da Borracha. Também cumprimento o Zoca. Obrigado. Vereador Herlon, de Cujubim. Vereador forte.

Renata Viana, vereadora no Município de Cujubim. Obrigado.

Vereador Alécio Fernandes, do Município de Cujubim.

Vereadora Ana Paula Rodrigues, de Cujubim. Nosso muito obrigado.

Vereador Jonas da Feira. Meu representante. Bem-vindo, amigo.

Meu vereador também, porque somos do mesmo partido, estou muito honrado com a sua presença, Vereador de Porto Velho, representando União Bandeirantes, o Vereador Adalto. Obrigado.

Meu vereador, meu representante, o Vereador Edmilson facundo, de Alto Paraíso. Obrigado.

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES
2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON
1º Secretário: ALAN QUEIROZ
2º Secretário: CÁSSIO GOIS
3º Secretário: EDEVALDO NEVES
4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



Eu gostaria, para evitar comentários maldosos, esclarecer um fato: o regimento traz alguns impeditivos de Presidente da Assembleia ser presidente de CPI. Mas, quero falar que foi analisado profundamente com o nosso jurídico e eu vou continuar como Presidente da CPI das reservas, porque quando nós criamos a CPI, eu não estava na presidência. Então, tem jurisprudência para continuar na presidência.

Quero agradecer aos deputados Dr^a Taíssa, Delegado Lucas, Cirone Deiró e Pedro Fernandes pela compreensão, que mesmo sabendo que ficou mais complexo por questão de agenda, de tempo, mas a CPI é a prioridade das prioridades. Sempre que tiver CPI, já está autorizado cancelar todas as demais agendas para a gente focar nesse objetivo.

Antes de dar início, eu gostaria de franquear a palavra a todos os deputados e ao Doutor Doca para fazer um resumo do andamento.

Vamos fazer a leitura da Ata da reunião anterior. Solicito ao Deputado Lucas Torres que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DELEGADO LUCAS – Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está dispensada a leitura. Com a palavra o deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Uma boa tarde a todos. Quero aqui cumprimentar o Deputado Alex Redano; cumprimentar o Deputado Lucas cumprimentar o Doutor Doca, da Assessoria Jurídica nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Cumprimentar os Vereadores de Cujubim: o Jonas da Feira, Vereador Alécio, Vereadora Renata, Vereador Herlon, Vereadora Ana Paula, o ex-vereador Zoião; o meu amigo Pacão também, que está aí; o Francisco, Presidente da Associação. Em nome de vocês cumprimentar a todos.

Cumprimentar o Vereador Edmilson, lá de Alto Paraíso; a Vereadora Dora, de Cacaúlândia; o Antônio, do Inca. Obrigado por estar participando. O Inca também tem um papel importante em todo esse processo.

O Vereador Adalto, aqui de Porto Velho. Obrigado pela presença de todos. E, em nome de vocês, cumprimentar todas as pessoas aqui, o pessoal que está na galeria.

Agradecer, em nome do Barreto, a comitiva lá de Cujubim, que vieram todos pedir esse apoio pela regularização fundiária, legalidade das propriedades, e dizer que o produtor rural não é inimigo. E realmente nós estamos aqui, nessa CPI, fizemos um propósito de seguir o rito legal para ter validade em todos os procedimentos dessa CPI.

Estamos quase finalizando para apresentar o relatório final de uma pauta importante. Nós estamos ouvindo, já fizemos as oitivas, já ouvimos os moradores das áreas, já ouvimos os servidores que fizeram parte do

processo e hoje vamos ouvir o representante do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e o representante do Inca para a gente avançar e preparar o nosso relatório final para dar os encaminhamentos legais.

No mais, obrigado. E vamos seguir com os nossos trabalhos da CPI, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Pedro Fernandes. A palavra está livre ao Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Boa tarde a todos os presentes nessa tarde. Agradecer a Deus, primeiramente, pela oportunidade. Dizer que não vou me estender muito nessa fala, porque sei que todos estamos ansiosos para dar andamento aos trabalhos da CPI. Pela importância, pela relevância que essa Comissão Parlamentar de Inquérito representa para todo o nosso Estado de Rondônia, não apenas para as áreas especificamente ali, cada uma dessas 11 áreas, mas para todo o Estado, porque nós sabemos que impacta diretamente em diversos aspectos, em todo o nosso Estado.

Eu quero cumprimentar, inicialmente, o nosso Presidente Alex Redano, que agora nós podemos dizer duplamente presidente: Presidente da CPI e Presidente da Assembleia Legislativa, conforme a legislação autoriza.

E dizer que mesmo se uma questão de Regimento Interno ou por uma questão legal não fosse possível que o Deputado Alex Redano - não é, Deputado Pedro -, assumisse concomitantemente as duas presidências e ele tivesse que se afastar da presidência da Comissão, ele continuaria sendo membro. Mas, todo o mérito da presidência seria dado a ele, porque nós sabemos que toda a intenção inicial, a concepção deste trabalho, partiu do Gabinete do Deputado Alex Redano.

Mas, nós somos todos um time. Estamos aqui para somar. E, por mais que uma questão de nomenclatura tivesse que ser modificada, o nosso presidente, — ontem, nós até brincamos seria o "Presidente de Honra" -, mas não deixaria de ter esse cargo dentro da CPI, porque esse mérito aqui a gente compartilha com Vossa Excelência e também com toda a sua equipe.

Nós sabemos, eu e o Deputado Pedro somos de primeiro mandato, estamos aí caminhando ainda aqui na Assembleia, entramos para somar; mas o Deputado Alex Redano, já muito antes de nós termos os mandatos de deputado estadual já estava conduzindo essa discussão, promovendo diversas audiências públicas, se insurgindo contra as ilegalidades que ao decorrer dos anos ocorreram.

E efetivamente tentou, através de mudanças na legislação estadual, na Constituição Estadual, através de Decretos Legislativos, corrigir esse estrago que nós estamos presenciando quanto à vida de cada um dos senhores e senhoras, que estão aí sofrendo para ter apenas o direito de poder trabalhar e ter dignidade na



11/03/2025



sua terra.

Então, é justo, Deputado Alex Redano, esse reconhecimento. Tenha certeza que o senhor será aqui sempre o nosso Presidente da Comissão. E fico feliz que a legislação permite.

Eu gostaria de cumprimentar todos os vereadores e vereadoras presentes aqui, em nome da Renata, nossa amiga, de Cujubim. E dizer para toda a população de Cujubim aqui presente, eu sei que, de todas as áreas, uma das mais emblemáticas, sem demérito de nenhuma das outras - nós estamos tratando todas as 11 de forma equânime, igualitária, de forma justa e com o mesmo empenho em resolver a situação individual de cada área, Umirizal, Rio Machado, Rio Pardo, Serra Grande, enfim todas -, mas uma das mais emblemáticas que acaba tendo mais apelo, às vezes midiático, pelo tamanho, pela proporção que tem é a Soldado da Borracha.

E o Deputado Pedro foi prefeito de Cujubim, tem um envolvimento muito grande com aquela região. Aqui fala dele, que me antecedeu, ele conhece todos aqui praticamente pelo nome. Então, eu quero só reforçar aqui de público o compromisso que o Deputado Pedro tem em levar adiante essa bandeira.

E nós aqui trabalhamos unidos nesse sentido. Quando o Deputado Alex tem uma agenda, agora Presidente, os compromissos são muito maiores. Ele não pode ir, nós vamos em seu nome. Quando o Deputado Pedro não pode ir, nós vamos em nome dele. Quando o Deputado Lucas não pode, é em meu nome também que eles vão. A Deputada Dr^a Taíssa, o Deputado Cirone Deiró, todos que estão envolvidos nessa demanda, às vezes, uma agenda ou outra, na foto, em um vídeo, só aparece um deputado, não aparece todos, mas é um trabalho em conjunto.

Eu gostaria de frisar isso aqui, porque a gente não está tratando de política, aqui ninguém está olhando para voto, ninguém está pensando em nada eleitoral. Aqui a gente quer resolver uma situação de justiça que a população do Estado de Rondônia precisa resolver para que o produtor rural seja tratado da forma como merece: parar de ser criminalizado, marginalizado, quando só quer trabalhar, gerar economia, gerar renda.

Nós estamos encerrando dois anos de muito trabalho. Doutor Doca, sem a assessoria de Vossa Excelência e de toda a equipe dos gabinetes — do Deputado Pedro, do nosso gabinete e da presidência — teria sido muito mais dificultoso, mas fica o nosso agradecimento a toda a equipe técnica por terem sempre nos preparado da melhor forma possível. Estamos encaminhando para o final de dois anos de muito trabalho, de muita dedicação. E agora, em março, nós temos o prazo final para o encerramento dessa CPI. Essa reunião é oficialmente a penúltima reunião e é muito provável que a próxima reunião já seja de apresentação e aprovação do relatório para, a partir daí, os encaminhamentos que sejam necessários.

Nós estaremos, então, doravante iniciando uma discussão jurídica provocando o Poder Judiciário do Estado de Rondônia para que todas as provas que foram

amealhadas no decorrer dessa instrução probatória sejam levadas ao conhecimento do Judiciário e apreciadas. E nós queremos crer que a justiça prevalecerá ao final, porque já é incontestável aqui o incontável número de falhas, de vícios e de nulos e de questões insanáveis que foram identificadas em cada um desses processos de criação dessas reservas, que ocorreu de forma, aqui para dizer o mínimo, arbitrária.

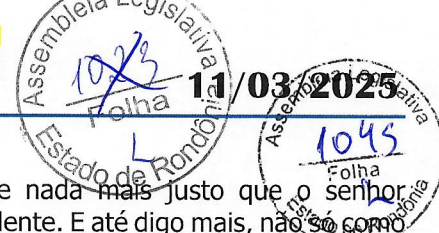
Eu quero agradecer aqui, em nome do Presidente Alex Redano, o comparecimento de pronto da equipe do Incra, o senhor Antônio, que se encontra aqui presente. Leve o nosso cumprimento ao Flávio, Superintendente do Incra. Dizer que é muito importante aqui a participação do Incra nesse debate. Ouvir aqui a opinião de vocês será muito enriquecedor e todo o conhecimento técnico que o órgão detém.

E também agradecer aqui o Presidente do Crea, Edison Rígoli, que não é o objeto da CPI o que eu vou dizer agora, mas no Estado de Rondônia, de norte a sul, se discute a questão da BR-364 e essa concessão da forma, Presidente, como tem sido colocada, é um prejuízo para a sociedade de Rondônia e algo que o Estado há muito tempo clama, que é por uma duplicação, por uma melhora nessa estrada. Nós mesmos fomos vítimas de um acidente no início do mandato. E agora o Estado de Rondônia está na iminência de ser lesado com uma concessão caríssima em sete pedágios, para apenas daqui a três anos comecem as obras, com apenas 100 quilômetros de duplicação, quando no início se pretendia 500 quilômetros.

E por mais que é uma discussão que esteja na esfera federal, compete ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes) e à nossa bancada federal, a Assembleia não pode se calar quanto a esse absurdo. A falta da discussão com os municípios, com os vereadores, com todos aqueles afetados diretamente. Não houve transparência. E aqui a Assembleia está em uníssono nesse clamor contra esse absurdo. E eu preciso fazer esse registro, porque o Crea elaborou um estudo extremamente bem embasado, que eu tenho certeza que está amparando todas as medidas que estão sendo promovidas agora para impedir que haja essa concessão de uma forma prejudicial.

Então, da mesma forma como o Crea muito capacitadamente acertou na conferência desse estudo e embasou medidas justas para a nossa sociedade rondoniense. Eu espero que a colaboração também hoje, isenta, imparcial e técnica, como sempre deve ser e como sempre é, do Crea, colabore também para que a gente consiga promover aqui a obtenção da verdade real, que é o objetivo maior dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Já me estendi por demais aqui nessa breve apresentação. Agradeço a todos pela paciência e espero que todos nós, como um time, imbuído no melhor do Estado de Rondônia, estejamos colocando aqui o nosso melhor à disposição e honrando o voto e a confiança de cada um cidadão rondoniense. Estamos unidos por Rondônia, pelo Vale do Jamari, por Cujubim, por



Ariquemes, por Buritis e, mais do que isso, por todo o nosso produtor rural, que é quem carrega o nosso Estado nas costas.

E o último registro, um abraço aqui ao meu amigo Nei Rangel. Em nome dele, cumprimentar toda a população que se encontra na galeria. Obrigado pela presença de todos vocês.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, Deputado Lucas. Agora eu vi também o Nei ali, meu amigo. Muitos amigos aqui. Então sintam-se todos cumprimentados, nossos amigos de Cujubim. Quero fazer o registro da presença do meu amigo, o prefeito de Candeias do Jamari, Lindomar Garçom. Parabéns pelo grande trabalho. Meu vereador de Candeias do Jamari Haiá, cadê Haiá? Vereador, fique à vontade, meu irmão. Antes de passar a palavra para o Doca, não tem a ver com assunto, mas queria também fazer esse alerta, o que está prestes a acontecer, Vereador Adalto, é um grande erro essa questão dessa concessão. Três anos, depois de começar a cobrar o pedágio, que vai começar a duplicação da 364, ou seja, a gente vai ficar três anos pagando, para andar em uma BR ruim. Não tem lógica. Outro detalhe dos 700 quilômetros, só 113 vão ser duplicados; uma carreta vai pagar R\$ 2 mil de pedágio para atravessar o Estado.

Então, eu sinceramente, não estou vendo lógica nisso. É importante que a bancada federal, os nossos deputados federais, nossos senadores se posicionem, porque será mais uma afronta para a população rondoniense. Não tem lógica você pagar alguma coisa, sendo que você não vai usar. Depois de três anos começa, e depois mais seis anos para fazer a duplicação, que não serão os 700 quilômetros, serão 113 quilômetros, até o número é sugestivo. Ah, desculpa o desabafo, não tem nada a ver com a pauta aqui, mas é um alerta que tem muitas lideranças, para não deixar que isso realmente aconteça no nosso Estado de Rondônia.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Confirma a minha presença, Senhor Presidente. Deputada Taíssa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com certeza, Deputada Taíssa. Obrigada. Gostaria de se manifestar, deputada?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Sim, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A palavra está com Vossa Excelência.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Primeiramente, cumprimentar o Presidente da Casa e o Deputado Lucas foi muito feliz na fala e relatar que o que tivesse que ser feito para alterar na legislação, haja vista o intuito do Presidente, independentemente de ser Presidente da Casa ou não, lá atrás foi de corrigir

uma irregularidade, e nada mais justo que o senhor continuar como Presidente. E até digo mais, não só como presidente de honra, mas como Presidente da Comissão, sim, haja vista o trabalho exemplar. Não só pelo senhor, mas também pela equipe. Não vou deixar de exaltar o trabalho feito pelo Doca, um trabalho de excelência jurídica. Lembro que há dois anos, nós começamos essa CPI e automaticamente começamos a passos curtos e não imaginávamos que a gente iria conseguir, graças a Deus, uma robusta quantidade de provas em relação a essa situação que nós estamos passando dentro do Estado de Rondônia.

Nós estamos sofrendo, como eu falei agora há pouco, essa falta, essa ineficiência da regularização fundiária é que faz muitas pessoas do Estado de Rondônia muitas vezes vender as suas propriedades, irem embora e buscarem oportunidade em outros países, como é a realidade ali de Guajará-Mirim, de Nova Mamoré, justamente pela falta do poder público fazer a sua parte no tempo devido. O produtor gera imposto, o produtor faz a diferença. Na nossa região temos o segundo maior produtor de leite do Estado de Rondônia e hoje sofre muitas vezes, pela falta de estradas e pela falta de documento da terra. Isso é inaceitável.

Eu lembro lá atrás, em dizer “eu quero fazer parte da CPI.” O Presidente foi muito gentil, fez questão de me colocar junto, porque sabe que na nossa região é um sofrimento imenso.

Aproveito para cumprimentar os meus colegas de Parlamento: Deputado Pedro Fernandes, Deputado Lucas Torres, cada um de uma região que sofre juntamente comigo essa situação.

Aproveito para cumprimentar todos os vereadores que estão na Casa. A vereança é o primeiro passo que acaba pegando todo o impacto do desespero da população e nós sabemos que hoje que cada dia mais o povo clama pela falta, primeiramente, pela regularização fundiária; a segunda é essa situação que nós temos 11 reservas que foram criadas do dia para a noite e o povo foi surpreendido. Situação dentro do Estado em que a pessoa tinha o Título definitivo e depois estava lá como cancelado, ela achava que tinha uma garantia jurídica, depois ela não tinha mais. Então, infelizmente, a gente vê esse desgoverno que a gente sofre.

O senhor falou da duplicação, isso é um reflexo bem claro do desgoverno, do povo sofrendo, a economia. Hoje a gente paga um absurdo em coisas simples que o povo consome como café, como ovo, é um reflexo, infelizmente, do que a gente vem passando.

Mas, é importante a gente fazer, terminar as provas, as oitivas dos demais; automaticamente colher as provas devidas e discutir isso na esfera jurídica e poder dar a oportunidade do povo ter um julgamento justo. Porque, as realidades que a gente vê a nível federal, e do impacto que as pessoas estão sofrendo no bolso e sofrendo, infelizmente, pela situação que a gente vê a nível federal, cada dia mais triste. E se nós, que estamos dentro do Estado, nós que estamos na ponta, nós que estamos aqui para representá-los, se a gente não fizer



11/03/2025



a nossa parte, a gente vai ver cada dia mais as pessoas indo embora do nosso país. Obrigado, Presidente.

Aproveito para falar para todos que estão aí, podem contar com a parlamentar Dr^a Taíssa. A gente é de primeiro mandato, mas a gente está aí para trabalhar, para buscar cada vez mais soluções para o Estado de Rondônia, junto com os mais experientes, como Deputado Alex Redano, como os demais, e assim, pautado na legislação. E podem ter certeza, que a gente nunca vai deixar de falar a voz do povo. Obrigada, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, nobre Deputada Dr^a Taíssa. Obrigado pela nossa união, dos deputados. O que o Deputado Delegado Lucas falou, confesso que quase me emocionei. É verdade. Nós realmente estamos unidos, sem vaidade. Quando um não pode estar em uma reunião, está representado. Isso é realmente muito bacana. Passo a palavra ao nosso jurídico, Doutor Doca.

Antes, cumprimentar também, em nome de todos os advogados aqui presentes, há vários amigos, advogados: Doutor Joacir. Obrigado pela presença. Com a palavra, Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Olá, senhores, boa tarde. Boa tarde a todos os presentes, residentes da Unidade de Conservação Soldado da Borracha; o pessoal da Ponta do Abunã, e os demais presentes. Senhores deputados, boa tarde.

Deputado, nós estivemos no período de recesso, mas a CPI continuou trabalhando e fazendo os requerimentos necessários. Como a Assessoria Técnica lida diretamente, todo dia, à procura das pessoas... Como está a CPI? Como anda a CPI? Como estão os trabalhos? Quando será encerrada CPI? E muitas vezes, o parlamentar só tem a notícia disso - porque a agenda dele é muito mais complexa, muito mais tensa -, quando assessoria passa para ele.

E aí, nós precisamos esclarecer, porque paralelo a essas questões aqui do processo da Comissão Parlamentar de Inquérito, existem outros movimentos como recomendação do Ministério Público para retirada dos semoventes etc, que é um processo paralelo. Eu sempre busquei esclarecer, nós já fizemos outras audiências públicas, no caso lá em Cujubim, um dos municípios afetados pela criação dessas unidades de conservação e a gente deixou bem claro qual é o objeto jurídico que está sendo investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Comissão investiga os processos administrativos, que é um passo anterior, que é um processo de análise prévia para criação de cada uma dessas unidades de conservação. Então, nós recebemos uma notícia no gabinete - eu já disse isso, mas vou reiterar aqui novamente para tornar pública e aclarar, já que estamos nos minutos derradeiros dessa luta.

Muitas denúncias no gabinete do Deputado Alex Redano, de ocorrência disso, de um vício aqui,

de um vício acolá e o que dá início a essa Comissão Parlamentar de Inquérito é uma espécie de um acúmulo de documentos, oriundos dessa Unidade do Soldado da Borracha. Evidentemente, que quando foi instaurada essa Comissão, já ia decorrer um prazo de cinco anos, então, muitas das ações, não todas, mas algumas, já com o instituto da prescrição judicial de alguma reclamação.

Então, que fique bem claro que essa Comissão não tem vinculação com aquelas ações das recomendações do Ministério Público para a questão das desocupações das unidades - que são objetos de um plano do governo, juntamente com o Ministério Público. A Comissão investiga a legalidade, se os processos que constituíram cada uma das unidades de Conservação respeitaram os limites legais, não impostos pelos deputados, pelas Câmaras ou pela vontade de cada um dos senhores, mas pela lei. É disso que cuida o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós vamos ouvir, no dia de hoje, eu acredito, um dos depoimentos mais importantes desta Comissão. Nós sabemos da importância que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia tem de atuação. Nós vimos recentemente na cidade algumas obras que seriam inauguradas meio que incompletas e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) interveio, pois estariam colocando a população em risco.

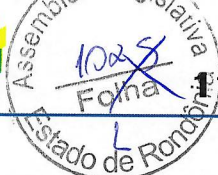
Em outras oportunidades, em que houve um conflito de ordem técnica de profissionais da engenharia, de município ou do Ministério Público, é sabido que o Crea/RO interveio e pacificou, sempre se posicionando de forma técnica, com total isonomia para fazer isso, porque ele é um Conselho independente.

E por que nós trouxemos o Crea aqui hoje? Porque, basicamente, o processo de criação de Unidade de Conservação, conforme a lei, depende de estudos técnicos realizados por profissionais da engenharia florestal. E nós temos documentos aqui apócrifos - detectamos nos processos documentos sem assinatura do responsável técnico e sem aquela guia do ART, que é chamada Anotação de Responsabilidade Técnica, em nenhum desses processos.

Nós temos aqui documento dado como, eu diria uma "força bíblica" em que informaram: "Não, os estudos estão lá, consignados". Nós perguntamos a cada um dos entrevistados anteriores, mas nós temos relatórios aqui que não diz quem os fez. Se foi o Engenheiro José ou o Engenheiro Amarildo.

Quer dizer, não temos a Anotação Técnica, não temos a identificação do profissional que produziu aquilo; não há indicação nos documentos determinando qual foi o profissional que realizou os estudos, e ele, quando entrevistado, aqui, negou de ter participado dos eventos. Por isso, nós trouxemos o Crea aqui para esclarecer.

Encaminhamos, evidentemente, anterior do convite, a cópia dos 11 processos na íntegra para que o Crea, pois o Conselho não se compõe apenas do presidente, ele tem comissões técnicas, equipes multidisciplinares para analisar. Logo, elaboramos alguns



11/03/2025



quesitos e encaminhamos ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia.

Encaminhamos também ao Crea do Estado do Pará e Amazonas, onde pelo que se ouviu foram coletados dos depoimentos, teria uma empresa terceirizada que também realizou alguns estudos técnicos para criação de uma das unidades presentes.

Então, o que se observará aqui hoje, também, não menos importante, a presença representante do Incra, o senhor Antônio Eller. Eu diria que é a enciclopédia ambulante de conhecimento sobre essas glebas relacionadas ao Incra, à regularização fundiária, como ninguém; para dizer sobre esses Títulos, alguns que foram represados em processos que já estavam no final de regularizações, bem como a Títulos expedidos no ano de 1982, destinados aos antigos extintos soldados da borracha. Essa será uma das pautas.

Outro lembrete que eu não posso deixar de fazer aos senhores que me ouvem, quanto à criação das expectativas. Um deles diz: "Doutor, mas diante de tantas evidências, de processos viciados e de irregularidades, a CPI vai cancelar essas unidades de conservações?" Não. A CPI não vai fazer isso.

Porque, primeiro que ela não tem competência e nem essa atribuição legal. Daqui sai um relatório indicando os achados, o que foi apurado, com as devidas recomendações do ponto de vista legal: recomendações para a Sedam, para o Governo do Estado, e para o Ministério Público, para que se apure as responsabilidades, porque ele vai estar diante de um inquérito e na condição de custos legis, de fiscal da lei, para que ele apure essas irregularidades e tome as providências que são cabíveis e necessárias.

E o que puder, do ponto de vista legal, de movimentação, a Assembleia Legislativa – eu não posso dizer, porque não respondo pela Presidência – mas seguramente o Presidente irá tomar as providências do ponto de vista jurídico da Advocacia-Geral da Casa.

Deixa-me ver que tem mais alguma anotação. Pois bem, seria isso. Antes de iniciar, deputados, eu precisaria do material de Expediente, porque, no recesso, houve algumas oportunidades que a Comissão precisou expedir alguns documentos de solicitações, e como não tínhamos a presença física do nosso Deputado Presidente ou do nosso relator e nenhum dos membros na honrosa condição de chefe gabinete do Deputado Alex Redano, eu utilizei de um instrumento muito antigo redacional que de ordem do Senhor Presidente da Comissão instituída pelo ato, etc, etc, encaminhei o documento, o subscrevi, mas sabendo que teria que submeter posteriormente a chancela e aprovação dos senhores deputados do ato anteriormente praticado pelo gabinete oficial do deputado membro e Presidente da Comissão. o que eu faço nesse momento senhores. Deputados são quatro documentos. Relator, me permite ler, ou lê Vossa Excelência?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu lhe permito, pode ler.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – **"OFÍCIO GDAR Nº015/2025.** A Sua Senhoria, Luiz Flávio Carvalho Ribeiro Superintendente do INCRA – RO. Assunto: Reiteração de convite e requisição de informações e documentos.

Senhor Superintendente,
De ordem do Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, ato da Presidência 008/2023, instaurada com finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, e contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A, para o desenvolvimento de projetos de conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, vem pelo presente reiterar o convite informações a seguir enumeradas:

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos à presença de Vossa Senhoria, reiterar ofício GDAR 98/2024, o qual solicita a disponibilidade do servidor **Antônio Eller dos Santos** solicitar a liberação do servidor para que seja ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI que investiga possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, para a reunião que ocorrerá 26/02/2025, as 14:30 na Assembleia Legislativa.

Solicitamos ainda seja disponibilizado cópias dos Títulos definitivos entregues ou retidos por motivo de criação das 11 (onze) unidades de conservação, bem como informações da parceria com o Estado de Rondônia para o georrefenciamento de propriedades rurais no Estados, vinculados aos contratos 220C-2010 "CA Empreendimentos LTDA-EPP", e o contrato 079-2016 "Termogeo Georreferenciamento e Agrimensura LTDA, nas áreas das 11 UC – estação Ecológica Umirizal; RSD Serra Grande; RSD Limoeiro; Estação Ecológica Ilha das Flores e RSD Bom Jardim./ Glebas onde foram criadas as 11 unidades de conservação. Além de fornecer a cópia do processo SEI 54300.002230.2012-08 na íntegra e ou seus desdobramentos.

Apresentamos na oportunidade nossos protestos de consideração e apreço. Porto Velho/RO, 20 de fevereiro 2025.

João Francisco dos Santos – Chefe de Gabinete – ATO 559-SUP-RH/ALERO."

Esse é um Expediente. Eu vou ler os demais e aprova em conjunto, pode ser?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Pode ser.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – **"OFÍCIO GDAR Nº 016/2025.** A Sua Senhoria Alzira Miranda. Presidente do Conselho Regional de



11/03/2025



Engenharia e Arquitetura do Estado do Amazonas - CREA/AM Manaus/AM.

Assunto: Requisição de informações e documentos.

Senhora Presidente,

De ordem do Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, ato da Presidência 008/2023, instaurada com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, e contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A, para o desenvolvimento de projetos de conservação e explorações de carbono nas reservas estaduais, vem pelo presente solicitar informações a seguir enumeradas: Esclarecimentos relativos à empresa **CON&SEA LTDA, com CNPJ 04.694.484/0001-77**, se a empresa possui o devido registro no CREA/AM, caso possua, qual o ano do registro e quais os nomes desses profissionais, to que a referida empresa apresentou nos processos administrativos sob investigação dessa comissão estudos que em tese subsidiou a criação de 01 (uma) unidade de conservação, todavia não apresentando as anotações de responsável técnicos, bem como não apresentou registro em nenhum conselho profissional, além do referido estudo possuir identificação de profissionais legalmente habilitados.

Certo de vosso pronto atendimento apresentamos na oportunidade nossos protestos de consideração e apreço.

João Francisco dos Santos – Chefe de Gabinete – ATO 559-SUP-RH/ALERO.”.

Já temos um técnico nosso lá e Manaus que amanhã estará de posso os documentos requeridos.

O terceiro ofício:

- **“OFÍCIO GDAR Nº 017/2025.** A Sua Senhoria José Felipe de Souza Pinheiro. Presidente do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região – CRBio-6 Manaus/AM.

Assunto: Requisição de informações e documentos.

Senhor Presidente,

De ordem do Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, ato da Presidência 008/2023, instaurada com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, e contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A, para o desenvolvimento de projetos de conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, vem pelo presente solicitar informações a seguir enumeradas:

Considerando que esse Conselho de Biologia da 6ª Região “CRBio-06”, passou a atender os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima no ano 2005, solicitamos informações relacionadas à empresa **COM&SEA LTDA**, inscrita sob o CNPJ 04.694.484/0001-77, se a mesma possui registro no

CRBio-6, caso houver, qual o ano do registro e quais os nomes desses profissionais, visto que a referida empresa apresentou nos processos administrativos sob investigação dessa comissão estudos que em tese subsidiaram a criação de 01 (uma) unidade de conservação, todavia não apresentando as Anotações de responsáveis técnicos, bem como não apresentou registro em nenhum conselho profissional, além do referido estudo não possuir identificação de profissionais legalmente habilitados.

Solicitamos ainda as Anotações de Responsabilidade Técnica “ART” e a ART de Cargo e Função, entre o período de 2016 a 2021 dos seguintes biólogos e técnicos que assinaram os pareceres e estudos o **Sr. Jorge Lourenço da Silva - Biólogo, CRB-08961; Silvia Gonçalves, CPF 390.469.749-87 — Bióloga, esses sendo profissionais atuando pelo estado.”.**

E, por derradeiro:

- **“OFÍCIO GDAR Nº 018/2025.** A Sua Senhoria Adriana Falconeri. Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado do Pará-CREA/PA Belém/PA.

De ordem do Deputado Alex Redano, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, ato da Presidência 008/2023, instaurada com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, e contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A, para o desenvolvimento de projetos de conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, vem pelo presente solicitar informações a seguir enumeradas: Em relação a empresa **CON&SEA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 04.694.484/0001-77, na atividade de prestação de serviços de consultorias e estudos ambientais, com sede no Ed. Saturno, 949 Apartamento 1502 - UMARIZAL BELEM — PA, CEP 66050-350, seguem os quesitos.

1. a empresa possui o devido registro no CREA/RO, caso houver qual ano do registro;
 2. quais são os profissionais responsáveis;
 3. Os dois sócios proprietários da empresa, **Ana Rosa Mesquita de Figueiredo e Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro**, possuem registro no CREA/RO, ou emitiram alguma ART, no período compreendido entre 2016 a 2019 para os seguintes CNPJ's, contratantes, FUNBIO 03.537.443/0001-04 e SEDAM-RO 63.752.604/0001-04, considerando que a referida empresa apresentou em um dos processos administrativos sob investigação dessa comissão, estudos que em tese subsidiaram a criação de 01(uma) unidade de conservação, todavia não apresentando há anotações de responsável técnicos, bem como não apresentou registro em nenhum conselho profissional, além do referido estudo não possuir identificação de profissionais legalmente habilitados.”.
- Falta um último aqui:



- "OFÍCIO GDAR Nº 014/2025. A Sua Senhoria Edison Rigoli. Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/RO. Nesta Assunto: Requisição de informações e documentos.

Senhor Presidente,

De ordem do Deputado Alex Redano, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, ato da Presidência 008/2023, instaurada com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, e contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A, para o desenvolvimento de projetos de conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, vem pelo presente solicitar informações a seguir enumeradas: Em relação a empresa **CON&SEA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 04.694.484/0001-77, na atividade de prestação de serviços de consultorias estudos ambientais, com sede no Ed. Saturno, 949 Apartamento 1502 - UMARIZAL BELEM — PA, CEP 66050-350, seguem os quesitos.

1. a empresa possui o devido registro no CREA/RO, caso houver qual ano do registro;
2. quais são os profissionais responsáveis;
3. Os dois sócios proprietários da empresa, **Ana Rosa Mesquita de Figueiredo e Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro**, possuem registro no CREA/RO, ou emitiram alguma ART, no período compreendido entre 2016 a 2019 para os seguintes CNPJ's, contratantes, FUNBIO 03.537.443/0001-04 e SEDAM-RO 63.752.604/0001-04.
4. Por derradeiro, solicitamos ainda as Anotações de Responsabilidade Técnica "ART" e a ART de Cargo e Função, entre o período de 2016 a 2021 de todos os profissionais e técnicos que assinaram os pareceres; **Eng. Florestal Isadora Araújo Chagas; Eng. Florestal Dalita da Silva Rover; Sr. Dárius Augusto Vaquer Araújo; Eng. Florestal Priscila Rocha; Gestor Ambiental Paulo Sérgio Lima; Eng. Florestal Eli Winte Shockness; Eng. Florestal Sebastiana Socorro da Silva Almeida; Eng. Florestal Márcio Antônio Nunes Brandão e o Eng. Florestal Denison Trindade Silva.**

Apresentamos na oportunidade nossos protestos de consideração e apreço."

Encaminhado e recebido pelo Crea oficial aqui. Excelência, são esses os documentos. Senhor Presidente, submeta à aprovação da expedição dos documentos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em apreciação aos componentes da CPI a aprovação dos Requerimentos.

Como vota o nobre deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o

Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – "Sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota a nobre Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vota Deputada Drª Taíssa.

Deputado Alex Redano vota "sim".

Ficam aprovados todos os Requerimentos.

Quero registrar a presença aqui do Prefeito de Campo Novo, nosso amigo Alexandre. Seja bem-vindo, prefeito.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Deputado, para encerrar a minha participação quando não for requisitado, como nós estamos já na fase final da CPI, senhores deputados e Senhor Presidente, nós precisamos deixar consignado aqui em relação à apuração dos processos da extração de carbono Permiam e da Biofílica. Esse processo da Permiam, por exemplo, é um processo já nulo, por vícios no processo de contratação pelo próprio Estado.

E aí a CPI vai se ater à apuração técnica desses processos do ponto de vista desses vícios de ordem técnica. Esse processo já está judicializado. Evidentemente que a empresa Permiam Brasil recorreu ao Poder Judiciário, e, isso é uma opinião minha, muito provavelmente vai lograr o êxito em reverter, mas, que nós só iremos apurar essa questão do carbono, porque nós não temos nenhuma expertise e, no decorrer desse tempo, a gente até buscou a contratação de alguém nesse sentido — não é, Deputado Lucas? — por muitas oportunidades e não conseguimos lograr êxito, dessa equipe multidisciplinar para emitir um parecer, como eu diria, independente, técnico sobre isso.

E nós nos ateremos à parte de irregularidade do processo de contratação, ficando alheio aqui à apuração do tamanho do prejuízo, do que o Estado deixou de lucrar com isso, porque... Nesse sentido, e dada também a exiguidade agora do final, não há como averiguar isso. Seriam essas.

Deputado, nós recebemos também um documento aqui do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia. Eu acho que pode ler como material de expediente. Só vou fazer uma pergunta. Franber, esse documento já foi dado entrada oficialmente ou você me trouxe ele?

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Se me permite, doutor, eu trouxe aqui as cópias para dar entrada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, eu deixo aqui o pronunciamento.



O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Faz parte das respostas dos quesitos que foram feitos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ok, Presidente. Então, ok. Muito obrigado. Senhor Secretário, leitura do Expediente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Presidente, vou ler o Expediente recebido.

Recebemos aqui do Excelentíssimo Senhor Cirone Deiró, 1º Secretário da Assembleia Legislativa, que recebeu a resposta do Requerimento desta CPI 02/2024, que foi feita à Sedam, o Secretário de Estado encaminhou o documento. Isso aqui é referente ao relatório das diárias dos servidores Paulo Sérgio Lima, Isadora Araújo Chagas, referente ao exercício 2017, que será analisado pela equipe técnica da CPI. **(Ofício nº 361/2025/ CASACIVIL-DITELIR)**

- **OFÍCIO GDAR Nº 100/2024.** A Sua Excelência Senhor Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lago. Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Nesta.

Assunto: Solicita informações em caráter de urgência.

Senhor Secretário,

Com os nossos cordiais cumprimentos, a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI que investiga possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados comas empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., pra o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, vem através do presente solicitar o que segue:

1) Cópia do processo administrativo de contratação , ou contrato de execução com respectivas fases, projeto básico, pagamentos, da empresa que segundo depoimento da testemunha Denilson Trindade, foi que fez os estudos da Unidade de Conservação do Umirizal (CON&SEA LTDA CNPJ 04.694.484/0001-77, Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria nº 041/2016, celebrado entre o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO) e a Empresa Consultoria e Serviços Socioeconômico e Ambiental (CON&SEA LTDA);

2) A relação nominativa dos profissionais “equipe técnica multidisciplinar” da empresa CON&SEA, que realizaram os estudos, com número de registro de cada profissional nos conselhos regionais CREA-RO, AM ou PA/CONCEIA e o CRBio-06 que atende parte da região norte, juntamente com as Anotações de Responsabilidade Técnica de cada profissional que participou dos estudos e o registro da empresa do conselho;

3) As anotações de Responsabilidade Técnica “ART” e a ART de Cargo e Função, entre o período de 2016 a 2021 de todos os profissionais e técnicos que segundo consta nos autos dos 11 processos administrativos de criação assinaram os pareceres e estudos (Jorge Lourenço da Silva - Biólogo, Isadora Araújo Chagas - Eng. Florestal, Dalita da Silva Rovet -Eng. Florestal, Dártus Augustus

Vaquer Araujo, Priscila Rocha – Eng. Florestal, Paulo Sergio Lima - Gestor Ambiental, Eli Winte Shookness - Eng. Florestal, Sebastiana Socorro da Silva Almeida – Eng. Florestal; Márcio Antônio Nunes Brandão – Eng. Florestal, Silvia Gonsalves – Bióloga e Denison Trindade Silva - Eng. Florestal) ao CREA-RO e ao CRBio-06.

Na certeza de poder contar com Vosso imprescindível atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Deputado Alex Redano - Presidente CPI/ATO P Nº008/2023.”.

Recebemos a resposta das solicitações em caráter de urgência, e encaminho para providências.

Recebemos a resposta aos três itens solicitados pela CPI:

- **Despacho.** Processo Nº 0005.006548/2024-07. (...)

“Acerca do item 1 - Contrato de Execução de Projeto.

O documento mencionado pode ser consultado por meio do ID (0056460979), no qual o contrato de prestação de serviços foi firmado entre a empresa CON&SEA LTDA (CNPJ 04.694.484/0001-77) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Além disso, encontram-se anexados aos autos, o Termos de Referência para contratação dos estudos técnicos que subsidiaram a proposta de criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Umirizal.

Acerca do item 2 - Relação nominativa dos profissionais da empresa.

Considerando que o contrato de prestação de serviços foi celebrado entre a empresa CON&SEA LTDA e o FUNBIO, e que esta Secretaria de Estado atua apenas como recebedora dos estudos, sem envolvimento direto no âmbito contratual, não dispomos da documentação requerida. Contudo, informamos que estamos à disposição para encaminhar expediente a FUNBIO, a fim de solicitar os documentos necessários.

Assim que os dados forem obtidos, faremos o devido encaminhamento para conhecimento desta Casa Legislativa.

Acerca do item 3 - Anotações de Responsabilidade Técnica “ART”

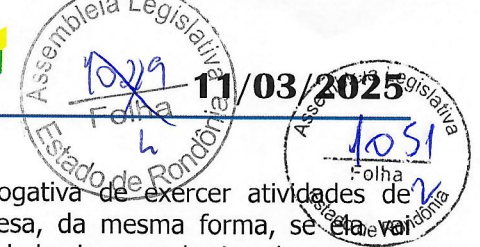
Esta Secretaria de Estado não possui os dados solicitados em seu acervo documental, sendo assim, não é possível enviar as informações requeridas no momento. Contudo, dado que os profissionais mencionados estão vinculados aos Conselhos Regionais CREA e CRBio, recomendamos que a solicitação seja direcionada a essas entidades, as quais possuem a competência para fornecer as ARTs e registros pertinentes.”.

Essas foram as respostas e foram anexados alguns documentos de contratos solicitados.

Lido o Expediente recebido, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado, nobre Deputado Pedro Fernandes. Convido, neste momento, para dar prosseguimento às oitivas, o nobre Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Boa tarde, senhores,



mais uma vez. Vamos iniciar então, com o nosso convidado, Presidente da CREA, pode ser? Tem ordem?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não, o senhor decide.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. Antes de iniciar os questionamentos, Presidente Edison Rígoli, gostaríamos de saber se o senhor teve acesso aos processos administrativos das áreas que foram objeto de criação das unidades de conservação.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Sim, o Doutor Doca apresentou os processos no Crea para a gente visualizar e ter conhecimento.

O SR. DELEGADO LUCAS – Esses decretos são, no total, de 11 e, cada um, em tese, teve um processo administrativo que o embasou. Dessa análise que o Crea teve acesso, pelo fornecimento dos processos pela equipe da CPI, foi possível analisar e identificar se, de fato, foi realizado algum estudo prévio, conforme a lei prevê?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Deputado Delegado Lucas, boa tarde; à Deputada Dr^a Taíssa, que está assistindo; Deputado Alex Redano, Deputado Pedro Fernandes, ao Doutor Doca e Doutor Franber que nos procuraram; aos demais parlamentares aqui presentes; aos vereadores e também aos prefeitos.

Quando nós fomos procurados, o Doutor Doca antecipou a parte do que estava acontecendo na CPI, os processos técnicos, e na sequência foram passadas algumas informações a respeito dos processos. Só para esclarecer, o Conselho de Engenharia e Agronomia, fazendo a correção, não é Arquitetura, porque arquitetura tem o seu Conselho. Os colegas arquitetos devem estar presente ouvindo também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu já cometi essa gafe.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - É normal, pois foi recente esse desmembramento. Mas, ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, é função dele fiscalizar as atividades e obras de engenharia. Aqui no Estado, o Conselho não tem se furtado a isso. E até agradeço a referência do Deputado Delegado Lucas, pois temos feito e citado também a questão da rodoviária e tantas outras obras, como os hospitais regionais, o Crea está fazendo a fiscalização das condições juntamente com Ministério Público.

Mas, o mais importante desse serviço de obras é que, para legalidade disso, é necessário que tanta empresa, como o profissional, esteja vinculado ao Crea. Não basta se formar em Engenharia; o profissional só passa a ser engenheiro quando ele tem o seu cadastro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Se ele está somente formado em Engenharia,

isso não lidar prerrogativa de exercer atividades de engenharia. A empresa, da mesma forma, se ela vai exercer alguma atividade de engenharia, ela tem que estar registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, no Estado que ela vai exercer o serviço.

Então, não tem como fazer à distância um serviço como esse que a gente analisou aqui e recebemos pela análise. O que nos preocupa é que, diante das perguntas que foram feitas aqui elencadas, a maior parte dos profissionais que foi nos passados não têm registro no Crea ou não tem registro de Anotação de Responsabilidade Técnica, que é o que valida o serviço. O que foi passado para nós como "serviço técnico" não tem validade técnica, segundo análise aqui, porque nós não encontramos respaldo nem das empresas cadastradas no Crea, nem dos profissionais cadastrados, e também não encontramos o que é o principal, que é a ART, a Anotação de Responsabilidade Técnica.

A ART é um contrato cível e criminal, que o profissional se responsabiliza, porque ele está afirmado. Como a gente está notando aqui, temos uma participação muito grande das pessoas que estão sendo afetadas pelo que foi feito lá e até cito, Deputado Lucas Torres, a título de exemplo – quero mandar um abraço para o Vereador Engenheiro Gilberto, de Buritis – que, quando nós estivemos lá visitando Buritis agora semana passada, estavam as famílias que moram em Minas Novas, distrito de Buritis, que estão sendo afetados pela Resex Jaci-Paraná.

E, como cidadão, como pai de família, vimos muitos lá e dizer que preferem morrer do que sair das terras. Acho que o senhor presenciou isso. E nos espanta que, quando nós chegamos lá, eles alegam: "Não, inclusive os técnicos do Crea". Porque, na mentalidade de quem é leigo, os técnicos do Crea participaram disso. E, na verdade, pelo que foi levantado nos questionamentos e que foi nos enviado pelo Doutor Doca, não há registro efetivo de estudos técnicos nessas áreas que foram registradas da forma correta. Ou seja, a empresa tem que ser registrada, o profissional de Engenharia também tem que ser vinculado a ela e fazer a devida Anotação de Responsabilidade Técnica.

Então, é isso que nós queremos deixar registrado. Eu acho que aqui foram perguntados para nós se os responsáveis técnicos estavam credenciados, e eu posso citar nominalmente aqui, se permitir, vou citar novamente.

O SR. DELEGADO LUCAS – Por gentileza. O senhor vai nominar os que possuem registro no órgão.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Vou nominar, na verdade, todos que estão constando no processo e que não têm registro.

O SR. DELEGADO LUCAS – Os que não têm registro.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - E também



não estão vinculados à atividade que, supostamente, teria sido feita, que é um estudo técnico.

O SR. DELEGADO LUCAS – Antes do senhor começar a nominá-los, poderia já antecipar se a maior parte deles tinha registro ou não tinha, proporcionalmente, se tem mais dos que tinham...

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Proporcionalmente, está semelhante o número dos que não têm registros e os que têm. E os que têm, não têm ART vinculada aos estudos técnicos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Pode prosseguir, por gentileza.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - A primeira que foi consultada, Ana Rosa Mesquita de Figueiredo, não possui registro/visto no Crea/RO. Eu falo "visto" porque o profissional é de outro Estado ele tem que estar aqui no Crea também, ficar registrado.

Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro, Engenheiro-Agrônomo com o registro nacional, registro em todo o Brasil, porém não possui visto no Crea/RO. Então o serviço dele, efetivo, de qualquer trabalho no campo, ele teria que ter visto aqui. Então, se ele fez algo ele não está adequado ao serviço.

Isadora Araújo Chagas, não consta registro ou visto no Crea/RO.

Dalita da Silva Rover, não consta registro ou visto no Crea-RO.

Dartus Augustus Vaquer Araújo, não consta registro ou visto no Crea/RO.

Priscila Rocha, consta em nossos arquivos o registro de Priscila Rocha de Souza, com título profissional de Engenheira Florestal, 10155-D/RO, definitivo de Rondônia, porém não consta ART's registradas ao fato, ou seja, ela está registrada, mas ela não fez nenhum trabalho técnico vinculado a esse estudo.

Paulo Sérgio Lima, consta registro no Crea/RO, Engenheiro-Agrônomo e Tecnólogo em Gestão Ambiental Paulo Sérgio de Lima Nogueira, não consta ART's registradas relacionadas ao assunto.

Eli Winte Shockness, possui título de Engenheiro Florestal - 12021-D/PR e tem visto aqui em Rondônia. Constan algumas ART's, uma registrada em 18/11/2024, já foi baixada porque houve o falecimento dele, devido a isso que foi baixado, mas ele também referente à elaboração, análise e conferência de projetos técnicos georreferenciados através de imagens satélites de cartas imagens de imóveis rurais com localização de reserva legal, desmembramento, parcelamento ou remembramento para averbação de reserva legal de acordo com o Código Florestal – Lei nº 4.771, tendo como contratante e proprietária a Sedam - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental.

Gostaria de fazer um parêntese aqui, que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – Sedam, é um dos poucos órgãos do Estado que não

procurou fechar convênio com o Crea. Nós temos 26 municípios que têm convênio com o Crea, para que? Para dar legalidade das suas atividades. A Sedam é um que se recusa a fechar, justamente porque tem feito dessa forma, sem emissão de ART dos seus responsáveis técnicos, os engenheiros que estão lá, não há vínculo dos funcionários da Sedam.

Então seus pareceres, no caso, eles estão sendo meramente opinativos. E a gente tem bastantes empresas prejudicadas por isso, bastantes agricultores prejudicados por isso, porque a Sedam não se regulariza. E eu acho que a CPI é um instrumento agora disso, porque a gente considera importante a Sedam estar regularizada para não brincar com a vida das pessoas do Estado de Rondônia.

O que estão fazendo lá é você pegar, por exemplo, vou dar um exemplo claro, mandar um engenheiro florestal analisar a construção de uma barragem importante, que vai gerar energia para nós, sendo que ele não tem conhecimento disso. Então, vai lá e dá um parecer em cima de um investimento, que os proprietários estão tendo um investimento alto e nós já fizemos dois anos seguidos esse pedido de cadastro junto ao Crea, até para a gente poder analisar se o profissional tem capacidade técnica para isso e a Sedam não realiza isso. Está parado a cerca de 18 meses esse processo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – À vontade.

O SR. DELEGADO LUCAS – Para que nós possamos otimizar aqui a dinâmica, a lista é muito extensa, de nomes?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Tem mais dois.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, pode concluir, por gentileza.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Sebastiana Socorro da Silva Almeida, também da mesma forma, Engenheira Florestal e Engenheira de Segurança do Trabalho, tem Crea 168-D/RO, tem ART's registradas, mas referente à atividades relativas a Sedam, tanto o Eli Winte Shockness, como a Sebastiana são funcionários da Sedam, de carreira, e emitem esses pareceres, esses ART's autônomos lá para a Sedam. Mas, ela não tem registro junto a Sedam, como o profissional responsável pela Sedam.

Márcio Antônio Nunes Brandão, possui título de Engenheiro Florestal, 3885-D/RO, não possui ART em nome da Sedam e não constam ART's relacionadas às atividades que constam nos relatórios de estudos ambientais das reservas.

E o último nome que acho que foi citado agora pouco, Denison Trindade Silva, Engenheiro Florestal,



11/03/2025

Folha 1

Folha 2

Estado de Rondônia

9767-D/RO número de inscrição no Crea, não constam ART's relacionados também a nem um estudo técnico da Sedam.

O SR. DELEGADO LUCAS – Pelo que eu pude acompanhar então nenhum dos serventúrios que assina os estudos, por mais que alguns tenham registro no Crea ou visto e outros não, nenhum deles emitiu a ART relacionado ao estudo específico de nenhuma das áreas, procede?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Isto mesmo, deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu queria também fazer um comparativo para que a população que nos acompanha possa também entender e para ficar mais claro para nós entendermos a importância da ART, que é um contrato civil criminal, e também para a gente entender sobre a importância do registro e do visto.

Se um particular pretende, o senhor deu o exemplo de uma represa, pretende construir uma represa, ou para geração de energia elétrica, ou tanque etc, se esse particular assim pretende fazê-lo, ele necessita que um profissional particular, contratado por ele, faça os estudos, o parecer, o cálculo, faça todo o procedimento, assine, para que ele dê entrada no órgão público ambiental, provavelmente, a Sedam, no caso do exemplo.

Então, a iniciativa privada, que é o particular - o contribuinte, pagador de impostos, cidadão comum -, tem que contratar um servidor, um profissional, vai num escritório, vai num despachante, enfim, contrata um profissional. Se o estudo encaminhado por este profissional, contratado pelo particular, quando apresentado num órgão público, o órgão público constata que ele não tem Crea ou ele não tem ART, não vai aceitar, não vai ser válido.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Perfeito. É isso aí. E o embasamento disso é a nossa Lei 5.194/66. Ela fala bem claro. Vale destacar que todas as empresas que executam atividades técnicas devem providenciar o registro ou visto no Conselho de localização da localidade. E aí cita que o profissional é obrigado a fazer isso que o senhor acabou de relatar. Para ter validade o estudo dele, ele tem de apresentar e a empresa tem que...

O SR. DELEGADO LUCAS - Lei 5.194 de...?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Lei 5.194/66, Art. 58.

O SR. DELEGADO LUCAS - E aí, nesse mesmo exemplo, dando seguimento aqui ao raciocínio. O particular contrata um engenheiro na especificação necessária, se ele não tiver o registro no órgão, que é o Crea, ou se ele não tiver o visto, nem a ART, não vai ser

reconhecido. Então, ele tem que buscar um profissional que atenda a esses requisitos.

Aí, o órgão público provocado vai ter de mandar alguém da sua equipe para ir lá conferir se os estudos estão corretos, se todo esse procedimento está conforme o estudo que foi apresentado.

E o Estado de Rondônia tem mandado um profissional que não tem registro no Crea, que é obrigatório ao particular que tenha, que não tem a ART expedida, que é obrigado que o particular tenha; e o Estado, à revelia de todos os procedimentos da Lei 5.194/66, pede para que este servidor público vá lá, constate, ele vai questionar ou não; e aí o que ele fala vai ser válido, sem atender a esses requisitos. É assim que tem sido?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – É isso o que tem ocorrido na Sedam. E cito uma analogia aqui, com o DER. O DER tem esse convênio e tem esses profissionais lá. Sempre que é feito uma pavimentação, é deslocado um engenheiro do DER para ir lá e fiscalizar a empresa que executou; o profissional que é responsável e o engenheiro do DER que tem a ART, que tem a qualificação, tem condições de chegar e analisar tecnicamente.

Na Sedam isso não ocorre.

O SR. DELEGADO LUCAS – O Estado cria as exigências legais, o Estado deve cumpri-las.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DELEGADO LUCAS - O Estado tem exigido da iniciativa privada...

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - E não faz.

O SR. DELEGADO LUCAS - E não tem dado o exemplo. Portando, então, aqui, Presidente e Relator, nós já identificamos, no decorrer desta CPI, que os estudos que alegaram terem sido feitos, são, no mínimo, questionáveis. Os indícios de que não houve de fato a realização desses estudos. Mas, se eventualmente os estudos de fato tivessem sido feitos, poderia ser questionado, então, a validade deles, porque foram subscritos por profissionais que não possuem o assento no registro do órgão; e, também, tampouco, o ART. Portanto não seria válido o estudo, se o estudo tivesse sido feito.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Não seriam estudos técnicos.

O SR. DELEGADO LUCAS - Perfeito.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Bato bem nessa tecla, de que não seriam estudos técnicos, porque, justamente, o profissional não está vinculado. Tem um outro dado que é importante...



O SR. DELEGADO LUCAS – Além de não ter, se tivesse, não seria técnico.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – É, a questão das empresas, não é? Porque as empresas também têm de ser vinculadas ao Conselho de Engenharia.

O SR. DELEGADO LUCAS - Pode continuar o argumento.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Porque quando foi perguntado para nós se a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais Ltda possuía registro ou visto Crea/RO, ela não possui. Ela está situada em São Paulo. Para fazer esse estudo, ela teria de mandar um profissional vinculado a ela aqui, em Rondônia; e ela não possui registro ou visto no Crea/RO. Ela deveria, no mínimo, ser vista, mas ela não possui nem registro, nem visto no Crea/RO.

Existem ART's em nome da empresa? Existem. Por profissionais que atuaram como autônomos e fizeram o que a gente chama de crime, também, para nós, pela nossa mesma lei que eu citei, deputado, que é o acobertamento. Aquele profissional que não se vincula à empresa, e faz uma ART como autônomo, prestando um serviço, que, na verdade, é para terceiros. O serviço é para a Sedam, ele fez uma ART de autônomo para a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais.

Aí a gente tem aqui, no caso, uma ART citada aqui: 8300346080, registrada em 19/10/2020 pelo engenheiro florestal Francisco Gasparetto Higuchi, que a empresa contratou. Ele fez o serviço para a empresa, tendo como proprietária a Sedam, referente a atividades de inventário florestal na Resex do Rio Cautário, que tem acesso pelo Ramal Km 8, Distrito São Domingos, no Município de Costa Marques.

Então, assim, o trabalho que ele apresentou nesse local, para a empresa Permiam, ele não tem vínculo com a empresa Permiam, fez para a Sedam. Então, aí também, tem inconsistência em nossa análise lá do CREA, porque a empresa tinha que ter sido registrada no Crea/RO e o profissional tinha que ser registrado nela para prestar esse serviço para a Sedam.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mais uma irregularidade. Essas informações que o senhor está nos repassando já foram oficialmente entregues à equipe da Assembleia Legislativa?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – Eu estou aqui com as duas vias para protocolar e passar para o senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS - Excelente. Presidente, é importante.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Está tudo relatado de forma individual e identificadas todas as ART's. Todas elas. E aí, temos aqui, eu vi que foi citado

no ofício da Sedam, a empresa Biofilica Investimentos Ambientais S.A. Essa empresa não possui registro, visto no Crea, apesar de ter algumas ART's também de profissionais autônomos, em que ela faz inventário que foi estimado de estoques de biomassa e carbono. Foi o profissional, no caso, Francisco Gasparetto Higuchi. E também o profissional Marcio José Lovatti. Mas ela não possui também registro no Crea local nem visto.

Já a empresa Con&Sea Ltda, ela não detém registro no Crea e não tem a ART registrada de serviço técnico também. Então, além de não ter registro, ela não tem ART. Então, ela não poderia prestar nenhum tipo de serviço técnico relacionado à serviço de engenharia. O que eu digo aqui é multidisciplinar, envolve ambiental, florestal e agronomia. São três profissionais de engenharia que deveriam participar de serviços técnicos, no mínimo.

Outra empresa que a gente também levantou, a empresa Funbio. Ela também não possui, não detém registro e visto no Crea/RO e não tem ART registrada no Estado de Rondônia. São as quatro empresas que foram citadas como responsáveis pelos estudos.

O SR. DELEGADO LUCAS - Presidente, eu agradeço pela colaboração quanto a essa verificação da questão de documentação, de assento no órgão de registro dos profissionais e das empresas que são objetos aqui da nossa investigação. Eu gostaria de encaminhar aqui para a minha última pergunta e aí eu já abro para o Deputado Pedro.

Eu gostaria de perguntar aqui de Vossa Excelência, na qualidade não apenas de Presidente do órgão, mas também de engenheiro, já que os documentos foram encaminhados ao Crea e foi feita essa minuciosa análise, a gente agradece pela colaboração, pela contribuição, em nome do Estado de Rondônia, mas a pergunta é: nós sabemos que se o Estado queira criar áreas de preservação, de proteção ambiental, existe a possibilidade legal. Assim como o Estado pode desapropriar áreas urbanas, áreas rurais, alegando sempre a primazia do interesse público ao particular.

Então, para fazer um comparativo, sempre no campo do exemplo fica mais fácil a compreensão. Se a prefeitura precisar abrir uma rua nova, construir um viaduto, pode desapropriar um imóvel, uma área para ali fazer o que for necessário, pensando sempre no coletivo e no interesse público. Mas, tudo isso precede de uma documentação e de sempre estudos que justifiquem, que embase. Porque no poder público, todo ato deve ser embasado, bem fundamentado e preencher todos os requisitos.

Então, no caso da criação de áreas públicas com a finalidade especial de preservação, proteção, como unidade de conservação, é necessário que existam estudos. Em alguns casos, a depender da área, tem que ter a consulta pública, tem que ter a audiência pública, tem que ter uma série de pré-requisitos que a lei determina. E o estudo tem que ser imprescindível, porque cada um tem a sua área de entendimento



11/03/2025



científico. Principalmente quando você envolve uma gama diversificadíssima de áreas, como a engenharia florestal, a engenharia agrônoma, a engenharia ambiental, a biologia, a geologia e por aí vai.

E esses estudos, nós entendemos que os biomas aqui no Estado de Rondônia são diversos. A gente não fala de um tipo só de solo, de um tipo só de vegetação, um tipo só de flora. E isso que eu sou leigo, mas empiricamente a gente já observa isso. Então é natural que, se 11 reservas se pretendiam criar, deveriam existir 11 estudos completamente diferentes um do outro, que os estudos não fossem "ctrl+C, ctrl+V", porque não tem como você adequar a mesma situação de cada uma dessas áreas, porque elas são completamente distintas uma da outra. Por mais que tenham similaridades, todos são do bioma amazônico, clima tropical e tudo mais, mas nós temos situações diferentes.

Então, o estudo indica, inclusive deveria indicar se é recomendável, qual é o tipo de área de preservação que se pretende fazer, se existem populações tradicionais, se existem áreas particulares, se existem benfeitorias, se já tem certo nível de antropização e por aí vai. Tem que ser muito bem minucioso, muito bem explicado e levantar todas essas nuances para que ao final, inclusive, seja indicado, caso haja propriedade particular, como vimos aqui em diversas das áreas, seja prevista uma dotação orçamentária para a indenização. E aí qual é o valor dessa indenização, avaliação venal de cada área, quanto vale o hectare, o alqueire, se tem benfeitoria, quem vai avaliar essas benfeitorias, tem sede, tem curral, tem cerca, tem represa, quanto custa? Tem que ter toda essa avaliação, que até os próprios engenheiros, acredito, podem indicar, podem fazer.

E nós nos debruçamos aqui sobre esses processos e os estudos, que nós até aqui arriscamos dizer que são pseudoestudos. Os servidores que assinaram vieram aqui e disseram que não participaram, que não estavam lá, que não conhecem as áreas. Muitos nem sabiam que tinham assinado, alguns assinaram como gestores ambientais etc., e só fizeram ali parte da logística de transporte de alimentação, enfim.

E agora, o senhor vem aqui e fala que sequer registro quanto ao órgão eles tinham. Esses estudos que, no nosso sentir, são completamente falhos, genéricos, vazios e que sequer ocorreriam de fato nos locais indicados. No Soldado da Borracha, o Deputado Pedro Fernandes confirmou aqui na inquirição, que um dos que defendiam que o estudo foi realizado, comprovou que as pessoas foram em uma área vizinha, sequer na área que era o objeto do suposto estudo que deveria ter sido feito, houve essa visita.

Então, é possível verificar pelos documentos que foram apresentados para o Crea, que aportaram até a Vossa Excelência, que os estudos necessários para indicar que aqui tem que ser uma Estação Ecológica, que aqui tem que ser uma área de especial proteção, por que se recomenda que seja essa proporção de área, esse polígono com essa determinação, com esse tipo de proteção... Há estudos nesses processos com

essa gama diversificada de informações, elementos de convicção, de formação de opinião para o gestor tomar uma decisão, sabendo que ele está fazendo o que de fato é melhor para o meio ambiente? Porque nem sei se a proteção do meio ambiente, aqui no caso, estava sendo bem demonstrada.

Qual é o ganho para a própria fauna, para a flora, o impacto socioeconômico; o impacto ambiental? Esses estudos indicam o mínimo de lastro para que se possa ter tomado uma providência como essa?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – Então, Deputado Delegado Lucas, a análise que nós fizemos - claro que eu vou deixar aqui que nós não nos aprofundamos nisso, inclusive, se caso for necessário, a gente até falou para o Doutor Doca, nós podemos fazer uma comissão dentro do Crea para auxiliá-los -, mas do que a gente viu da fase preliminar, esses estudos foram realizados em uma Unidade de Conservação, não sendo, como o senhor falou, levado em consideração as diferenças.

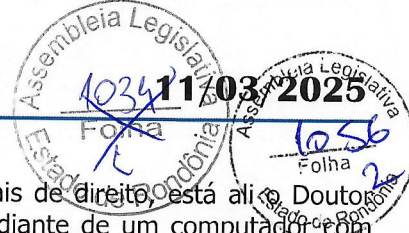
E esses estudos, não somente os profissionais do Conselho de Engenharia e Agronomia participariam, mas nós precisamos de assistentes sociais, precisamos de biólogos, então nós temos que envolver uma equipe multidisciplinar. No nosso entendimento é um estudo raso, muito raso, que não chega a ser técnico. Mas, é claro que a gente teria que - como eu falei -, nós não podemos cometer o erro que eles cometeram. Eu não posso, como engenheiro mecânico, analisar um manejo florestal, por exemplo. Têm os nossos profissionais lá que têm condições de analisar melhor.

Mas, sem dúvida nenhuma, é latente que a gente percebe que não foi feito nada mais aprofundado, foi feito assim algo genérico. Biólogos assinando, informando flora e fauna, e fazendo algo que não é da área deles. Assim como tem também, engenheiros florestais citados lá, que depois a gente observando os relatos, que não participaram efetivamente. Então, esse tipo de estudo - como o senhor falou -, demanda tempo e demanda uma equipe grande.

O SR. DELEGADO LUCAS – É bem complexo.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – É bem complexo. Eu acho que, diria até que seria serviria de modelo para outros Estados, se fosse feito da forma correta. Porque não é fácil determinar toda essa complexidade que o senhor citou aí. Têm áreas que não se consegue recuperar depois de ocupadas. Então, não adianta querer transformar na floresta nativa, que os engenheiros florestais comentam, ambientais também: "você nunca vai voltar aquele status inicial". Então é perda de tempo você fazer um projeto igual de recuperação. Você tem que fazer, talvez, uma área de recuperação para retirar, plantar outro tipo de madeira, outro tipo de floresta, mas não a originária. Isso aí é bem complexo.

Nós não entendemos que o que nós analisamos



ali é um estudo técnico ampliado - os senhores conhecem melhor do que eu -, a Lei 9.985 fala no parágrafo segundo, de estudo técnico, e ali, nós não percebemos o estudo efetivamente técnico, multidisciplinar que precisa.

O SR. DELEGADO LUCAS – Obrigado. Presidente, eu me dou por satisfeito e abro para os colegas para demais indagações. E quero só fazer um encaminhamento, que ao final, a gente possa propor um Requerimento, por mais que não seja para instrução da CPI, mas acredito que é um compromisso que a gente deve ter com o próprio Crea, com os profissionais, para fazer uma indicação ao governo, para que a Sedam faça o registro dos servidores no Crea e se adequem à legalidade.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – O Termo de Convênio está pronto. Está parado na mesa do Secretário há 18 meses.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, que a indicação seja no sentido de que o governo seja formalizado. Ia propor ao final da Sessão...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu até sugeriria, Deputado Delegado Lucas, um instrumento mais enérgico, do ponto de vista normativo, que é previsão da Constituição Estadual, uma recomendação legislativa com base justamente, no dispositivo legal que ele invocou ali - a lei e o artigo 58.

O SR. DELEGADO LUCAS – Assim procederemos, então.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Para complementar aqui as indagações do Deputado Delegado Lucas. Conforme você observou nos processos que foram encaminhados, nós até temos um relatório de estudo. O que nos causa realmente assim, muito espanto, é assustador - eu vou dizer a palavra, é assustador -, é que aquele relatório, com aquelas páginas, ali você tem referências bibliográficas, muitas, de renomados escritores, dados do Cogel, do setor de georreferenciamento etc, etc... Mas não tem, não tem uma única vírgula indicando qual profissional do campo da Biologia, do campo da Engenharia Florestal, da Engenharia Ambiental ou Antropólogo, porque a necessidade de muitos casos, dependendo da área, de se estudar, evidentemente.

E nós não temos, eu não vou dizer nem assinatura, que para minha concepção, um documento sem a subscrição do profissional é nulo para o mundo jurídico. Ele sequer existe. Mas, sequer nós temos o indicativo do nome de quem fez o estudo. E os processos administrativos, eu poderia até demonstrar um aqui, pegar um como exemplo.

O único elemento de estudo primário – porque os dados secundários, eu, com todo o respeito aqui, nós

temos vários profissionais de direito, está ali o Doutor Joacir – nós sentamos diante de um computador com informações e você produz qualquer estudo, qualquer pessoa com expertise produz, com dados. Só que se observa com dados secundários. O que se observa é que não teve esse levantamento do dado primário e nem a indicação do profissional.

Então, que corpo eu posso dar? Eu chamo aquilo de uma Minuta, porque é o único instrumento formal que aparelha os estudos, são aqueles documentos que eu realmente encaminhei ao Crea. E foram esses documentos que ouvimos as pessoas e nem as pessoas elencadas ali se indignaram a dizer: "Não, eu estive lá e fiz". Eles disseram: "O meu nome não está aí, mas eu não fui lá".

Todavia, a Sedam já encaminhou o documento dizendo que realmente que é aquilo que subsidia. A minha pergunta seria: esses relatórios apócrifos, sem a ART, teria alguma validade para o mundo jurídico ou para os técnicos do Crea?

E outra indagação e um pedido de reforço em nome da Comissão, se você teria como, como Presidente da instituição, a disponibilidade de submeter um elenco de requisitos, de questionamentos, que nós encaminharíamos, a Comissão encaminharia, para que se submetesse a uma Comissão multidisciplinar do Conselho, com questionamentos amiúdes, mais detalhados, seria isso.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES - Primeiro, como nós falamos, se não existe profissional registrado no Crea, se não existe empresa registrada no Crea e não há ART, então não é um trabalho técnico, não é um estudo técnico. Deixar bem claro, a nossa Lei 5.194, de 1966, como eu falei, ela traz os requisitos básicos: o registro do profissional, registro da empresa, vinculação entre eles. E aí sim, passa a ser um trabalho técnico. Para nós, não é um trabalho técnico. Não teríamos nem como analisar como o trabalho técnico. E nós temos condições, como eu falei, nas modalidades que compõem aqui, eu identifico aqui ambiental, agronomia e a florestal, de dar um subsídio para tentar ajudar. Mas, já de antemão, não tendo ART, fica até difícil de analisar, algo que, teoricamente, não existe para nós.

Mas, a gente pode fazer, sim, pode auxiliar lá, porque os trabalhos dentro da Sedam, a gente tem um certo conhecimento de lá. Eles são feitos por equipes técnicas, vários profissionais, dependendo do setor que disponibilizou as informações. Mas, como o senhor falou, se não assinou, não tem nem como nós analisarmos de onde vieram os dados, se são dados que foi um profissional que entenda e, como o senhor buscou na internet e colocou. A gente não tem essas condições de falar em cima de um trabalho que não tem registro, que não há Anotação de Responsabilidade Técnica.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Presidente, de Presidente para Presidente.



11/03/2025



O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gente, quanto mais se aprofunda, cada vez fica mais latente, evidente, que está totalmente irregular a criação dessas reservas. Totalmente, totalmente, em todos os sentidos, desde da falta de assinatura. Criaram as reservas sem assinatura, desde aos procedimentos, as pessoas nem habilitadas estavam para poder participar desse processo.

Com a palavra, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vou fazer, uma pergunta ao Presidente do Crea. O Ministério Público é o órgão que recebe denúncias – como a gente aqui também, com essa Comissão Parlamentar, foi o que a incentivou, foi o recebimento de denúncia de irregularidade na criação dessas reservas. Ele por ser um órgão de controle, fiscalizador e recebe denúncias, já utilizou dessa ferramenta de solicitar informações do Crea, sobre algum empreendimento que ele recebeu denúncia, ou obra pública, questionando se os profissionais tinham emitido a ART, ou se tinha registro no Crea, ou se ele já utilizou lá do Conselho para forma uma Comissão multidisciplinar para eles ter uma tomada de decisão, e dar encaminhamento em algum procedimento? O senhor poderia citar alguns se o senhor lembrar, por favor?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – Sim, recentemente, teve dois condomínios aqui de Porto Velho, que houve uma discordância entre a SEMA e deixar registrado aqui, a SEMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho) tem convênio com a Crea. Todas as atividades da SEMA são registradas, fiscalizações e pareceres, e a SEMA tinha uma opinião sobre a questão, de presença de nascente nos condomínios, e o Ministério Público tinha outra opinião. E o Crea que dirimiu essa dúvida, com uma equipe multidisciplinar, inclusive, o Ministério Público que solicitou, que nós fizéssemos a equipe, e tirássemos essa dúvida, entre discordância da afirmação do Ministério Público e com condomínios já ocupados com moradores, que seria um transtorno muito grande.

Eu posso citar também, outras situações. O Tribunal de Contas também consulta bastante o Crea sobre todas as empresas que prestam serviços lá. O Tribunal de Contas faz questão de saber, se tem registro no Crea e se o profissional, ou se está registrado lá.

E temos outra também, que eu me lembro aqui; eu até falei para o Doutor Doca, na desocupação das áreas abrangidas pelas usinas, foram feitos com o Ministério Público muitos trabalhos com profissionais da engenharia multidisciplinar, que, inclusive, é, a primeira a parte toda da Assistência Social que entrevistavam, observavam o que havia na propriedade rural. Depois os profissionais do Crea teriam que emitir, tanto a parte, do que era cultivado, como uma parte também de eventuais florestas, e tudo mais que tinha que ser preservado. Então, esses trabalhos eram apresentados ao Ministério Público para as futuras indenizações, que a Usina fez.

Então, esses trabalhos eram trabalhos em conjunto, que o Ministério Público exigia e faziam a consulta depois sobre o assunto.

Então, tem trabalho sim, e o Ministério Público geralmente, faz isso em algumas situações. Uma delas recentemente, também, agora nós estamos fazendo uma equipe multidisciplinar para visitar os hospitais. É preciso engenheiro civil e eletricista para os hospitais estaduais da área da saúde, para ver quais as condições desses prédios para o atendimento do público.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, o Crea é o órgão balizador para esses órgãos de controle, tipo o Ministério Público, Tribunal de Contas, como o senhor citou. A CPI também está usando dessa ferramenta, e que a gente tem que consultar o Crea e que fique registrados nos autos, e que a gente vai fazer um documento para a gente oficializar essas decisões. Outra pergunta, sobre um órgão tão importante, de fiscalização, que é o Ministério Público, que recebe a maioria das denúncias. Também eles possuem um corpo técnico de engenheiros e profissionais. Esses profissionais emitem ART quando eles vão fazer algum procedimento? Eles também são credenciados ao Conselho?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – Isso, o Ministério Público tem convênios conosco, e eles o setor do corpo técnico mais direcionado para assistência aos Promotores, mas também para a manutenção da própria estrutura deles.

Então, as ART's, na maioria das vezes, são direcionadas na questão de manutenção das estruturas. Mas, nós temos o Convênio com o Ministério Público, em todo o Estado e eles sempre que precisam emitem as ART's.

Na questão de assessoria técnica e, em determinadas situações, eles têm os profissionais cadastrados para emitir as ART's também, da mesma forma.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, o Ministério Público tem um convênio e usa, e também tem todos os registros, e os profissionais são todos registrados? O senhor me confirma isso?

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – Isso, o Ministério Público tem o quadro deles registrados com o convênio conosco.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito. Sem mais questionamentos, Senhor Presidente.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – Eu só gostaria de protocolar os documentos, acho que, eu deixaria uma cópia e a outra cópia deixaria com a Comissão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu quero



11/03/2025



aqui, agradecer ao Senhor Edison Rígoli e muito importante foi a sua contribuição. Muito obrigado mesmo.

Eu vou pedir desculpa aqui, o pessoal do jurídico está falando que tem o ato processual da CPI qualquer coisa pode ser passível de ...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Só a título de esclarecimento, porque a gente aqui, trata-se de um inquérito processual, e tem um rito processual. Qualquer coisa a gente desconsidera.

O SR. ROBERTO EDMAR RAMOS - Só consideração pelo o representante aqui, do Incra.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu passo a palavra, como é o nome do amigo?

O SR. ROBERTO EDMAR RAMOS - É, Roberto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra nosso amigo Roberto. Por favor.

O SR. ROBERTO EDMAR RAMOS - Aproveitando o ensejo aqui com a presença do representante do Incra. A grosso modo, que todos os camponeses entendem, a origem dessa terra, que foi ocupada por uma função social, função pública da usina, a origem dessa terra, de que forma foi cedida? O Incra poderia responder ou os senhores mesmos? Foi através de uma concessão da União para o Estado? Cedência? Ou um presente do Papai Noel? Qual forma?

Até hoje, em processos judiciais, não explicaram. O Tribunal de Contas foi invocado para dar um parecer técnico e não explicaram o procedimento. De que forma foi concedido, se foi cedido ou se foi um presente de Papai Noel da União para com o Estado? Podem me responder — aproveitando a presença do Antônio — cartografia, o Incra pode esclarecer a origem dessa terra? Só isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Nós vamos inserir aqui com o relator, no rol de perguntas, e aí, os deputados farão o questionamento na oitiva do Antônio.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deixe-me falar. Gente, na verdade, eu até peço desculpas, a gente não vai poder passar a palavra, porque tem todo um regimento e qualquer deslize da CPI, podem entrar judicialmente pedindo uma anulação de tudo. Então, peço desculpas, porque não se pode correr o risco de um trabalho de meses...

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor me permite aqui, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Claro.

O SR. DELEGADO LUCAS - Para contribuir, não é uma Audiência Pública. Se nós estivéssemos em uma Audiência Pública, aí seria oportunizado aos presentes que fizessem suas indagações, que pudessem fazer uso da fala, colaborar aqui com depoimento, com testemunhos. Mas, como estamos em uma audiência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, existe um rito que deve ser seguido rigorosamente, porque, se nós não cumprirmos as determinações regimentais, ao final, o trabalho pode estar eivado de algum vício e aí pode anular todo o trabalho que foi ao longo dos anos, exaustivamente, construído.

Então, nós vamos pedir, se alguém precisar, eventualmente, retirar alguma dúvida, nós temos aqui a assessoria, pode levantar a mão, a gente pede para alguém...

O SR. ROBERTO EDMAR RAMOS - Mas, não deixa de ser um ato público, não é?

O SR. DELEGADO LUCAS - É um ato público, mas ele está adstrito a procedimentos do Regimento. E o Regimento não permite. Se o senhor estiver em uma audiência judicial, em que o juiz estiver presidindo e ouvindo testemunhas, ou próprio delegado de polícia conduzindo uma audiência, não é aberto às pessoas. Elas podem assistir. O júri. O júri popular é público, as pessoas podem assistir, mas se no júri popular todos pudessem levantar a mão e falar "senhor juiz, espere aí...".

O SR. ROBERTO EDMAR RAMOS - Aí o senhor está diferenciando o Poder Judiciário, misturando tudo.

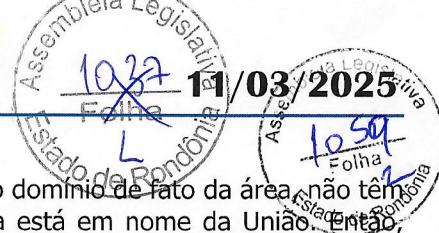
O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Na verdade, só para esclarecer, a CPI é como se fosse um julgamento. É o Poder Legislativo, mas a Comissão é investida deste poder. É um inquérito.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - A Comissão Parlamentar de Inquérito é diferente das outras audiências.

O SR. DELEGADO LUCAS - Concordemos ou não, é o Regimento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - E assim, gente, está cheio de gente querendo que dê certo e tem o outro lado que está cheio de pessoas querendo algum motivo para judicializar e tentar travar toda a CPI.

Então, já pensou, a gente ficar meses e meses e meses. Estamos aqui cheios de vícios latentes. Falta de assinaturas, falta de audiências, e aí, de repente, judicializarem dizendo que não obedecemos ao rito. Com certeza, a gente consegue ganhar judicialmente. Mas até conseguir... A justiça é muito lenta. São muitas demandas. Eu penso que não vale a pena a gente correr o risco. Assim que encerrar, a gente pode abrir para todo mundo falar à vontade. É meu pensamento. Eu



creio que a maioria concorda, não é, gente? Vamos dar prosseguimento.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu vou pedir a gentileza de que o Relator, Deputado Pedro Fernandes, eu estou com uma gripe bem séria, vou só tomar um medicamento ali, me ausentar por alguns minutos.

Eu peço que o Deputado Pedro Fernandes conduza a oitiva do senhor Antônio, neste momento. Acredito que o Deputado Pedro Fernandes está mais do que preparado para fazer as indagações, e, claro, até por uma questão democrática, incluir a sugestão de perguntar aqui ao nosso representante do Incra, que ele próprio até ouviu o questionamento, mas pode responder no momento oportuno.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O Deputado Delegado Lucas não está passando bem, ele vai se retirar e a gente vai iniciar aqui.

Temos o convite ao servidor público do Incra, e ele se prestou de estar aqui para dirimir algumas dúvidas. E eu gostaria que o senhor acatasse a pergunta que foi feita agora há pouco. Se o senhor puder responde-la em primeira mão, e a gente dá seguimento.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Deputado, só reformulando aqui um pouco as questões. É porque algumas dessas unidades aí, elas foram criadas em terras da República, federais. A gente sabe que os processos, eles vão para o patrimônio da União, que lá também, no SPU (Superintendência do Patrimônio da União), corre um processo para destinar as terras no futuro. Mas, em resposta a ele, essas terras, principalmente dessas áreas aí, acredito eu que é essa região ali da Ponta do Abunã.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Bom, o Antônio tem o mapa, conhece o Incra desde o início e ele vai saber falar para nós como foi feita a transferência, se foi feita, se foi doado, se foi presente de Papai Noel, como foi citado ali. Por favor.

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO - Primeiramente, boa tarde a todos. É um prazer estar novamente aqui na Assembleia Legislativa e tentando contribuir.

Com relação a essa primeira pergunta, essas reservas foram criadas em áreas de diferentes situações. Nós temos reservas em cima de terra da União, tem algumas que estão em cima de terras devolutas ainda, tem várias situações. Mas o fato é, que é importante ressaltar, que quando a decisão da criação de uma reserva, seja ela pelos órgãos federais ou estadual, ela não passa de imediato pela dominalidade da área, e sim pelo uso da área.

Então, se definiu esse uso, mas ainda não se tem, tanto que nós temos o exemplo das Resex (reservas extrativistas), que até hoje foi passado para o Estado. O Estado criou as reservas extrativistas e várias

delas ainda não têm o domínio de fato da área, não têm a transferência, ainda está em nome da União. Então, efetivamente, não foi transferido, não foi doado, não foi dado.

Tem reservas que foram criadas em cima de áreas já destinadas pelo Incra, já tituladas, e daí é uma relação com o privado, com o particular. Como tem reservas que estão em cima de glebas públicas federais, que o Incra, em elas sendo mantidas, ou qualquer destinação que der, o Incra vai ter que, a posterior, fazer essas transferências. Mas, por enquanto, não foi mudado o status de nenhuma dessas áreas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, elas foram criadas sem essa questão da regularização da titulação.

Vamos para uma pergunta aqui sobre a Estação Ecológica Umirizal. O senhor conhece bem a área onde está localizada a Estação Ecológica Umirizal?

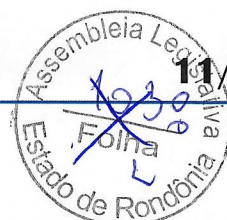
O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Sim. Ela se encontra sobreposta à gleba Rio Preto — desculpa, a gleba Alto Madeira — ali do antigo Mutum, da antiga Vila Mutum, a direção até a Ponta do Abunã ali, até o rio. Essa área, a gente, à época da regularização fundiária, do Terra Legal, começou o trabalho de regularização dela em 2010, com os primeiros cadastros, 2009 e 2010, e iniciamos a titulação lá em 2014, 2015, quando foram expedidos os primeiros Títulos.

Lá nós tínhamos aproximadamente 112 processos de requerimento e chegamos a emitir alguns Títulos. À época, acho que chegou em 32, 33, Títulos, mas daí nós fomos comunicados pela Sedam, na época, que havia um interesse na área, um questionamento por que o Terra Legal estava titulando onde tinha um estudo para se tornar uma reserva.

E a destinação de terra pública no governo federal, ela se dá previamente, um trabalho chamado, tem um espaço chamado “Câmara Técnica”, que toda vez que o Incra vai trabalhar em uma gleba, ele tem que consultar todos os entes federais e também o Estado sobre aquele espaço rural, o que se tem naquilo e se tem interesse. E, quando foi consultado na questão específica do Umirizal, o Estado não manifestou interesse. E, por isso, foi trabalhado e foram emitidos os Títulos.

Esse interesse só foi manifestado depois, em 2015 para 2016, quando daí, através dessa manifestação formal da Sedam, a gente suspendeu o processo de titulação. E desde essa época não se titula mais lá, porque ela está em uma faixa de interesse. Inclusive, um georreferenciamento que entra lá hoje, um requerimento, ele já sai com pendência, informando que existe um interesse do Estado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, quando da consulta para fazer a titulação da área, o Incra consultou o Estado e consultou o governo federal e a Câmara Técnica, e eles deram ok?



11/03/2025



O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO - A Câmara Técnica recebeu, à época, a resposta da Sedam que não havia interesse, que essa área não tinha nenhum projeto de interesse do Estado de Rondônia.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor lembra mais ou menos a época que foi iniciada? Foi através do Terra Legal? Foi feita essa consulta?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO - Na vigência do Terra Legal, isso foi feito, essa consulta, salvo engano foi no ano de 2012, entre 2011 e 2012, porque os primeiros cadastros foram feitos em 2009 e 2010, e quando foi consultado, não houve a manifestação de interesse do Estado nesse espaço. Em virtude disso, o Programa Terra Legal passou a titular e trabalhar nessa área.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Que ano a Sedam notificou o Incra? E o senhor sabe o motivo a Sedam notificar o Incra e falar que tinha interesse nessa área?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO - Eu fui informado, na época eu estava à frente do Programa Terra Legal, eu fui informado oficialmente pela Sedam que haviam estudos, desde o ano de 2007, para criação de uma unidade de conservação e que estaria, naquele momento, iniciando um trabalho por uma empresa, não me recordo o nome, fazendo o estudo e tal para a efetivação dessa reserva, dessa unidade. Comuniquei isso à Gestão Nacional do Terra Legal. A pessoa responsável pela cartografia se deslocou. Nós tivemos uma reunião na Sedam, na época, com o Secretário, e após essa reunião que foi formalizado o interesse e a partir disso a gente parou o processo de titulação naquela área.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Na época o senhor lembra se tinha algum interesse da usina nessa área? Se tinha algum conflito dos proprietários de Títulos que queriam a indenização? Se essa área a usina tinha obrigatoriedade de indenizar?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO - Boa parte dos lotes, principalmente os lotes mais próximos ao espelho d'água, foram afetados e eram passíveis de indenização, e aí, nós tínhamos esses proprietários querendo se regularizar para poder ter direito a indenização. Mas, a partir do momento que nós fomos informados que havia o interesse do Estado, que tinha um estudo, pela própria natureza, os atos normativos que têm, nós tivemos que suspender a titulação de lá.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Só para complementar aqui, deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Pode

complementar.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - De imediato o Incra informou à Superintendência do Incra em Brasília ou qual órgão de gestão que define essa questão do interesse? Por exemplo, digamos que o Incra está trabalhando aqui em uma gleba, um assentamento "x", aí o Estado demonstra que tem interesse naquilo para criar uma unidade de conservação. O Incra vai reunir com o Estado, ver, não sei, do que valeria isso aí? Qual seria o poder de decisão do Incra? Afinal, as terras são da União e um projeto está para se desenvolver ali, um projeto de assentamento, esse "se reportar" é a quem? Quem definiria, mantém um ao outro, quem tem o poder decisório disso? Ou isso está intrínseco ou explícito em algum instrumento normativo?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO - Não. O funcionamento da Câmara Técnica, inclusive a Câmara Técnica surge em 2012, no âmbito do Programa Terra Legal e foi reativado recentemente, foi recomposto por ato normativo do atual presidente, a composição dele, mas basicamente é a mesma.

A Câmara Técnica Nacional de destinação, antigamente, em 2012, na Casa Civil da República, hoje dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é composto pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), pelo Incra, pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), pelo Sistema Florestal Brasileiro e pela SPU - Secretaria do Patrimônio da União.

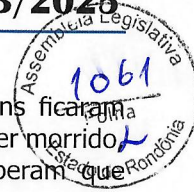
E quando vai tratar especificamente do Estado de Rondônia é comunicado, há uma gleba de Rondônia, por exemplo, é comunicado ao órgão. Eu estou discutindo uma área, eu comunico aos órgãos de Rondônia que está sendo feita a análise para poder liberar a destinação dessa área.

Então, é uma decisão colegiada. Embora seja uma discussão Incra-Sedam, é colegiada, todo mundo ali participa e se chega a um consenso da definição. Mas, o importante é que pela legislação, existe uma hierarquia de destinação. Infelizmente é uma coisa que a gente discute muito isso.

A primazia hoje, de uma área que a gente destina, se a Funai se manifesta que têm interesse a gente para o processo; depois se o Meio Ambiente se manifesta a gente para o processo; depois as populações tradicionais, e o nosso público, o público da regularização fundiária, da reforma agrária, os agricultores.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - São os últimos da fila.

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO - Então, a gente precisa consultar e se se manifestam a gente para o processo, como a gente parou na questão do Umirizal.



O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mesmo o processo já estando em avançado?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Nesse caso específico, dos 33 Títulos foram entregues 16 e 17, a época, não puderam ser entregues. E hoje, porque já passaram os três anos, esses Títulos são de 2014/2015, eles são declarados insubsistentes. Então, eles já não surtem mais nem efeito, uma vez que o Título é um contrato que obriga entre as partes, que tinham obrigações em três anos, já começar a pagar, a cumprir alguma coisa. Nós já temos 12 anos, 10 anos, 11 anos e eles são declarados, inclusive, subsistentes. Esses que não foram entregues.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, pela criação dessa área, os Títulos se tornarem inexistentes?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Eles se tornaram praticamente inexistentes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – E no caso da indenização? Por ser hoje uma Estação Ecológica e, vamos dizer, que as usinas invadiram, eles perderam a necessidade indenizar, por causa dessa situação? Ou eles têm que indenizar por estar atingindo uma estação ecológica?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Eles tinham duas modalidades. Você tem a indenização da atividade, e daí é para quem tem a posse, para quem implementou, mas a usina também indenizava a área. E, sendo uma Estação Ecológica, essas terras passam efetivamente para o domínio do Estado. Daí, é o Estado que seria indenizado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Entendi. O Senhor conhece todas as áreas que foram criadas nessas 11 unidades? Alguma delas estava em processo de regularização fundiária quando surgiram as reservas? De alguma foi expedido Título, e se positivo, quais delas?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Bom, a mais notória é a área do Soldado da Borracha. A área Soldado da Borracha foi criada em 1982, por força do Ofício do Presidente da República, determinando que o Incra destinasse um lote para cada um dos soldados da borracha que vieram no ano de 1945, 1946, para o Estado de Rondônia, fazer aquele esforço para a guerra. Inclusive, essa determinação foi em cima de um ofício que já vinha nominado as pessoas. Então, esses Títulos foram feitos de ofício. Foram 1.200 processos estabelecidos nessa área do Soldado da Borracha, são aproximadamente 800. Lá são 22 setores, 40 lotes em cada setor, então vão ter 880 lotes naquele pedaço. Mas a reserva, salvo engano, não pega todos eles, mas pega a grande maioria.

Então, esses lotes foram titulados de ofício de 1982 a 1984 e ficaram à disposição dessas pessoas. Foi

entregue centenas e centenas desses, alguns ficaram internalizados, até porque a pessoa já podia ter morrido falecido e outros foram embora, nem souberam que tiveram o Título.

Mas, o fato é que quando foi criado, praticamente toda aquela área foi destinada com destaque. Como os Títulos são sob condição resolutivas, é lógico, o Título que não foi entregue ele perde o efeito. Por sinal algum outro que possa ter cometido algum outro grande descumprimento pode vir, até através de uma ação, ser cancelado. Mas, o destaque se dá no momento da emissão do Título. Então, toda aquela área, a princípio, teria sido destacada do patrimônio público já com a emissão dos Títulos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só para completar essa informação, deputado. Então, significa dizer que, se apurado amiúde, nem toda aquela área é privada. Algumas delas ainda pertencem ao domínio da União?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Tem um ou outro lote que seria, porque são Títulos que até hoje estão ainda dentro do processo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – São Títulos não expedidos. Mas e aqueles que já foram levados a registro?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Não, todos esses são patrimônio, imóveis destacados, é privado.

Na época, para título de informação, eu fui consultado, – uma consulta, a princípio informal – pelo Governador Daniel Pereira, especificamente sobre essa área. E a gente fez um levantamento e chegamos à conclusão que havia 632 Títulos expedidos e que, se fosse estabelecida essa reserva – e era a minha opinião, nessa conversa com ele –, teria que ter indenização a 632 proprietários.

E daí, a gente imaginando o custo que sairia isso para o Estado de Rondônia e, principalmente, no momento, se a gente buscar as imagens a gente entende que embora ainda tinha alguma coisa, boa parte da capacidade florística de lá já tinha sido suprimida.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Senhor Antônio, em tese, então, o Soldado da Borracha é uma área que equivale a um projeto de assentamento federal do Incra, como o senhor disse, considerando que na época não tínhamos essa nomenclatura, mas todos os Títulos foram expedidos pelo Incra no ano de 1982. Poderia o Estado, criar uma unidade de conservação nessa área, sem autorização da União ou do próprio Incra, que foi o órgão responsável pela expedição dos Títulos?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Neste caso específico, a resposta o Incra, seria que é



uma área particular já destacada, já titulada. Então, era um processo de desapropriação que o Estado teria que está fazendo.

O que nos preocupava na época, tinha uma outra questão social sobre isso, que acima do Soldado da Borracha nós temos um pedaço do Projeto Fundiário Alto Madeira, são 472 parcelas. E a única saída que eles têm por terra de lá, é através dessa área do Soldado da Borracha, e que se lá, também virasse reserva, nós estaríamos trancando todas as famílias. Elas não teriam mais, porque nós temos a Rio Preto, temos a Jacundá e teríamos a Soldado da Borracha. Então, a única saída de todas essas famílias, essa produção, seria pelo rio Madeira. Ficariam ilhados, era uma outra preocupação, que a gente levava à época ao Governador para se pensar.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu vou fazer um outro questionamento, aqui. Então, 652 Títulos foram expedidos ali, com registros a matrícula, e tudo. O Incra participa, tem assento na Comissão de Zoneamento?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Do zoneamento?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Do Estado?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Não. Pelo menos que eu saiba, não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Porque a Comissão do Zoneamento do Estado em 2002, mesmo sabendo da existência desses Títulos, porque, longe de mim aqui, querer reavivar a sua memória, esses Títulos trazem, consignados, que, aquela área é destinada a prática da agropecuária, está bem destacado ali.

E a Comissão do Zoneamento, tornou aquilo ali Zona 2, no ano 2000. Mas o Incra, então, não tem assento na Comissão do Zoneamento? Nem como convidado para esclarecimentos?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Até então, não é do meu conhecimento. Eu, quando, depois da criação das reservas, quando começou a se falar em fazer uma ou outra Audiência Pública, tal, a gente recebeu um comunicado no Incra para acompanhar isso. Mas, efetivamente, eu não tenho conhecimento da participação do Incra, se teve as audiências, e o Incra não participou, isso eu tenho certeza.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Tem algum assentamento ou área regularizada com esse tamanho e essa quantidade de Títulos, juntando ali, o Soldado da Borracha, Gleba Rio Preto, toda aquela área? Eu acho que é uma das que estavam mais regularizadas no Estado de Rondônia, o senhor conhece bem, não é?

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO

- Era a área mais impactada, já com questão de Títulos expedidos, com certeza. Porque ela foi feita dessa forma: nós temos reservas que estão em cima de áreas devolutas. Então, ainda não foram nem destinadas, proposta de reservas; nós temos em áreas de biomas, que é até difícil ter muita ocupação, por questão da Limoeiro, aquela região lá embaixo, mas notoriamente, essa posição ali do Soldado da Borracha, em função desse processo da titulação de ofício, e tudo, então, com certeza é uma das áreas que foi, teve a maior ação de regularização do Incra.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu estou satisfeito, e a gente observa, que uma das áreas, que estava mais regularizada no Estado de Rondônia, foi criada essa área, uma Estação Ecológica, uma das áreas mais restrita na questão ambiental. A gente observa que esses estudos, empíricos, a gente não vê aí a questão da ART documental, não é, Deputado Alex Redano? Então, cada dia mais, a gente se convence, e vamos preparar o nosso relatório, vamos ter mais uma Sessão ou duas, para a gente finalizar.

A gente vai conversar aqui com o Presidente para a gente deliberar sobre a data da próxima reunião. Estou satisfeito, senhor Antônio. Obrigado por vir trazer esses esclarecimentos. A gente sabe que essas terras, muitas pertencem ainda à União, não foi feito o seu devido destino, mas, a área do Soldado da Borracha, estava destinada, estava documentada e 80% da área, Deputado Alex Redano, já tinha propriedade particular, e detentor de projeto de manejo, onde os proprietários teriam obrigação de cuidar do pousio por 30 anos, e o Estado traz para si na criação dessa unidade. Um prejuízo muito grande, tanto para as pessoas que são proprietários dessas áreas, que eles poderiam dar a sua destinação, cada um ia ser responsável pelo seu pedaço, porque estava no CPF dele, titulado, documentado, e estava usufruindo daquele bem.

E também o prejuízo que deu para o assentamento da Gleba Rio Preto daquela outra região que é o acesso que ficou restrito. Tem até projetos de manejo aprovados que não podem ter a sua retirada, prejudicando também a cidade que está no entorno, Cujubim, o setor madeireiro ainda dependia dessa área, que eram os projetos de manejo sustentável. E a gente vê um retrocesso ambiental na tomada de decisão. A gente vai, agora, juntar toda a documentação, analisar, preparar o nosso relatório para finalizar. Senhor Antônio, as suas considerações.

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Só queria pedir que consignasse um prazo na requisição, na solicitação. No nosso convite pedia para que apresentasse a questão, os Títulos, os números dos processos, mas infelizmente a gente teve acesso, — tanto o Superintendente Flávio, como eu —, a esse Ofício, hoje, só; e a gente não conseguiu fazer. Queria que consignassem um prazo para a gente poder



11/03/2025



apresentar isso e fornecer.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Exatamente, eu já ia fazer essa observação, porque vocês têm o prazo.

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO – Está bom. A gente providencia para que vocês possam juntar.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Está tranquilo, o encaminhamento do documento. Agradecer também, em nome do Deputado Delegado Lucas, que precisou se ausentar, pela sua presença. Muito obrigado.
Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Fazer o agradecimento aqui ao senhor Bruno Góes, advogado da Associação dos Produtores Rurais Extrativistas do Rio Castanho e Madeira do Abunã). Agradecer ao nosso amigo Antônio, sempre muito prestativo, muito presente aqui na Assembleia Legislativa, contribui para vários temas e foi muito importante a sua contribuição aqui na CPI.

Só gostaria de pedir para o pessoal responsável pelo cafezinho para servir café a todos. E o pessoal aqui gente, só falar, tem uma garrafa com café quente, água. Estejam todos à vontade.
Rígoli, por favor, pode usar a palavra.

O SR. EDISON RÍGOLI GONÇALVES – Presidente, só uma observação, se for possível. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) acabou de... Hoje pela manhã nós entramos com uma Ação Civil Pública contra o leilão da concessão da BR. A OAB acabou de manifestar aqui também, o Doutor Márcio recebeu, lá, a Ação, está entrando também agora; e o Deputado Chrisóstomo também.

Eu queria que o setor jurídico da Assembleia verificasse. Nós temos pronta, a Ação aqui. Se fosse possível também a Assembleia seguir esse caminho e se manifestar também com Ação Civil Pública, acho que fortaleceria nossa luta.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu já passei para a questão técnica e eles estão apurando se é possível entrar com Ação Civil Pública ou não; mas creio que sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Deputado, antes de encerrar. Temos que ver na Advocacia-Geral.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Acho que foi o Doutor Luciano.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Isso. É ato institucional precisa ser a Advocacia-Geral da

Casa, o titular.

Deputado, eu cometi um equívoco aqui. Eu recebo aqui uma gama de documentos para juntar das pessoas lá de Serra Grande. Tem aqui Títulos, que agora com a oitiva do Antônio, expedido em 31/01/2013. Tomara que ele tenha pagado tudo e cumprido todas as condições resolutivas, porque criaram lá a Serra Grande, na área dele. Está aqui. Porque os estudos que estão juntados aqui da Serra Grande dizem que não tinha nenhum morador.

E aqui são para mais de 60 pessoas com CAR (Cadastro Ambiental Rural), com tudo lá dentro, então, um estudo bem pífio mesmo, que não levantou ninguém. Ele encaminhou os documentos para que anexássemos aqui. Esse foi o Sidney que foi ouvido na reunião passada. Eu já vou passar aqui a juntada dos documentos, só dando publicidade delas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Quero aqui aproveitar esse momento, Presidente, me autoriza aqui a fazer os agradecimentos da presença do pessoal de Monte Negro. O Vereador Joaquim Sereno, que está acompanhado do Diego, Natan, Leonardo, João Ricardo, Jaques, Sergina, Ivanildo e Vladimir. Sejam bem-vindos, por participarem e também saber dessa demanda que o Estado de Rondônia. A Deputada Dr^a Taíssa também, que está de forma remota, acompanhando os trabalhos da nossa Comissão.

Vamos precisar aqui, Presidente, do quórum para a gente apresentar dois Requerimentos sugeridos pelo Deputado Delegado Lucas. A Deputada Dr^a Taíssa está on-line? Para a gente votar os Requerimentos? Vamos ver se a gente consegue falar com ela.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Delegado Lucas está entrando on-line. Deputado Delegado Lucas está presente, deputado? Até peço desculpas. A CPI é um pouco maçante, é diferente de uma Audiência Pública, porque tem todo o rito. Eu recebi mensagem de uns cinco advogados diferentes falando para seguir o rito. “O seguro morreu de velho”, não é, Doutor Bruno? Doutor Bruno foi a primeira pessoa, junto com a Dalva — cadê a Dalva? —, que trouxe as problemáticas do Umirizal, antes de se tornar reserva. E foi o alerta.

Vocês sabem da história? Todos sabem de 2018, que eu entrei com uma mudança à Constituição Estadual, na terça-feira, na Sessão Ordinária. Nós aprovamos uma mudança na Constituição Estadual proibindo a criação de reserva por decreto. Ou seja, para criar uma reserva teria que obrigatoriamente passar pelo plenário, os deputados teriam que aprovar ou não. E nós fizemos isso em uma terça-feira. Na quarta, antes de promulgar a nossa Lei, nossa mudança à Constituição do Estado, amanheceram, da noite para o dia, as 11 reservas.

Então, com certeza não tinha todos os estudos prontos, não tinham feito as audiências. Por que aconteceu isso? Porque senão teria que passar pelo plenário. E aí teria que ter uma discussão, teria Audiência Pública. Se



estivesse Audiência Pública em 2018, gente, com certeza não teriam sido criadas. Se tivesse que passar pelo voto de todos os deputados, qual o deputado que votaria para criar reserva, com todo público presente? Então, foram esses os desdobramentos. Aí tivemos o ex-governador Daniel Pereira, que apresentou um Projeto de Lei, vindo do governo, mas o Judiciário desconsiderou.

Doutor Doca, vamos à votação? Está presente, Deputada Dr^a. Taíssa? Deputado Delegado Lucas? Ele está vindo? Obrigado. Pode dar prosseguimento, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vamos apresentar os Requerimentos. Vou passar para o Deputado Delegado Lucas, que foi quem sugeriu.

O SR. DELEGADO LUCAS - Primeiro Requerimento é para convidar, para encaminhar o convite à Ucaver, União da Câmara dos Vereadores de Rondônia, para que possa participar da próxima reunião, especial reunião de apresentação do relatório, porque nós sabemos a importância dos vereadores, em cada município desse que está sendo afetado diretamente. Nada mais justo do que os vereadores que estão ali próximos de toda essa população que é diretamente afetada por esses problemas, possam estar junto aqui para trazer a voz dessa população que clama por uma solução.

Então, fica aqui o Requerimento para que seja feito esse convite oficial, formal à Ucaver para que possa vir representando todos os vereadores do Estado de Rondônia, em especial das áreas afetadas, para demonstrar o prestígio que esta Casa tem, essa CPI também, com os nossos vereadores.

E o segundo Requerimento é para providenciar uma Recomendação Legislativa ao Governo, através da Sedam, para que faça o registro dos profissionais, que estão na Sedam, junto ao Crea, mediante o Termo de Convênio que já está há 18 meses lá parado, conforme mencionado pelo Crea. É preciso regularizar essa situação, a falta de registro dos servidores da Sedam no Crea. Então, providenciar essa Recomendação Legislativa. São esses os Requerimentos, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Posso apresentar em bloco?

O SR. DELEGADO LUCAS - Sim. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Todos ouviram os Requerimentos. Vamos fazer uma votação em bloco, primeiro para a Ucaver, União da Câmara dos Vereadores de Rondônia, participar. Quero deixar aqui um abraço ao Vereador Toninho, de Cacaulândia; Rosaria Helena, de Ouro Preto, que é a Presidente.

E também a Recomendação Legislativa ao Governador, por intermédio da Sedam, que faça o registro dos profissionais junto ao Crea, diante de Termo de Convênio.

Vamos à votação.
Como vota a nobre Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputada Dr^a Taíssa.

Como vota o nobre Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS - Voto "sim". Quero parabenizar a Deputada Taíssa, sempre se desdobrando para estar acompanhando, mesmo que remotamente, ajudando demais a Comissão, participando ativamente. Parabéns Deputada Dr^a Taíssa. Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Delegado Lucas.

Como vota o nobre Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Reforçar aqui, parabéns à Deputada Dr^a Taíssa, uma mulher guerreira que está em defesa do povo de Rondônia. Abraçou junto conosco esta causa.

Parabenizar o Presidente, Deputado Alex Redano, que desde os primórdios, quando ele chegou aqui nesta Casa - já está no seu terceiro mandato -, em defesa do produtor rural, em defesa dessas áreas. Por ele, não tinha acontecido, mas não quiseram ouvi-lo.

Hoje, o Estado está aí com esse grande transtorno. Temos que achar uma saída, estamos aqui trabalhando firmes para fazer as recomendações que são pertinentes deste Parlamento, e dar os encaminhamentos jurídicos, legais; e buscar os órgãos de defesa do povo do Estado de Rondônia para que a gente possa, realmente, Deputado Alex Redano, achar uma saída.

Isso é um problema de governo, é um problema do Estado. E nós precisamos nos unir: parlamentares, todo mundo que puder ajudar, que puder contribuir. Não é questão de quem vai aparecer mais, quem vai aparecer menos, de quem vai ser o mérito. Nós temos que buscar uma solução e chega de "empurrar o povo com a barriga", que essa história de levar muita esperança, levar história, nós temos que chegar a um denominador comum.

Eu vou votar "sim", nesses Requerimentos, e é importante que a Sedam cumpra a legislação, fazendo a inscrição dos seus profissionais no Crea e que tenha emissão das ART's dos procedimentos para tornar legal os seus atos. E também, é importante parabenizar o Deputado Delegado Lucas por convidar a Ucaver - que é a União de Câmaras e Vereadores de Rondônia -, está ali o senhor Zoca, que foi um dos pioneiros na criação, e hoje, é a Vereadora Rosaria Helena, lá de Ouro Preto.

A importância da participação dos vereadores que estão no dia a dia do nosso povo, que estão ouvindo o clamor da população, está aqui representada por essa entidade tão importante. Vai fortalecer esse nosso coro



aqui, buscando uma solução para os problemas do Estado de Rondônia.

Presidente, eu voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Pedro Fernandes. Eu queria também parabenizar a Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Delegado Lucas, Deputado Pedro Fernandes, Doutor Doca e todos os demais amigos.

Eu queria fazer um pedido. Estou notando que têm bastante lideranças aqui, bastante pessoas envolvidas. E convidar a todos - daqui a pouco vamos encerrar -, para nós fazermos esse registro, nós tirarmos uma foto, todo mundo junto com as faixas.

E gostaria de pedir ao pessoal da imprensa – estão ali o Jornalista Matheus, o Rafael, queria que fizessem uma matéria, para todos os sites, para as TV's, rádios -, fazer spot dessa reunião, para a população do Estado de Rondônia saber dessa situação, como está, e ver a aflição das pessoas. Aqui na mesa, a gente reunir todo mundo aqui e colocar as faixas para nós fazermos uma foto, fazermos uma matéria.

Sob a proteção de Deus, declaro encerrada a presente reunião e convido a todos nós tirarmos uma foto. Nós teremos uma última reunião antes de encerrar a CPI, e nós iremos ajuizar a CPI no Judiciário, e vamos encaminhar a todos os órgãos de controle.

(Encerra-se esta Reunião às 18 horas e 12 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 33/2025/SEC-RH/COO-PREV

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Conceder **afastamento remunerado** para aguardar homologação de aposentadoria **a contar de 01/04/2025** ao servidor **Julio Cesar Carbone**, ocupante do cargo de Assistente Técnico Legislativo, matrícula nº 100017914, lotado na 1ª Secretaria, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 1068, de 19 de abril de 2002, e do art. 8º da Lei Complementar nº 1.100, de 18 de outubro de 2021.

Porto Velho, 11 de março de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0393771

ATO Nº 2399/2025/SEC-RH

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, considerando o Processo SEI nº 100.026.000008/2025-99, resolve:

DESIGNAR:

O servidor **ALEXANDRE FREITAG OLIVEIRA**, matrícula nº 200177744, ocupante do Cargo de Assessor de Contratações, para responder pelo Cargo de Agente de Contratação, no período de 11 a 25 de março de 2025, em substituição ao servidor **MARCIO ERIC MARQUES GAHU DA SILVA**.

Porto Velho, 10 de março de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0392515

ATO Nº 2423/2025/SEC-RH

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ALEXANDRE NOGUEIRA DE FARIAS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 01 de março de 2025.

Porto Velho, 11 de março de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0393264

ATO Nº 2403/2025/SEC-RH

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da servidora **ANA CARLA DUARTE LIMA E SILVA FRAGA**, matrícula nº 200176750, para Subchefe de Gabinete do



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Avenida Lauro Sodré, nº 3050, INCRA - Bairro Costa e Silva, Porto Velho/RO, CEP 76.803-488
<https://www.gov.br/incra>



OFÍCIO Nº 19284/2025/SR(17)RO-F/SR(17)RO/INCRA-INCRA

Porto Velho, data da assinatura eletrônica.

À Sua Excelência, o Senhor

Deputado ALEX REDANO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Assunto: Resposta ao OFÍCIO GDAR Nº 015/2025.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.159272/2024-20.

Senhor Presidente,

1. Em resposta ao OFÍCIO GDAR Nº 015/2025 temos a informar o que segue:

- a) Com relação aos títulos definitivos entregues ou retidos por motivo de criação das 11 (onze) unidades de conservação estamos encaminhando a Planilha 23566064, com os dados disponíveis.
- b) Sobre a parceria com o Governo do Estado de Rondônia, para o georeferenciamento de propriedades rurais no Estado, e vinculados aos Contrato 220C-2010 "CA Empreendimentos LTDA-EPP", e o contrato 079-2016 "Termogeo Georreferenciamento e Agrimensura LTDA, nas áreas das 11 UC - estação. Ecológica Umirizal; RDS Rio Machado; RDS Serra Grande; RDS Limoeiro; Estação Ecológica Ilha das Flores e RDS Bom Jardim. A parceria foi firmada no âmbito extinto do Programa Terra Legal, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A Superintendência do INCRA em Rondônia não teve participação direta e depois da extinção do programa os documentos históricos ficaram arquivados em Brasília. Para um levantamento mais detalhado esta Superintendência Regional poderá encaminhar para Brasília e será necessário um prazo maior para atendimento.
- c) Sobre as Glebas onde foram criadas as 11 unidades de conservação, a informação pode ser obtida no sitio de internet "<https://geoportal.sedam.ro.gov.br/>".
- d) Com relação a cópia do Processo SEI 54300.002230.2012-08, solicitamos informar um endereço de e-mail para o qual será encaminhado acesso ao SEI, haja vista que os processos hoje já não tem existência física.

Atenciosamente,

JORGE WERLEY ALVES FERREIRA
Superintendente Regional - Substituto.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Werley Alves Ferreira, Superintendente Substituto**, em 19/03/2025, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

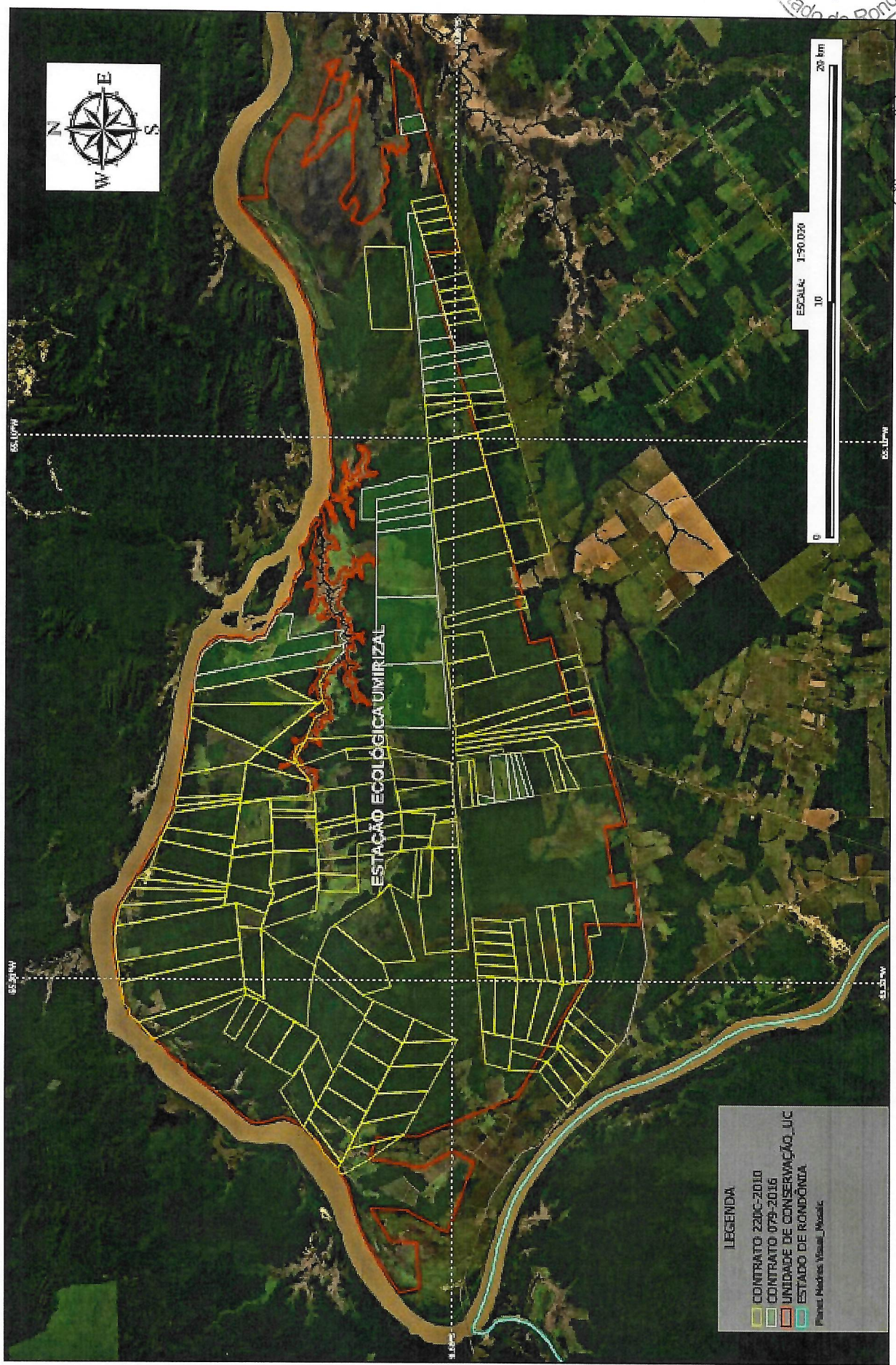


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23570470** e o código CRC **8F8C6674**.



Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.159272/2024-20

SEI nº 23570470



- LEGENDA
- CONTRATO 220C-2010
 - CONTRATO 07A-2016
 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO_UC
 - ESTADO DE RONDÔNIA
 - Planos: Nucleos Visual_Mosaic

Asssembleia Legislativa
Estado de Rondônia
1046
Folha
2

Asssembleia Legislativa
1068
Folha
2
Estado de Rondônia

nome	glôba	nome deten	cpf deten	data recep	status	contrato	empresa	identifica	area ha ut	sigla rel	art
PORTO VELHO - LOTE 35	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	LEME CORREIA DE BRITO	10954483104	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	6765244-86ca-4856-a6ba-celf56ba113b	347,8726	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 88	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	ANDERSON LIMA DE SOUZA	12762350204	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	0056692-32c5-4784-a250-41c846c72635	235,9174	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 106	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JORGE SOARES DOS SANTOS	47493432115	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	156c4268-ebb-4942-a5c6b-2eaf0ca3254d	511,598	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 37	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JOÃO BATISTA DOS SANTOS	68394440272	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	125b9321-508b-4628-9114-3ab8eaa5470b	224,7947	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 72	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	CELIA TALLETT ANTUNES	46804440272	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	6869744-7400-4a62-9ba3-ea65e686f618	228,4673	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 150	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JUCIANA CARVAL KLOSTER	73600962822	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	186f668-403c-4b44-aa11-40a1c7022c56	228,4673	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 184	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	CRICIANE FERREIRA FOCHESSATO VIEIRA	93942392106	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	896f668-403c-4b44-aa11-40a1c7022c56	212,7847	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 94	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	GERALDO CAMILO FERREIRA	06073450206	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	329,0047	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 198	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JOÃO BATISTA DOS SANTOS	68394440272	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	340,9591	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 100	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	WAGNER CESAR RODRIGUES DA SILVA	06895742372	18/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 75	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	NEUZANE GOMES ELIAS	93940304249	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 128	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	MANOEL LEANDRO CARNEIRO DE SOUSA	93191267301	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 40	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	MARIA LUCIA REBERG CAVICHOLI	95959525987	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 73	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	ISMAEL HONORATO ESTEVES	22554368234	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 69	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	CATUSA APARECIDA ANTUNES	58572872232	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 81	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	LUCAS BENTO AMARAL DA SILVA	97594091493	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 31	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	SHIRLEY DE CASTRO GORGONHO	76884163291	18/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 121	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	SERGIANE GOMES CABRAL	28666320215	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 115	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	MARIA BARBOSA MOURA	23455390997	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 96	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	ANTONIO GOMES DA SILVA	0439855223	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JESSICA FERREIRA DO CARMO COSTA	02284988210	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 120	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	MATEUS SOARES LIMA	24164968168	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 146	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	BENTO DA SILVA PINTO	11346603287	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 140	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	DARIO BRITO BATISTA	31555450282	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 107	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	EDSON BATISTA SALVINO	02097347241	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 136	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JULIANA BARBOSA FERREIRA	53576292288	18/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 139	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	ADRIANA CARVAL KLOSTER	72945403283	18/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 28	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	EDSON BATISTA SALVINO	56782732215	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 133	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	SIDINEI CARNEIRO DE ARAUJO	88759582921	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 142	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	MARINEIDE MENDONÇA DE ARAUJO	01294313263	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 141	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	LUCAS BENTO AMARAL DA SILVA	0473313263	14/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	VALDELI PAULO PEREIRA	26107023291	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 140	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	ALMIR PEREIRA DA SILVA	9748619877	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	ELISSANDRES DIAS FERNANDES	11003229735	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 140	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	RAFAEL DUARTE CORTE	00832687282	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	EDILSON DO NASCIMENTO SOUZA	00532687282	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	LUCAS BENTO AMARAL DA SILVA	0473313263	18/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	RAMUNDO NONATO DE OLIVEIRA	93697601123	18/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JEFFERSON KAMIN SKI	45783055331	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JEFFERSON CARVAL DE SOUZA	63894361329	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	AGNALDO FERREIRA DE SOUZA	1132413268	28/11/14	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	ZULIDE DE ARAUJO SANTOS	1132413268	28/11/14	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	MARIA GILCEANE DA SILVA	65813154272	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	EGNER ISANAS RODRIGUES DA SILVA	10334293847	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	GLEUSON CARDOZO DA SILVA	00352792285	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	RAMONA LUZIA AGUILERA PERALTA	00976847167	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JILVANE FONTINELE BARROSO	85515972931	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	IVANI DA SILVA LEMOS	84441039291	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	ANTONIO MONTEIRO CABRAL	06070221249	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	CELIA FERREIRA	20472452200	05/07/14	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JOSE EDILTON GUIMARAES DA SILVA	62395702822	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	FABIANO CARLOS GOMES	4782421601	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	VANDERLEI HOLANDA DA SILVA	57886193249	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	LUCIANE CAVALCANTE E SILVA	82318220204	18/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JOSE SOARES DOS SANTOS	63156083268	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	RAMUNDO FRAGA ANDRADE	72804863268	18/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	MARLENE SOUZA DE OLIVEIRA	06302084255	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	ANTONIO RAMOS BRAGA	04146249197	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	REZZA CASTELO BRANCO RAPOSO	50994273200	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	LEONARDO MARQUES DE JESUS	00196337299	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JOAO BATISTA DOS SANTOS	68394440272	21/11/13	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	SEBASTIAO LIMA DA SILVA	61326767600	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	JOSE EDILTON GUIMARAES DA SILVA	00165192527	15/07/16	TITULACAO	220C	CA EMPREENHIMENTOS LTDA - EPP	833a331-105b-4040-9a67-5175a686a1260	151,5501	RO	D9Y 8207186909-RO
PORTO VELHO - LOTE 143	CAPITÃO SILVIO FIGUEIRA 1	CRISVALDO BRITO SALVINO	35045582200	15/0							



- Posses tituladas existentes no interior da área da UC criada.

N	ID	Nome	Nome do detentor	CPF	Área (ha)	N Processo	N Título	Data Emissão
1	424374	LOTE 66	[Redacted]	[Redacted]	230,5277	56422.000103/2010-43	RO003932	16/10/2014
2	423263	LOTE 129			74,5378	56422.002362/2011-90	RO005210	16/02/2016
3	423355	LOTE 20			45,8268	56422.008620/2010-61	RO003388	28/08/2014
4	29092	LOTE 62			70,6301	56422.008572/2010-19	RO003784	19/09/2014
5	29094	LOTE 116			229,8393	56422.004269/2011-10	RO005087	19/09/2014
6	29149	LOTE 143			164,1977	56422.010997/2009-46	RO004562	02/12/2014
7	425014	LOTE 45			186,8709	56422.000896/2009-67	RO003558	27/08/2014
8	27833	LOTE 14			214,0827	56422.000346/2009-48	RO003208	22/05/2014
9	424248	LOTE 83			236,8519	56422.001692/2009-43	RO004570	02/12/2014
10	29112	LOTE 88			235,9714	56422.004263/2011-42	RO003392	28/08/2014
11	208707	LOTE 151			147,7357	56422.006621/2009-37	RO004500	27/11/2014
12	423351	LOTE 149			204,3876	56422.006620/2009-92	RO004314	11/11/2014
13	424426	LOTE 130			77,3839	56422.002365/2011-23	RO004310	11/11/2014
14	423998	LOTE 65			51,3554	56422.0001102/2010-07	RO004469	11/12/2014
15		LOTE 82			47,1020	56422.000090/2012-74	RO004848	05/08/2015
16	29053	LOTE 81			91,1792	56422.001138/2009-66	RO004437	25/11/2014
17	423140	LOTE 46			147,6162	56422.008580/2010-57	RO003549	26/08/2014
18	29101	LOTE 28			160,8959	56422.006270/2010-06	RO004507	28/11/2014
19	29119	LOTE 132			163,8663	56422.005335/2011-79	RO003926	16/10/2014
20	186904	LOTE 44			92,7214	56422.008593/2010-26	RO004531	28/11/2014
21	29044	LOTE 47	[Redacted]	[Redacted]	51,6626	56422.000142/2010-41	RO004510	28/11/2014
22	424014	LOTE 21			100,8904	56422.000890/2009-90	RO005208	16/02/2016
23	29106	LOTE 146			239,1362	56422.000031/2010-34	RO003559	27/08/2014
24	28727	LOTE 40			69,4795	56422.000916/2009-08	RO004455	09/12/2014
25	217544	LOTE 79			130,7874	56422.001100/2009-93	RO005087	09/12/2014
26	29048	LOTE 100			95,4326	56422.003343/2011-81	RO004522	28/11/2014
27	29087	LOTE 117			101,6513	56422.000110/2010-45	RO004315	11/11/2014

Posses tituladas existentes no interior da área proposta para criação da UC.

N	ID	Nome	Nome do detentor	CPF	Área (ha)	N Processo	N Título	Data Emissão
28	29153	LOTE 29	[Redacted]	[Redacted]	84,2250	56422.003348/2011-11	RO004486	27/11/2014
29	29052	LOTE 71			192,2705	56422.006622/2009-81	Não impresso	27/11/2014
30	29154	LOTE 27			228,0164	56422.006231/2010-09	RO003925	16/11/2014
31	424418	LOTE 86			86,3108	56422.000861/2009-28	RO004099	16/10/2014
32	424462	LOTE 145			227,3909	56422.010996/2009-00	RO004317	11/11/2014
33	29086	LOTE 63			115,2267	56422.003305/2011-28	RO004657	09/12/2014

Aplicação de FIF. Posseiros identificados na área, ocupando, morando e/ou produzindo. Fonte: Terra Legal, 2016.

Posses em processo de análise existentes no interior da área proposta para criação da UC.

N	ID	Nome	Nome do detentor	CPF	Área (ha)	N Processo
1	29117	LOTE 41	[Redacted]	[Redacted]	295,9413	56422.004246/2011-13
2	29116	LOTE 64			107,9270	56422.000915/2009-55
3	29071	LOTE 48			110,2269	56422.004267/2011-21
4	29146	LOTE 110			235,9401	56422.004244/2011-16
5	29131	LOTE 91			638,8332	56422.001323/2009-51
6	29032	LOTE 52			65,4589	56422.008592/2010-81
7	29069	LOTE 98			319,7073	56422.011382/2009-37
8	29031	LOTE 141			87,7990	56422.000066/2010-73
9	29120	LOTE 25			230,0802	56422.006236/2010-23
10	29118	LOTE 26			228,3025	56422.006234/2010-34
11	29147	LOTE 152			157,0400	56422.000039/2010-09
12	425078	LOTE 102			286,7409	56422.001139/2009-19
13	29144	LOTE 30			215,5333	56422.006315/2010-34
14	198261	LOTE 78			161,9158	56422.007854/2010-91
15	423268	LOTE 119			896,4216	56422.000538/2009-54
16	29134	LOTE 35			206,0767	56422.000029/2010-65
17	29046	LOTE 12			70,8611	56422.000622/2009-78
18	423305	LOTE 89			221,0050	56422.004265/2011-31
19	423316	LOTE 147			326,9523	56422.003347/2011-69
20	423843	LOTE 80			128,8574	56422.001099/2009-05
21	29084	LOTE 128			149,2679	56422.005352/2011-14
22	29059	LOTE 150			212,7870	56422.006618/2009-13



Posses em processo de análise existentes no interior da área da UC criada.

N	ID	Nome	Nome do detentor	CPF	Área (ha)	N Processo
23	423136	LOTE 67	[Redacted]	[Redacted]	635,5553	56422.003301/2011-40
24	425053	LOTE 50			62,9222	56422.000895/2009-12
25	29024	LOTE 155			267,3346	56422.000025/2011-00
26	208302	LOTE 70			220,3994	56422.006619/2009-68
27	29155	LOTE 90			412,1985	56422.001322/2009-14
28	29095	LOTE 126			369,5918	56422.005381/2011-78
29	425004	LOTE 54			153,1470	56422.007857/2010-24
30	423071	LOTE 39			239,1848	56422.000611/2009-98
31	29091	LOTE 93			147,7251	56422.004251/2011-18
32	29163	LOTE 74			116,6909	56422.002452/2011-81
33	29161	LOTE 17			369,0376	56422.006706/2009-15
34	29098	LOTE 14			329,0047	56422.000624/2009-67
35	425058	LOTE 105			279,2049	56422.002262/2011-63
36	29167	LOTE 15			834,2733	56422.006311/2010-56
37	29039	LOTE 49			120,4812	56422.000927/2009-80
38	29076	LOTE 19A			52,4436	56422.000901/2009-31
39	29089	LOTE 131			75,5577	56422.002361/2011-45
40	29110	LOTE 121			179,7607	56422.000664/2009-17
41	424409	LOTE 114			166,6971	56422.005837/2009-85
42	29067	LOTE 154			248,5316	56422.000030/2010-90
43	29103	LOTE 118			448,1536	56422.000556/2009-36
44	29090	LOTE 59			100,9120	56422.011445/2009-55
45	211794	LOTE 33			226,3115	56422.006313/2010-45
46	29042	LOTE 106			224,7602	56422.0006389/2009-37
47	29088	LOTES 55 e 87 UNIFICADOS			264,9783	56422.006710/2009-83
48	29107	LOTE 18			90,9374	56422.000680/2009-00
49	27835	LOTE 16B			312,1829	56422.000201/2013-23
50	29075	LOTE 140			90,3472	56422.000762/2012-41
51	27801	LOTE 16A			284,0642	56422.000044/2010-00
52	28757	LOTE 37			127,1947	56422.007895/2010-87
53	423648	LOTE 138			89,9454	56422.000035/2010-12
54	193784	LOTE 34			241,5847	56422.006327/2010-69
55	29085	LOTE 43			87,1397	56422.006280/2009-08
56	424433	LOTE 133			99,5869	56422.003350/2011-82
57	28689	LOTE 43			309,6190	56422.006414/2009-82
58	29081	LOTE 24			220,8148	56422.006233/2010-90
59	29150	LOTE 72			258,4673	56422.0007897/2010-76
60	28764	LOTE 44			70,5232	56422.006415/2009-27
61	29151	LOTE 51			144,6373	56422.001901/2011-73

Posses em processo de análise existentes no interior da área da UC criada.

N	ID	Nome	Nome do detentor	CPF	Área (ha)	N Processo
62	28760	LOTE 36	[REDACTED]	[REDACTED]	766,7339	56422.005338/2011-11
63	29082	LOTE 142			86,6891	Sem processo
64	423313	LOTE 10			645,4951	56422.001637/2009-53
65	29100	LOTE 32			231,9100	56422.006314/2010-90
66	425079	LOTE 77			652,3589	56422.000798/2010-63
67	29166	LOTE 76			263,9664	56422.010961/2009-62
68	29158	LOTE 96			74,2759	56422.001656/2009-80
69	424361	LOTE 92			493,0829	56422.001657/2009-24
70	29037	LOTE 139			89,1763	56422.003349/2011-58
71	29104	LOTE 19B			168,6362	56422.006705/2009-71
72	29162	LOTE 73			259,7002	56422.007896/2010-21
73	424366	LOTE 60			141,6501	56422.001840/2011-44
74	29077	LOTE 156			242,9488	56422.000028/2010-11
75	29152	LOTE 56			85,6791	56422.004264/2011-97
76	29111	LOTE 120			284,3685	56422.001622/2009-95
77	29108	LOTE 95			347,8726	56422.000872/2009-16
78	29159	LOTE 69			207,6952	56422.006515/2009-53
79	29132	LOTE 31			226,0539	56422.006326/2010-14
80	29164	LOTE 107			420,3055	56422.002261/2011-19
81	424427	LOTE 103			84,8295	56422.011371/2009-57
82	29080	LOTE 134			112,6654	56422.003352/2011-71
83	27822	LOTE 13			199,7808	56422.000345/2009-01
84	29096	LOTE 38			76,1412	56422.003340/2011-47
85	424419	LOTE 157			120,7217	56422.000026/2010-21
86	29026	LOTE 153			229,1475	56422.000038/2011-00
87	29097	LOTE 75			117,3003	56422.020453/2011-25
88	29099	LOTE 113			871,1495	56422.000449/2009-16
89	29043	LOTE 68			511,5980	56422.000800/2010-02
90	29165	LOTE 111			285,3865	56422.000902/2009-86
91	423304	LOTE 101			58,0050	56422.000875/2009-41
92	29041	LOTE 99			284,2534	56422.002260/2011-74
93	423363	LOTE 61			101,7250	56422.004247/2011-50
94	424428	LOTE 58			284,8841	56422.001693/2009-98
95	423349	LOTE 16			162,3435	56422.000047/2011-00
96	193806	LOTE 42			282,1973	56422.001580/2009-92
97	29102	LOTE 94			340,9591	56422.001658/2009-79
98	424416	LOTE 109			126,2636	56422.000860/2009-83
99	423256	LOTE 13			85,0286	56422.000526/2009-20
100	29093	LOTE 115			144,0281	56422.008619/2010-36
101	424373	LOTE 97			63,7427	56422.001655/2009-35

Fonte: Terra Legal, 2016.

Aplicação de FIF. Posseiros identificados na área, ocupando, morando e/ou produzindo.

- Posses com processos indeferidos existentes no interior da área da UC criada.

N	ID	Nome	Nome do Detentor	CPF	Área (ha)	N Processo
1	29109	LOTE 123	[REDACTED]	[REDACTED]	376,3267	56422.005378/2011-54
2	29049	LOTE 104			251,9787	56422.003324/2011-54
3	29078	LOTE 108			134,9453	56422.006380/2010-60
4	29083	LOTE 124			391,3455	56422.005379/2011-07
5	425051	LOTE 125			344,7956	56422.005380/2011-23

Fonte: Terra Legal, 2016.

Aplicação de FIF. Posseiros identificados na área, ocupando, morando e/ou produzindo.

Imóveis/parcelas registrados em cartório existentes no interior da área proposta para criação da UC, matrícula, interessado, área e situação.

N	ID	Nome	Interessado	Área	Situação
1	83821	FAZ. NOVA ESPERANÇA I	FREDERICO JOSÉ DINIZ	579,2548	Imóvel certificado
2	83317	FAZ. NOVA ESPERANÇA III	GREGORIO G. MOREIRA DINIZ	816,3998	Imóvel certificado
3	79235	FAZ. NOVA ESPERANÇA II	FLORENTINA LOPES DINIZ	493, 8708	Imóvel certificado
4	236772	SÍTIO MARAVILHA	JOAO EVANGELISTA DE SOUZA	63,1954	Parcela certificada
Total					1952,7208-

Fonte: INCRA Rondônia. Programa Terra Legal, 2016. OBS: Todos os imóveis são originários da matrícula 10030.

Aplicação de FIF. Proprietários identificados na área, ocupando, morando e/ou produzindo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA
A amiga do rondoniense

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – ATO 008/2023
GABINETE DO DEPUTADO ALEX REDANO



OFÍCIO GDAR Nº 016/2025

Porto Velho/RO, 25 de fevereiro de 2025

A Sua Senhoria
Alzira Miranda
Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado do Amazonas -
CREA/AM
Manaus/AM

Assunto: **Requisição de informações e documentos.**

Senhora Presidente,

De ordem do Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, ato da Presidência 008/2023, instaurada com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, e contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A, para o desenvolvimento de projetos de conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, vem pelo presente solicitar informações a seguir enumeradas:

Esclarecimentos relativos a empresa **CON&SEA LTDA, com CNPJ 04.694.484/0001-77**, se a empresa possui o devido registro no CREA/AM, caso possua, qual o ano do registro e quais os nomes desses profissionais, isto que a referida empresa apresentou nos processos administrativos sob investigação dessa comissão estudos que em tese subsidiou a criação de 01(uma) unidade de conservação, todavia não apresentando as Anotações de responsável técnicos, bem como não apresentou registro em nenhum conselho profissional, além do referido estudo possuir identificação de profissionais legalmente habilitados.

Certo de vosso pronto atendimento apresentamos na oportunidade nossos protestos de consideração e apreço.

Porto Velho/RO, 25 de fevereiro 2025.



Documento assinado digitalmente

JOAO FRANCISCO DOS SANTOS

Data: 25/02/2025 18:24:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOÃO FRANCISCO DO SANTOS
Chefe de Gabinete – ATO 559-SUP-RH/ALERO
E-mail: assessorialedano@gmail.com
Fone (69) 3218 1400 ramal 3737 ou 3733

PALÁCIO MARECHAL RONDON
Av. Farquar, 2562 - Olaria - Porto Velho-RO
CEP: 76801-189
ATENDIMENTO: (69) 3218-1400
CNPJ: 04.794.681/0001-68



**Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Amazonas**
INFORMAÇÕES DO PROTOCOLO

**Protocolo
Nº 2709536/2025**



Informações do Protocolo

Nome do Solicitante:

DEPUTADO ALEX REDANO

Assunto:

FÍCIO

Emissão:

26/02/2025

Cadastro:

26/02/2025

Situação:

Aberto

Descrição:

OFÍCIO GDAR N°016/2025 - REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES DOCUMENTAIS.

Declarações

Documentos

Tipo:	Data:	Observação:
ANEXO	26/02/2025	
ANEXO	07/03/2025	PESQUISA DE SOLICITAÇÃO DE REGISTRO.
ANEXO	07/03/2025	PESQUISA EMPRESA
ANEXO	27/02/2025	
ANEXO	26/02/2025	

Movimentos

Passo	Nome do usuário	Data Envio	Ação	Origem	Destino
1	Marcelinho Gomes da Costa	26/02/2025 10:22:22	Recebimento	CHGB - CHEFE DO GABINETE	CHGB - CHEFE DO GABINETE
Descrição Passo Inicial.					
2	RENAN DIEGO AMANAJAS LIMA DA SILVA	26/02/2025 15:04:20	Envio	CHGB - CHEFE DO GABINETE	AJUR - ASSESSORIA JURÍDICA
Descrição Prezadas, encaminho o presente protocolo para manifestação deste Jurídico. Solicito o retorno para que possamos responder ao requerente.					
3	ANA MARIA FERNANDES MENEZES MARTINS	27/02/2025 09:02:28	Envio	AJUR - ASSESSORIA JURÍDICA	GEAP - GERÊNCIA DE ATENDIMENTO E PROTOCOLO
Descrição Manifestação AJUR 031/2025					
4	Gabriela Bernardes Affonso	07/03/2025 11:23:27	Recebimento	GEAP - GERÊNCIA DE ATENDIMENTO E PROTOCOLO	GEAP - GERÊNCIA DE ATENDIMENTO E PROTOCOLO
Descrição Protocolo recebido para análise. Passo automatico!					
5	Gabriela Bernardes Affonso	07/03/2025 11:25:31	Envio	GEAP - GERÊNCIA DE ATENDIMENTO E PROTOCOLO	AJUR - ASSESSORIA JURÍDICA
Descrição Prezados, em pesquisa no repositório deste regional, não foram encontrados registro de empresa para o CNPJ informado, tampouco solicitações de registro para o mesmo. Segue em anexo tela de pesquisa.					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS - CREA/AM



Manaus, 11 de março de 2025.

OFÍCIO 400/2025-GP/CREA-AM

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado **ALEX REDANO**
Comissão Parlamentar de Inquérito – Ato 008/2023
(assessoriaeredano@gmail.com)

Assunto: **OFÍCIO GDAR N.º 016/2025**

Senhor Deputado,

1. Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao ofício acima citado, vimos informar que não consta até a presente data, no setor de cadastro deste Conselho, registro da empresa **CON&SEA LTDA (CNPJ 04.694.484/0001-77)**.
2. Para outras informações sobre o assunto, favor entrar em contato pelo telefone 2125-7171 (ramal 7122) ou pelo e-mail: sari@crea-am.org.br da Assessoria de Relações Institucionais do Crea-AM.

Atenciosamente,

Eng. Pesca e Seg. Trab. *Alzira Miranda*
ALZIRA MIRANDA DE OLIVEIRA
Presidente do Crea-AM

gate/dirceu/prot. 2709536/2025

OFÍCIO Nº 162/2025/CRBio-06

Manaus, 12 de março de 2025



Ao Senhor
Alex Redano
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI, Ato 008/2023
Av. Farquar, 2562, Olaria
CEP 76801-189 Porto Velho. RO

Assunto: Resposta ao Ofício GDAR nº 016/2025

Senhor Deputado,

- 1 **O CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA – 6ª REGIÃO**, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrita no CNPJ nº 07.934.511/0001-20, com sede localizada na Av. Ephigênio Salles, 2.300, Salas 201/202-B, Comercial Boulevard Mundi – Bairro Aleixo. CEP 69060-020. Manaus/AM, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **JOSÉ FELIPE DE SOUZA PINHEIRO**, brasileiro, casado, biólogo, registrado no CRBio-06 sob o nº 090180/06-D, portador do RG nº 1607780-6 SSP/AM e inscrito no CPF nº 707.576.662-72, estabelecido na Sede da Autarquia acima declinada, vem respeitosamente, cumprimentá-lo, para informar o que segue:
- 2 A empresa **CON&SEA LTDA**, inscrita sob o CNPJ 04.694.484/0001-77, não possui registro na base de dados do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região.
- 3 A profissional Silvia Gonçalves, inscrita no CPF nº 390.469.749-87, não possui registro na base de dados deste Conselho Regional.
- 4 O biólogo Jorge Lourenço da Silva, possui registro definitivo sob o nº 008961-0-D, cuja Ficha Cadastral acompanha o presente. Cumpre salientar, que não há registro de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART pelo referido biólogo.
- 5 Importa salientar, que o exercício da profissão de biólogo somente é permitido aos graduados (bacharéis ou licenciados) devidamente registrados no Conselho Regional de Biologia, na forma do que dispõe o preceito *infra*, extraído da **Lei Federal nº 6.684/79**:

CRBio-06 - CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 6ª REGIÃO**Acre | Amapá | Amazonas | Pará | Rondônia | Roraima**

Av. Ephigênio Salles, 2300 - Boulevard Mundi - Salas B-201 e 202 – Aleixo

+55 (92) 92 98450-0285 - CEP 69060-020 - Manaus – AM

crbio06@crbio06.gov.br | www.crbio06.gov.br



/crbiologia06



@crbio.06



/crbio06



@crbio06

Art. 1º O exercício da profissão de Biólogo é privativo dos portadores de diploma:

I - devidamente registrado, de bacharel ou licenciado em curso de História Natural, ou de Ciências Biológicas, em todos as suas especialidades ou de licenciado em Ciências, com habilitação em Biologia, expedido por instituição brasileira oficialmente reconhecida; (grifo nosso)

II - expedido por instituições estrangeiras de ensino superior, regularizado na forma da lei, cujos cursos forem considerados equivalentes aos mencionados no inciso I.

6 Por conseguinte, a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica, também, só permitida aos registrados no Conselho.

7 Segue anexo ao presente Ofício, os documentos comprobatórios das informações, compilados nos autos do Processo nº 003/ADM/2025.

8 Este Conselho Regional se coloca à disposição para prestar quaisquer outras informações que estejam ao nosso alcance.

Atenciosamente,

JOSE FELIPE
DE SOUZA
PINHEIRO:70
757666272
JOSÉ FELIPE DE SOUZA PINHEIRO
Presidente

Assinado digitalmente por JOSE FELIPE
DE SOUZA PINHEIRO:70757666272
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, OU=
1699465200129, OU=Presencial, OU=
Certificado PF A3, CN=JOSE FELIPE DE
SOUZA PINHEIRO:70757666272
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.03.12 05:53:43-04'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0



Assessoria Dep Alex Redano <assessoriaeredano@gmail.com>

**CREA-PA: MENSAGEM ELETRÔNICA Nº 012/OUVIDORIA/2025**

Denize Silva <denize@creapa.com.br>

Para: assessoriaeredano <assessoriaeredano@gmail.com>

Cc: ouvidoria <ouvidoria@creapa.com.br>

14 de março de 2025 às 08:18

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ – CREA/PA**

Belém, 14 de março de 2025.

Prezados, segue retificação das respostas.

1 - A empresa possui o devido registro no CREA/PA, caso houver qual ano do registro;

Informamos que a empresa CON & SEA LTDA, CNPJ nº 04.694.484/0001-77, possui registro no Crea-PA desde o ano de 2011.

2 - Quais são os profissionais responsáveis;

Atualmente, só consta o profissional Eng. Agrônomo Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro como Responsável Técnico.

3 - Os dois sócios proprietários da empresa, Ana Rosa Mesquita de Figueiredo e Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro, possuem registro no CREA/PA, ou emitiram alguma ART, no período compreendido entre o 2016 a 2019 para os seguintes CNPJ's, contratantes, FUNBIO 03.537.443/0001-04 e SEDAM-RO 63.752.604/0001-04, considerando que a referida empresa apresentou em um dos processos administrativos sob investigação dessa comissão, estudos que em tese subsidiou a criação de 01(uma) unidade de conservação, todavia não apresentando há Anotações de responsável técnicos, bem como não apresentou registro em nenhum conselho profissional, além do referido estudo possuir identificação de profissionais legalmente habilitados.

A Eng. Química Ana Rosa Mesquita de Figueiredo e o Eng. Agrônomo Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro possuem registro ativo e regular no Crea-PA. Informamos ainda que, tanto a empresa quanto os profissionais citados, não possuem registro de ARTs para estes contratantes.

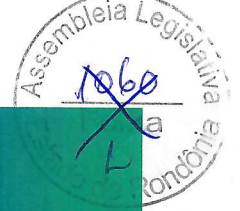
Era o que tínhamos a dizer e esperamos ter ajudado.

Atenciosamente,

Denize Gomes da Silva

Ouvidora do CREA-PA / Port. 368/2023

denize@creapa.com.br / Mat. 410



Aviso 1: Este e-mail pode conter informações e documentos confidenciais e/ou protegidos por lei. Se você não for o efetivo destinatário, pedimos, por favor, que desconsidere completamente o seu conteúdo e os devolva ao seu remetente e os apague imediatamente, ficando proibida a sua cópia e/ou encaminhamento para terceiros.

Aviso 2: Apesar do CREA-PA tomar todas as cautelas necessárias para evitar que nenhum vírus esteja presente nessa mensagem, ele não se responsabiliza por eventuais perdas ou danos eventualmente causados por esse e-mail ou seus anexos.



De: "assessoria redano" <assessoria redano@gmail.com>

Para: "Denize Silva" <denize@creapa.com.br>

Enviadas: Quinta-feira, 13 de março de 2025 14:05:10

Assunto: Re: CREA-PA: MENSAGEM ELETRÔNICA Nº 012/OUVIDORIA/2025

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Assessoria Dep Alex Redano <assessoriaeredano@gmail.com>

**CREA-PA: MENSAGEM ELETRÔNICA Nº 012/OUVIDORIA/2025**

1 mensagem

Denize Silva <denize@creapa.com.br>
Para: assessoriaeredano@gmail.com
Cc: ouvidoria <ouvidoria@creapa.com.br>

6 de março de 2025 às 10:47



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ – CREA/PA

**MENSAGEM ELETRÔNICA Nº 012/OUVIDORIA/2025**

Belém, 06 de março de 2025.

Ao Senhor **João Francisco dos Santos**
Chefe de Gabinete da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Nesta

Assunto: Resposta ao protocolo 606074/2025
Ref.: Ofício GDAR nº 018/2025

Prezado Senhor,

Informamos que essa Ouvidoria recebeu no dia 26/02/2025 o protocolo acima mencionado, referente à solicitação de fornecimento de informações sobre a empresa CON & SEA LTDA, CNPJ nº 04.694.484/0001-77, conforme abaixo.

1 - A empresa possui o devido registro no CREA/RO, caso houver qual ano do registro;

Apesar de fazermos parte do sistema Confea/Crea, cada Conselho tem sua autonomia administrativa, o que impede que tenhamos acesso à base de dados uns dos outros. Portanto, essa informação deve ser solicitada diretamente ao Crea-RO.

2 - Quais são os profissionais responsáveis;

Esta informação também deve ser solicitada ao Crea-RO. Aqui no Estado do Pará, a empresa só tem o Sr. Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro como Responsável Técnico.

3 - Os dois sócios proprietários da empresa, Ana Rosa Mesquita de Figueiredo e Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro, possuem registro no CREA/RO, ou emitiram alguma ART, no período compreendido entre o 2016 a 2019 para os seguintes CNPJ's, contratantes, FUNBIO 03.537.443/0001-04 e SEDAM-RO 63.752.604/0001-04, considerando que a referida empresa apresentou em um dos processos administrativos sob investigação dessa comissão, estudos que em tese subsidiou a criação de 01(uma) unidade de conservação, todavia não apresentando há Anotações de responsável técnicos, bem como não apresentou registro em nenhum conselho profissional, além do referido estudo possuir identificação de profissionais legalmente habilitados.

Em consulta ao nosso sistema nacional, não localizamos registro no Crea-RO para esses dois profissionais, porém essa é uma informação que deve ser confirmada por aquele Conselho. Assim como, se há registro de ARTs aos quais não temos acesso e e que, portanto, não temos como dar essa informação.

Para as informações pertinentes ao Crea-RO, entre em contato pelo email ouvidoria@crearo.org.br.

Sentimos não poder ajudar mais do que foi aqui informado e nos colocamos à disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Denize Gomes da Silva

Ouvidora do CREA-PA / Port. 368/2023

denize@creapa.com.br / Mat. 410



Aviso 1: Este e-mail pode conter informações e documentos confidenciais e/ou protegidos por lei. Se você não for o efetivo destinatário, pedimos, por favor, que desconsidere completamente o seu conteúdo e os devolva ao seu remetente e os apague imediatamente, ficando proibida a sua cópia e/ou encaminhamento para terceiros. Aviso 2: Apesar do CREA-PA tomar todas as cautelas necessárias para evitar que nenhum vírus esteja presente nessa mensagem, ele não se responsabiliza por eventuais perdas ou danos eventualmente causados por esse e-mail ou seus anexos.

EVOLUÇÃO UC ESTAÇÃO ECOLÓGICA SOLDADO DA BORRACHA

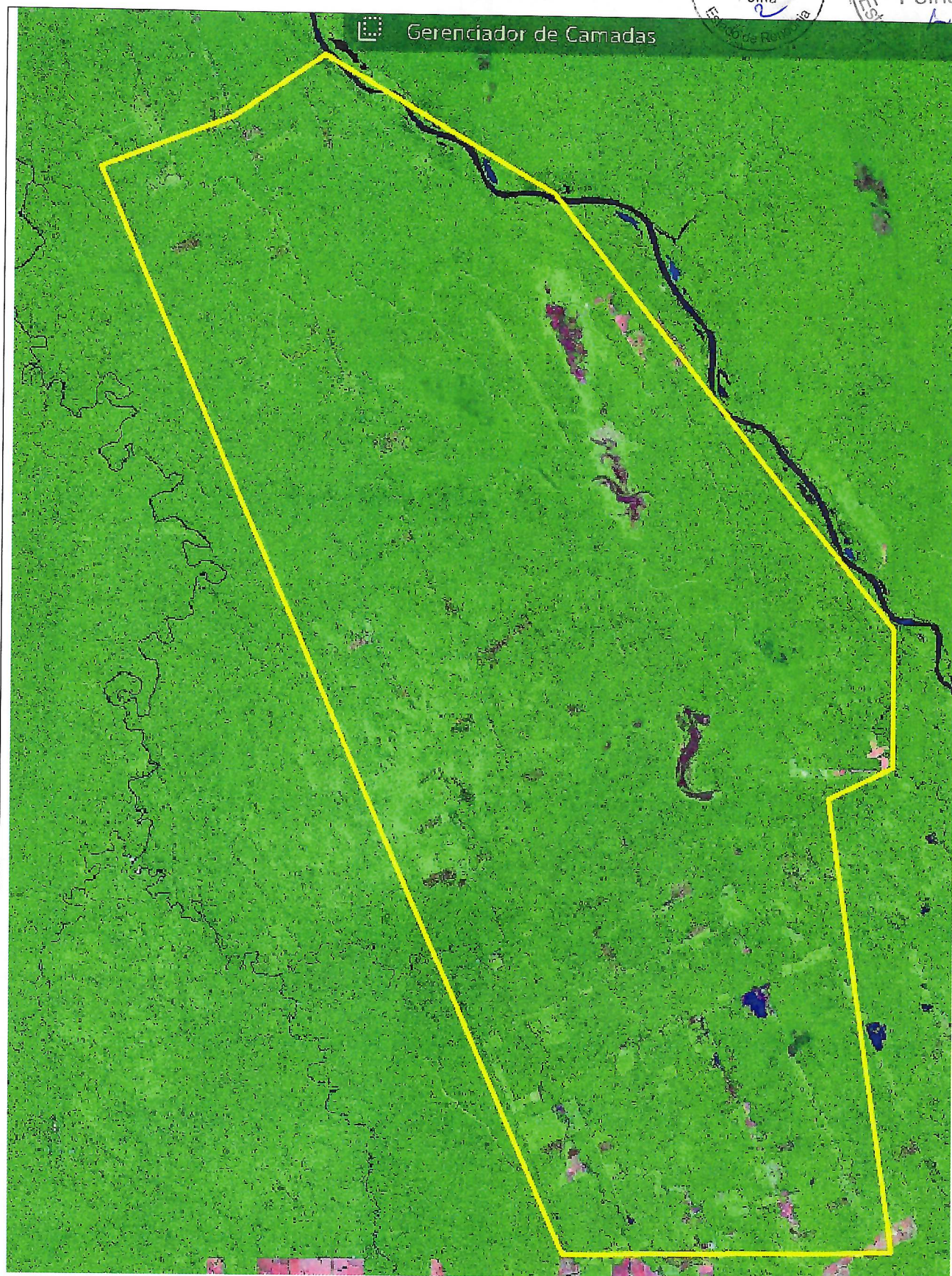


IMAGEM 01 SENTINE-2 2018-07 JULHO

[Handwritten signature]
LUIZ CARLOS DE SOUZA
Coordenador Geral

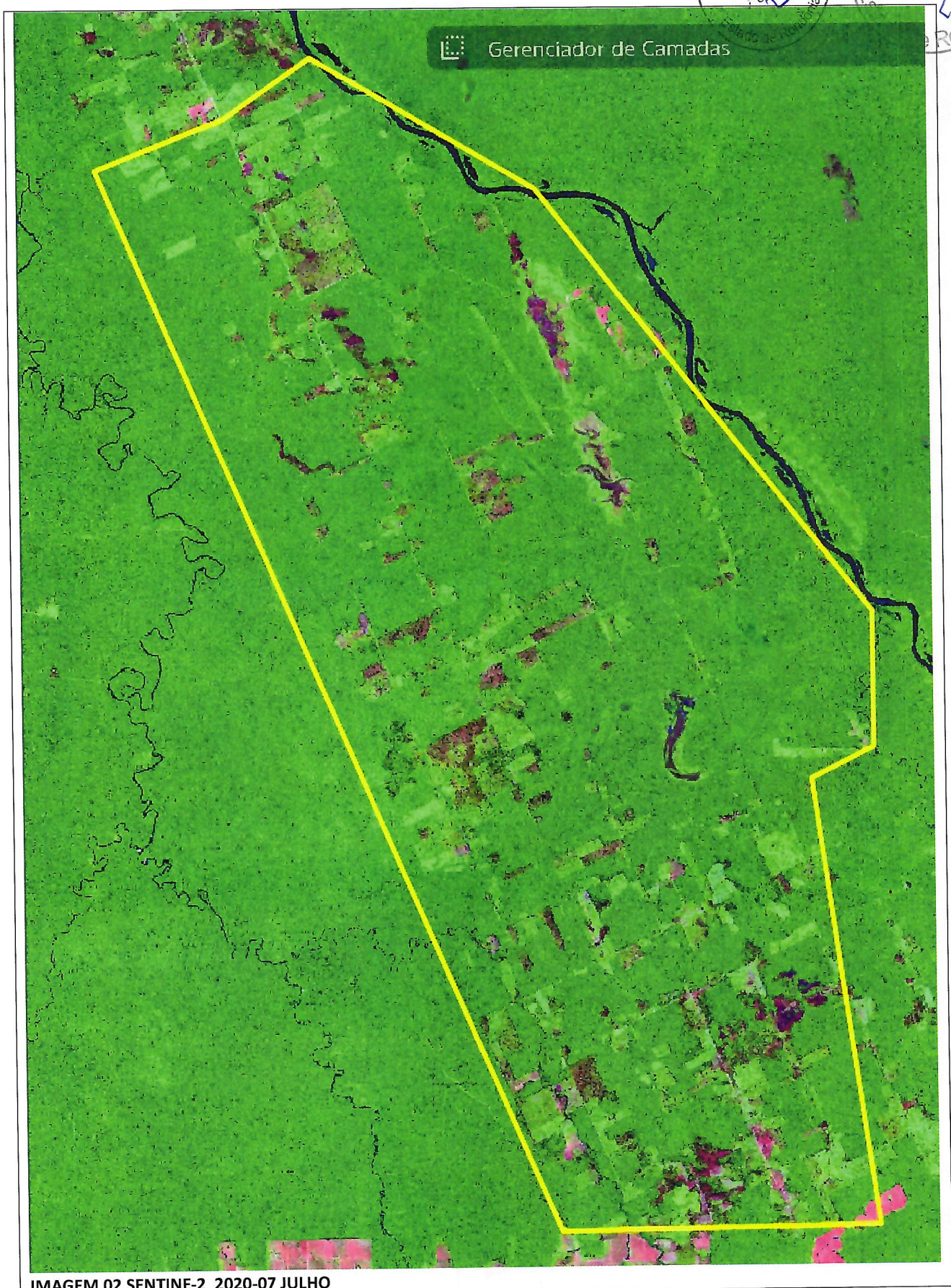


IMAGEM 02 SENTINE-2 2020-07 JULHO


Profa. Dra. Rosângela
Engenharia Civil
CRCA 12.550-0/2016

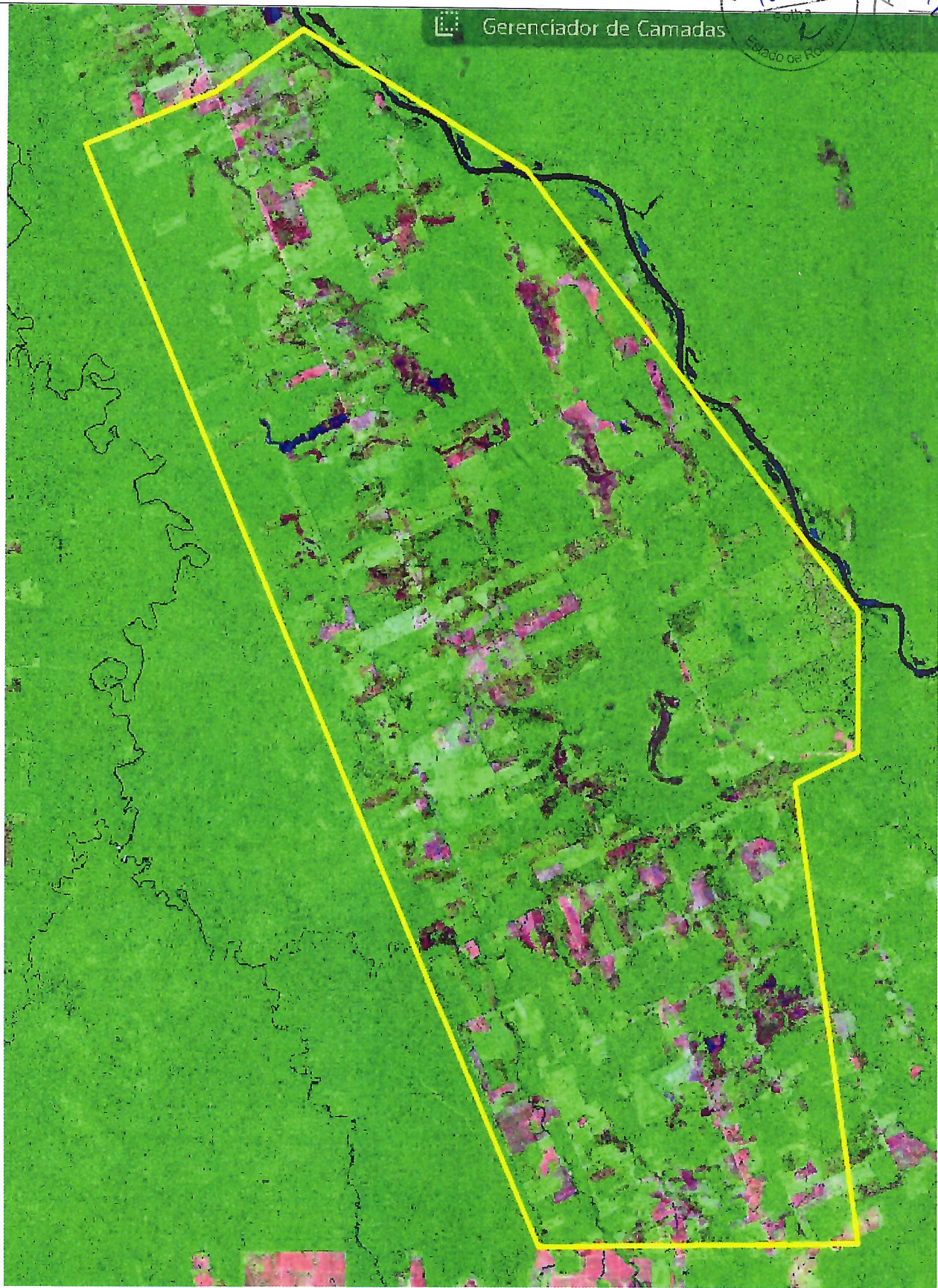


IMAGEM 03 SENTINE-2 2022-07 JULHO

[Handwritten signature]

Assembleia Legislativa
1089
Folha

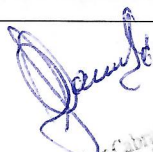
Assembleia Legislativa
1066
Folha



Gerenciador de Camadas



IMAGEM 04 SENTINE-2 2024-09 SETEMBRO


Francisco Cabral Cavalli
Engenheiro Civil
CREA 11754-D/RS

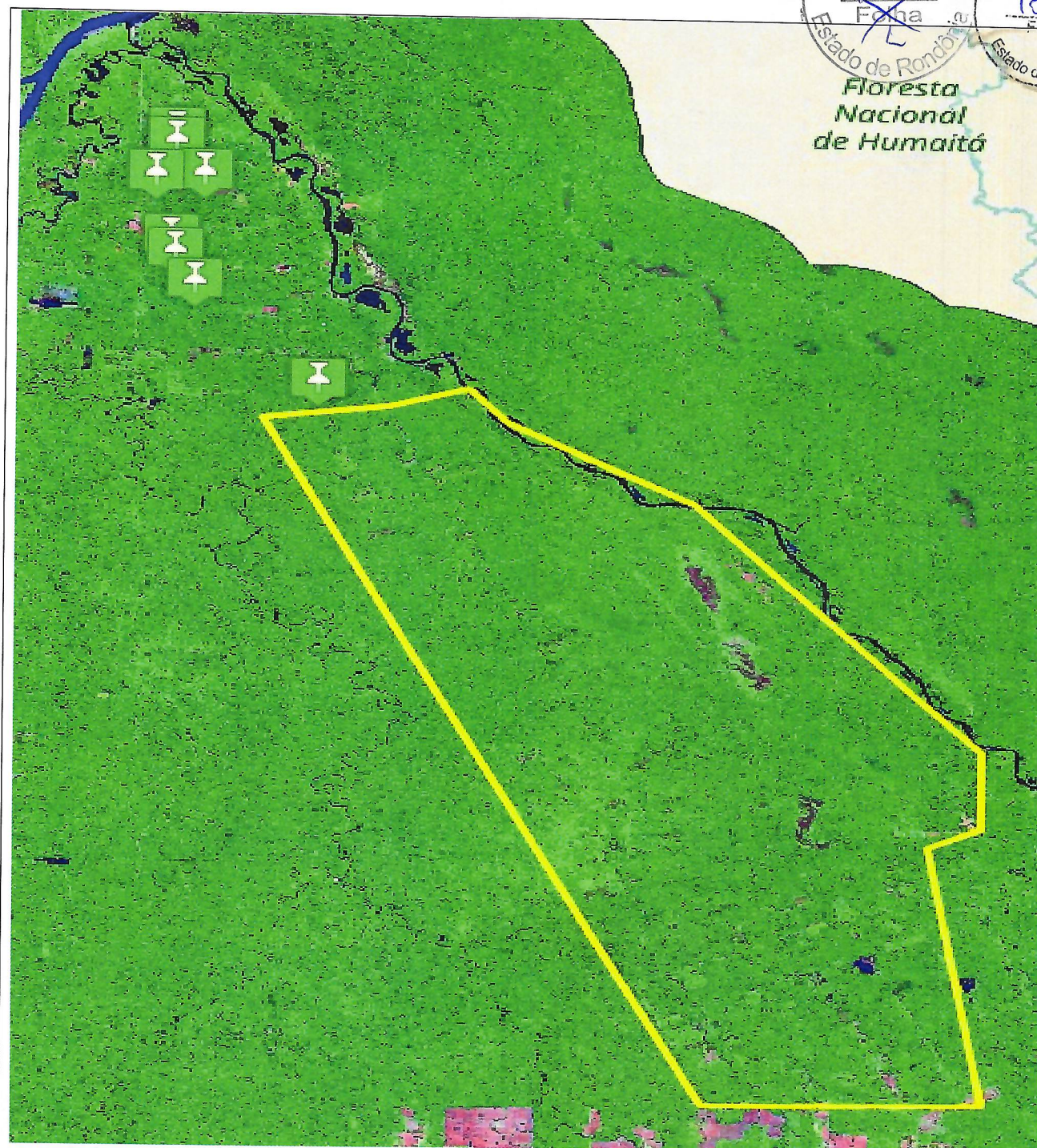


IMAGEM 05 SENTINE-2 2018-07 JULHO – Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

[Handwritten signature]

Flóresta
Nacional
de Humaitá

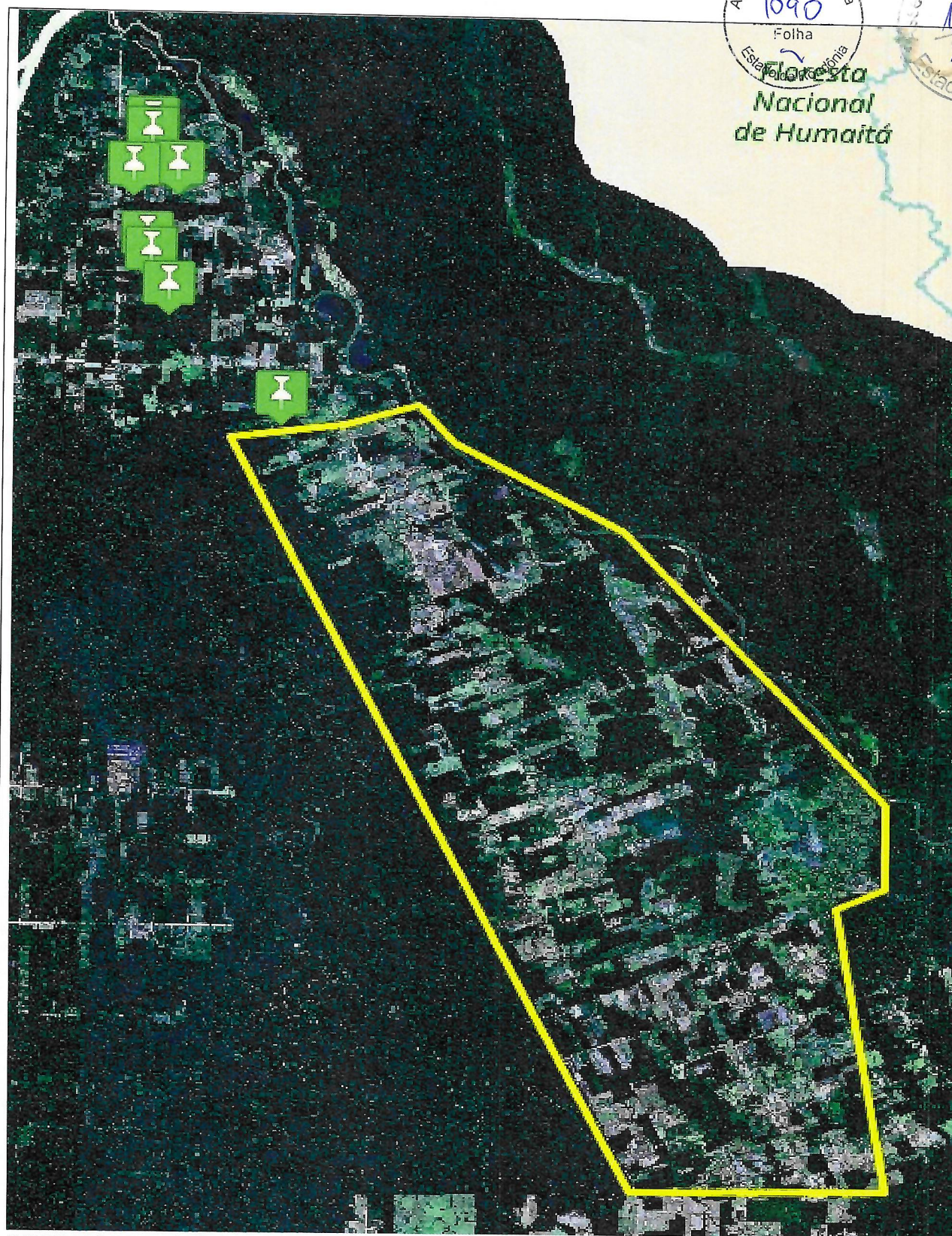


IMAGEM 06 PLANET (NICFI) 2024 -07 – Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

David
Assessoria
Civil
Data 21/04/2024

EVOLUÇÃO DE UC - APA RIO PARDO - FERS RIO PARDO

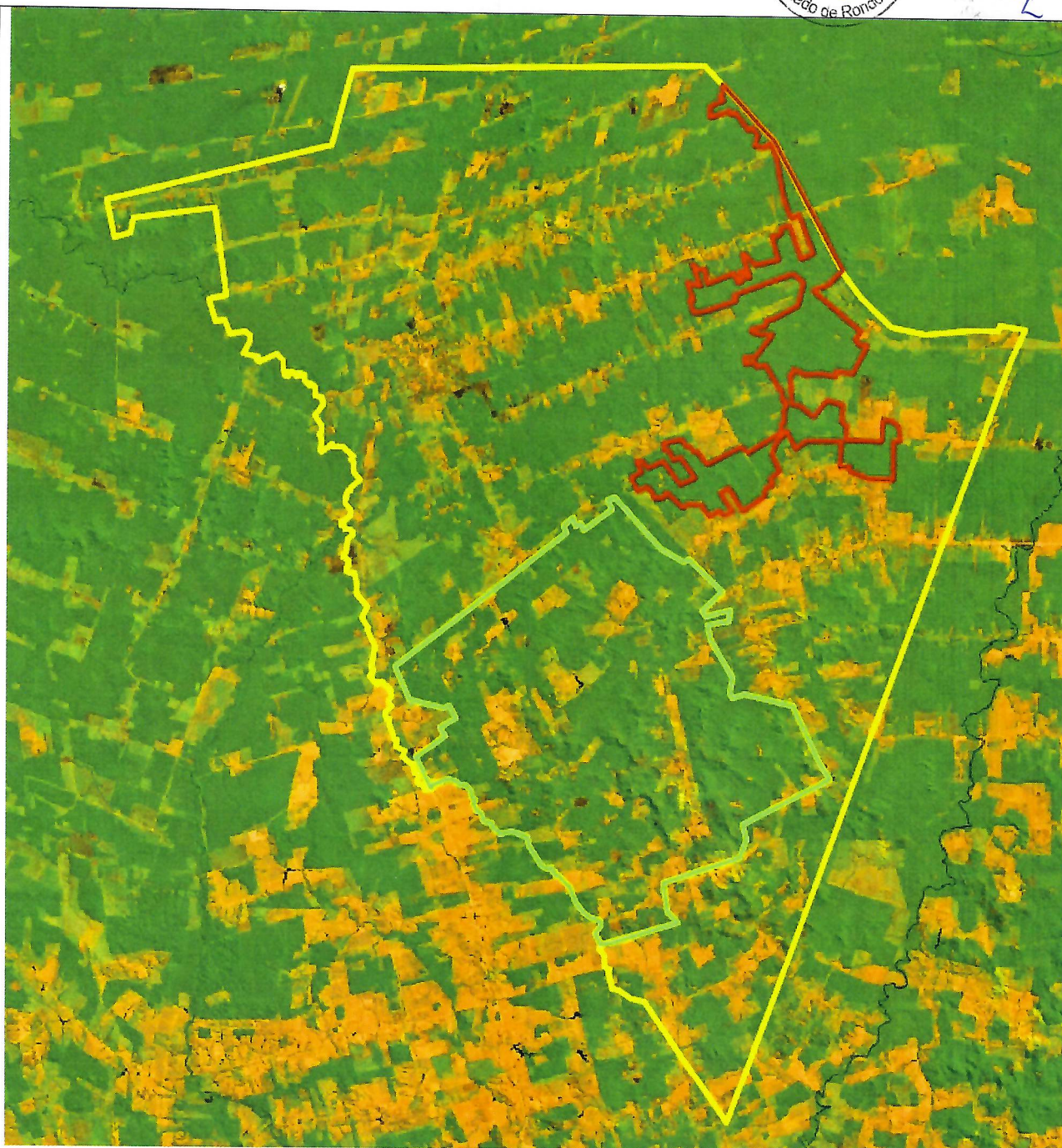
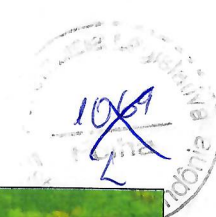


IMAGEM 01 LANDSAT-5 2008-07 JULHO APA RIO PARDO E FERS DO RIO PARDO **FERS Prop.01 7.469 ha** **FERS Prop.02 30.815 ha.**

Paulo

Paulo
Enviado em 11/07/2008

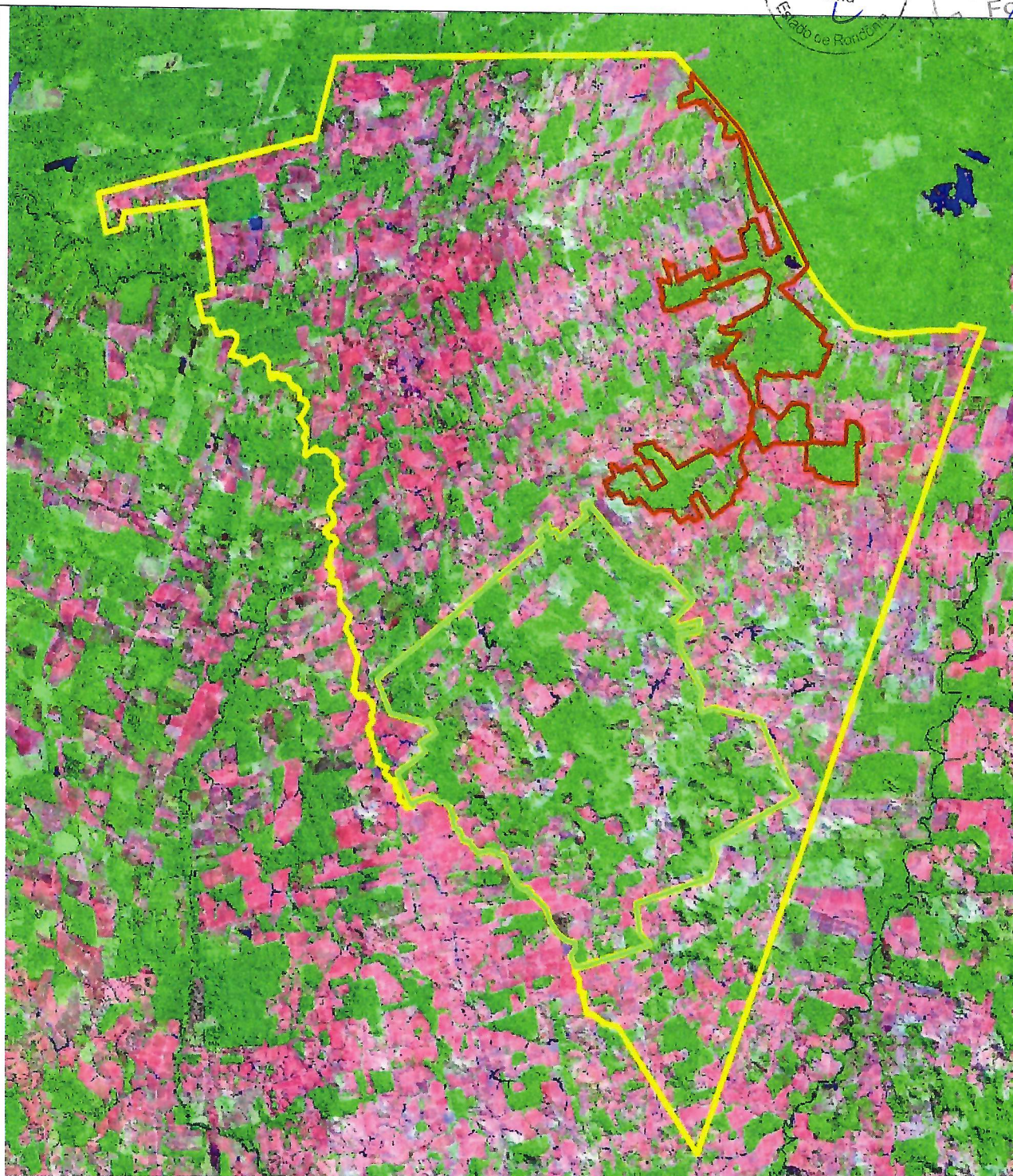


IMAGEM 02 SENTINE-2 2018-07 JULHO - APA RIO PARDO E FERS DO RIO PARDO **FERS Prop.01 7.469 ha** **FERS Prop.02 30.815 ha.**

[Handwritten signature]

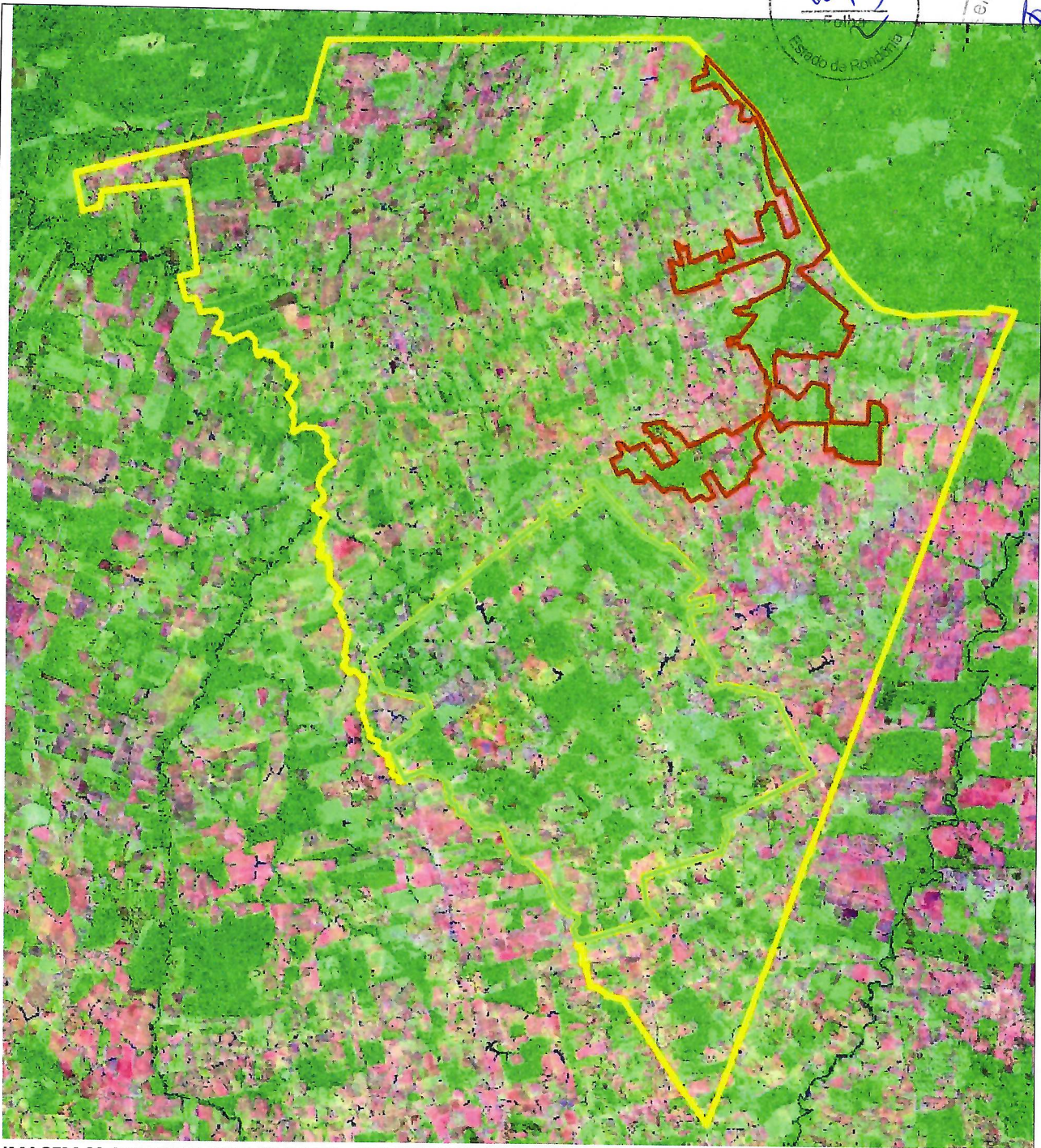
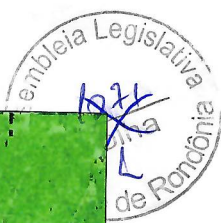


IMAGEM 03 SENTINE-2 2020-07 JULHO - APA RIO PARDO E FERS DO RIO PARDO **FERS Prop.01 7.469 ha** **FERS Prop.02 30.815 ha.**

Handwritten signature
R. [illegible]
C. [illegible]

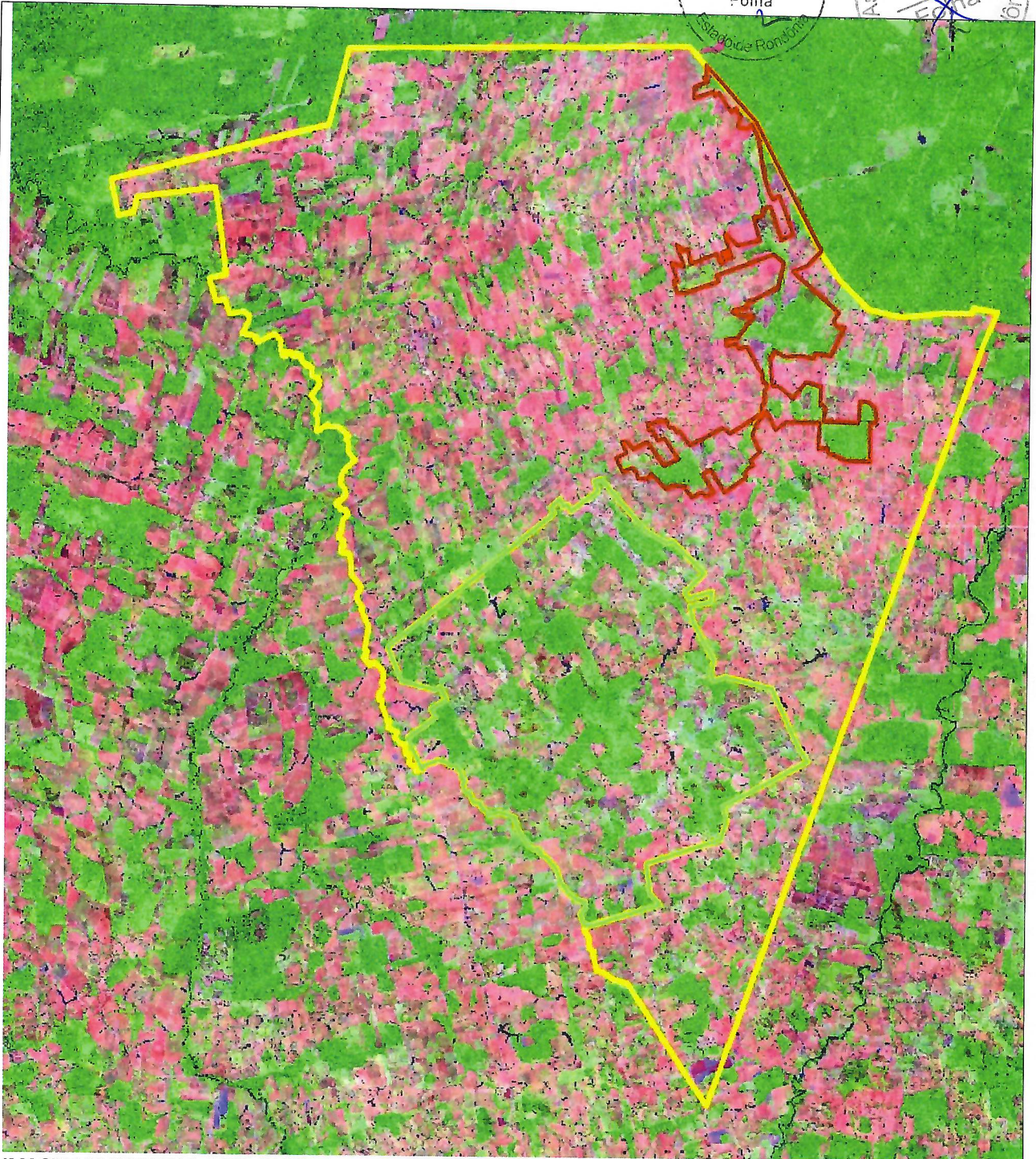


IMAGEM 04 SENTINE-2 2022-07 JULHO - APA RIO PARDO E FERS DO RIO PARDO **FERS Prop.01 7.469 ha** **FERS Prop.02 30.815 ha**

[Handwritten signature]
Secretaria de Meio Ambiente
Estado de Rondônia

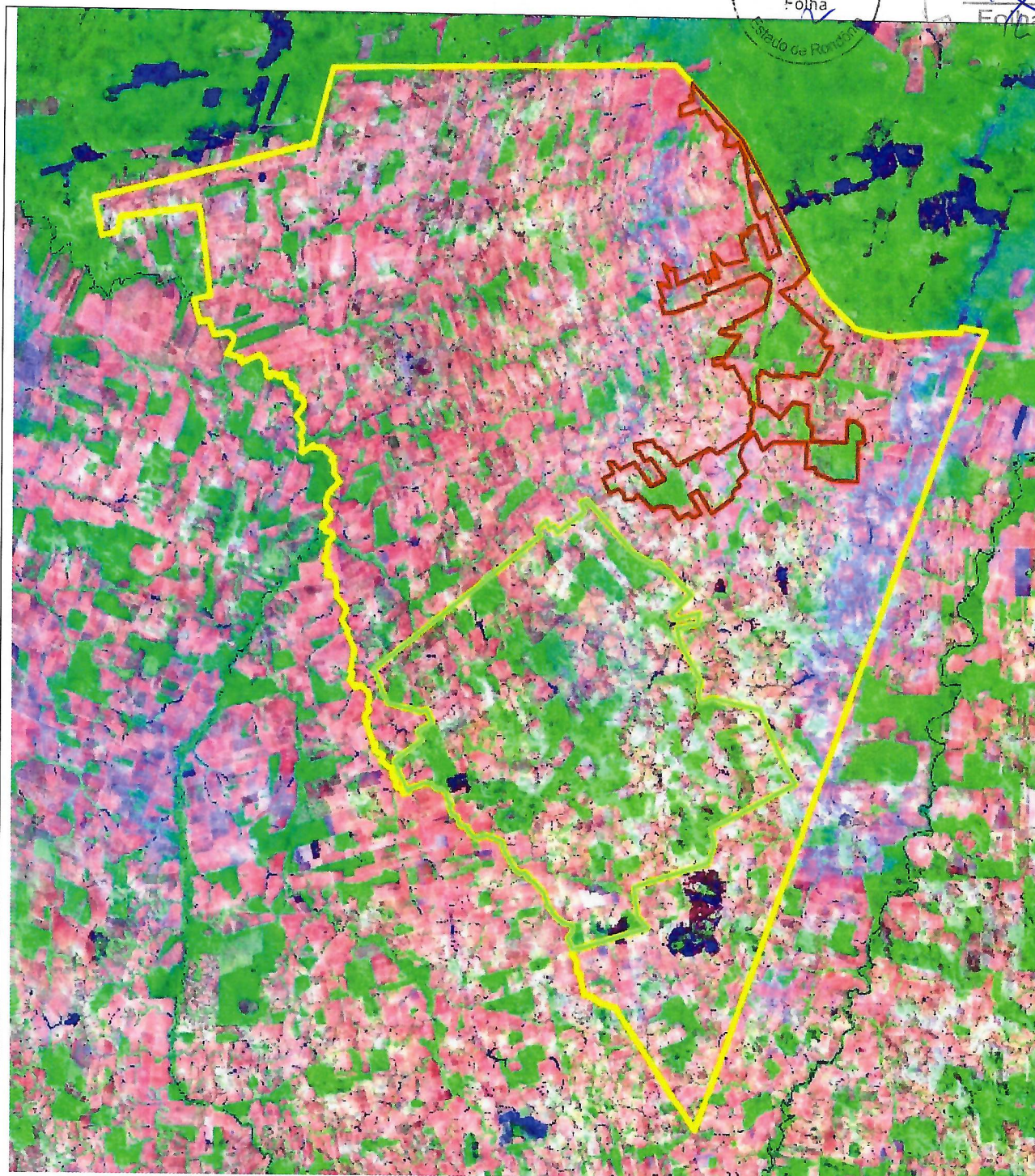


IMAGEM 05 SENTINE-2 2022-07 JULHO - APA RIO PARDO E FERS DO RIO PARDO FERS Prop.01 7.469 ha FERS Prop.02 30.815 ha

Paula
Diretor(a)
Administrativa
e Financeira

EVOLUÇÃO UC RDS BOM JARDIM

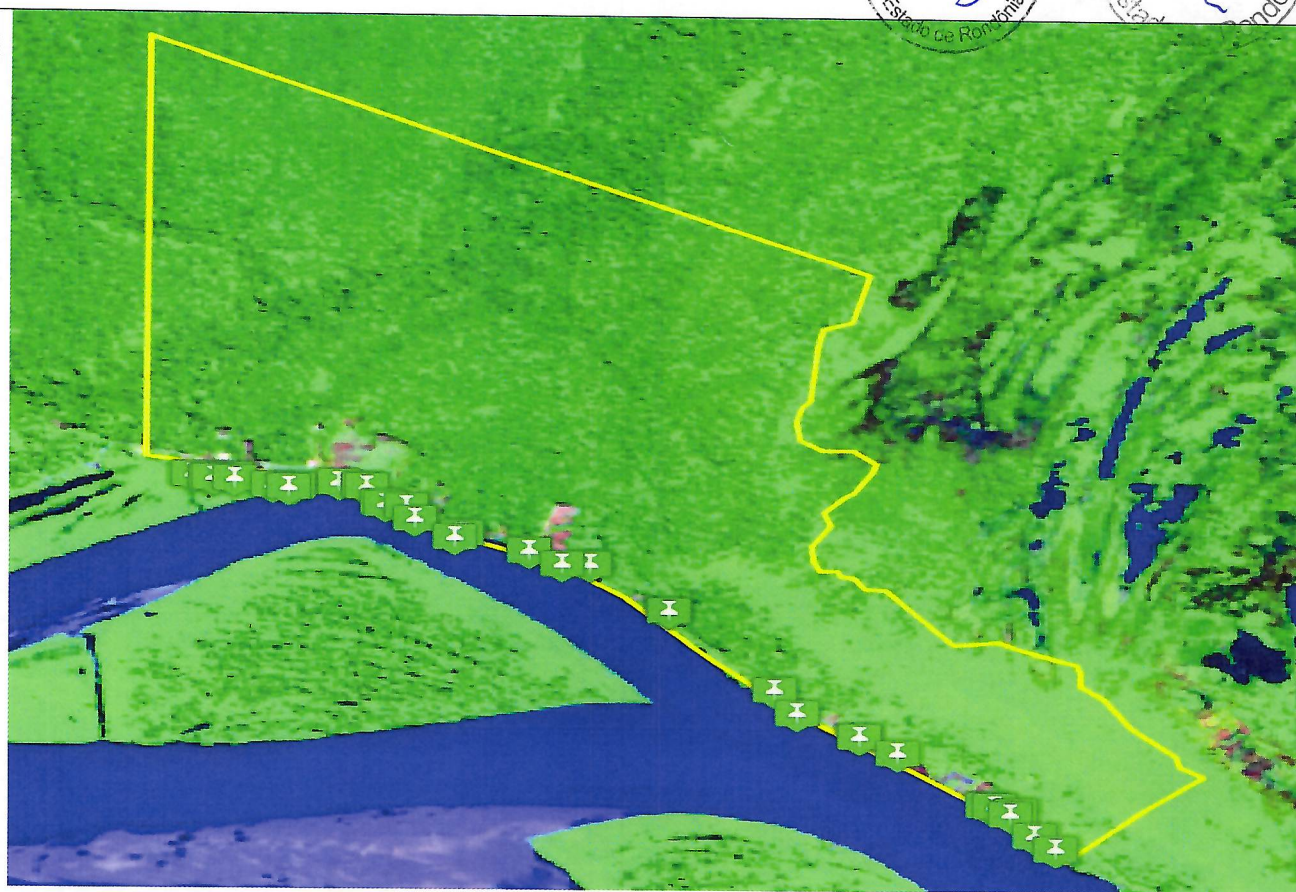


IMAGEM 01 SENTINE-2 2018-07 JULHO Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM



IMAGEM 02 SENTINE-2 2020-07 JULHO

Paulo
Paulo Roberto da Silva
Coordenador Geral
SEDAM

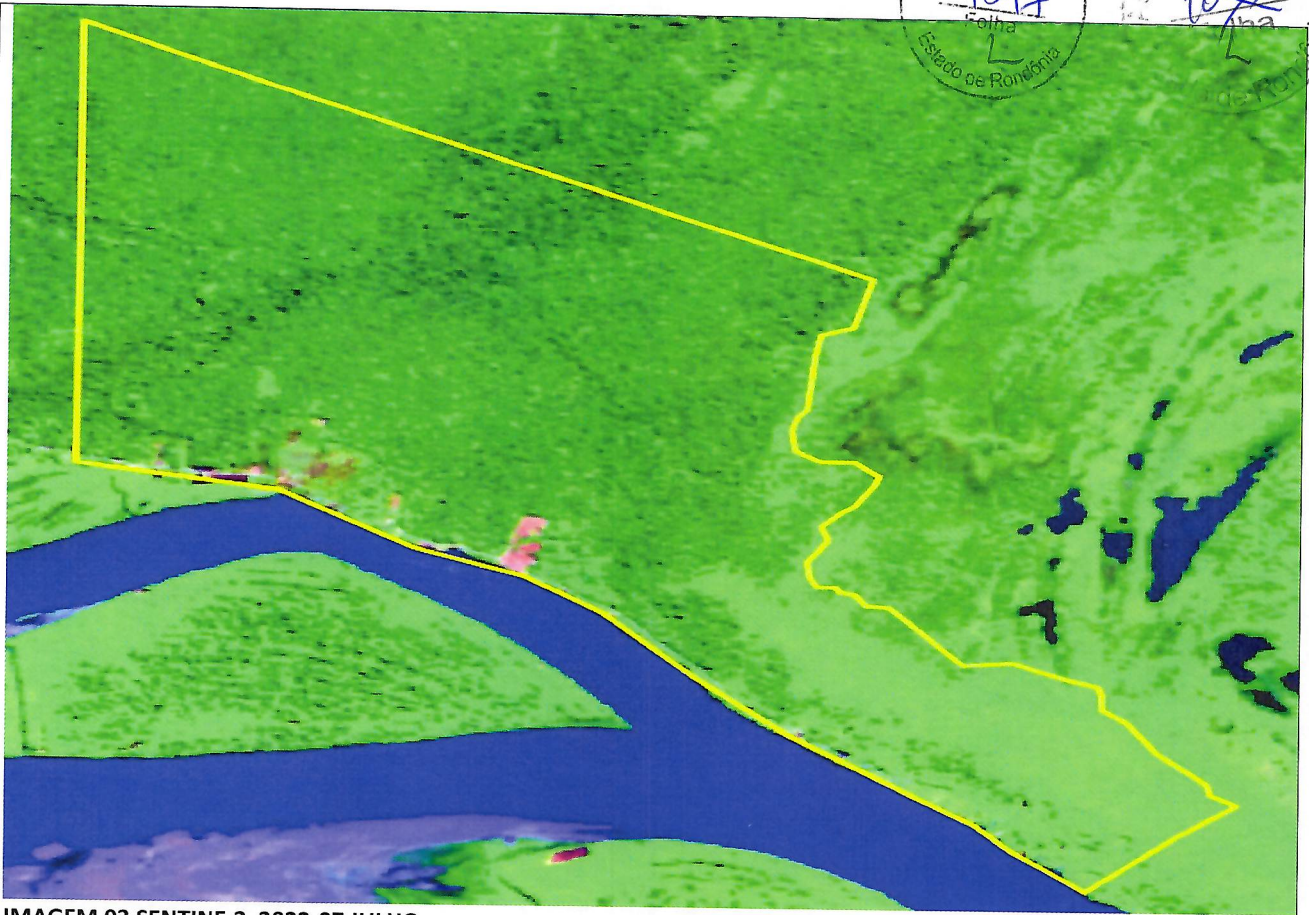


IMAGEM 03 SENTINE-2 2022-07 JULHO

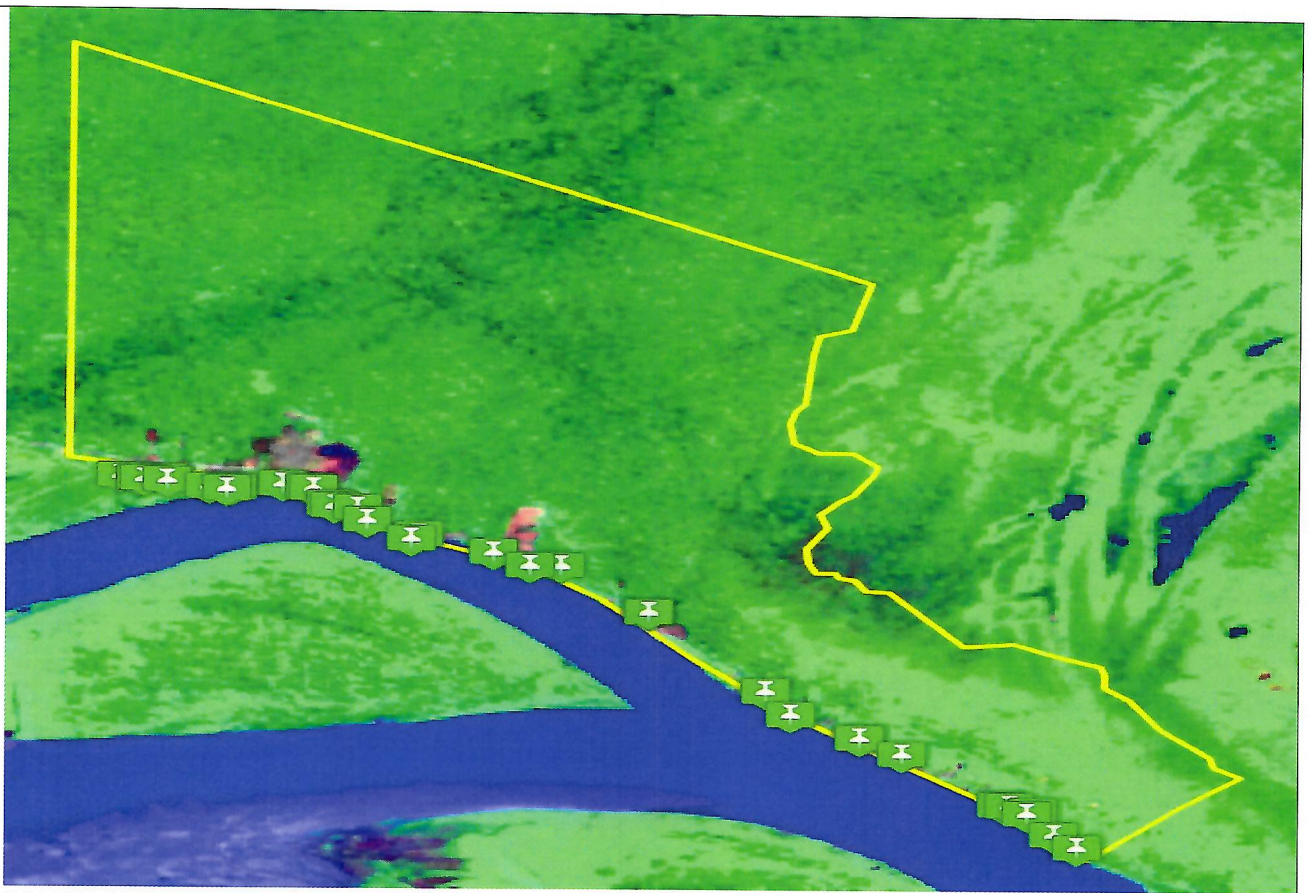


IMAGEM 04 SENTINE-2 2024-09 SETEMBRO - Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

EVOLUÇÃO DE UC PARQUE ESTADUAL ILHA DAS FLORES

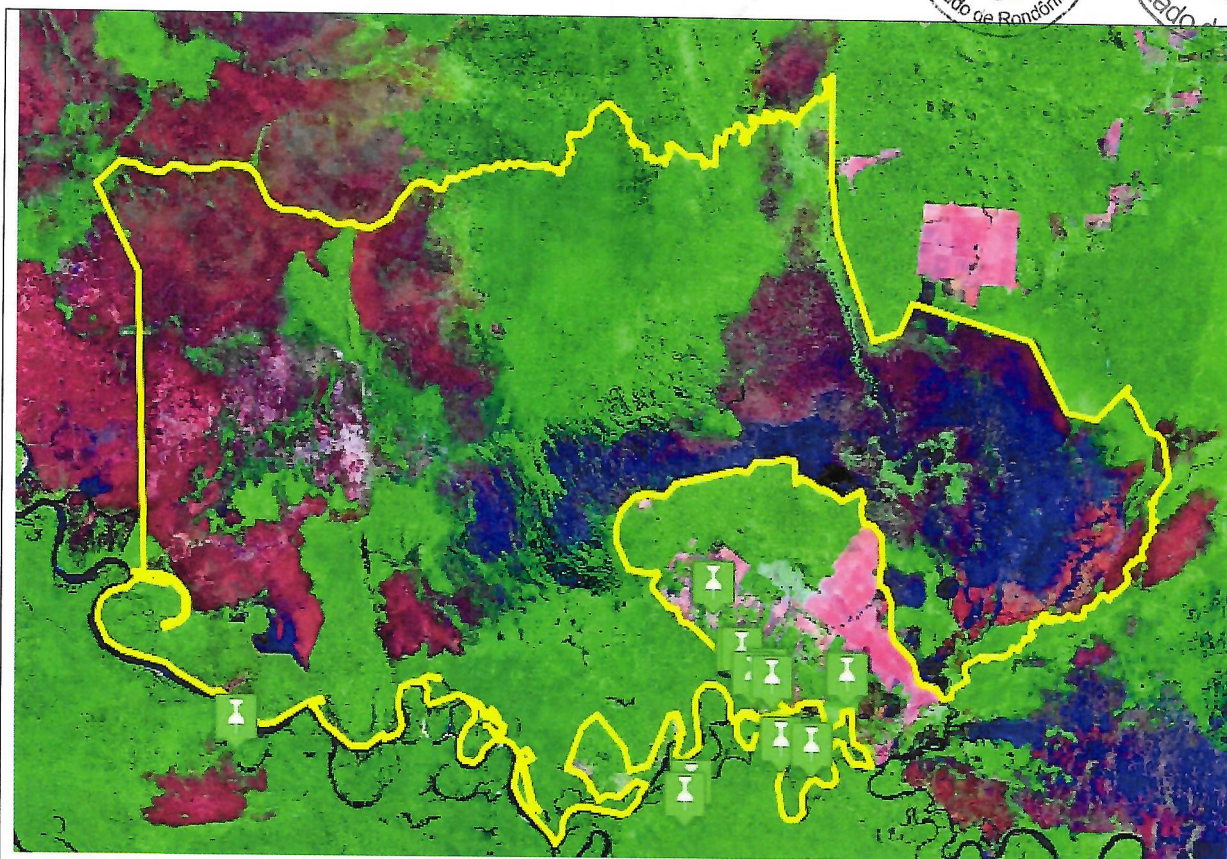


IMAGEM 01 SENTINE-2 2018-07 JULHO Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

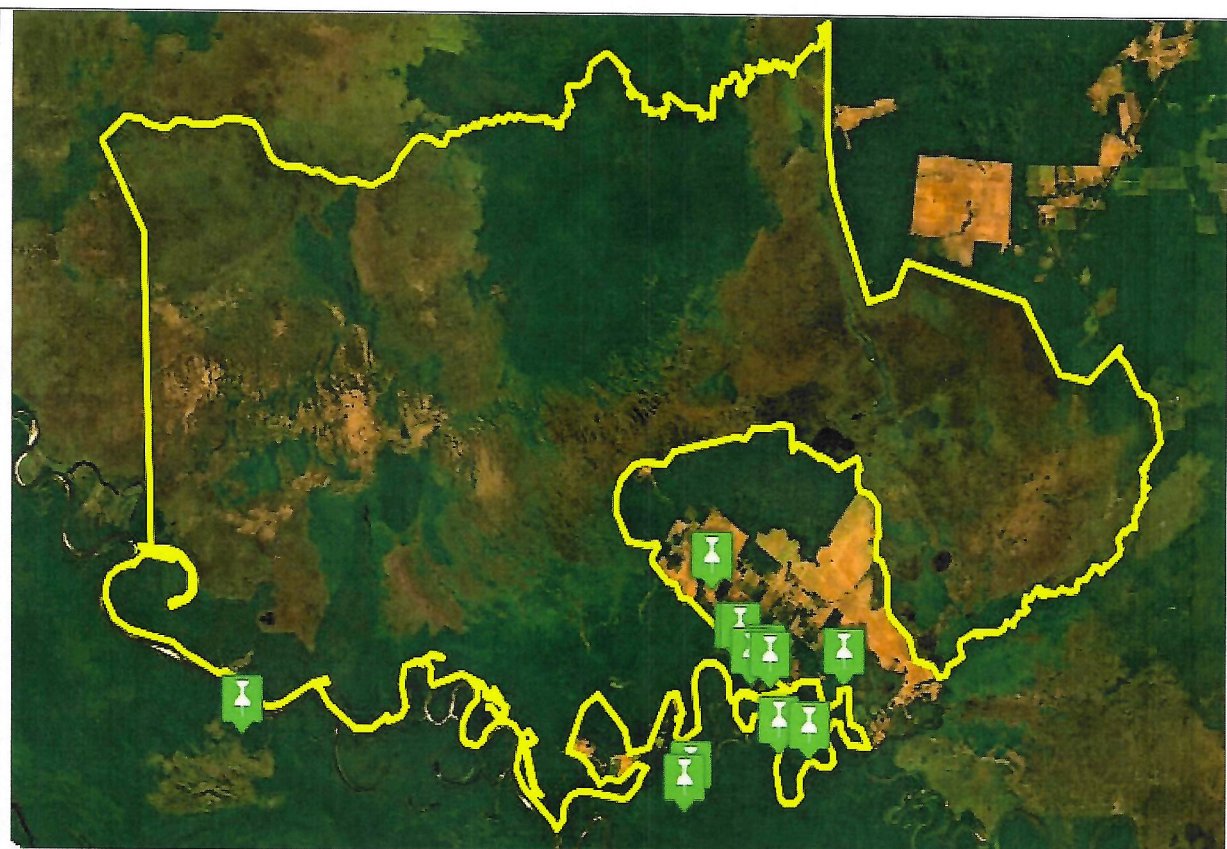


IMAGEM 02 PLANET (NICF) - 2021-07 JULHO - - Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

Paulo
Supervisor de Área
Cidade de São Paulo

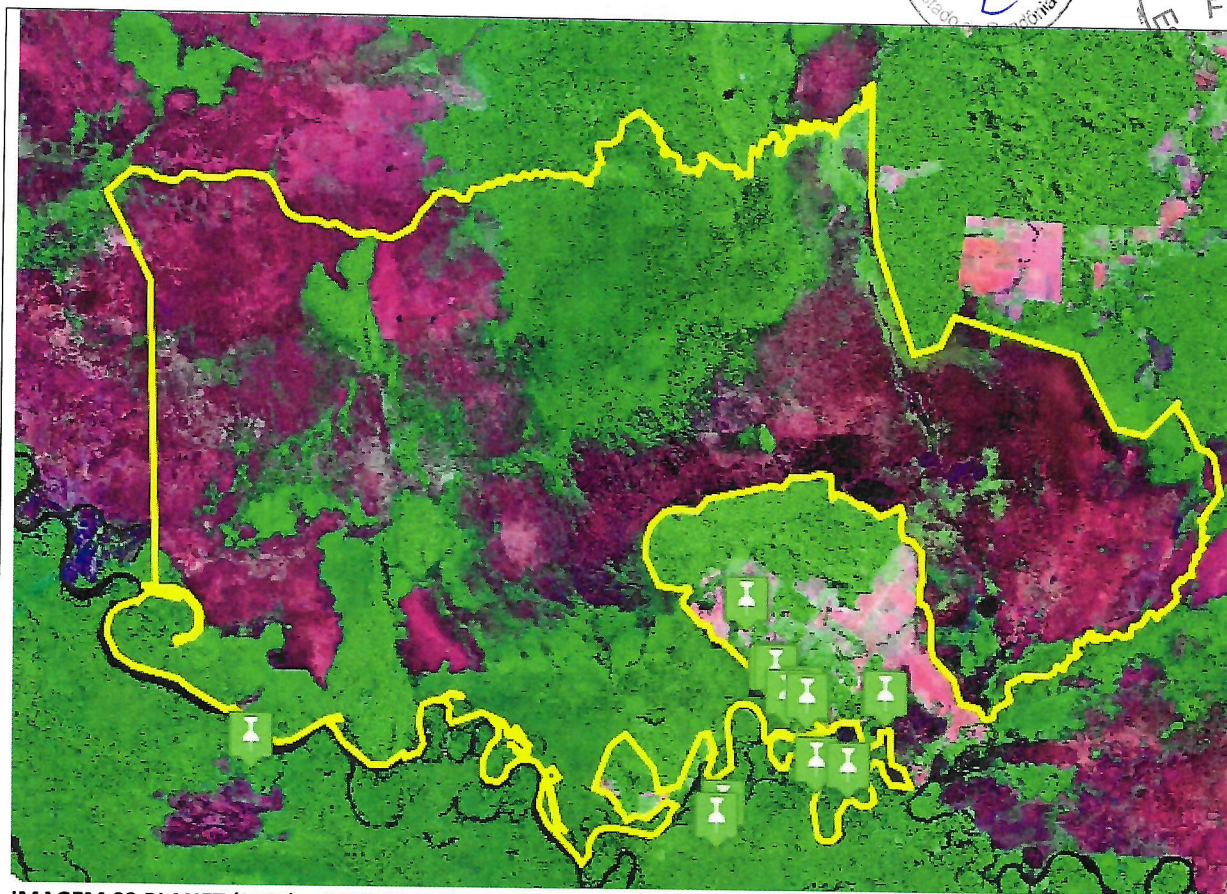


IMAGEM 03 PLANET (NCF) – 2022-05 MAIO Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

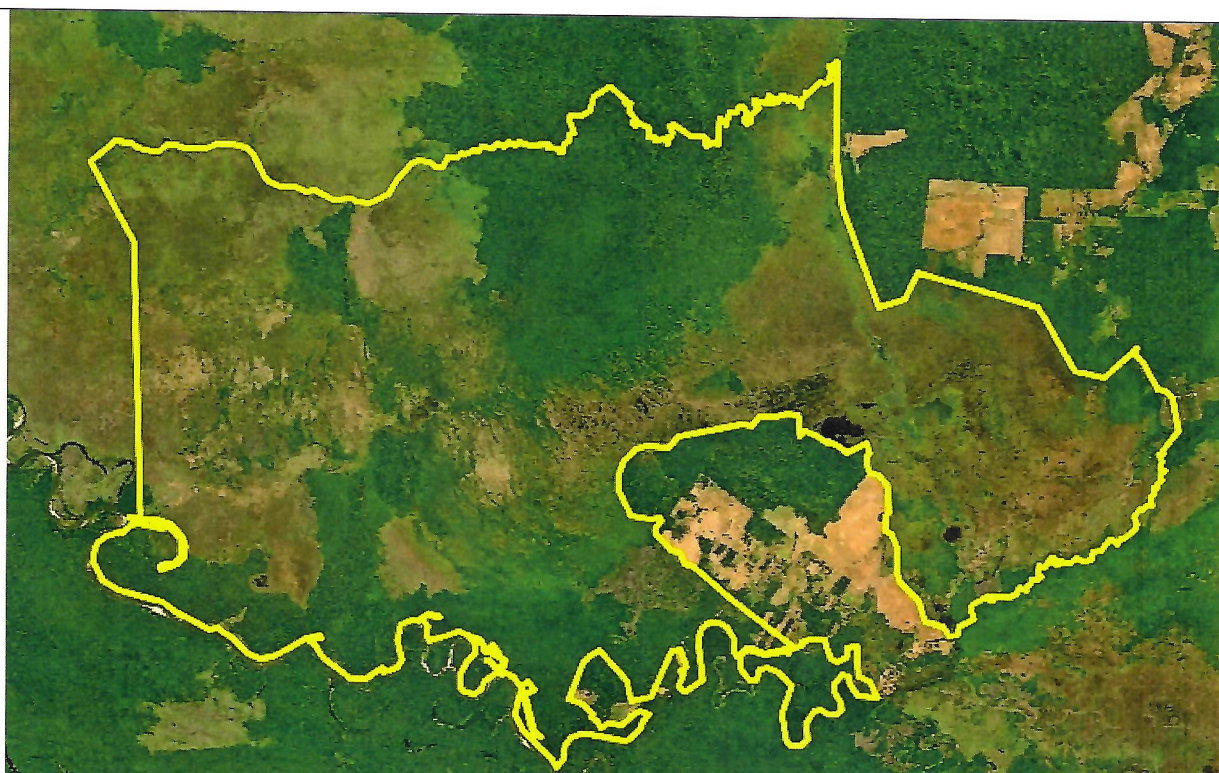


IMAGEM 04 SENTINE-2 PLANET (NCF) – 2024-07 JULHO - Com Localização das Moradores Entrevistados SEDAM

EVOLUÇÃO DE UC RDS SERRA GRANDE

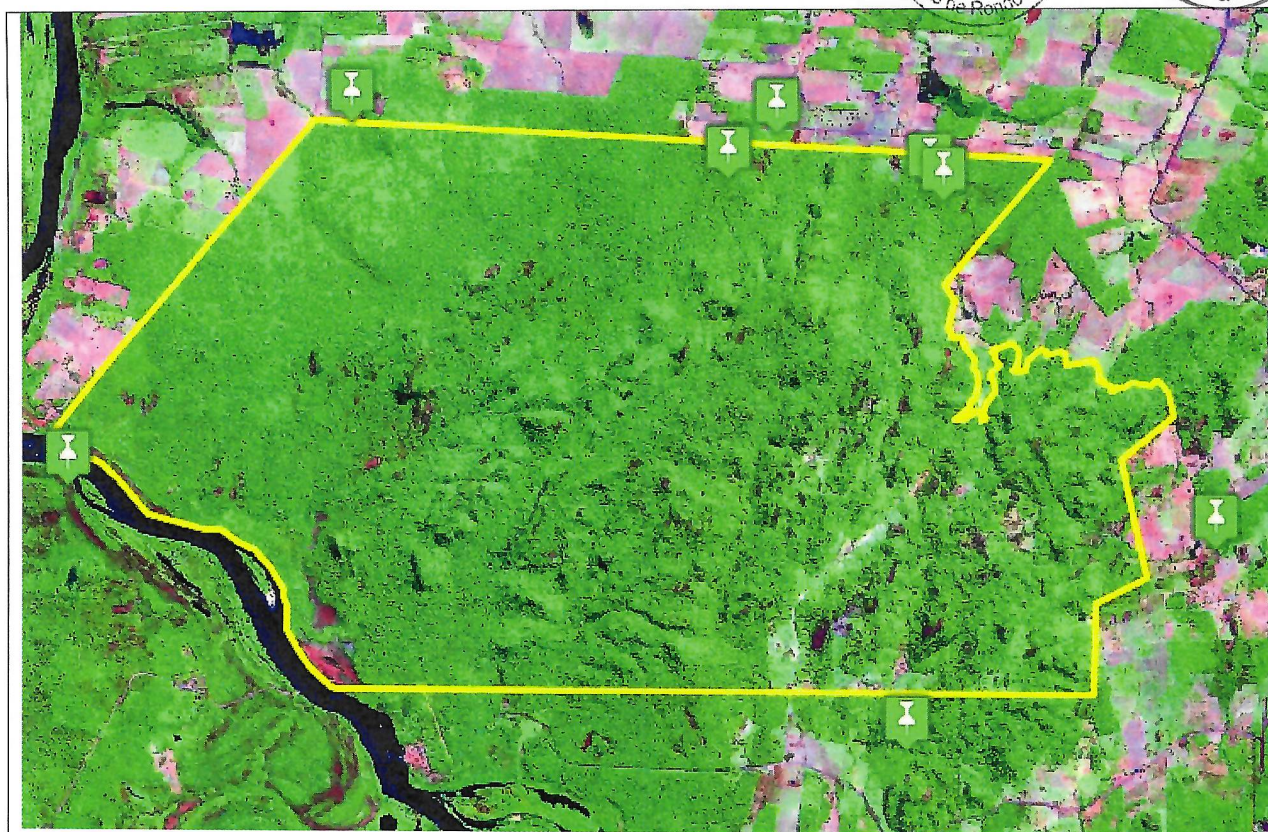


IMAGEM SENTINE-2 2018-07 JULHO Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM



IMAGEM PLANET (NICF) - 2021-07 JULHO - - Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

Paulo
Engenheiro de Pesca
CREA 12.250.710/0

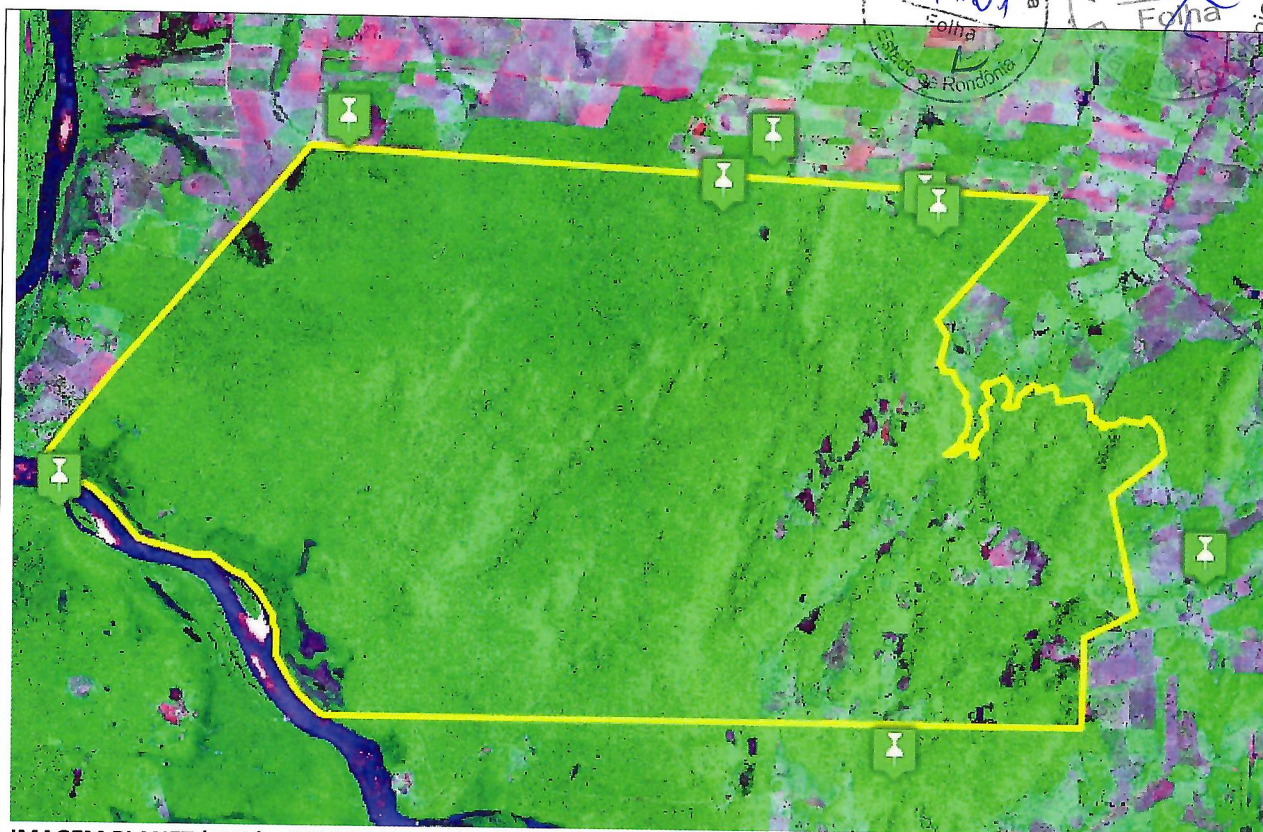


IMAGEM PLANET (NCF) – 2022-11 Novembro - Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM



IMAGEM SENTINE-2 PLANET (NCF) – 2024-08 Agosto - Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

EVOLUÇÃO UC RDS LIMOEIRO

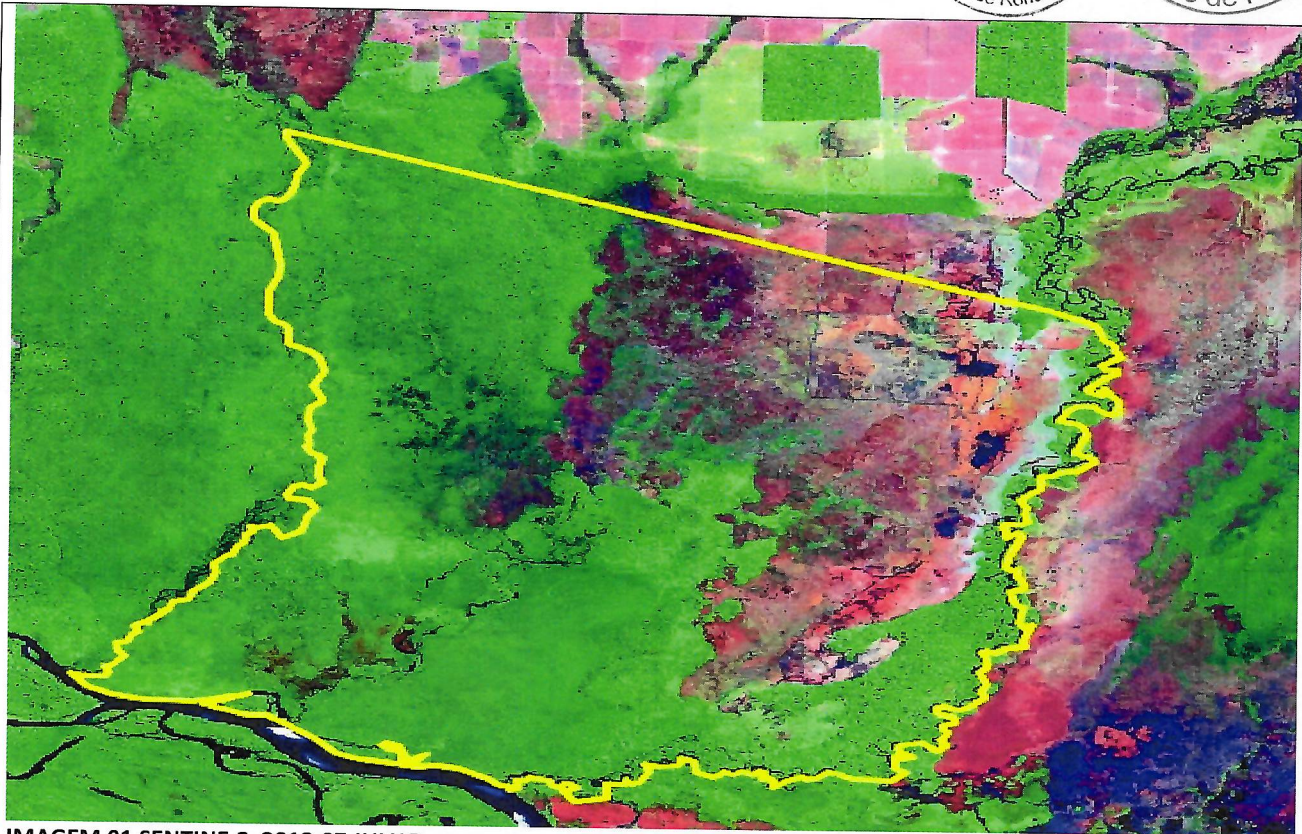


IMAGEM 01 SENTINE-2 2018-07 JULHO

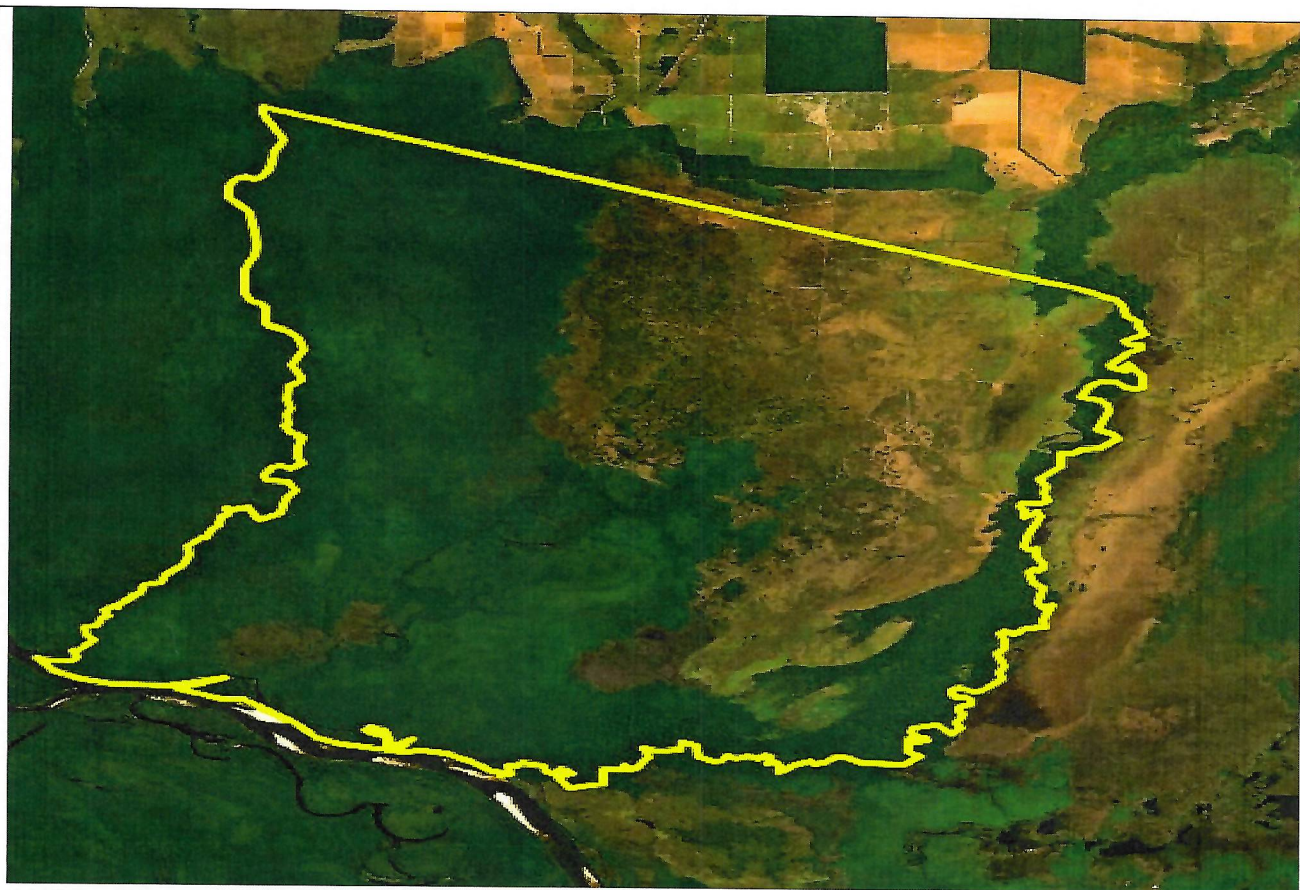


IMAGEM 02 PLANET (NICF) - 2021-07 JULHO -

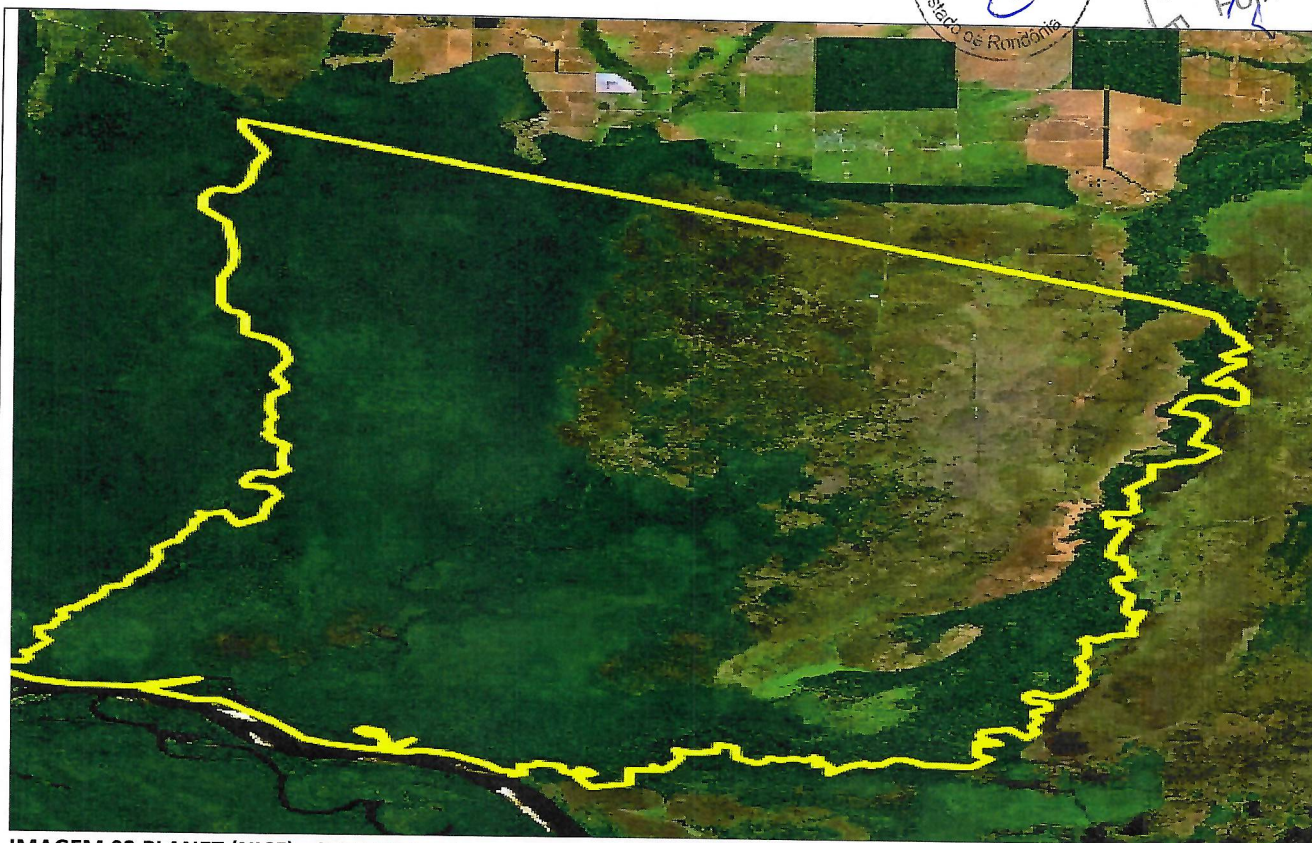


IMAGEM 03 PLANET (NCF) - 2023-08 Agosto

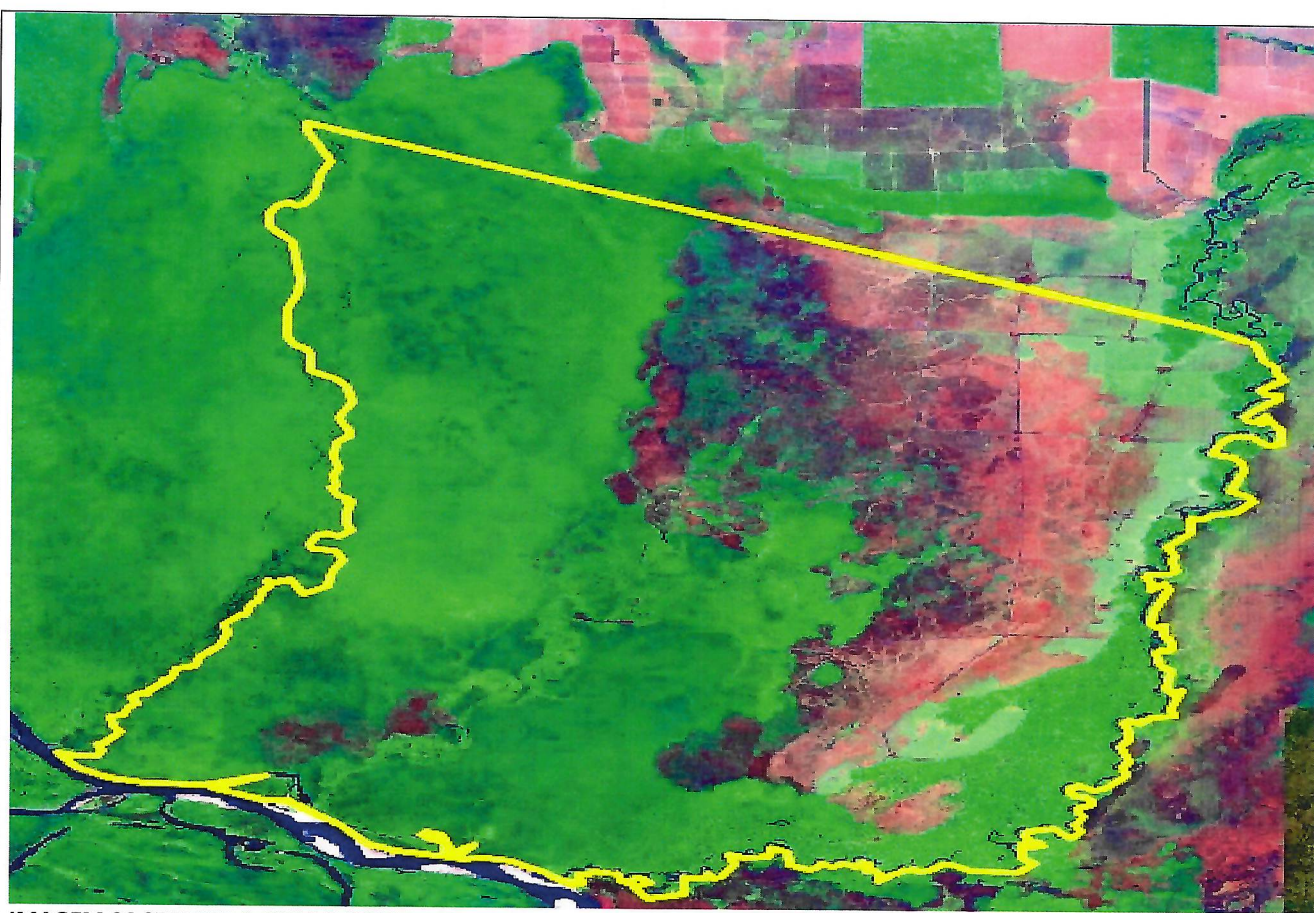


IMAGEM 04 SENTINE-2 2024-9 SETEMBRO

EVOLUÇÃO DE UC RDS RIO MACHADO

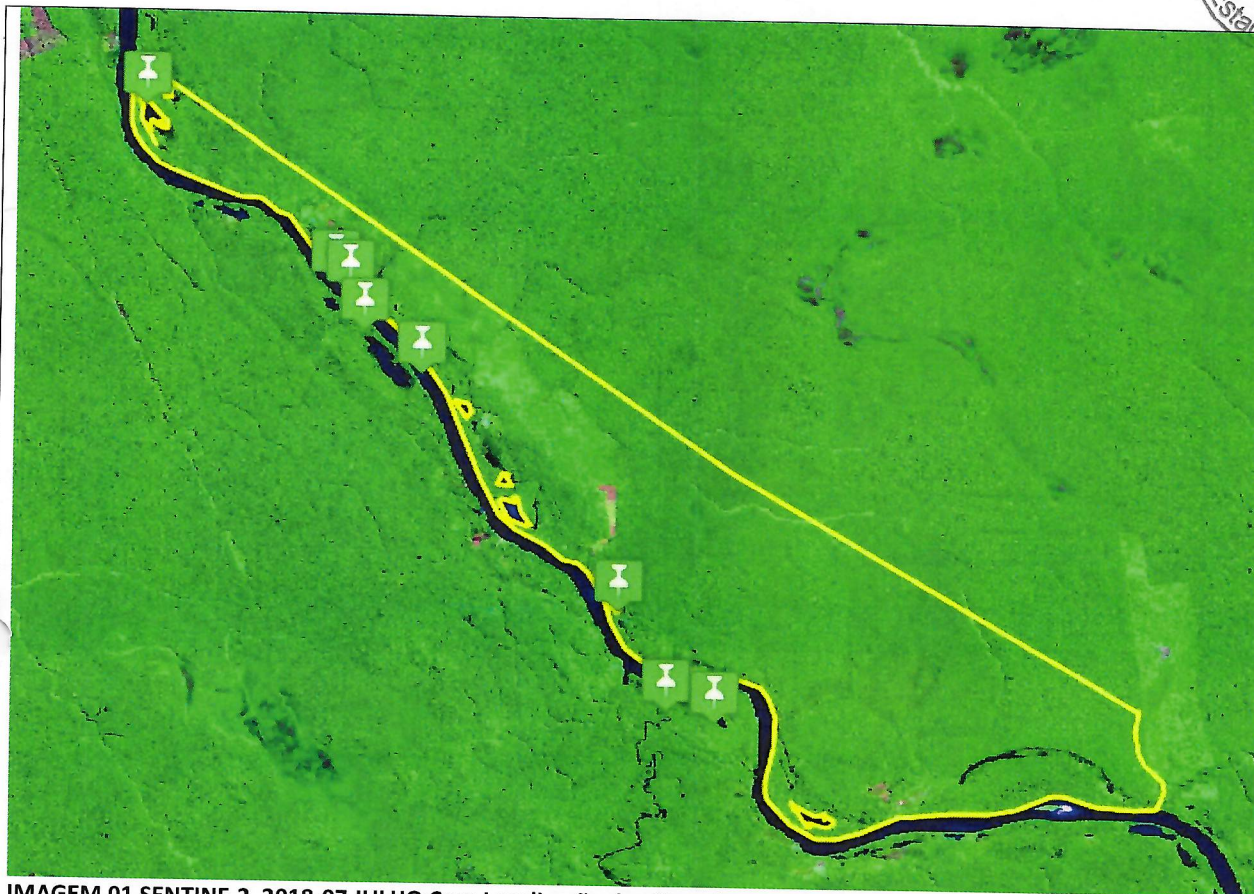


IMAGEM 01 SENTINE-2 2018-07 JULHO Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

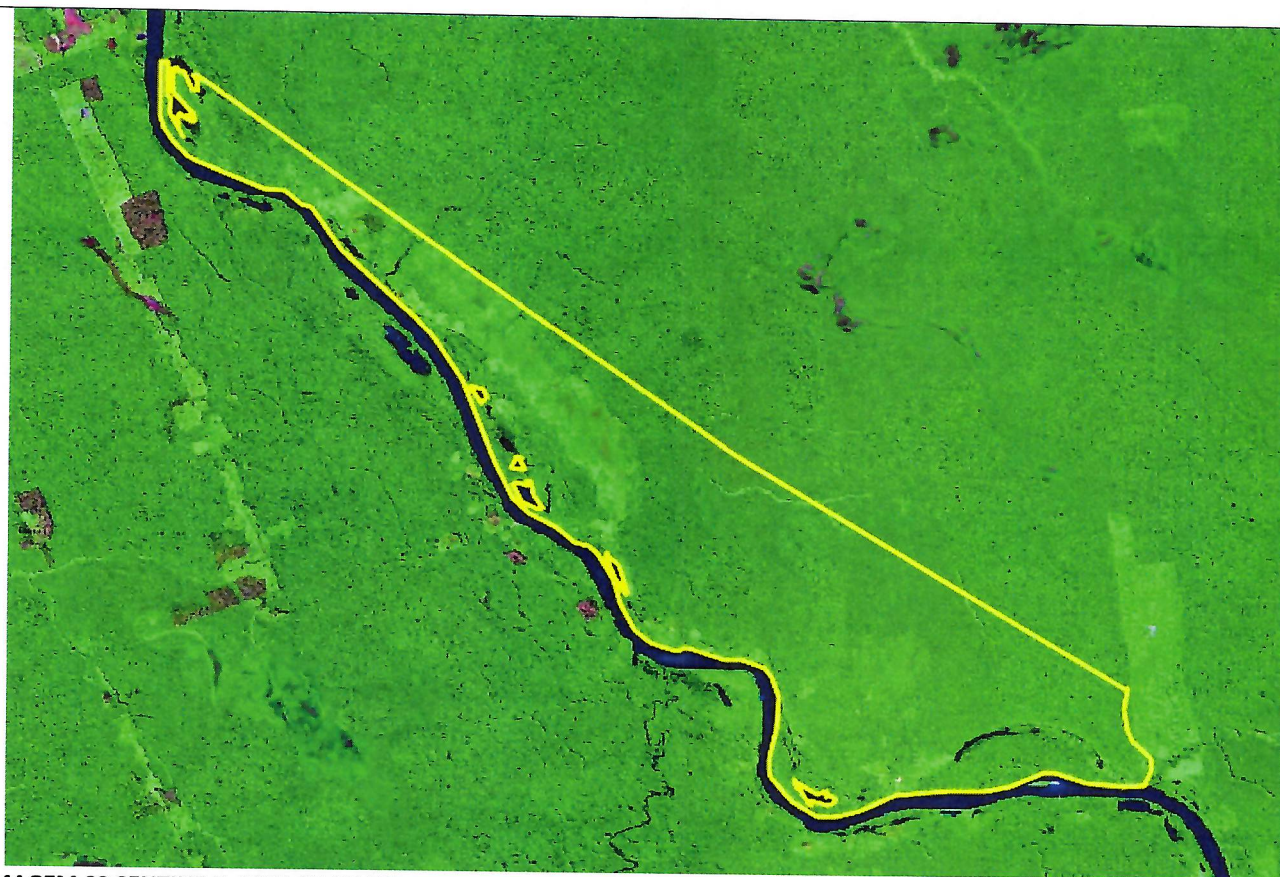


IMAGEM 02 SENTINE-2 2020-07 JULHO

Paulo
Assessoria Técnica
Governo do Estado de Rondônia

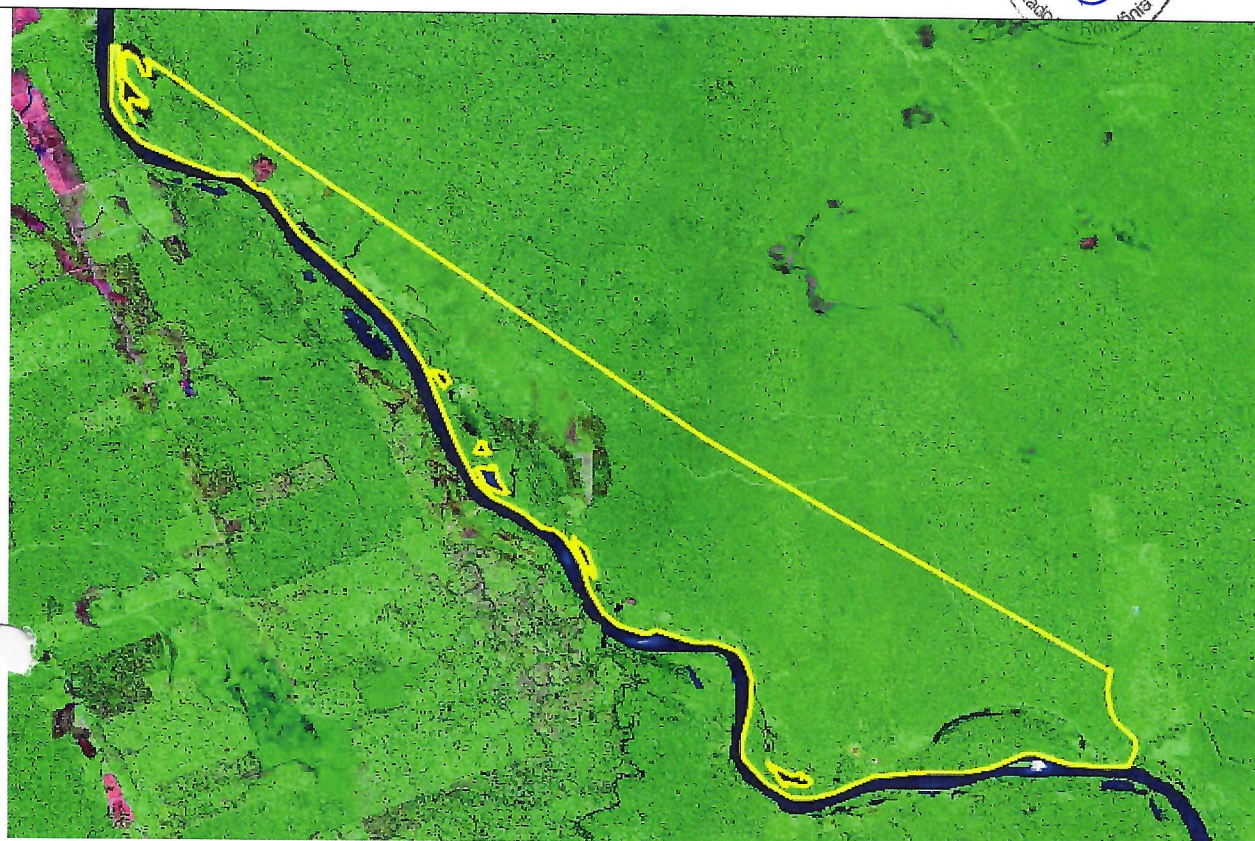


IMAGEM 03 SENTINE-2 2022-07 JULHO

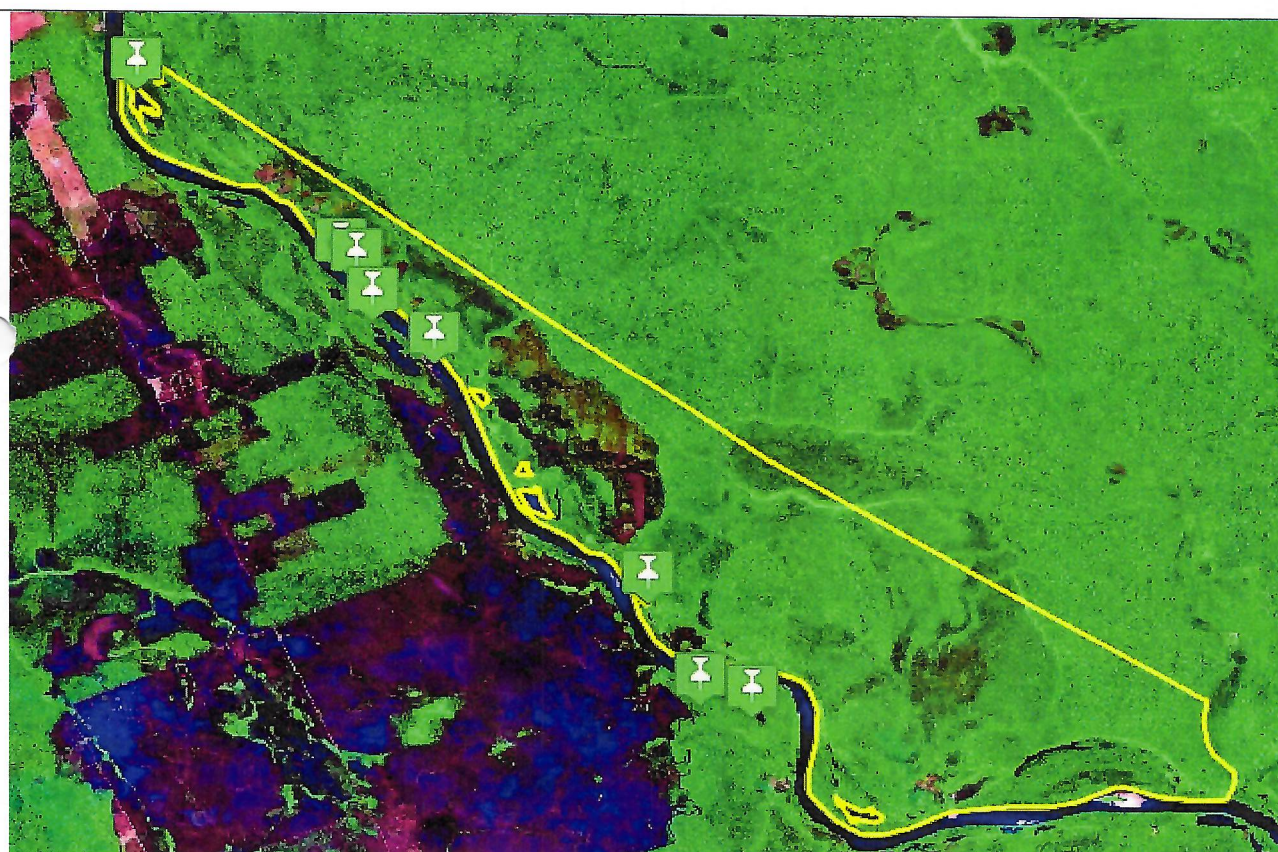


IMAGEM 04 SENTINE-2 2024-09 SETEMBRO - Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



ATA REUNIÃO DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, BEM COMO DOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.

Às Dezoito horas e um minuto do dia vinte de março do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário da Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Sob a presidência do Senhor Deputado Pedro Fernandes e presenças dos Senhores Deputados: Alex redano, Dra. Taíssa e Lucas Torres. Participou como convidado o Senhor: João Francisco dos Santos - Assessor Técnico. Estiveram ausentes os Senhores deputados Jean Oliveira, Cirone Deiró. Havendo número regimental o Senhor Presidente deu início a reunião. O senhor presidente solicitou ao Senhor Deputado Delegado Lucas que realizasse a leitura da ata de reunião anterior, que após lida foi aprovada por unanimidade. Os senhores deputados presentes fizeram uso da palavra. Ato contínuo, o senhor presidente passou a presidência ao deputado Delegado Lucas para que, como relator, realizasse a



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



leitura do relatório final da CPI. Após a leitura do relatório, o deputado Delegado Lucas devolveu a presidência ao Deputado Pedro Fernandes, que colocou em discussão e deliberação o relatório conclusivo da CPI, que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, e para constar o Senhor Presidente determinou a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente. Às dezenove horas e quarenta minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e cinco, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, BEM COMO NOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E BIOFÍLICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.

PRESENÇA

REUNIÃO: 1ª Extraordinária

DATA: 20 / 03 / 2025

HORÁRIO: 18 / 01

DEP. JEAN DE OLIVEIRA _____

AUSENTE

DEP. CIRONE DEIRÓ _____

AUSENTE

DEP. ALEX REDANO _____

REMOTA

DEP. PEDRO FERNANDES _____

DEP. DELEGADO LUCAS _____

DEP. DRA. TAISSA _____

Pedro S. Fousp

CONVIDADOS:

DEP. _____

DEP. _____

DEP. _____



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO |
CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO



ANO XIV

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 02 DE ABRIL DE 2025

Nº 61

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
SEC. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	1536
SEC. DE RECURSOS HUMANOS.....	1537
SEC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	1561

TAQUIGRAFIA

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 20.03.2025
INÍCIO: 18h01min

PRESIDENTE: SR. PEDRO FERNANDES
SR. DELEGADO LUCAS

RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES

MEMBROS: SRA. DRA. TAÍSSA

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis

irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos dias 20 de março de 2025, no plenário da Assembleia Legislativa.

Com a presença do Deputado Delegado Lucas e da Deputada Drª Taíssa, e quero aqui justificar, daqui a pouco deve entrar on-line, o nosso Presidente da CPI, Deputado Alex Redano. Ele tinha uma agenda fora do Estado e pediu para a gente presidir a presente reunião e dar um encaminhamento nos trabalhos.

Solicito ao Deputado Delegado proceder à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DELEGADO LUCAS – (Procede a leitura da Ata da reunião anterior.)

Presidente, infelizmente, na ocasião da impressão da Ata, ao invés de sair na sequência a última folha, houve uma repetição de uma folha. Então, a folha final da Ata está ausente, de modo que será necessária a impressão para dar continuidade à leitura da Ata.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Solicito à equipe técnica que imprima e traga aqui para o Deputado Delegado Lucas para ele continuar a leitura da Ata.

Enquanto isso, cumprimento aqui o senhor Jorge Ferreira dos Santos, Vice-Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Ponta do Abunã, Setor Castanha; senhor Valdir Fernandes da Silva, Presidente da Associação Soldado da Borracha da Linha Ponto Oito; acadêmicos do Curso de Direito, 9º período, do Centro Universitário UNIFAEMA (Centro Universitário Faema), do Município de Ariquemes, estão presentes também. E o Francisco, Presidente da Associação Soldado da Borracha.

Quero cumprimentar, em nome de vocês, a todos os presentes, que estão aqui acompanhando a nossa reunião da CPI. O Zoca também, que sempre tem

MESA DIRETORA

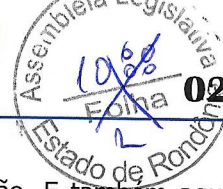
Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES
2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON
1º Secretário: ALAN QUEIROZ
2º Secretário: CÁSSIO GOIS
3º Secretário: EDEVALDO NEVES
4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



acompanhado aqui, o João Paulo ali, que está estudando de Direito. E é um aprendizado, não é, João Paulo? É uma oportunidade boa. Vocês lá do curso de Direito da Faema, sejam bem-vindos aqui a esta Casa.

Quero passar a palavra para a Deputada Dr^a Taíssa, enquanto eles providenciam a Ata, para ela cumprimentar e fazer as suas colocações pertinentes a esta reunião.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Boa tarde a todos. Primeiramente cumprimentar meus colegas de Parlamento, Deputado Pedro Fernandes que preside hoje esta Sessão,; meu colega de Parlamento, Delegado Lucas e a todos vocês que trabalham, que pararam as suas atividades para buscar os direitos.

Hoje é um dia super importante. É a finalização de quase dois anos de trabalho. Vocês podem observar os autos do processo, a gente tem vários volumes. Acredito que tenha mais de 500 páginas de coleta de provas, de documentação, justamente para instrumentalizar essa demanda da questão das 11 reservas, haja vista que foram criadas do dia para noite e faz com que vocês tenham as atividades na lavoura, em um trabalho, para buscar uma segurança jurídica das áreas que vocês têm e, principalmente, da documentação.

Sei, Deputado Delegado Lucas, foram dois anos de muito trabalho e muitas vezes a gente aqui até sendo desacreditado. Quando a gente vai trabalhar e desenvolver um trabalho jurídico para discutir algo que, nesse cenário, hoje, tanto de governo federal como do Brasil é um cenário extremamente propício para o meio ambientalista. Mas, nós sabemos a realidade de Rondônia e, principalmente, sabemos que as reservas foram criadas do dia para noite, tendo em vista a coleta de provas.

Esse processo que está aqui, que foi instrumentalizado, que está aqui na nossa mesa, agora, para ser lido o relatório, é de suma importância para que nós possamos discutir isso na Justiça e, se Deus quiser, dar a liberdade de as pessoas de bem do nosso do nosso Estado, das nossas regiões, poderem trabalhar com tranquilidade, com paz, com direito à propriedade.

Então, hoje será feita a leitura desse trabalho realizado ao longo desses dois anos. E, pode ter certeza que a luta vai continuar, não só aqui, mas no meio jurídico e que jamais vamos correr disso, porque a gente tem responsabilidade social. Uma boa tarde a todos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Quero parabenizar a Deputada Dr^a Taíssa pelo seu trabalho exemplar. É uma mulher de fibra, em defesa, principalmente, lá da região dela, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Ponta do Abunã. É uma região muito extensa e ela tem aqui, neste Parlamento, trabalhado firme em defesa do seu povo. Faz jus, parabéns deputada, faz jus por estar aqui.

Tem uma formação acadêmica em Direito e contribuiu muito com essa CPI com o relatório, com todos os encaminhamentos e as oitivas que foram feitas,

o rol de documentação. E também aqui do meu lado, o Deputado Lucas Torres, que também é um deputado que tem trabalhado, incansavelmente, em defesa do povo de Rondônia. Ele é um Delegado de Polícia, e tem experiência e informações que contribuíram muito na inquirição das pessoas ouvidas aqui. A expertise nessa área de Delegado de Polícia Civil contribuiu muito nesse processo.

Eu quero também falar do Deputado Alex Redano que é o nosso Presidente na Casa de Leis e também Presidente dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. É um deputado e defensor dos direitos do povo, principalmente na questão dessas áreas. Foi um dos pioneiros em defesa aqui, nesse Parlamento, propôs legislações aqui, quando foi proposto a Emenda à Constituição que não poderia mais fazer a criação de reservas por Decreto. E nesse interim até a publicação dessa legislação, houve esse emaranhado e foram criadas essas reservas no Estado de Rondônia.

E o relatório, a gente aponta aqui, há muitas irregularidades, deficiências. A gente vai pedir os encaminhamentos, para que os órgãos competentes e também esta Casa tomem as providências em defesa do direito, de quem o direito é. Como foi dito, desde o início dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, o cuidado que nós tivemos no processo legal dessa CPI. Estamos finalizando esse trabalho e essa é a reunião que a gente vai colocar o relatório para aprovação, e para dar os encaminhamentos ao Plenário da Casa para deliberar, que é e quando finaliza. E terminando aqui todo o trabalho, esse relatório vai ser disponibilizado, após a aprovação final dele, para que todos tenham acesso que, aí, sim, vai ser o relatório que já vai estar aprovado, nos trâmites aqui dessa Casa.

Então, eu quero aqui passar a Presidência ao Deputado Delegado Lucas, para eu ler o parecer e colocar também em votação o nosso relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Presidente, pela ordem. Eu solicito apenas antes de assumir a Presidência, declinada por Vossa Excelência, que eu possa concluir a leitura da Ata que já portou aqui, o final do documento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Ah, ficou pendente a leitura por causa da página, não é?

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor me autoriza concluir a leitura?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Isso, pode dar seguimento.

O SR. DELEGADO LUCAS – Retomando, então, para que fique consignado nos Anais desta Casa e registrado o término da apresentação da leitura da Ata, retomarei a partir do último parágrafo da segunda página e darei prosseguimento à última página que estava faltando.



(O Deputado Delegado Lucas conclui a leitura da Ata)
Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Vamos para aprovação da Ata.
Como vota, Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Com certeza "sim", Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Como vota o Deputado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – Nada a opor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Deputado Pedro Fernandes vota "sim". E está aprovada a presente Ata.

Vou passar agora a presidência ao Deputado Lucas para que possamos colocar em votação o Relatório final da CPI.

(Às 18 horas e 18 minutos, o senhor Pedro Fernandes passa a presidência ao Senhor Delegado Lucas)

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Assumo a presidência da presente reunião e solicito ao Deputado Pedro Fernandes, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, que proceda à leitura do relatório.

Solicito, que, por oportuno, considerando que o presente relatório é deveras extenso, que a leitura não seja na sua integralidade, porquanto não haverá sequer tempo hábil e demasiadamente cansativo aos presentes. E, tão logo, seja aprovado em plenário, o documento tornar-se-á público e poderá ser disponibilizado, assim que o Regimento assim o permita.

Portanto, que proceda à leitura dos excertos que entender mais recomendáveis para o momento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Vamos para a leitura do relatório, como dito pelo Deputado Lucas, é muito extenso. Então, a gente vai ler a Introdução e a Conclusão.

Relatório Final:

"COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – ATO DA PRESIDÊNCIA 008/2023"

"Apuração de possíveis irregularidade nos processos administrativo de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, e ainda nos contratos pactuados para desenvolvimento de projetos de carbono em unidades de conservação do Estado. (aprovada pelo requerimento



079/2023, criada pelo ato 008/2023)"

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

RELATÓRIO

Presidente - Deputado Alex Redano
Vice-presidente - Deputado Jean Oliveira
Relator - Deputado Pedro Fernandes

Membros:

- Deputado Cirone Deiró
- Deputado Delegado Lucas
- Deputada Dr^a Taíssa"



O Relatório tem um Sumário com 1. Introdução; 2. Aspectos Legais e Constitucionais; 3. Da Instalação, e Dos Trabalhos Desenvolvidos Pela Comissão; 4. Da Infringência Ao Sistema Nacional De Unidades De Conservação Da Natureza (Snuc), Estabelecido Pela Lei Nº 9.985/2000; 5. Conclusão; 6. Recomendações.

(O Relator prossegue à leitura do relatório)

"1. INTRODUÇÃO"

A instauração da comissão surge com o recebimento de denúncias encaminhadas ao gabinete do Deputado Redano, que pela associação de moradores da área compreendida como Soldado da Borracha, a denúncia é composta de caderno com robustos indícios de irregularidades e vícios insanáveis nos processos administrativos que deram origem a criação das onze unidades de conservação.

A comissão incorporou ainda no objeto a investigação dois contratos de projetos de extração de carbono em unidades de conservação estaduais.

Com base no mister legislativo de representar, legislar e fiscalizar desta Casa de Leis, por meio da proposição requerimento nº 79/2023, de autoria do deputado Alex Redano, subscrita pelo número regimental dos demais deputados, foi constituída pelo ato 008/2023 a presente Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar as denúncias recebidas.

Conforme se constata no teor do Requerimento de instalação, a CPI foi criada pela evidente gravidade dos fatos noticiados por significativa parcela da população acerca da violação de princípios básicos do devido processo legal e descumprimento de exigências legais mínimas estabelecidas pela legislação federal e estadual para criação de unidades de conservação.

Desta forma, para cumprir uma das suas principais atribuições, em respeito ao exercício do Poder Legislativo de fiscalizar os atos que possam causar prejuízos à administração pública afetando direta ou indiretamente o interesse público, foi criada e instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades.

Com a estrutura técnica disponibilizada, a CPI ora em comento, procurou agir, desde o início, com a finalidade única de apurar os fatos, com foco na obrigação



do administrador em zelar pelo interesse público, com base nos princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência, valendo-se de todos os instrumentos legais cabíveis, dentro dos limites impostos pelo estado democrático de direito.

É com base nesse contexto que apresentamos o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – “CPI DAS RESERVAS”, como ficou popularmente conhecida, emitindo, ao final, as conclusões, e encaminhamentos necessários à eficácia dos trabalhos realizados pela Comissão.

2. DOS ASPECTOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS.

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, originária da proposição aprovada em plenário na forma regimental pelo Requerimento 79/23, em 21/03/2023, criada através do Ato nº 008/2023, no dia 04 de abril de 2023, pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia Marcelo Cruz, designou os Senhores Deputados Alex Redano – REPUBLICANOS; Jean Oliveira – MDB; Cirone Deiró – UNIÃO BRASIL; Pedro Fernandes – PRD; Delegado Lucas – PP e, Dra Taíssa – PODEMOS.

Os fatos determinados originários motivadores da criação da CPI são os seguintes: **1. Qual ou quais empresas e profissionais técnicos da área participaram e foram responsáveis pela realização dos estudos que indicaram a criação das unidades de conservação; 2. Investigar a ocorrência do descumprimento dos requisitos mínimos formais estabelecidos pela lei federal 9.985/00 c/c decreto regulamentador 3.340/02; 3. Ausência de estudos comprovadamente válidos e publicação dos decretos de criação no D.O.E. do dia 20/03/2018, sem a necessária assinatura do governador do estado no respectivo ato administrativo normativo e, 4. Apuração de possíveis vícios nas contratações para desenvolvimento de projetos de carbono em unidades de conservação do estado.**

2.1. O PAPEL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Ao lado da função precípua de legislar, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia tem a competência essencial constituída pela sua autonomia: a fiscalização extensa de todos os assuntos e temas aos quais a Constituição Estadual e da República a legitima.

É incontestável que o poder de investigar constitui uma das mais expressivas funções institucionais do Legislativo. A importância da prerrogativa de fiscalizar se traduz, na dimensão em que se projetam as múltiplas competências constitucionais do Legislativo, como atribuição inerente à própria essência da instituição

parlamentar.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) representa um dos mais importantes instrumentos de fiscalização e porque não dizer, controle da atividade administrativa das autoridades públicas, que, inexoravelmente, envolvem a acepção ampla do interesse público.

Em um preâmbulo objetivo e necessário, tem-se que o Poder Legislativo Estadual possui basicamente três funções:

a) Representativa - Representar a população do Estado de Rondônia, em defesa dos seus interesses na construção de uma sociedade igualitária e justa;

b) Legislativa - Elaborar as Leis de modo a contemplar a sociedade com um ordenamento jurídico que garanta a defesa de toda a coletividade;

c) Fiscalizadora - Fiscalizar todos os atos da Administração Pública, de modo a buscar e zelar por todos os interesses da comunidade.

Sediado nesta última função, juntamente com outros procedimentos legislativos, está a competência do Poder Legislativo de fiscalizar as atividades dos administradores e/ou daqueles que giram em torno do interesse público, mediante o instrumento legal qual seja a Comissão Parlamentar de Inquérito.

2.2. DA CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) têm previsão constitucional e é uma das formas de controle da Administração Pública exercida pelo Poder Legislativo.

Normatizada no nosso ordenamento político/jurídico pela Lei Federal n.º 1579/52, alterada posteriormente pelas Leis n.º 10.679/2003, 13.367/2016 e por dispositivos do Código Penal e de Processo Penal, a CPI adquire maior importância no cenário político nacional, a partir da promulgação da Constituição da República de 1988.

Pode-se afirmar que a CPI é um instrumento jurídico do Poder Legislativo, legalmente constituído para investigar, buscar informações, efetuar diligências, colher depoimentos e outros mecanismos para apurar fatos que estejam contra o interesse público, voltada à apuração de denúncias para que sejam resguardados os direitos da sociedade.



Insta ressaltar “o que” a população rondoniense deve esperar de uma CPI, que possui limites traçados pela Constituição Federal que rege o estado democrático de direito, nos moldes estabelecidos pelo § 3º do art. 58, **“As Comissões Parlamentares de Inquérito, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas casas, e serão criadas para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, e outros órgãos que tenham correlação com a matéria e irregularidade apurada para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”**.

A Constituição da República deu poderes de investigação de autoridade judicial, bem como outros poderes existentes na legislação extravagante e no Regimento Interno, a fim de possibilitar o cumprimento de todos os objetivos e tarefas.

Essa concessão constitucional dos poderes de autoridade, muitas vezes, acaba por confundir a sociedade e a própria mídia que cobra dos seus membros, um êxito do resultado pela quantidade de autoridades, agentes políticos e cidadãos que, através delas venham a ser punidos, o que não é o critério correto a ser adotado na avaliação dos trabalhos de uma CPI.

A CPI pode colher depoimentos, ouvir indiciados, interrogar testemunhas, requisitar documentos, levantar meios de prova legalmente admitidos e realizar buscas e apreensões, expedir recomendações, sem, contudo, atribuir poderes ilimitados, estando seus trabalhos sujeitos ao controle judicial, com limitação imposta pela própria Constituição da República.

No âmbito Estadual, a Comissão de Inquérito é regulamentada pela Constituição do Estado de Rondônia, no art. 36, § 3º, bem como nos arts. 33 e 34 do regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 36. A Assembleia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma do regimento ou ato legislativo de sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das

autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno da Casa, serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este se pronuncie sobre a responsabilidade civil ou criminal dos envolvidos.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa regulamenta a criação, instalação e procedimentos das Comissões de Inquérito nos artigos 33 e 34, prevendo neste último, a forma do relatório final, Verbis: (...)”

E também dos limites da CPI, além de fiscalizar, a gente quis abordar para que se tenha um entendimento, porque a CPI e o Parlamento têm o seu papel, mas têm as suas limitações. E é bom. No nosso relatório, a gente quer deixar isso bem esclarecido para que não haja má interpretação.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - o Doca solicitou... Está atendido o pedido.

O SR. ALEX REDANO (Áudio via WhatsApp) – Senhor Presidente, nobres deputados e público presente na CPI das reservas, por favor, registre a presença do Deputado Alex Redano. Estarei acompanhando de forma remota.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Registrar, por gentileza, a presença de forma on-line do Excelentíssimo Deputado Estadual e Presidente desta Comissão e desta Casa de Leis, Alex Redano.

Por favor, Deputado Pedro, continue a com a leitura do relatório.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Vamos continuar a leitura.

(O Relator prossegue à leitura do relatório)

“2.3 DOS LIMITES DA CPI

Além de fiscalizar, o objetivo principal da CPI é, com a conclusão de seu trabalho, apontar as irregularidades e quais providências podem ser adotadas para soluções, propor modificações normativas e administrativas na



esfera estatal. As irregularidades que impliquem em responsabilização do agente público, ou de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas deverão ser remetidas ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.

Conforme se observa, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem limites. As normas que criaram e/ou regulamentaram a CPI não podem contrariar a Constituição da República e seus princípios, por mais que detenham autoridade jurídica, em outros termos, a CPI deve respeitar os limites, sob pena de ser declarada nula.

Melhor esclarecendo, se a Constituição da República atribui à CPI poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, há que se considerar que durante todo o processo investigativo, torna-se exigível o respeito ao direito do indiciado de participar alegando o que quiser em sua defesa.

A CPI NÃO CONDENA, mas apenas fornece informações sobre o objeto investigado, para posteriormente, apresentar dados concretos aos órgãos de controle, fiscalização e execução e ao Ministério Público, para o oferecimento de denúncia formal ou instauração de processo de responsabilidade civil, sendo também um importante instrumento de apoio na instrução de tais procedimentos caso já existam quando da conclusão dos trabalhos.

Cediço que a comissão por força de preceito constitucional tem limite de competência para atuação e investigação, só podendo **atuar naquilo em que o estado tem competência para legislar consequentemente.**

Assim, no caso dos serviços públicos de titularidade da União e de âmbito federal, relacionados as reservas criadas em Rondônia, expedições de títulos definitivos de terras federais ocupadas e das reservas legais devem ser tratadas no âmbito federal. A atuação de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) reforça que a competência para regulamentação e fiscalização reside no Poder Executivo e Legislativo Federal, cabendo a este último promover discussões e medidas no âmbito de sua jurisdição.

Nesse sentido, o MINISTRO JOSÉ CELSO DE MELLO FILHO assevera, referindo-se às Assembleias Estaduais:

(...)

Destarte, a existência das esferas federativas serve para que cada ente atue dentro dos limites de suas competências, segundo a organização de competências trazidas pelo texto constitucional, o que deve ser observado tanto na função de legislar quanto na função de investigar.

Como já esboçado, a instituição da comissão parlamentar de inquérito foi direcionada para atuar dentro dos limites da competência legislativa e de atuação do estado. No caso específico da CPI relacionada à 11ª Reserva em Rondônia, a apuração foca em possíveis irregularidades que configuram ofensa à legislação estadual, incluindo normas ambientais e administrativas, bem como ao Código de Defesa do Consumidor, no qual o estado possui competência concorrente para legislar, conforme disposto no art. 24, VI, da Constituição Federal.

Outro limite imposto à atuação da Assembleia Legislativa, por meio de uma CPI, é que esta não pode invadir competências de outros entes da federação ou da União, incluindo órgãos constitucionais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Além disso, providências investigatórias que resultem em restrições diretas a direitos individuais estão protegidas pelo texto constitucional e somente podem ser determinadas por um juiz. Tal prerrogativa não se estende a terceiros, mesmo àqueles que tenham recebido “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”.

2.4 DA FINALIDADE DA CPI

É juridicamente e publicamente reconhecida a finalidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

No caso em apreço pendente sobre a criação das 11 (onze) unidades de conservação muitos indícios de ofensas ao devido processo legal e irregularidades nos procedimentos prévios ao ato propriamente dito de criação dessas unidades.

Com o objetivo de garantir a integridade do trabalho da comissão o relatório fundamenta-se nos princípios constitucionais da moralidade, legalidade, impessoalidade e proporcionalidade, e principalmente em total obediência, repita-se ao devido processo legal. Estes princípios são essenciais para assegurar a efetividade de uma CPI, atendendo aos requisitos fundamentais de competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

Após a análise detalhada de todo o processo



e das provas obtidas, concluiu-se que praticamente todos os onze processos, padecem, a nossa compreensão de vícios que atraem para si nulidades insanáveis." (...)

Temos aqui vários anexos que são as oitivas, e anexos do relatório final.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhor Relator, acabei de falar com a Deputada Taíssa e o Doca, para a gente deixar um pouco menos cansativo para as pessoas presentes, nós sabemos que é do Direito é da redação forense todo esse protocolo, essa praxe. E o relatório está muito bem redigido.

Nós estivemos horas a fio discutindo a respeito dele antes do início da reunião. Mas, para que a gente possa, em deferência aso presentes, adiantar para uma leitura breve da conclusão, que por si só já é muito grande. E a partir disso a gente reverbera aqui entre nós o que consta no relatório. Acho que será mais profícuo a andamento da nossa reunião e até para as pessoas aqui presentes poderem entender quais são as nossas conclusões individualmente, que está formalizado, positivado no documento de Vossa Excelência.

O relatório ficou muito bem redigido. Mas, se o senhor puder pular para a conclusão e fazer essas considerações.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Fico grato pela anuência dos nobres colegas. Como a gente debateu muito essa parte que o senhor nos autoriza a abrir mão da leitura....

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Não há uma determinação regimental que determine a leitura na íntegra.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – São anexos. O relatório vai estar à disposição de todos, sim que finalizar o trabalho da Comissão Parlamentar.
(O Relator prossegue à leitura do relatório)

“5. CONCLUSÃO

5.1. DA ANÁLISE CONCLUSIVA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES.

A comissão requereu, aqui, destaque-se, a **ÍNTGRA**, de todos os processos, com seus respectivos anexos, boletins, relatórios, e qualquer outro instrumento relativo aos estudos técnicos que indicam a lei do SNUC para darem supedâneo legal a suas criações, esse requerimento posteriormente as oitivas dos técnicos foi reiterado ao órgão ambiental estadual para dar certeza que nenhum documento relativo a instrumentalizar os processos administrativos tenha restados alheios a averiguação da comissão. De acordo se compreende quadro do resumo das atividades desenvolvidas pela comissão.

A comissão adotou uma linha de investigação do contexto fático, com o afunilamento restrito a apuração, se os processos administrativos que deram base legal para criação das unidades possuíam irregularidades, vícios, fraudes ou qualquer outro indicativo de incidente praticado contra disposição legal, tanto relativa a legislação extravagante específica, quanto a matéria (LF 9985/2000 lei do SNUC e LE 1144/2002, leis SEUC), e a mais importante de todas, o sagrado princípio constitucional do devido processo legal.

A comissão optou por estreitar a linha do objeto a ser investigado, porque, cediço que essa matéria já por três oportunidades enfrentou judicialização, nos autos da ADINS: **0800913-33.2018.8.22.0000, 0800922-58.2019.8.22.0000, 0810959-42.2022.8.22.0000**, e após acurado exames da instrumentalização e dos cadernos decisórios se extrai que em todas as oportunidades, discutiu-se a constitucionalidade das medidas adotadas com o condão de anular os decretos promulgados, todavia, **em nenhum destes eventos foi apreciado a constitucionalidade dos decretos**, bem como a existência de vícios ou fraudes nos atos preparatórios administrativos para efetivamente a criação das unidades de conservação. Oportuno a colação das ementas.

Os autos da ADIN **0800913-33.2018.8.22.0000**, primeira judicialização sobre a criação das 11 unidades de conservação decorre da edição de 11 decretos legislativos que sustavam os efeitos dos decretos editados pelo poder executivo, sob o argumento de que a criação da unidade não poderia ser por decreto do executivo, mas, por lei, em obediência ao disposto na lei estadual ordinária 4.228/2017.

Aqui na primeira oportunidade de enfrentamento dos decretos de criação das unidades sob investigação, **não se operou a análise de regularidades** quanto a existência de vícios, fraudes ou outras irregularidades nos respectivos atos administrativos que deram origem a criação das 11 (onze) unidades de conservação, mas, cuidou-se apenas de se atacar a inconstitucionalidade dos 11 decretos legislativos, da Lei Ordinária 4.228/2017 e por arrastamento da emenda constitucional 126/18. (...)

A ADIN **0800922-58.2019.8.22.0000**, declarou inconstitucional a LC 999/18, inconstitucional, nesse feito a decisão **também não enfrentou a regularidade dos decretos de criação** quanto a existência de vícios, fraudes ou outras irregularidades no ato administrativo que deram origem a criação das 11 (onze) unidades de conservação, mas, cuidou de atacar apenas a norma editada (lei complementar 999/18) que em resumo buscou, destaque-se, DESAFETAR, as unidades sem o respectivo estudo de que cuida a Lei do SNUC e SEUC." (...)

Aqui, foi colocada a Ementa da ADIN.
“Também na ADIN **0810959-42.2022.8.22.0000**, relativa a um dos decretos de sob investigação (dec. 22.690/2018) foi enfrentado pelo judiciário. A ação declarou a inconstitucionalidade do Decreto Estadual, n.



27.565/2022, e mais uma vez o acordo decisório como nas ações anteriores não enfrentou a regularidade dos decretos de criação quanto à existência de vícios, fraudes ou outras irregularidades no ato administrativo que deram origem a criação das 11 (onze) unidades de conservação, nesse feito, apenas de forma superficial fez um rápido relato sobre uma das questões que se investiga nessa comissão, qual seja, **a ausência de assinatura do governador nos decretos publicados no dia 20/03/18.**" (...)

Aqui também está a Ementa.

"Oportunizamos a transcrição apenas uma pequena e ligeira reportagem sem a observância com profundidade sobre a validade de publicação de documento normativo apócrifo que não passa de um rascunho sem qualquer valia para o mundo jurídico. Colaciona-se recorte da única oportunidade de referência sobre tema. Verbis:

Por fim, a alegada **ausência de assinatura do ato de criação da unidade de conservação também não se sustenta, uma vez que o Decreto n. 22.690/2018 foi assinado eletronicamente pelo então governador Confúcio Aires Moura, em 22/03/2018, às 10h25min, por meio do Sistema Eletrônico de Informação (ID. 17860550), que inclusive possui código para verificação de autenticidade.** A ausência de assinatura do ato publicado no Diário Oficial do Estado, até porque o documento foi assinado de forma eletrônica, não o invalida e, muito menos, justifica a extinção da unidade de conservação.

Nota-se que o eminente relator se esquivava de aprofundamento no tema apenas reportando superficialmente, todavia a CPI, mergulhou na investigação sobre o porquê da ausência da assinatura que será objeto de esclarecimento mais frente por essa comissão na análise individualizada de cada processo." (...)

Do que se apurou com a juntada dos respectivos documentos, oitivas das pessoas ocupantes das áreas mais emblemáticas, oitivas dos elencados técnicos, servidores que trabalharam à época e supostamente haviam elaborado estudo técnico para dar cumprimento.

"A comissão trouxe à lume os esclarecimentos amiúde sobre o teor das decisões judiciais, porque o objeto da investigação são apenas os indicativos de irregularidades e vícios maior gravidade, que pelo seu

incontroverso teor seguramente desagua em nulidade absoluta por desobediência ao devido processo legal constitucional e administrativo, e ainda na legislação extravagante pertinente a matéria já reportada alhures."

Então, Presidente, temos mais anexos aqui no processo, e a parte mais importante que foi uma conclusão prévia e mais os anexos, me dou por satisfeito e o senhor pode colocar em aprovação o referido relatório.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Agradeço ao nobre parlamentar pela leitura dos trechos selecionados do relatório que será colocado em votação e apreciação. Eu gostaria apenas, antes de passar para votação do relatório, eu vou devolver a presidência à Vossa Excelência que é o Relator, para que proceda com a votação, posto que a presidência foi apenas para permitir que Vossa Excelência fizesse a leitura. E, antes que o senhor abrisse para votação, eu gostaria de um aparte para fazer uma consideração.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Também ia pedir um aparte.

(Às 18 horas e 56 minutos, o Senhor Delegado Lucas passa a presidência ao Senhor Pedro Fernandes)

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Antes de colocar, como a gente debateu por várias horas e vem acompanhando todo esse procedimento, eu vou passar a palavra para Deputada Dr^a Taíssa para ela complementar o nosso relatório, que foi muito bem debatido.

Deputada Dr^a Taíssa, com a palavra.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Primeiramente, agradecer, Presidente, agradecer meu colega de Parlamento Deputado Delegado Lucas pelo espaço à palavra de forma primária.

A gente tem que dar honra, a quem tem honra. Nós fomos eleitos pelo povo, estamos aqui para representar cada um de vocês, mas eu não poderia deixar de exaltar todo o trabalho que foi feito pelo jurídico da Casa, em nome do Doca.

Doca, parabéns, porque eu sei que não é fácil quando a gente está em uma luta jurídica, são várias pessoas pensando, cada um com uma ideia. E em nenhum momento, nesses dois anos de reunião, eu vi o Doca esmorecer. Todas as vezes buscando quem tinha que buscar, notificando quem tinha que notificar, para poder fazer esse trabalho. Então, por mais que nós somos parlamentares, por mais que a representação é da Assembleia Legislativa, mas tem um trabalho técnico por trás de tudo isso.

E eu queria parabenizar muito você e ao Franber, que foi prontamente dando as mãos ao Doca o tempo inteiro, municiando de documentação, e a todos vocês que saíram dos seus lares, que deram apoio. Muitas



vezes a imprensa esteve aqui para que a gente pudesse falar em uma única voz, falar em um único coro, para que a gente conseguisse desenvolver esses trabalhos, e automaticamente as pessoas prestarem depoimentos, nos quais foram comprovadas as irregularidades na criação das reservas.

Já finalizando esses trabalhos, eu gostaria muito de parabenizar os meus colegas de Parlamento, que sempre estiveram aqui. E automaticamente, a gente alterando a agenda um e outro. Quando um não podia, o outro estava aqui para suprir a Comissão, mas foi feito o trabalho devido, e hoje a gente está municiado da documentação necessária.

Então, parabéns ao Doca. Parabéns a todos vocês que saíram dos seus lares. E estamos aí, acredito agora com a força documental necessária para que possamos, mais uma vez, discutir juridicamente essa situação, e, se Deus quiser, cancelar essas 11 reservas. Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Vou passar a palavra agora ao nobre Deputado Delegado Lucas para fazer suas considerações sobre o relatório e sobre todo esse processo de trabalho.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Presidente e Relator, Deputada Dr^a Taíssa, Doutor Doca, cidadãos de Rondônia aqui presentes na galeria e os que nos acompanham de modo on-line pelas redes sociais.

Foi uma trajetória muito árdua, mas com muita honra, pudemos participar, nesses dois anos, dos trabalhos que foram conduzidos pela CPI, presidida pelo Deputado Alex Redano. E nós esperamos que todos tenham sido testemunhas da nossa dedicação. Falo em nome de todos, do nosso comprometimento em entregar para a população rondoniense o melhor trabalho possível.

A população de Rondônia merece e é o compromisso que os deputados devem ter com a população, de dedicarem-se ao máximo em pautas tão caras e importantes para o Estado. Como esta que pacta diariamente nas vidas de milhares de famílias, das crianças mais jovens aos mais idosos, em diversas áreas por todo o Estado de Rondônia.

Eu gostaria aqui de dizer do meu orgulho em ter ladeado com meus nobres amigos e amigas parlamentares nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, dizer que hoje é um dia muito esperado, Deputado Pedro, pelo Estado de Rondônia, porque é o dia em que se concluem os trabalhos da CPI. E essa conclusão é natural que gere uma grande expectativa na população rondoniense, que ao longo desses dois anos acompanhou os trabalhos dessa CPI muito de perto.

Nós sentimos, durante essas reuniões, o interesse e a proximidade das populações diretamente afetadas, porque sempre se deslocaram, como se deslocaram hoje, quilômetros e quilômetros a fio; muitos com muitas dificuldades de deslocamento, mas para que pudessem sempre estar presentes, atendendo

às convocações, aos chamados, aos convites e para acompanhar aqui o bom andamento dos trabalhos.

E eu quero dizer à população rondoniense, aqui representada por todos vocês na galeria, que hoje nós estamos apresentando um relatório, mas esse relatório nada mais é do que um resumo de todo o trabalho.

O mais importante de toda essa trajetória, de todo esse processo, de todos esses dois anos, foram as provas amealhadas aos autos. Foi a obtenção das provas através da análise documental e através dos depoimentos que foram realizados, provas estas todas que estão juntadas no interior deste processo.

Essas provas estão aqui materializadas à disposição de todas as instituições, de todos os órgãos e de toda a população do Estado de Rondônia, de forma agora eterna. Não interessa o tempo, o lapso temporal que passar, elas estarão aqui à disposição de todo aquele que quiser solicitar uma cópia para ajuizar uma ação, através de um advogado particular; para através de uma associação buscar individualmente ou coletivamente, de forma privada, a sua justiça. É uma prova que foi corroborada, consolidada por meio da CPI, mas que estará à disposição da população.

E essas provas, que são as mais importantes deste processo, que é o mais importante deste processo. Por que eu digo isso? Porque o relatório resume as provas que foram obtidas. Então, ele não prova nada. O relatório apenas vai dizer que na reunião tal, no dia tal, tal pessoa afirmou tal coisa, tal documento demonstra tal coisa. Então, o relatório resume para que nós possamos facilitar a compreensão daquele que se destina a esse inquérito. Todas as provas que foram obtidas, as provas todas estão aqui para aqueles que quiserem se debruçar sobre os autos.

E falando sobre as provas que foram arrecadadas, é importante a gente destacar alguns pontos que estão muito bem demonstrados no relatório, mas que, além disso, estão anexados nos autos. Porque no decorrer dessa CPI, Deputada Dr^a Taíssa, no decorrer dos trabalhos, Doutor Doca, nós falávamos "supostamente" de irregularidades, em "tese" irregularidades, "aparentemente" irregularidades. Mas, agora com a conclusão do relatório, nós podemos afirmar categoricamente que, do início ao fim deste pseudoprocessos de formação de áreas de reserva, todos eles estão eivados de vícios, ao nosso sentir, insanáveis e, portanto, devem ser declarados nulos de pleno direito.

Em uma apertada e muito resumidamente, sintetizando o relatório, a conclusão aponta isso: não há um caminho jurídico a ser seguido senão o da anulação de todos esses decretos pelos incontáveis vícios demonstrados, já também irregularidades e ilegalidades. Eu queria pontuar algumas delas.

Primeiro, antes de tudo, preliminarmente, vale destacar aqui que todos os decretos, os 11 decretos, foram publicados sem assinatura, conforme exaustivamente demonstrado nos trabalhos dessa CPI. E esses decretos publicados sem assinatura vieram a ser assinados dias após a publicação no Diário Oficial. E após



a assinatura, tardia, posterior a publicação, não foram publicados novamente. Então, não há o que se falar em uma convalidação desses atos jurídicos. Nós precisamos conceber que, portanto, são atos inexistentes no meio jurídico; que sequer deveriam estar sendo reconhecidos e formando, portanto, impacto no nosso meio existente.

E eu quero crer que não há sobre a alegação do princípio do não retrocesso ambiental, uma forma de convalidar, sobre qualquer argumento, essa existência desses atos. Porque o princípio do não retrocesso ambiental é um princípio dentre diversos princípios que existem no regramento jurídico vigente na nossa legislação. E um princípio não pode por si só, rasgar e colocar à mercê todos os outros demais princípios estabelecidos pela Constituição, como aqui o da dignidade da pessoa humana, o da legalidade, e muitos outros.

O princípio por si só não pode ser absoluto. E admitir que o princípio do não retrocesso ambiental faça validar um ato jurídico inexistente, que caso existente fosse no mundo jurídico, tem um fim de ilegalidades, seria admitir que, em qualquer termo, se por exemplo o governador em um papel como esse decretasse a criação de uma reserva, a partir de amanhã, este papel pela presunção de que os atos jurídicos administrativos são válidos, então nós não poderíamos anular um papel A4 escrito de caneta, porque seria uma afronta ao princípio do não retrocesso ambiental. E isso é no mínimo uma interpretação teratológica desse princípio, não pode ser admitida, pelos efeitos que isso causa abomináveis ao Estado de Rondônia no caso concreto.

Se os decretos fossem tidos como válidos, existentes no mundo jurídico, essa CPI demonstrou e as provas existem e o relatório aponta isso, indica onde estão essas provas, ficou demonstrado que o estudo não tem assinatura. Cada um desses 11 processos deveria ter 11 estudos, estudos individuais, individualizados, especificando sobre cada área. Os estudos são genéricos, se formos considerar que são estudos, porque também não atendem os requisitos para serem considerado estudos. E além de serem genéricos, não possuem assinaturas, portanto são apócrifos.

Se os decretos tivessem processos que o embasam legais, o estudo estaria inexistente. Não obstante a ausência do estudo, posto que apócrifo, os pareceres são fraudulentos. Por que fraudulentos? Porque possuem assinaturas de pessoas que vieram aqui e negaram ter realizado os estudos que embasaram esse parecer. Não obstante, sequer foram nos locais onde o parecer é utilizado para embasamento. E além disso, não possuem, os que são profissionais ali, que subscrevem esse documento, não possuem o registro no seu órgão profissional, como o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) aqui demonstrou, e também não possuem Anotação de Registro Técnico — ART. Então, portanto, não deveriam ser válidos. E as áreas que necessitam de audiência ou consulta pública também ficou demonstrado que assim não procederam, não houve consulta pública, tampouco audiência pública.

Então, esses são alguns dos argumentos que essa CPI esclareceu, que as provas foram consolidadas e que o relatório indica especificamente onde nos autos encontram-se essas provas, que serão encaminhados com a aprovação desse relatório, que em breve será votado, para os órgãos de controle competentes para que haja alguma tomada de providências, que é o que nós todos esperamos. E é aqui que eu queria encaminhar a minha fala.

Primeiramente, há no imaginário das instituições do Estado de Rondônia, de muitos juristas, do próprio Poder Judiciário e do Ministério Público, a ideia forjada de que a constitucionalidade, a legalidade desses decretos foram ratificadas, foram endossadas, foram asseveradas, foram mantidas pelo Poder Judiciário em três oportunidades, como se essa discussão já tivesse ido até as últimas consequências, quando em nenhum momento houve essa discussão. Isso inclusive foi objeto de debate na CPI e aqui também ficou demonstrado isto.

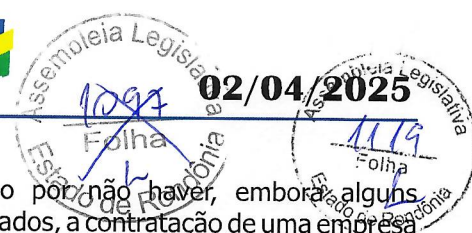
Em três oportunidades, como o Deputado Pedro Fernandes, o Relator, leu em seu relatório, na conclusão, foram ajuizadas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, mas nenhuma delas atacava os decretos de criação; atacavam as medidas que o Estado ou a Assembleia oportunamente impetrou para tentar fazer com que esses decretos não vigorassem no meio jurídico, presumindo que deveriam existir, dada a presunção da validade dos atos jurídicos normativos do Direito Administrativo.

No primeiro momento, os decretos legislativos dessa Casa foram atacados por uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade); no segundo momento, uma lei promulgada pelo ex-governador Daniel Pereira; e no terceiro momento, um decreto proferido pelo atual Governador Coronel Marcos Rocha. Nesses três momentos, essas medidas foram objeto de discussão pelo Poder Judiciário que determinou que essas medidas eram inconstitucionais, mas não houve o enfrentamento contra a constitucionalidade ou não desses decretos. E é essa a discussão que nós queremos que esse relatório tenha o condão e o desiderato de levar à apreciação e ao conhecimento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia ou à instância que assim melhor for recomendado.

Eu quero crer, deputados, que não chegou, ao longo desses seis anos desde a promulgação, sete anos desde a promulgação desses decretos, ao conhecimento do Ministério Público as ilegalidades que foram esclarecidas e aclaradas e transformadas em provas neste caderno investigativo, e que tão pouco foram objeto de apreciação específica pelo Judiciário, como será, caso haja uma ação específica a respeito.

Eu acredito que o Ministério Público do Estado de Rondônia, tomando conhecimento da gravidade dessas ilegalidades, já teria, de ofício, impetrado alguma ação competente para que o Judiciário pudesse se debruçar sobre esse tema.

É por isso que esta CPI, em seu relatório, recomenda ao final, dentre diversas sugestões que são encaminhadas aos órgãos de competência, um deles ao



Ministério Público, para que ajuíze a ação cabível, levando ao conhecimento do Judiciário todas essas ilegalidades, essas inconsistências, essas inconstitucionalidades que nós mencionamos aqui há pouco em nossa fala.

Então, nós confiamos que as instituições constitucionalmente estabelecidas no Estado de Rondônia, respeitando, é claro, a sua independência funcional e o livre convencimento jurídico, tomarão uma postura ao ponto de esclarecer para a população qual o posicionamento institucional, mesmo que não aquele que o relatório recomendar. Mas, para que fique claro à população de Rondônia e a esta Casa qual é o pensamento, desde que devidamente fundamentado juridicamente, das instituições a respeito e quais as providências que serão adotadas.

Eu acredito na legitimidade de cada instituição e, respeitando a independência funcional entre todos os Poderes, nós iremos, todos ombreados, levar esse relatório aos órgãos de controle e aos demais Poderes para apresentar todas as provas colididas, para que haja, então, o ajuizamento da ação cabível. E o próximo palco dessa discussão seja o foro apropriado, que tomará uma medida que impactará diretamente na vida de todos: o foro do Poder Judiciário, que tem o condão de poder, ou não, de tornar nulos e sem efeito todos os efeitos que são decorrentes desses decretos, que é o que nós acreditamos que seja o caminho jurídico mais adequado.

Eu gostaria, Deputado Pedro Fernandes, de destacar apenas um detalhe do relatório de lavra de Vossa Excelência, que fique registrado que – aqui na Ementa já é suficiente, obrigado –, a CPI tinha como objeto, quando da sua criação, foi, eu vou ler aqui a Ementa: “Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação e 11 (onze) unidades de conservação do Estado de Rondônia, ...”

Daqui à frente, há uma vírgula, e nós vamos colocar um ponto. É este o objeto da CPI que foi extensivamente debatido, até a exaustão. Então, esse tema foi exaurido. Nós nos aprofundamos, colidimos com a prova, ouvimos as pessoas, juntamos documentos e diligentemente tomamos todas as medidas que eram permitidas em lei para conseguir investigar o processo de criação dessas 11 reservas. E hoje nós podemos dizer os pseudoprocessos.

Primeiro surgiu o interesse em criar a reserva, depois surgiu um processo que tinha a intenção apenas de legalizar uma ideia política já fundamentada previamente. Ocorre que a CPI também teve o objeto, e aqui, após a vírgula, dizia assim: “... bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento dos projetos de conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, e dá outras providências.”, bem como, os contratos pactuados com a empresa Biofílica Investimentos Ambientais.

Quanto aos contratos da Permiam e da Biofílica, a CPI, por entender que saía um pouco do objeto

principal, bem como por não haver, embora alguns requerimentos aprovados, a contratação de uma empresa técnica específica para poder auxiliar na análise desses tão complexos contratos, quando a gente envolve um tema como o crédito de carbono e etc. Quanto a este tema, a CPI não se aprofundou e o relatório esclarece essa questão para que fique pontuado aqui e registrado que ela versou, no decorrer da sua instrução, apenas sobre as irregularidades nos processos de criação das 11 reservas.

Eu acho que é importante que seja feito esse registro, porque pode vir a ser questionado após a leitura e a aprovação do relatório.

Já me estendi demais. Eu gostaria apenas de agradecer a todos pela paciência. Dizer uma vez mais aqui ao Bili, que representa o Rio Pardo, ao Arnei e todo o Vale do Jamari. A todos os amigos do Soldado da Borracha, aqui, em nome do Francisco, enfim, em nome de todos vocês aqui presentes, presidente da associação.

Dizer que o Deputado Pedro Fernandes, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Cirone Deiró, Deputado Alex Redano, enfim, Doutor Doca, todos aqueles que estiveram aqui, encaramos isso como um trabalho de todos nós. Foi uma união de esforços.

Nos dedicamos da melhor forma possível. Perdemos noites de sono preocupados e queremos, verdadeiramente, que esse trabalho, que é de muita qualidade técnica, de muita competência, e a soma de todos os esforços dos envolvidos, que não pode, e seria injusto se fosse atribuído mais a A, B ou C, porque em diversas oportunidades a Deputada Dr^a Taíssa não podia participar, mas deu um jeito de entrar online. O Deputado Pedro O Deputado Pedro não podia vir no dia, a Deputada Dr^a Taíssa veio. E um ajudando o outro para que houvesse quórum e a reunião não fosse prejudicada, para que houvesse uma oitiva enriquecedora em algum momento; colaborando com as incontáveis reuniões administrativas que nós tivemos também. Como a de hoje que era para ter sido meia hora, pedimos desculpa porque se estendeu por muitas horas, dada a preocupação de que o trabalho esteja no nível de excelência que a população merece.

Nós queríamos apenas aqui deixar o nosso agradecimento. E dizer que nós confiamos em Deus e rogamos ao nosso Senhor que, para honra e para a glória do Seu nome, a justiça seja feita e o Estado de Rondônia reconheça o que esses produtores estão passando por esses anos é fruto de uma ilegalidade e irresponsabilidade sem tamanho. E o Poder Judiciário do Estado de Rondônia irá corrigir esse erro através desse trabalho maravilhoso que foi feito, com muito orgulho, por todos nós da Assembleia Legislativa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Parabéns ao Deputado Delegado Lucas. Faço das suas palavras as minhas, porque o senhor me auxiliou muito na construção desse relatório. A Deputada Dr^a Taíssa. O



Doutor Doca, uma pessoa que se empenhou muito nesse trabalho. O Franber, que também ajudou. O Felipe, o Werley, toda a nossa equipe, o Antônio. Então foi uma equipe, foi construído por várias mãos.

Quero aqui agradecer ao Presidente, Deputado Alex Redano, por ter me dado essa oportunidade de ser relator de uma matéria tão importante para o Estado de Rondônia.

Eu me coloco no lugar de vocês. Eu sinto na pele tudo o que o Estado está passando. E nós temos que ser justos, nós fizemos esse trabalho, Deputado Delegado Lucas, com responsabilidade e agora no final desse relatório a gente fica com a sensação de dever cumprido.

Como o senhor falou, quando a gente invoca o nome de Deus, com Deus não se brinca. O que o senhor falou agora é uma coisa que comove, porque a gente fez isso aqui, realmente, com o propósito de esclarecer a verdade. Se eles tivessem feito o procedimento legal, tivessem montado todos os processos dentro da legalidade, todos os procedimentos, se realmente tivessem feito, essa CPI, nós iríamos descobrir. Mas, felizmente ou felizmente, foi construído e o que nós levantamos aqui nesse relatório final, que vamos colocar em votação agora, identificamos que a nulidade está presente na criação das 11 reservas.

Como foi dito aqui, vamos deixar esclarecido também em nosso relatório, a questão das empresas do crédito de carbono. Tentamos por diversas vezes contratar alguém da área, com expertise de nos dar dados suficientes para adentrar nesse procedimento. Mas essa CPI, mesmo não conseguindo êxito, promoveu o cancelamento desses contratos. E já está também judicializado, já tem processos tramitando, já foram cancelados alguns contratos e a gente vai fazer a recomendação para que sejam também cancelados os contratos que estiverem existentes nessa área. Vamos recomendar à Sedam, que é a nossa Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado.

Então, surtiu também efeito, Deputado Delegado Lucas, o movimento a CPI. Mas, a nossa principal meta principal atividade da CPI foi provocada por denúncia com irregularidades da criação das 11 reservas. Então, o nosso objetivo está muito bem fundamentado nesse processo. Como disse o Deputado Delegado Lucas, a gente pede a Deus para que as pessoas façam justiça com o Estado de Rondônia. Estão aqui as provas, está toda a documentação, as oitivas, os anexos e esse relatório, vamos fazer os encaminhamentos, vamos fazer as recomendações.

Como eu quis ler para vocês, no início do relatório, e colocar qual o papel da CPI para a gente definir e o povo entender até aonde a gente pode ir. Mas, a gente vai acompanhar, não é Deputado Delegado Lucas? A gente vai fazer os encaminhamentos aos órgãos de controle, nos órgãos que são responsáveis por fazer o encaminhamento e trazer às claras, trazer justiça.

Esses documentos que foram anexados aqui, como o Deputado Lucas falou, vão servir para quem

de direito for judicializado, aos órgãos de controle, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, para a Justiça do Estado de Rondônia. É um documento que está aí para o resto da vida para que as pessoas possam colher e buscar os seus direitos perante a Justiça, que é o órgão que vai definir realmente sobre anulação ou a inexistência desses atos.

Como foi dito aqui, um documento sem assinatura não tem validade. Se der um cheque para uma pessoa e não tiver assinatura, ele vai no banco e não vale nada. Então, eu acredito que no mundo jurídico, eu não tenho assim a formação como o Deputado Lucas, como a Deputada Taíssa, como o Doutor Doca. Mas, a gente tem a experiência de vida, da vivência do dia a dia e a gente vê que um documento sem assinatura no mundo jurídico não tem validade, porque qualquer documento tem que ter assinatura. Então, isso a gente também concluiu.

E o nosso relatório está aqui e nós vamos, Deputado Lucas, colocar em votação. O deputado Alex se estiver on-line também pode votar. Então, vamos pôr em votação o relatório para gente dar um encaminhamento, porque vai para aprovação no plenário desta Casa. A Resolução que vai ser construída aqui e aprovada na Casa, vai ser encaminhada, que é a forma legal para ter força de lei e assim a gente tomar as providências, que seja feita a justiça.

Que, realmente, seja reconhecido pelo Estado de Rondônia e pelo Judiciário, pelos os órgãos de competência, o erro que foi cometido no processo de criação, como apontado aqui nesse relatório e nessa CPI. Que seja corrigido esse erro e nós estamos aqui fazendo nosso papel.

Agradeço a Deus por ter pessoas de bem. Fizemos um trabalho sério, vamos dar o resultado e fazer os encaminhamentos pertinentes. Vamos pôr em votação o nosso relatório.
Como vota o Deputado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – “Sim”.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Como vota a Deputada Taíssa?

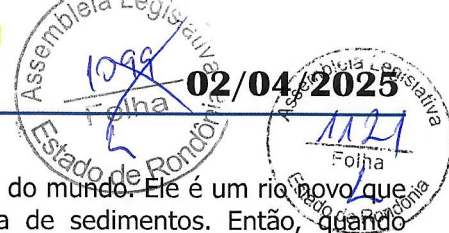
A SRA. DRA. TAÍSSA – “Sim”.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Como vota o Deputado Alex se estiver on-line?
Eu também voto “sim”.

Está aprovado o relatório e vai para os encaminhamentos legais desta Casa.

O Deputado Lucas quer fazer as considerações finais da nossa reunião.

O SR. DELEGADO LUCAS – Apenas reafirmar o nosso compromisso de que a luta não termina aqui. a CPI acabou e agora é um novo passo. Relatório aprovado, vamos levar a plenário, aprová-lo em plenário e então apresentá-lo às instituições com a atribuição para o



ajuizamento das ações cabíveis. Contem conosco.

Continuaremos firmes nesse embate, diligentes fazendo tudo aquilo que estiver dentro do nosso alcance, dentro das nossas atribuições institucionais e constitucionais. E é isso. Deus conduza todo esse processo até a vitória.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Doutor Doca, as considerações e quero deixar o nosso agradecimento pela assessoria, o apoio e o seu trabalho foi de grande importância para todo esse processo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Agradecer o espaço, aos deputados, honrado de ombrear com tão competentes parlamentares. E aproveitar o espaço para parafrasear meu eterno Deputado Alex Redano que, infelizmente, não pôde estar presente. Ele tinha uma agenda, mas dada a proximidade do último prazo regimental, cuidamos de que, mesmo sem a presença dele, também promover a essa última reunião.

Então, parafraseando o meu amigo deputado, fica difícil fazer uso de qualquer pronunciamento após expressões do Deputado Lucas, não é? Eu iria tecer alguns comentários sobre o apanhado dos trabalhos realizados pela Comissão, mas o Deputado Lucas foi de uma precisão ímpar. Ele resumiu em poucas palavras realmente o desenrolar da Comissão. Ele tem esse feedback de compreensão muito rápida e expressão em poucas palavras. Então, o meu pronunciamento aqui é apenas para agradecer; agradecer a todos os senhores que estão nessa luta desde muito tempo.

Eu me lembro que data de 2015, os colegas do Soldado da Borracha não, mas aqueles lá da Ponta do Abunã pedem socorro desde 2015, quando seus Títulos estavam para ser expedidos, o georreferenciamento todo pronto, as pessoas ali tendo que brigar com uma corporação tão poderosa como o consórcio da usina de Jirau.

E nós vemos aí a cada dia aquela BR que não para de ser aumentada, porque uma cota que se previa 80, eu acho que já se aproxima de 100. Quer dizer, eu não vejo o empenho das autoridades em coibir tamanho dano ambiental. E a opção primeira que eles acharam para afastar o óbice de todo o tempo, esse empreendimento energético que teve aí, foi afastar aquelas pessoas que estão ali. Tem gente que está ali há 20, 30 anos. "Ah, mas a área é para proteção." As pessoas estão lá e muitas delas não necessitam necessariamente de suprimir a floresta para sobreviver, um espaço pouco para uma cultura. E hoje o manejo florestal é um instrumento rentoso e de preservação. Mas isso realmente é de cortar o coração.

As instituições, os órgãos de controle não observam a grandeza maior do dano ambiental que está à nossa volta. Essa é uma opinião minha, não decorre dos trabalhos da Comissão, mas eu estive, recentemente, conversando com pessoas técnicas, que o risco dessas usinas do Madeira são grandiosas. O rio Madeira, nos foi confidenciado que ele é o terceiro ou quarto rio mais

rápido em velocidade do mundo. Ele é um rio novo que tem uma água cheia de sedimentos. Então, quando você estanca a velocidade do rio, rapidinho, aqueles sedimentos decantam e vão assoreando o rio. Quer dizer, o rio Madeira está cada dia mais raso e estará cada dia mais raso. E por isso que a BR não para de ser erguida todo dia. E onde será o fim disso?

Então, nós temos aí um dano ambiental dessa grandeza. É um empreendimento frutuoso, de grandes corporações, mas não é ser antiprogresso, é que um empreendimento dessa natureza não se sabe o que pode acontecer. E a gente não vê a veemência dos órgãos de controle no combate a esse tipo de empreendimento. Soa um tanto como um desabafo, mas é que eu acompanho a luta de vocês desde o ingresso do Deputado Alex Redano no mandato, em 2015, que eu o acompanho. E aproveitar o ensejo, o encerramento da Comissão.

Sobre a Comissão, o Deputado Delegado Lucas foi de precisão e clareza solar. Não há uma vírgula, nada a pontuar além disso. Apenas lembrar que até aquela pessoa que escreve um livro, uma receita de bolo, ele tem o nome dele anotado no trabalho dele, na receita de bolo. E nós nos deparamos aqui, como dito pelo Deputado Delegado Lucas, com teratologias do processo administrativo que devem, sim, simetria com o processo judicial em homenagem ao devido processo legal.

E nós nos deparamos aqui com documentos que não temos um relatório que está a nortear todo um processo de desapropriação, de suspensão de direitos, de invasão, sem sequer indicar um técnico que diga: "Não, eu trabalhei lá", "Não, eu fiz lá". Os técnicos que nós ouvimos aqui se limitaram a declarar que estiveram em algumas unidades e que o papel deles lá foi de entrevistar os moradores e nada mais, não aquilo como técnico.

E, com isso, gostaria de agradecer a nossa equipe que nos auxiliou: ao Felipe, ao Doutor Felipe, Doutor Antônio, ao Uerli, ao Rafael, que nos acompanha todo dia, e a todo o staff da Assembleia Legislativa, que nas reuniões nos prestigia com a sua assessoria. Agradecer ao Deputado Pedro Fernandes, ao Deputado Delegado Lucas, à Deputada Dr^a Taíssa. E dizer que me sinto honrado de estar ladeado de tão nobres e valentes parlamentares. Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Obrigado, Doutor Doca.

Vou passar a palavra para a nossa Deputada Dr^a Taíssa para as considerações finais agora, que ela tem um compromisso, mas ficou aqui até o final. Obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada, deputado. Agradecer. O Doca foi cirúrgico em falar. Quando as grandes instituições têm interesse, a gente tem as movimentações como teve aí a questão das usinas. Hoje mesmo, agora há pouco, a nossa 425 está alagada lá no trecho da pedreira. E vários trechos também estão tendo o desbarranco da rodovia, da BR, na verdade. E a gente vê o impacto que pode isolar a região de Guajará-



Mirim, Nova Mamoré e toda a economia local.

Você observa que, quando grandes grupos têm interesse, a supressão ambientalista que existe é relativizado, e os interesses mudam. Então, é por isso que eu vou falar para cada um de vocês: a população tem que se unir, a população tem que realmente buscar, a população tem que ter uma única só voz e a população tem que bater à porta da Assembleia, que aqui é local para a gente representar.

Porque a única coisa que qualquer instituição tem receio é do povo unido. E só o povo unido vai mostrar a força que tem e fazer a diferença. Eu falei esses dias em Extrema que, quando a gente vê uma crise em outro país, o governo federal manda recurso, manda isso e manda aquilo.

E aqui, estão mandando as pessoas para fora das suas propriedades, com interesses obscuros, que a gente observa muito bem. Eu não tenho nem receio de falar. A gente vê que o nosso país, a nível federal, está sendo vendido para instituições, o povo está sendo tirado das propriedades e está sendo criada uma narrativa, todos os dias, nessa questão ambiental.

E a gente respeita qualquer entendimento político, mas eu tenho certeza que, se fosse um governo de direita, nós não estaríamos passando por isso. Por isso, que a gente permanece firme e forte, porque é Deus, pátria, família e liberdade. Obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Obrigado, Deputada Dr^a Taíssa, por participar.

Gente, finalizando aqui, já aprovamos o relatório e vamos fazer os encaminhamentos. Quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui nessa última reunião da nossa CPI; agradecer a todos que contribuíram; agradecer às pessoas que participaram e que vêm acompanhando, porque é de interesse; agradecer a todos que foram ouvidos aqui, aos que convidamos, muitas pessoas estiveram aqui.

E hoje, estamos finalizando o nosso trabalho, com a sensação de dever cumprido, e agora vamos para o plenário para aprovação, a construção da resolução e os encaminhamentos previsto na legislação.

E vamos acompanhar os encaminhamentos, não é, Deputado Delegado Lucas? A gente estava falando aqui que vamos fazer as recomendações, encaminhamentos e o que for pertinente.

Nada mais havendo a tratar e sob a proteção de Deus, que Ele abençoe toda a nossa população do Estado de Rondônia e que abençoe cada um de vocês que estão aqui presentes até esse momento, à equipe técnica aqui da Assembleia Legislativa que está nos dando suporte. Muito obrigado a cada um de vocês, à nossa equipe que participou de todo esse processo.

Muito obrigado, e, não havendo mais nada a tratar, encerramos a presente reunião. Obrigado a todos.

(Encerra-se esta Reunião às 19 horas e 40 minutos)

SEC. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.017.000042/2025-72

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que contratará, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no art. 74, inciso III, f, da Lei Federal nº 14.133/2021, a empresa **EDUCAGOV CURSOS E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no **CNPJ 55.809.716/0001-26**, com endereço na Rua Pio XII, nº 1061, Piso Superior Sala 2, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-498 – Porto Velho/RO, com vistas à **contratação de 20 inscrições no “3º CONGRESSO AMAZÔNICO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS”**, que será realizado entre nos dias 2 a 4 do mês de abril de 2025, em Porto Velho/RO, no valor de **R\$ 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais)**, conforme consta nos autos do processo supracitado.

Porto Velho - RO, 02 de abril de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral – ALE/RO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.026.000005/2025-55

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que contratará, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no art. 74, inciso III, f, da Lei Federal nº 14.133/2021, a empresa **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA**, inscrita no **CNPJ 36.003.671/0001-53**, com endereço na Av. Chanpagnat, nº. 645, Edifício Palmares, Sala 502, Bairro Centro – CEP: 29.100-011 – Vila Velha/ES, com vistas à **inscrição de 01 (um) servidor no curso “COMPLETO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA FORMAÇÃO DE GESTORES COM USO DE IA”**, que será realizado entre os dias 07 a 10 de abril de 2025, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no valor de **R\$ 5.390,00 (cinco mil trezentos e noventa reais)**, conforme consta nos autos do processo supracitado.

Porto Velho - RO, 02 de abril de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral – ALE/RO

Localização das propriedades das fichas de entrevistas Estação Ecológica Soldado da Borracha



Ficha de Entrevista UC Soldado da Borracha

Nome	Linha	Gleba	Lote	LAT	LONG
Ero Marques	P9	Rio Preto	8	8°9'4"	62°54'13"
Carlos Rafael de Souza Freitas	Eletronica	Rio Preto	1 - Setor 4	8°6'55,5"	62°53'28,5"
Manoel Alves dos Santos	P9	Rio Preto	-	8°9'6,6"	62°52'26"
Pedro Ferreira Donato	Eletronica	Setor Manoia	32 - gleba 25	não	não
Elizeu Gomes da Silva	P-17	Rio Preto	32	não	não
João Cicero Assis de Souza	não	não	não	não	não
Claudionor Neves Martins	não	Rio Preto	não	8°12'27,7"	62°53'36,9"
Genival Matos Pereira	não	Rio Preto	6 - Setor 03	não	não
Autenir dos Anjos	29	Setor Manoia	6	não	não
Norval Brasa Silva Filho	NBF	Rio Preto	não	8°7'22"	62°53'27"
Laerte Manoel Correia	Ramal	Setor Manoia	não	não	não
Josias Gomes da Silva	S/N Boa Floresta	Rio Preto	não	não	não
Jociano Santos Silva	Eletronica, km21	Rio Preto	não	não	não
Marciano Alves de Freitas	Eletronica	Rio Preto	6 - setor 10, n 16	8°14'50,5"	62°52'42,3"
Jose Silvano da Silva	não	Rio Preto	sitio 6, setor 6	não	não

Maria Aurea Moura	não	Rio Preto	12	não	não
Ilson Nascimento	29	Setor Manoa	11	não	não
Joao de Oliveira Pinto	P29	Rio Preto	35, gleba 26, setor manoa	não	não
Manoel Ramos Guimarães	Eletronica	Rio Preto	não	não	não
Vania Caetano dos Reis	P17	Rio Preto	34 - setor 10	não	não
Nilza Caetano	eletronica	não	não	8°13'11,3"	62°53'29,1"
Rafael Assis dos Anjos	não	não	não	não	não
David da Cruz dos Anjos	29	Jacunda	não	não	não
Moacy Lopes de Souza	não	Jacunda	não	não	não
Gleicyke L. Gouveia	P29	Rio Preto	jacunda	não	não
Carlos Abertos Bernades	P29	Jacunda	não	não	não
Silvana Barros da Silva	17	Rio Preto	29;25;23 - setor 8	não	não
Divino Matias de Paula	não	Rio Preto	não	8°20'2"	62°48'7"
José Marcos Rossone	N16	Rio Preto	7 e 8 - setor12	não	não
Erica Nascimento dos Anjos	29	Setor Manoa	5	não	não
morador não encontrado	não	Rio Preto	não	8°13'19,4"	62°53'29,5"




 Franber Cabral Carvalho
 Engenheiro Civil
 CREA 11794 D/RO

Localização das propriedades das fichas de entrevistas RDS Serra Grande



Fichas de Entrevistas de UC Serra Grande.

Nome	Endereço	LAT	LONG
Leise Geane Laia da Silva	R 429 - km 15 - linha 08	Não	Não
Paulo Lopes da Silva	BR 429 - linha 06 - km15	Não	Não
Marle Izaías Campos	Não há endereço	Não	Não
Jair Laurindo de Souza	Linha 18 - km 20	Não	Não
Elvis Pessoa	av. alter lucio ribeiro de arruda, n 2630	Não	Não
Adair Teodoro Batista	Não há endereço	12°18'17"	64°19'17,187"
Albino Gomes	Não há endereço	Não	Não
Carlos Laiada Silva	BR 429 - linha 08 - km15	Não	Não
Manoel Marcolino da Silva	Não há endereço	12°9'0"	64°21'15,203"
Almerio de Brito	km10	12°22'23"	64°15'59,186"
Onilis Isaias Mendes	linha mourão km18	Não	Não
Luiz Carlos Osowski	linha mourão km18	Não	Não
Edvanildo M. Amorim	km 15	Não	Não
Nilson José dos Santos	Linha 18 - km 20	Não	Não
Francimar Justina da Silva	Não há endereço	Não	Não
Vilson Bueno da Silva	Linha 6	Não	Não
Valdinei Fernandez de Almeida	Linha 6 com km15	Não	Não
Edmar Toido Batista	km 15 serra grande	Não	Não
Antônio Miller	Setor miarão	Não	Não
Antônio Carlos Lopes Magalhaes	linha mourão	12°24'47"	64°19'45"
Joel de Amorim	linha 15	12°18'1"	64°21'54,155"
Aldei Medrano da Silva	sitio nova esperança	12°21'40"	64°29'56,143"
Donizete Luiz Ferreira	linha 16 lote 4	12°17'29"	64°21'19,193"
Jose Marcelino Lopes	fundiaria 18	12°17'20"	64°26'28,919"
Euclides Sergio Neto	linha 15	12°18'7"	64°19'27,191"

Ficha de Entrevista UC. Rio Machado

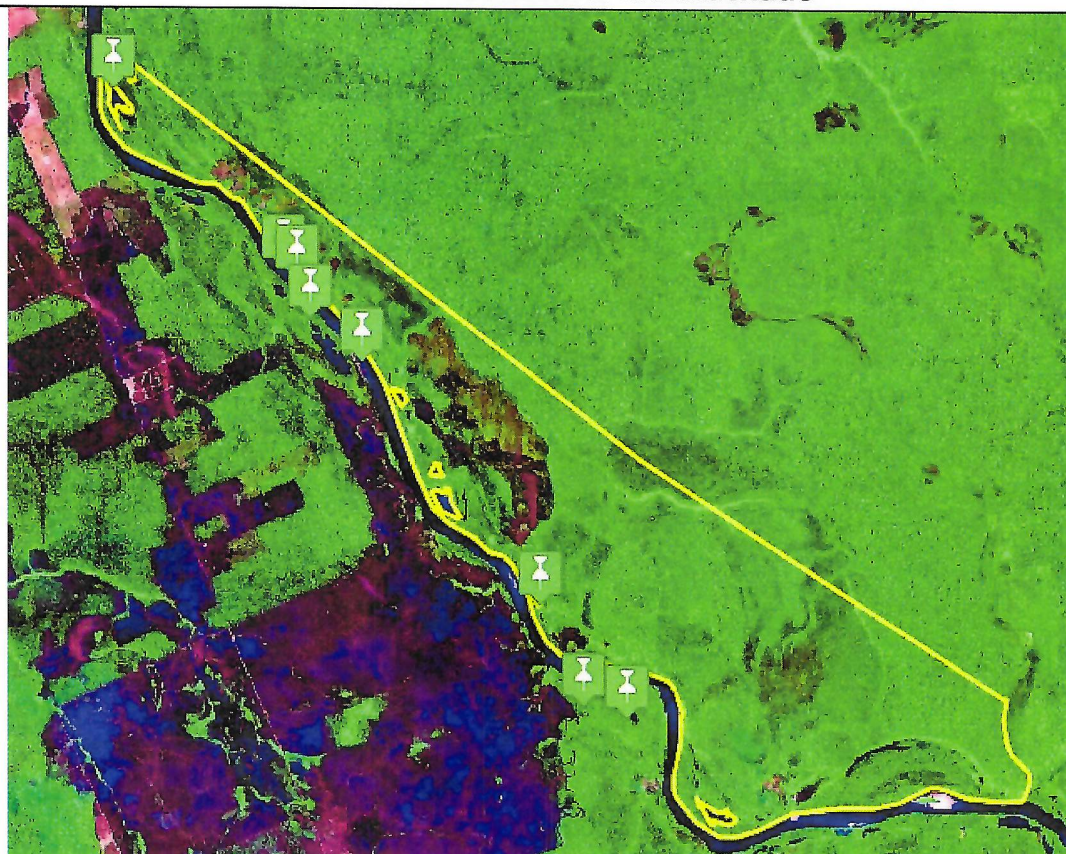


IMAGEM 04 SENTINE-2 2024-09 SETEMBRO - Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

Nome	Linha	Gleba	Lote	LAT	LONG
Jose Pereira Soriano	não	não	não	8°39'0"	62°22'39"
Almerindo Vieira Mota	não	não	não	8°35'4"	62°25'40"
Benedita Cleuteane Santiago Picanço	não	não	não	não	não
Amarildo Vicina Mota	não	não	não	8°34'56"	62°25'50"
Antonis Carlos	não	não	não	8°35'32"	62°25'30"
Simião Ferreira de Souza	não	não	não	8°36'4"	62°24'52"
Samuel dos Santos Pires	não	não	não	não	não
Robson Silva Aires	não	não	não	não	não
Ludwid de Oliveira	não	não	não	não	não
Altero Mora de Souza	não	não	não	8°40'23"	62°21'35"
Francisco Evilasio Fernandes Picanço	monte Sinai			não	não
Laercio Ferreira de Souza	não	não	não	não	não
Valdirene Machado Pinheiro	não	não	não	não	não
Joalison Alves Soriano	não	não	não	não	não
Antonio Carlos Bonatti	não	não	não	não	não
Constantino Monteiro dos Santos	não	não	não	8°32'45,5"	62°27'55,6"
Vilson Campos Castro	não	não	não	8°40'14,6"	62°22'7,5"

Handwritten signature
Ranier Cabral Cavalho
Engenheiro Civil
CREA 11794 D/RO

Fichas de Entrevistas de UC Bom Jardim

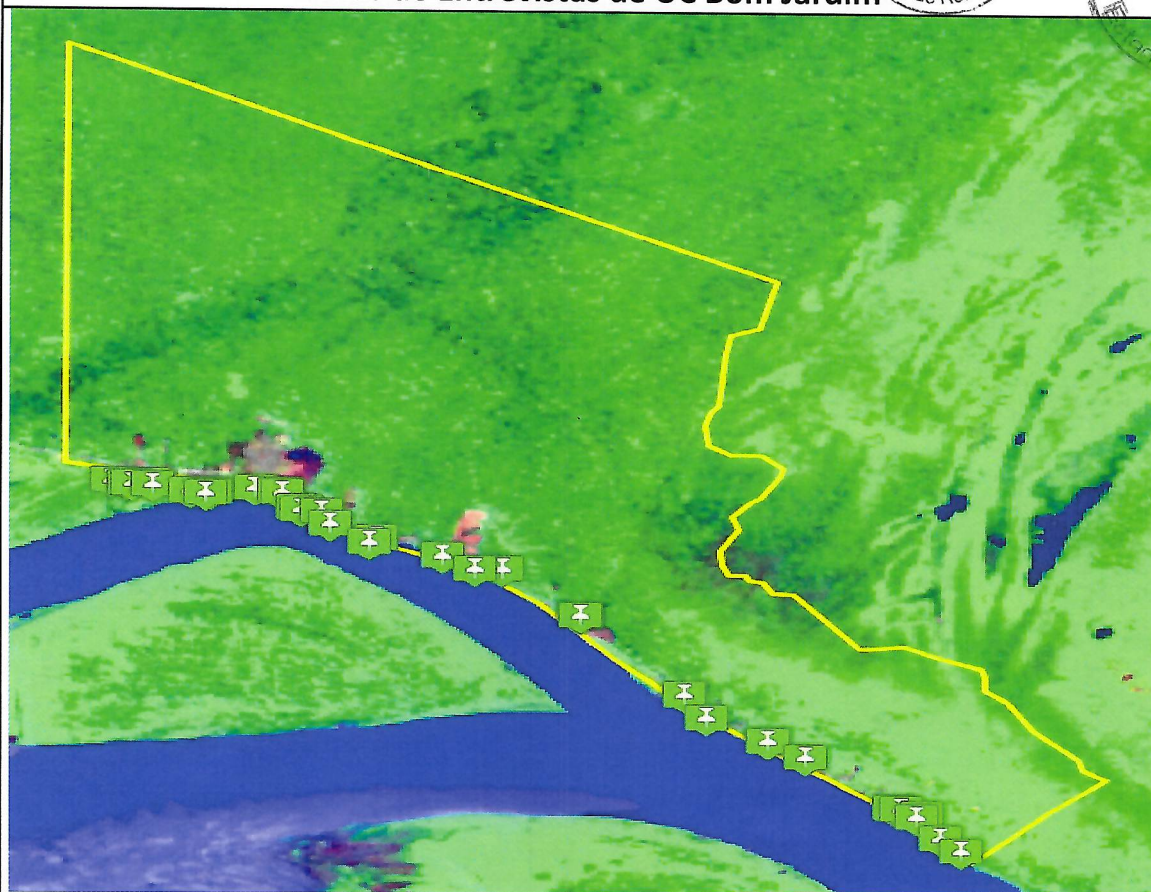
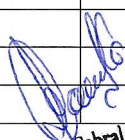


IMAGEM 04 SENTINE-2 2024-09 SETEMBRO - Com Localização das Moradores Entrevistados - SEDAM

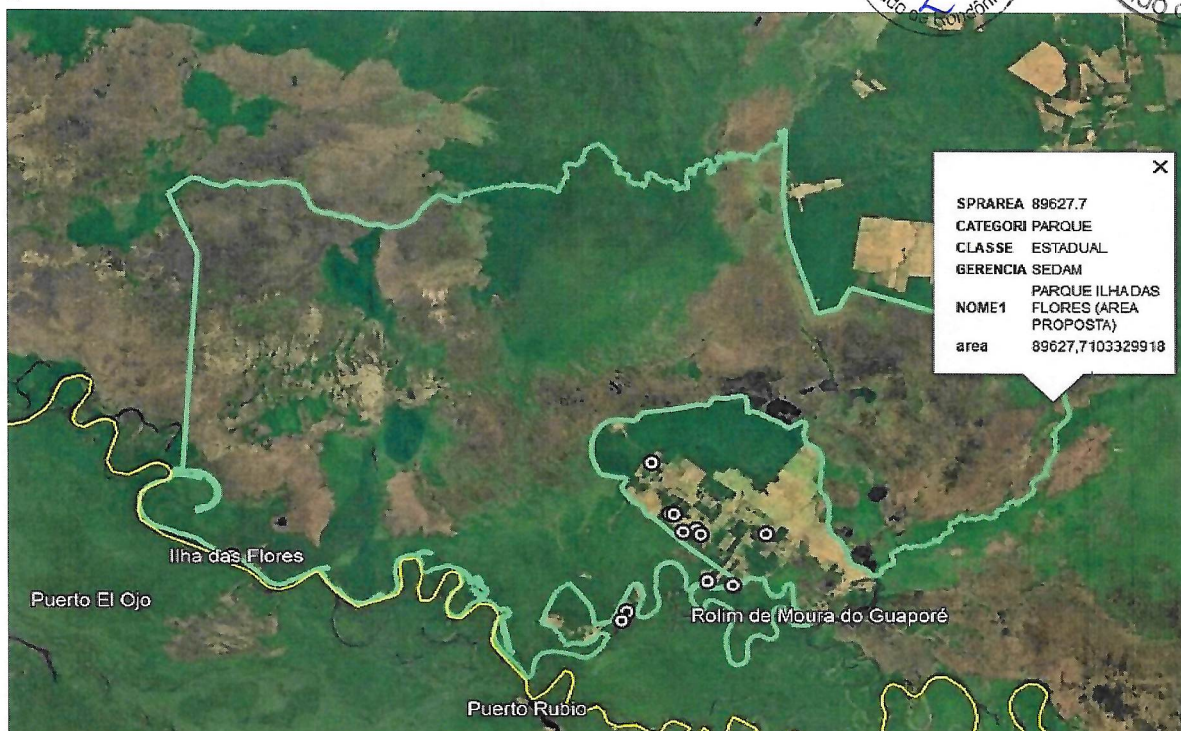
Nome	Endereço	LAT	LONG
Sebastião de Souza Mota		8°33'10"	63°38'37"
Antonio Mota de Souza		8°33'24"	63°38'22"
José Donizete		8°33'44"	63°37'59"
Cristina Gomes Nascimento		8°33'46"	63°37'54"
Manoel Jesus dos Santos		8°33'17"	63°38'33"
Maria Auxiliadora Mendonça da Costa		8°33'29"	63°38'15"
Ainoor de Oliveira Barreto		8°32'28"	63°39'21"
Elisangela Marques de Souza		não	não
Benedito Pereira Goes		8°32'6"	63°40'14"
Maria Raimunda Marques Correia		não	não
Jose Menezes		8°33'24"	63°38'22"
Vanessa Barreto de Menezes		8°32'46"	63°38'56"
Raimundo Menezes		8°32'46"	63°38'56"
Aldeci Vieira Belarmino Menezes		8°32'32"	63°39'10"
Deusimar Rodrigues de Menezes		8°32'23"	63°39'33"
Jose Wilson de Melo Junior		8°32'15"	63°39'43"
Maria do Rosario da Silva		8°32'9"	63°39'50"
Zuleide Mata de Souza		8°32'8"	63°39'55"
Antonio Mariano Peichoto		8°32'9"	63°40'3"
Maria Eliane Paiva Goes		8°32'6,7"	63°40'17,9"
Antonio Pereira dos Passos		8°32'8,9"	63°40'6,7"
Lacerda Pessoa Costa		não	não
José Wilson de Melo Junior		8°32'18,6"	63°39'41,3"
Clernei da Silva Oliveira		8°32'13,8"	63°39'47,12"


 Vinícius Cabral Carvalho
 Engenheiro Civil
 CREA 11794 D/RO

Localização das propriedades das fichas de entrevistas Parque Ilhas das Flores.



R



Ficha de Entrevista da UC Ilhas das Flores			
Nome	Endereço	LAT	LONG
Maria Doralice	Linha 04, km 17	13°2'22,8"	62°20'16,5"
Nelson Lobianco	R. Euclides Nocko, cond. Guardião do Mequens	Não	Não
Francisco Magipo	Av. Beira Rio S/N, Porto Rolim	13°4'59,6"	63°16'33,1"
Raimundo Ribeiro Soares	Linha 2, Porto Rolim	13°3'64"	62°19'7,9"
Otacílio Augusto Santos	Linha centrin km 7,5; Porto Rolim	13°3'58"	62°19'53"
Nivaldo Bevilaqua	Linha 05, zona 04, km9,5, Porto Rolim	13°2'26,4"	62°18'12,5"
Roberto Zabala	Linha 04, km 17, Porto Rolim	13°0'17,7"	62°21'41,1"
Edilson Pereira Bento	Não há referencia de endereço	13°4'58,1"	62°22'12,6"
Vasco Dantas Ferreira	Não há referencia de endereço	13°5'15,2"	62°22'21"
Charles Paes de Salles	Não há referencia de endereço	Não	Não
Ricardo Arantes	Ilha das Fores Margem do rio Guaporé	13°3'33,8"	62°33'56"
Cecílio Dantas Filho	linha 4, km 15	13°2'26,5"	62°20'39,4"
Maria Terezinha	Linha 4, centrinho	13°2'30,7"	62°20'8,2"
Manoel Pereira dos Santos	Linha Massaco, km 17	13°1'53,7"	62°21'3,4"
Ângelo Balbino	Não há referência de endereço	Não	Não
Antônio Roberto Simão	Não há referência de endereço	Não	Não
Mario Gomes Vieira	Não há referência de endereço	Não	Não
Antônio Salazar	Não há referência de endereço	Não	Não
Ricardo Fresse	Não há referência de endereço	Não	Não
Petronio Pereira da Costa	Linha 04, km 17	13°1'53,9"	62°20'56,8"

Assinado
 Anderson Cabral Carvalho
 Engenheiro Civil
 REA 11794 D/RO

Sebastião Reis de Meneses		8°32'8,8"	63°39'50,5"
Benedito Pereira Goes		8°32'7"	63°40'13,6"
João Tomé		8°32'5,8"	63°40'20,93"
Daiane Goes Tico		8°32'14,3"	63°39'46,5"
Mauriceia Jeronimo da Silva		não	não
Denise Menezes Carril		não	não
Anuar de Oliveira Barreto		não	não
José Menezes		8°32'31,9"	63°39'15,2"
Sebastião de Oliveira Souza		não	não
Raimundo Carlos Goes Tico		não	não
Raimundo Rego da Silva		não	não
Manoel de Jesus Campos		não	não
Deusivaldo Rodrigues de Menezes		8°32'24,2"	63°39'34,2"
René		não	não
Valdo Angelo		não	não
Elzilene Oliveira Campos Ferreira		não	não
Hildo Ribeiro do Nascimento		8°33'46,8"	63°37'55,1"
Maria Gorete dos Santos Peixoto		8°32'9,5"	63°40'4"
José Donizete Brito de Oliveira		não	não
Estelina L. Santos Farias		8°33'44,5"	63°37'57,9"
Luis Ferreira da Silva		8°33'53,3"	63°37'50,8"
Lazaro Cezar Mendonça dos Santos		8°33'57,2"	63°37'46,9"
Euderlei Marques de Souza		8°32'6,8"	63°40'17,3"
Francisco de Souza Mota		não	não


 Euderlei Marques de Souza
 Engenheiro Civil
 REA 11794 D/RO

